

Diagnóstico dos Homicídios no Brasil

SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Seus **Direitos**
Sua **Proteção**
Sua **Segurança**

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA 

**DIAGNÓSTICO DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL:
Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**

**DIAGNÓSTICO DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL:
Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios
PRIMEIRA VERSÃO PRELIMINAR
CGPES/DEPAID/SENASP/MJ**

**DIAGNÓSTICO DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL:
Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**

**Brasília-DF
Ministério da Justiça
2015**

Presidenta da República

DILMA ROUSSEFF

Ministro da Justiça

JOSÉ EDUARDO CARDozo

Secretário Executivo

MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA

Secretaria Nacional de Segurança Pública

REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI

Diretor do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

ROGÉRIO BERNARDES CARNEIRO

Coordenador-Geral de Pesquisa e Análise da Informação

GUSTAVO CAMILO BAPTISTA

Coordenadora de Pesquisa

CÍNTIA LIARA ENGEL

Equipe responsável

ANA CAROLINA CAMBESES PARESCHI

ANDREA GIOVANA LUCENA DANTAS

DANIEL PEDROZO DE LIMA

DAVI MAMBLONA MARQUES ROMÃO

HELVÉCIO FRAGA DOS SANTOS

JEFFERSON FERNANDO BARBOSA

JULIA LOURES NUNES

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO LOIOLA

RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA

SANDRA FABRI

VINÍCIUS LAMBERT SOARES

YGOR SOUZA RODRIGUES

341.5561

D536h Diagnóstico dos homicídios no Brasil : subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios / Cíntia Liara Engel ... [et al.]. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.
271 p. : il., color.

ISBN:

1. Homicídio – diagnóstico – Brasil. 2. Criminalidade – pesquisa – Brasil. I. Engel, Cíntia Liara. II. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública.

CDD

Sumário

INTRODUÇÃO	7
METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO	9
Aplicação de questionários	9
Delimitação dos locais de atuação e da meta do Pacto	10
Análise de causas e definição de indicadores	11
1. MACROCAUSAS DE HOMICÍDIOS NO BRASIL	15
1.1 Fatores transversais	15
1.2 Gangues e drogas	17
1.3 Violência patrimonial	20
1.4 Violência interpessoal	20
1.5 Violência doméstica	29
1.6 Presença do Estado	31
1.7 Conflitos entre sociedade civil e polícia	32
1.8 Concentração dos homicídios e causas nas UFs	32
1.9 Públicos vulneráveis aos homicídios	36
2. PESQUISA DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO	39
2.1 Apresentação	39
2.2 Resultados	40
3. REGIÃO NORDESTE	55
3.1 Indicadores e mapas comparados	55
3.2 Indicadores-síntese	95
3.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs	101
4. REGIÃO NORTE	105
4.1 Indicadores e mapas comparados	105
4.2 Indicadores-síntese	138
4.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs	143
5. REGIÃO CENTRO-OESTE	147
5.1 Indicadores e mapas comparados	147
5.2 Indicadores-síntese	179
5.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs	183
6. REGIÃO SUDESTE	187
6.1 Indicadores e mapas comparados	187
6.2 Indicadores-síntese	223
6.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs	228
7. REGIÃO SUL	231
7.1 Indicadores e mapas comparados	231
7.2 Indicadores-síntese	262
7.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs	265
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269

INTRODUÇÃO

Relatório lançado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o tema da prevenção global da violência apontou que 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil. Este percentual, associado às altas taxas de homicídios em nosso país, tem sido pauta de discussão de diversos atores governamentais, organismos internacionais e da sociedade civil.

O Governo Federal, atento ao desafio de prevenir os homicídios em seu território, por meio do Ministério da Justiça (MJ) e, especialmente, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), tem se dedicado ao tema nos últimos anos, tendo desenvolvido ações e políticas diversas, tais como o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e o Programa Brasil Mais Seguro. Todas estas políticas tinham como um de seus objetivos a redução de crimes.

No início de 2015, diante da manutenção de altas taxas de homicídio e do sucesso de algumas iniciativas locais para redução deste crime, o Ministério da Justiça realizou uma série de reuniões com especialistas acadêmicos, nas quais foi observada a necessidade de adoção de uma política pública nacional voltada para a redução de homicídios. Como o conjunto das competências de ações de prevenção e repressão deste crime termina sendo dividido entre estados e municípios, tornou-se imperativa a discussão da adoção de um pacto interfederativo, que vem sendo denominado Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH).

A complexidade de uma ação governamental com tal proposta, todavia, termina dependendo de subsídios de diferentes áreas do saber, que são reunidos por meio de pesquisas, levantamentos e avaliações. Dada a urgência para a produção desses conhecimentos para basilar o desenho desta política pública e os processos de pactuação decorrentes, em fevereiro de 2015 a Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação (CGPES), uma unidade do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, foi incumbida de realizar um diagnóstico preliminar dos homicídios no Brasil, cujos resultados são apresentados neste Relatório.

Trata-se, desta forma, de um documento técnico, formulado por uma equipe de servidores que possuem significativa experiência com pesquisas aplicadas para análise de políticas públicas, e que visa subsidiar os primeiros processos de formulação do pacto.

Nesse sentido, o objetivo geral do diagnóstico preliminar era subsidiar o MJ na compreensão das taxas e causas dos homicídios para o desenho inicial de ações e estratégias para discussão com os demais entes federados. Para tanto, havia uma série de objetivos específicos a serem alcançados:

1. Indicar os estados e municípios com maior número de homicídios;
2. Auxiliar na formulação de uma meta possível de redução de homicídios;
3. Pesquisar a qualidade dos dados de homicídios das polícias estaduais;
4. Investigar se existem ou existiram políticas de redução da criminalidade violenta, já desenvolvidas pelos estados e pelo Distrito Federal;
5. Compreender as principais causas dos homicídios no Brasil e os principais fatores de risco a elas associados;
6. Investigar como as principais causas de homicídios e seus fatores de risco afetam as regiões, estados, Distrito Federal e municípios.

Assim, esta é uma publicação que precisa ser entendida em seu contexto histórico, pois os esforços de produção de conhecimento para o pacto não se encerram com ela, sendo esta uma das características que a diferencia de iniciativas pregressas. Como ela usa primordialmente dados secundários, que eram os únicos que estavam disponíveis de forma imediata, um segundo esforço de geração de conhecimento está sendo efetuado, e que envolve uma ampla gama de outras ações. Ele inclui, por intermédio de universidades e instituições similares, trabalhos de pesquisa de campo no Distrito Federal e em 80 municípios com maiores números absolutos de homicídios, e também análises estatísticas com o cruzamento de dados georreferenciados de homicídios com outros indicadores socioeconômicos. Outros esforços, ademais, estão sendo feitos para aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), para monitoramento e acompanhamento das ações do PNRH.

Um grande desafio das unidades de pesquisa inseridas na Administração direta, ademais, é o de conseguir produzir informações para o correto subsídio de políticas públicas equilibrando qualidade, tempestividade e adequação. Por conseguinte, muitos dados obtidos de diversas bases de dados disponibilizadas pelo governo federal e pelos estados foram fornecidos em caráter preliminar, pois eles estavam em processo de validação. Como esta publicação visa facilitar o processo de construção do PNRH, foram mantidos alguns destes dados preliminares, porquanto, em que pese seus processos de validação não terem se encerrado, eles possuem qualidade suficiente para orientar as ações governamentais.

Outra versão deste diagnóstico, assim, com um número maior de conteúdos, deverá ser publicada nos próximos meses. Desta forma, este documento, mais do que uma obra acabada, é um convite para o debate democrático e para a construção participativa de uma política pública, sendo que contribuições para o seu aperfeiçoamento serão bem-vindas.

METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO

Tendo em conta a abrangência dos objetivos desse diagnóstico preliminar, foram utilizadas diferentes metodologias de coleta e análise dos dados:

Aplicação de questionários

Para dois dos objetivos específicos foram aplicados questionários para as UFs, sejam eles: pesquisar a qualidade dos dados de homicídios das polícias estaduais; investigar se existem ou existiram políticas de redução da criminalidade violenta já desenvolvidas no contexto estadual, ou se estão sendo planejadas.

No caso da qualidade dos dados coletados sobre homicídios, foi elaborado um questionário eletrônico com perguntas sobre a existência de dados sistematizados sobre homicídios pelas Secretarias de Segurança Pública, qual a origem desses dados, a possibilidade de georreferenciamento dos locais de ocorrência dos homicídios e, ainda, quais as informações existentes acerca do perfil de vítimas e autores. O questionário foi preenchido pelos gestores de estatística do SINESP/MJ (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas) e seus resultados foram analisados e sistematizados por meio de tabelas, gráficos e mapas. Essa etapa do diagnóstico foi essencial, pois permitiu dimensionar a produção de dados por parte da segurança pública nas UFs, as lacunas existentes e onde é possível contar com indicadores mais apurados durante a execução do pacto, com vistas a avaliar seus resultados.

No caso das políticas de redução da criminalidade violenta, foi realizada uma pesquisa exploratória em sites, documentos oficiais e acadêmicos acerca de pactos de redução de homicídios propostos e executados pelas UFs e programas específicos de redução da criminalidade violenta. Com base nesses dados, desenvolveu-se um questionário eletrônico que também pergunta acerca de políticas de redução da criminalidade violenta que estejam sendo planejadas pelos governos estatais e distrital. O MJ entrou em contato diretamente com os governos das UFs e solicitou a indicação de um interlocutor apropriado para responder as questões. Ao ter acesso ao interlocutor, a CGPES enviou o formulário. A análise desses dados se deu pela formulação de tabelas, gráficos e mapas comparativos. Tal fase do diagnóstico foi relevante para conhecer o que já havia sido feito, ou estava em execução em termos estaduais, tanto para compreender as experiências, como para não propor ações para determinada UF que já estavam sendo realizadas, investindo de forma mais acurada no aprimoramento de determinadas ações, além de propor outras, adicionais.

Os resultados das duas aplicações de questionários são apresentados nos capítulos destinados à apresentação dos dados de cada região e têm abrangência estadual, mas não chegam ao nível municipal.

Delimitação dos locais de atuação e da meta do Pacto

Como o Brasil é um país continental e a taxa de homicídios varia muito entre as UFs, bem como entre municípios, foi necessário pensar em como delimitar um foco de atuação territorial para o pacto e qual seria a meta de redução de homicídios possível para os próximos quatro anos. A lista completa dos municípios escolhidos pode ser consultada no Anexo 3.

A meta de redução de homicídios de 20% em quatro anos foi uma decisão política, embasada em experiências de pactos estaduais com o mesmo intuito. Com o objetivo de indicar as melhores chances de alcance dessa meta, tendo em conta ainda o interesse político de formular um pacto nacional, a CGPES fez algumas propostas de delineamento territorial e uma delas gerou consenso entre atores políticos e técnicos.

O foco da atuação do pacto partiu da premissa (i) de agir diretamente em áreas com as maiores concentrações de registros de ocorrências de homicídios dolosos; (ii) da necessidade de dar caráter nacional ao pacto; e (iii) da concentração dos esforços de atuação em um território mais bem estruturado no Estado.

A priorização dos municípios baseou-se nos seguintes critérios:

- 26 (vinte e seis) capitais dos estados;
- Municípios com os registros de homicídios dolosos de 2014 acima de cem (100) casos, tendo como fonte o SINESP – Sistema Nacional de Segurança Pública, informados pelas Polícias Civis dos estados e do Distrito Federal;
- No Distrito Federal, a Região Administrativa que possui o maior número absoluto de registros de homicídios dolosos, a Ceilândia.

Na análise, verificou-se que das 26 (vinte e seis) capitais, apenas cinco (5) estariam fora do segundo critério, ou seja, nestas houve menos do que 100 (cem) registros de homicídios dolosos em 2014. São elas: Boa Vista (RR), Macapá (AP) e Palmas (TO) - Região Norte; Campo Grande (MS) - Região Centro-Oeste; e Florianópolis (SC) - Região Sul.

O resultado foi um recorte com 80 municípios, localizados nas 26 Unidades da Federação e a Região Administrativa da Ceilândia, no Distrito Federal, somando 81 localidades prioritárias de ação, agregando 22.569 registros de homicídios em 2014, o que representa, aproximadamente, 50% do total de homicídios dolosos registrados no Brasil.

Análise de causas e definição de indicadores

Outra fase do diagnóstico foi propriamente a investigação sobre as causas de homicídios, os fatores de risco associados e, por conseguinte, como essas causas se comportam nas diferentes UFs e municípios. Era fundamental conhecer o que tem sido pesquisado sobre os fatores de risco e as causas de homicídios, quais as principais categorias encontradas na literatura e como estas se revelam em indicadores estatísticos.

Indicadores são ferramentas fundamentais para a reflexão de políticas públicas e, nesse sentido, era necessário encontrar dados que dialogassem com as causas de homicídios. Como não existia tempo ou recursos suficientes para realizar uma pesquisa em cada um dos estados e municípios do pacto acerca dessa temática, a opção foi trabalhar com dados secundários. Essa fase do diagnóstico foi desenvolvida em três etapas:

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E PROPOSIÇÃO DE INDICADORES ASSOCIADOS ÀS CAUSAS DE HOMICÍDIOS

De acordo com a literatura acerca de homicídios no Brasil, foi possível dividir-los em quatro causas principais: **gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal e violência doméstica**. Cada um desses fenômenos possui relações específicas com o homicídio e fatores de risco a ele associados. Em primeiro lugar, foram pesquisados e lidos trabalhos acadêmicos acerca de cada causa principal. Logo em seguida, foram propostos indicadores advindos de dados secundários que permitiriam observar os fatores de risco associados às causas principais.

Ao realizar essa etapa foram observadas, adicionalmente, três outras grandes causas de homicídios, com seus fatores de risco particulares e que poderiam gerar ações diretas dos governos municipais, estaduais e federal, são elas: **fatores transversais a todos os homicídios, conflitos entre policiais e população e presença escassa do Estado nos territórios**. O primeiro capítulo do relatório se dedica a apresentar os resultados dessa etapa.

ANÁLISE TERRITORIAL DOS INDICADORES

Uma vez definidos os indicadores, cada um deles foi analisado com o recurso visual de mapas. Isso para compreender como cada fator de risco, individualmente, se comportava em cada um dos estados e municípios escolhidos para o pacto. Esse recurso dos mapas também nos permitiu compreender em quais locais determinados indicadores coincidiam com altas taxas de homicídio e onde isso não ocorria, apontando para a multiplicidade do fenômeno.

As análises realizadas nessa etapa são de cunho descritivo e preliminar. Optou-se por não realizar, nesse momento, cruzamentos e associações diretas entre indicadores e homicídios. A proposta foi apenas discutir coincidências e apontar possíveis interpretações e relações.

Tal análise foi realizada para cada região, tendo em conta as 27 UFs e as 81 localidades escolhidas para a atuação do Pacto.

CONSTRUÇÃO DE INDICADORES-SÍNTESE PARA CADA CAUSA

Tendo elaborado os mapas e refletido sobre quais indicadores apresentavam maiores coincidências com os homicídios de cada causa principal, tanto a partir da literatura como do recurso visual dos mapas, a CGPES construiu o que se decidiu chamar de “indicadores-síntese”.

Como já dito, para cada uma das causas principais foram escolhidos grupos de indicadores. Dentre esses grupos, decidiu-se pelos mais representativos. Esses indicadores selecionados são quase em sua totalidade representados por variáveis contínuas, ou seja, variáveis que podem assumir qualquer valor numérico em um determinado intervalo. Para a análise desses indicadores, foi realizado um processo de discretização das variáveis, o que consiste em transformá-las de variáveis contínuas em variáveis discretas.

As variáveis discretas, ao contrário das contínuas, só podem assumir valores pré-determinados; e para este trabalho as variáveis, que eram originalmente quantitativas contínuas, foram recodificadas em variáveis qualitativas ordinais, permitindo que elas fossem ordenadas nos seguintes grupos: *muito alto, alto, baixo e muito baixo*.

O método que mais se coadunou com essa categorização de variáveis foi o de separação por quartis, ou seja, os casos de cada variável foram ordenados de forma crescente e separados em quatro grupos, contendo cada um deles, aproximadamente, um quarto (1/4) dos casos. Para cada um desses quatro novos grupos criados foi atribuído um peso, sendo 4 (quatro) para os casos que acusavam uma pior situação e 1 (um) no caso dos indicadores que apontavam a melhor situação.

Os indicadores foram reagrupados e somados por categorias de causas, criando-se assim, um indicador específico que representa cada causa em separado das demais. Estes indicadores sintetizados de cada causa foram novamente categorizados em alto, médio e baixo. Assim, foi possível observar como cada uma das categorias de causas se apresentou para cada caso analisado.

Ou seja, com os indicadores-síntese podemos observar quais são, possivelmente, as principais grandes causas dos homicídios em cada uma das UFs e dos municípios. Não se afirma aqui que os dados dão conta da multiplicidade das causas e fatores de risco, mas, com base nos dados de que se dispõe nesse momento, é possível fazer afirmações acerca da possível configuração dos homicídios em cada região.

Esse trabalho foi executado em dois níveis. Inicialmente, os indicadores foram classificados em alto, médio e baixo, considerando a comparação entre as possíveis causalidades de todas as UFs, permitindo realizar uma análise nacional comparativa dos indicadores-síntese. No segundo nível, foi realizada a mesma metodologia de comparação entre casos, entretanto, comparando as variáveis dos municípios dentro da mesma região geográfica e criando indicadores-síntese de riscos distintos em cada uma das cinco regiões geográficas do Brasil.

Ou seja, uma UF pode ter um alto risco de homicídio associado a um indicador de conflitos interpessoais, por exemplo, quando comparado às outras UFs do Brasil, mas, quando os municípios de uma determinada região são comparados entre si é possível que um município deste estado apresente uma configuração de risco distinta da sua UF, dado que as variáveis do município foram comparadas dentro da sua região geográfica, enquanto as variáveis da UF foram comparadas com as demais UFs do Brasil.

1. MACROCAUSAS DE HOMICÍDIOS NO BRASIL

O primeiro passo para produzir análises com base em indicadores é estabelecer conceitos, ou fenômenos, a serem observados. No âmbito das políticas públicas, os indicadores auxiliam os gestores a acompanharem os diferentes tipos de resultados das ações empreendidas. Para Jannuzi (2002, p.2), trata-se, resumidamente, de “[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”.

No caso da construção de análise por meio de indicadores proposta para esse trabalho, partiu-se da colaboração de especialistas convidados pelo Ministro da Justiça para pensar a criminalidade violenta e os homicídios no Brasil. Tal grupo seletivo de especialistas preparou um documento que elencava as principais causas de homicídios no Brasil (LIMA et al., 2015), às quais são também encontradas em outras referências sobre a questão (CERQUEIRA, 2014; UNODC, 2013).

Dividiu-se, então, essa análise em quatro macrocausas principais: gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal e violência doméstica. Contudo, ao entrar em contato com a literatura, notou-se que alguns fatores eram transversais a todos os homicídios, por isso separamos uma categoria específica para os chamados fatores transversais. Além disso, reconhecemos mais duas macrocausas de homicídios que nos pareceram muito relevantes no âmbito do pacto, são elas: (i) conflitos entre sociedade civil e policiais e (ii) escassez de presença do Estado.

O primeiro passo adotado foi a realização de uma revisão bibliográfica inicial acerca de cada uma dessas causas. Como resultado dessa etapa, foram listados os principais fatores de risco associados a cada uma, ou seja, como cada grupo de macrocausas influencia de fato nos homicídios, quais são seus fatores de risco principais.

A partir dessa reflexão, sistematizada por meio de fichas de leitura específicas, foram pesquisados quais indicadores existiam e em quais fontes poderiam ser obtidos para buscar informações quantitativas acerca de cada fator de risco. Nesse primeiro capítulo, esse trabalho é apresentado de forma sintética.

1.1 Fatores transversais

Determinados fatores apresentam risco de causar homicídios ou potencializar a sua concretização se comparados a qualquer uma das macrocausas analisadas (CERQUEIRA, 2014; UNODC, 2013; HARTUNG, 2009). São eles:

DISPONIBILIDADE DE ARMAS DE FOGO

O acesso a armas de fogo tem sido tópico de discussões de diversos atores, acadêmicos e políticos. No Brasil, 71% dos homicídios são perpetrados com o uso de armas de fogo, legais ou ilegais. A letalidade e o fácil acesso a este instrumento, quando associados a uma sociedade violenta, potencializam o risco de que conflitos de ordem diversa terminem em mortes. Nas palavras de Cerqueira (2014, pp. 57-59):

[...] a proliferação da arma de fogo parece ter sido o fator mais importante para explicar o aumento dos homicídios na década de 1990. (...) 1991/2000 - Aumento de 33,3% na demanda por armas resultou em aumento de 44 pontos % na taxa de homicídios. Redução de 29,5% no consumo de drogas ilícitas resultou em redução de 7,6 pontos percentuais na taxa de homicídios.

ACÚMULO DE VULNERABILIDADES SOCIAIS

Vulnerabilidades econômicas e sociais, especialmente as ocorridas nos anos 80, também são apontadas como causadoras gerais de conflitos e violência, dentre essas, os homicídios.

[...] argumentamos como o aumento da violência letal na década de 1980 esteve associado às grandes mazelas socioeconômicas vividas, refletidas na estagnação da renda e no aumento paulatino da desigualdade social, que suplantaram um combalido sistema de segurança pública. (CERQUEIRA, 2014, P. 16) (grifo nosso).

Como indicadores para dar conta dessas variáveis, inicialmente, optou-se por inserir nesse quesito a taxa geral de homicídios do SINESP em 2014, indicando em quais lugares seria possível observar um maior acúmulo de causas e fatores de risco, o que indicaria a existência de fatores transversais.

Para tratar da disponibilidade de armas de fogo, optamos pelas mortes por arma de fogo, incluindo aqui todas as mortes, além dos homicídios. Esse dado vem do DATASUS e foi utilizado em outras pesquisas para mensurar a circulação de armas de fogo (CERQUEIRA, 2014). A justificativa para a adoção desse indicador é que não possuímos fontes confiáveis sobre armas não legalizadas e, se buscarmos dados sobre quantidade de armas legais, poderemos estar deixando de lado uma quantidade grande de armamento. Parece, então, que uma taxa maior de mortes por armas de fogo pode indicar que existe uma quantidade maior de armas circulando.

Por fim, ao tratar de vulnerabilidades sociais, escolhemos o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Trata-se de um índice já bastante aceito no contexto internacional e que mede condições de educação, saúde e renda.

Para fazer o cálculo do indicador-síntese dos fatores de risco transversais, utilizamos todos esses indicadores. Isso porque todos se mostraram igualmente relevantes para apontar situações nas quais existiam vulnerabilidades e fatores de risco que podem influenciar todas as macrocausas de homicídios.

1.2 Gangues e drogas

A existência de gangues, bem como o consumo e o tráfico de drogas, têm sido apontados em diferentes perspectivas como causadores de homicídios. Na literatura pesquisada (WAISELFISZ, 2012, 2014; CERQUEIRA, 2014; DINIZ E LACERDA, 2010; CERQUEIRA *et al.*, 2005; BEATO FILHO *et al.*, 2001; DOWDNEY, 2003; SILVEIRA, 2008; ROCHA, 2012) estes foram alguns dos fatores reconhecidos como indicadores da presença de gangues e drogas:

CONSUMO E TRÁFICO DE ALGUMAS DROGAS ILÍCITAS, ESPECIALMENTE O CRACK

Há autores que relacionam o aumento de alguns mercados ilícitos de drogas como fator do crescimento de homicídios. Na literatura, relações encontradas dessa variável são especialmente relacionadas com o crack.

Segundo revelam os dados [...], a partir dos anos 2000 [...] O grande problema observado no período refere-se ao aumento do consumo de drogas psicoativas proibidas, em particular do crack, que ensejou o crescimento de mercados ilícitos, principalmente nos estados do Nordeste [...]. (CERQUEIRA, 2014, p. 17).

Em São Paulo, estado onde a violência mais diminuiu a partir dos anos 2000, houve um declínio no tráfico de cocaína e crack exatamente nesse período, conforme documentado em Cerqueira (2014).

ELEVADO PERCENTUAL DE JOVENS, PROPORCIONALMENTE À POPULAÇÃO

Segundo Hirschi e Gottfredson (1983), a relação entre idade e crime seria um dos poucos fatores invariantes entre as condições sociais e culturais em todos os grupos sociais e em todos os tempos. Vítimas do sexo masculino, negros ou pardos. A existência de um percentual alto de jovens na população, por si só, pode ser um indicativo

dos fatores de risco de homicídios, principalmente aqueles associados a gangues e drogas, tendo em conta ainda que a maior parte dos aliciados para trabalhar com o tráfico de drogas é de jovens.

ABUSO SEXUAL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é encarada, por alguns autores, como fator de risco para sociabilidades violentas e vulnerabilidades acumuladas de jovens, que poderia influenciar na procura por pertencimento em grupos como gangues e facções do tráfico, além do comportamento agressivo.

[...] um número significativo de crianças e jovens entrevistados contou vir de famílias com apenas um dos pais (tipicamente matriarcal) e de lares superlotados, manter más relações com outros membros da família, incluindo os pais, e sofrer violência doméstica (DOWDNEY, 2003, p. 332).

RIVALIDADES E PADRÕES VIOLENTOS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Nem todos os homicídios que ocorrem dentro da lógica das brigas entre gangues e do tráfico de drogas são relacionados apenas com o mercado ilícito de drogas. Uma parte das mortes ocorre tendo como fundo uma cultura adversarial e padrões violentos de resolução de conflito, fazendo com que as mortes por gangues e por drogas se confundam, em vários aspectos, com as mortes por conflitos interpessoais.

Muitos homicídios eram resultantes de conflitos entre jovens que moravam em regiões próximas e que acabaram se tornando rivais. Uma rivalidade inscrita na formação de gangues, na delimitação de territórios e em pontos de encontro e desencontro, que se tornaram o cenário de trocas de tiros e de mortes. (ESTADO DE MINAS GERAIS/SDS, 2009, p. 6)

O tráfico de drogas é um dos elementos que faz o ciclo das guerras se renovar através de novos conflitos, mas embora o tráfico seja um tema recorrente na fala dos integrantes destes grupos, em nenhum momento surgiu como a justificativa ou motivação de homicídio ou elemento originário de uma guerra. Mais do que uma explicação totalizante, acredito que o presente estudo tenha trazido indícios de uma dinâmica violenta e complexa, que se sustenta e reitera a partir de cada um dos confrontos e suas consequências (ROCHA, 2012, p. 16).

A questão do uso e tráfico de drogas é complexa, principalmente ao pensar nos homicídios. Se, em boa parte do discurso presente na mídia e mesmo em algumas publicações, o consumo é tido como fator de risco de homicídios envolvendo drogas,

outra perspectiva que ganha fôlego é a do tráfico de drogas, ou seja, a existência de um mercado ilícito que se sustenta com guerras entre facções, e mesmo com o Estado, é responsável pelas mortes relacionadas a drogas (CGPD, 2011). Como estamos tratando de homicídios, a morte por overdose não faz parte de nosso escopo, portanto, são as mortes envolvendo o tráfico e suas práticas mediadas por violência que representam fatores de risco de homicídios.

Dados sobre presença de tráfico violento de drogas são escassos. Falamos em tráfico violento porque existe uma associação observada em alguns estudos entre tráfico de atacado, que causaria menos mortes, e tráfico no varejo, o qual seria o maior responsável pelas mortes, em confronto entre facções, cobrança de dívidas ou conflitos com a polícia (MISSE, 2015). Por esse motivo, utilizamos dois indicadores que são frágeis, cada um a seu modo, mas que são nossas melhores alternativas no momento para nos aproximarmos do fenômeno do tráfico violento de drogas.

O primeiro desses indicadores é as mortes por intoxicação por drogas ilícitas, do DATASUS. Utilizamos desse indicador a partir da mesma lógica do indicador de armas. Quando mais mortes por drogas, mais disponibilidade de drogas no mercado e mais mercado ilegal presente nas redondezas. Ou seja, nosso indicador pretende dimensionar a presença de mercado ilegal, não estamos associando consumo de drogas a homicídios. Outro indicador escolhido foi as ocorrências do SINESP associadas ao tráfico de drogas; esse indicador é frágil, porque pode revelar uma atenção da polícia de determinado Estado com o tráfico. Pode, assim, ser um medidor de produtividade da polícia. Contudo, pode também indicar em quais locais o tráfico é uma questão para a segurança pública.

A presença de jovens e a vulnerabilidade dos jovens são tidas como fatores de risco para a existência de gangues. Ademais, os jovens são reconhecidamente mais aliciados para o tráfico de drogas, sendo uma consequência evidente que serão os mais vitimados também. Além disso, percebe-se que existe uma fragilidade específica em relação aos jovens negros. O IVJ - Índice de Vulnerabilidade Juvenil, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o MJ e a Secretaria Nacional da Juventude, da Presidência da República, agrupa indicadores que dimensionam muito bem essa perspectiva, são eles: violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e escolaridade e o risco relativo de jovens negros e brancos serem vítimas de assassinatos.

Em consonância ao IVJ, outro indicador de que se faz uso nesse diagnóstico para compor o indicador-síntese de gangues e drogas é a taxa de evasão escolar, abandono é o termo cunhado pelo INEP, uma vez que este se mostra também como um importante fator para tratar da vulnerabilidade dos jovens.

Assim, esses quatro indicadores listados acima irão compor o indicador-síntese de gangues e drogas, pois são mais específicos desse tipo de violência, embora se tenha compreensão de que violência doméstica, falta de presença do Estado e sociabilidade violenta, por meio dos latrocínios e vitimizações sofridos pela população, e, ainda, a porcentagem de jovens e negros na população também podem se associar aos homicídios causados por gangues e drogas e compor o fenômeno.

1.3 Violência patrimonial

No Brasil, a violência patrimonial causa poucos homicídios (CERQUEIRA, 2014). Na pesquisa de fatores de risco que estariam associados a esse tipo de homicídio, encontramos os mesmos que seriam transversais a outros tipos de homicídio, como a alta circulação de armas de fogo e as desigualdades e vulnerabilidades sociais.

Nesse sentido, os indicadores de violência patrimonial foram compostos pelos dados do SINESP de ocorrência de latrocínio, roubo de veículos e a instituições financeiras, pois são os mais denunciados e apresentam risco de latrocínio. Indicadores como roubos em residência e roubos a transeunte não foram considerados no estudo, pois possuem altas taxas de subnotificação, além de uma grande variação dessa taxa de subnotificação entre os estados. Além desses indicadores óbvios, utilizamos um indicador de concentração de renda medido pelo IBGE, que indica a concentração de renda entre os 20% mais ricos. Esses três números foram incluídos no indicador síntese.

1.4 Violência interpessoal

Parte dos homicídios ocorre por conflitos, que acabam se resolvendo de forma violenta entre as pessoas e, não raro, com a consequência de um homicídio. Consideramos violência interpessoal, nesse trabalho, conflitos ocorridos na rua e que não envolvam uma relação familiar. Isso porque a violência doméstica envolve uma lógica de poder diversa, a qual será discutida no próximo tópico. A violência interpessoal se refere a brigas de bar, brigas de vizinhos, vinganças, brigas e conflitos que ocorrem em espaços públicos e entre sujeitos que não mantêm uma relação conjugal, ou filial. Alguns fatores de risco foram encontrados na literatura (LIMA *et al.*, 2015; LEME, 2004; COSTA, 2011; ALVES *et al.*, 2014).

ACÚMULO DE VULNERABILIDADES

Especialistas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontaram que o acúmulo de vulnerabilidades sociais e a ausência de políticas públicas representam fatores de risco associados à violência homicida.

DESORDEM URBANA

Existe uma associação antiga entre ambiente desordenado e existência de maiores incivilidades e incidência de crimes. Essa teoria foi batizada de *Broken Windows* e recebeu bastante atenção. Ela foi revista em alguns quesitos, mas teorias ecológicas continuam sustentando a existência de uma relação entre o espaço urbano e a criminalidade violenta (KAHN, 2015; FALSETE, 2013).

Elementos situacionais e associados à vida comunitária – desordem, ausência ou precariedade de políticas públicas associadas ao espaço urbano e qualidade de vida (habitação, saneamento, iluminação, transporte, acesso a serviços públicos básicos). (LIMA et al., 2015)

SOCIABILIDADE VIOLENTA

Novamente, a cultura adversarial e a sociabilidade violenta influenciam na forma de resolver conflitos de maneira violenta: “Fatores culturais - cultura machista e patriarcal; **sociabilidade violenta**, especialmente entre jovens” (LIMA et al., 2015).

AUSÊNCIA DE INSTÂNCIAS DE MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

Uma outra forma de notar as consequências da sociabilidade violenta é a falta de instâncias do Estado que ofereçam alternativas pacíficas para a mediação e a resolução de conflitos.

O assassinato é raramente imediato. Entre o momento em que o conflito se acende e a morte, existe um intervalo. Por vezes é muito curto (...), outras vezes é mais longo, estendendo-se por algumas horas, dias, semanas ou mesmo meses. Tais períodos dão oportunidade ao estabelecimento da paz. (...) O pacificador favorece a atenuação do conflito de três formas: faz prevalecer uma trégua que liberta os protagonistas da lógica irracional em que se tinham encerrado (...); restabelece a comunicação entre as partes e aproveita para desdramatizar o conflito (...); ajuda as partes a encontrarem um terreno de entendimento com base numa regra geral (LE BLANC et al., 2008).

AGENTES POTENCIALIZADORES (ÁLCOOL E DROGAS)

Depreende-se, a partir de algumas leituras, que a utilização de álcool e de drogas pode potencializar reações violentas a determinados conflitos e aumentar o perigo de homicídios.

É raro que um homicídio em querela seja cometido por um trabalhador no seu local de trabalho. É durante os momentos e nos locais associados ao ócio que as pessoas lutam e se matam. Inversamente, o trabalho parece ser um antídoto contra a violência. Se os tempos livres – sobretudo festivos – fornecem o contexto do homicídio, será porque se registra uma intensificação da interação favorecida pelo consumo de bebidas alcoólicas. Todos discutem acesamente, gracejam, valorizam-se. Surge a palavra inapropriada, o gracejo ofensivo, a palavra injuriosa. Apoiados pelo álcool, os constrangimentos sociais desaparecem: não é necessário ser-se tão racional como em tempo normal (LE BLANC et al., 2008).

CRIMES DE ÓDIO

Outro fenômeno associado à violência interpessoal são os crimes motivados por preconceito e discriminação contra determinados públicos, como o público LGBT, indígenas, negros, população em situação de rua, ou ainda por ideologia e religião. São os chamados crimes de ódio.

Apesar de poucos países especificarem os crimes de ódio no seu ordenamento jurídico, é internacionalmente consensual a definição do termo. São entendidos como crimes de ódio todos os crimes contra as pessoas motivados pelo preconceito, em razão, nomeadamente, da pertença da vítima a determinada raça, etnia, cor, origem nacional ou territorial, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, religião, ideologia, condição social ou deficiência física ou mental (Sítio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 22/04/2015).

Para compor os indicadores, utilizamos alguns dados para nos aproximarmos dessa violência. No que tange ao acúmulo de vulnerabilidades sociais associado à desordem urbana, optamos pelos Aglomerados subnormais do IBGE. Esse dado mede a concentração de famílias que habitam aglomerados urbanos com baixas condições de sanidade e habitação.

A cultura violenta de resolução de conflitos e, tangencialmente, a sociabilidade violenta foram medidas pelo atendimento a casos de Agressões (ou lesões) ocorridos fora de casa (na rua) - (SINAM-SUS), por Município e pelos dados da Vitimização da população – Crimes contra a pessoa (Pesquisa Nacional de Vitimização - SENASP/MJ), por Unidade da Federação. A Pesquisa Nacional de Vitimização nos apresenta uma situação mais confiável no que tange à abrangência de agressões diversas sofridas pela população, mas sua abrangência chega apenas ao nível da UF. As lesões corporais do

DATASUS se referem apenas aos casos conflituosos que chegaram ao hospital, mas chegam ao nível do município. Por essas fragilidades e potencialidades diferenciadas, optou-se pelo uso de ambos.

Não temos dados abrangentes sobre crimes de ódio, por esse motivo optamos também por utilizar a Pesquisa Nacional de Vitimização, no que tange às discriminações sofridas por diversas razões.

Ainda como forma de medir sociabilidades violentas, optamos pelo indicador de Percentual da população que reside no Município há menos de 5 anos (IBGE). Isso porque algumas pesquisas, inclusive uma encomendada por esse Ministério (MACHADO, 2015), citam que locais com altas taxas de migrantes, internos ou externos, ou seja, com uma população sem vínculos com o local ou com outras pessoas, sem acesso a direitos e emprego, por vezes, podem influenciar em sociabilidades violentas.

Os indicadores comentados até agora foram incluídos no indicador síntese de violência interpessoal. Por fim, os agentes potencializadores, como álcool e drogas, serão analisados por meio de mapas, mas não são encarados como causa primária de violência. Esses podem potencializar os efeitos de ações violentas.

Ademais, não encontramos dados confiáveis de ausência de instâncias de mediação de conflitos que fossem suficientemente abrangentes para compor esse trabalho. Por esse motivo, trazemos um resumo qualitativo, logo adiante, desse tipo de instância e como ela se organiza.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO VARIÁVEIS DE REDUÇÃO DA VIOLENCIA

Mediação, conciliação e arbitragem são três métodos consensuais de resolução de conflitos, também conhecidos como Meios Alternativos ou Extrajudiciais de Resolução de Conflitos ou Controvérsias (MASCs ou MESCs). (VASCONCELOS, 2008, p. 35). É necessário diferenciá-los visto que cada um tem suas características e se aplica a situações diversas.

A **mediação** é uma forma de resolver conflitos de modo consensual que objetiva a facilitação do diálogo, por meio de uma terceira parte não envolvida no conflito, o mediador, para que as partes o resolvam por elas mesmas (SOUSA, 2004). É um método geralmente não hierarquizado. O mediador deve ser escolhido livremente pelas partes, além de ser apto, imparcial e independente (VASCONCELOS, 2008). Estas qualidades do mediador são princípios fundamentais para que a mediação seja bem sucedida, visto que as partes devem se sentir atendidas e satisfeitas com o diálogo ou o acordo feito, de modo a cumpri-lo ou de modo a se entenderem.

Algumas matérias penais não podem ser resolvidas por meio da mediação ou conciliação, quais sejam: aquelas que sejam crimes contra a pessoa (os homicídios, por exemplo) e as relativas à Lei Maria da Penha (violência doméstica). Outras, tais como crimes políticos, crimes praticados contra bens, serviços ou interesses da União, de uma de suas autarquias ou empresas públicas podem ser objeto de conciliação ou mediação na Justiça Federal, na Justiça Estadual ou Militar. As causas não criminais podem incluir: a Justiça Federal, quando a União, uma de suas autarquias ou empresas públicas forem parte no processo, a Justiça do Trabalho nas questões trabalhistas ou a Justiça Estadual, nas demais questões de sua competência. Elas incluem as áreas cível, previdenciária, fazendária e de família (CNJ, 2015).

O diálogo mediado por um terceiro é um dos meios principais para se solucionar os conflitos, visto que ao fazê-lo, as partes conhecem melhor os problemas, passando a rationalizá-los e dimensioná-los de modo a separar o que seria aparente daquilo que seria real. Um acordo fixado com base num problema aparente não teria eficácia (SALES, 2015).

Ao se valorizar as pessoas para que elas próprias sejam responsáveis pela solução da divergência, estimula-se a transformação da “cultura do conflito” para a “cultura do diálogo”, objetivo último desta prática.

Nas práticas de mediação, a visão do conflito deve ser positiva e não negativa, como normalmente acontece. Quando o conflito é visto como negativo, as partes se confrontam, uma ganha e outra perde. Quando o conflito é visto como positivo, a solução negociada tende a ser boa para ambas partes e assim, ambas ganham. Negativo seria apenas a má administração do conflito (SALES, 2015).

O objetivo mais proeminente da mediação é a resolução dos conflitos, mas um segundo objetivo importante seria a sua prevenção. Uma vez que a mediação proporciona o diálogo entre as partes sobre o problema, estimula a reflexão sobre “suas responsabilidades, direitos e obrigações” (SALES, 2015), além da reflexão sobre suas atitudes e a importância de cada ato para sua vida e para a vida do outro. Revela-se, portanto, como um mecanismo informal e simples de solução de controvérsias que pode evitar a excessiva judicialização dos conflitos, que vigora no país, além de estimular a cooperação e o diálogo.

Já a **conciliação** tem como principal foco o acordo entre as partes para o fim da controvérsia, que é intermediado por uma terceira parte que deve ser igualmente isenta, apta e livremente escolhida pelas partes em conflito. Enquanto na mediação o mediador não pode sugerir às partes que decisão tomar, na conciliação este diálogo visa à concessão. Se não houver acordo, a conciliação pode ser considerada fracassada. Já na mediação, a falta de um acordo não pode ser assim considerada, visto que

seu objetivo último é esta facilitação do diálogo de modo a despertar entre as partes a possibilidade de se entenderem sozinhas. Se isso for alcançado, a mediação foi bem sucedida (SOUZA, 2004).

A arbitragem, por sua vez, é regulada pela Lei nº 9.307/96 (conhecida como Lei de Arbitragem) e tem como foco a solução de litígios por meio de um terceiro, que decide de acordo com a lei ou com a equidade (SOUZA, 2004). Este tipo de método se aplica mais aos conflitos patrimoniais, isto é, bens que possuem valor agregado e que podem ser negociados (CNJ, 2014).¹ Portanto, é um método de justiça privada, alternativo ao Poder Judiciário, (CNJ, 2014) mas cujo laudo arbitral tem força de título executivo judicial. Sujeita-se à apreciação do Judiciário apenas nos casos de nulidade previstos na lei (SOUZA, 2004).

A institucionalização da mediação, conciliação de conflitos e das práticas restaurativas no Brasil é ainda muito recente. No âmbito internacional, tem origem na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos² (SOUZA, 2004).

Datam dos anos 1990 as entidades voltadas para a prática e a sistematização da teoria da mediação, que passou também a ser estudada em algumas instituições de ensino superior (SOUZA, 2004). Somente em meados da década de 2000 surgiram as primeiras experiências no âmbito do sistema Judiciário brasileiro quanto à mediação e conciliação de conflitos, em fase pré-processual e processual.³

Em 2006, o Conselho Nacional de Justiça iniciou um trabalho de mobilização no Congresso Nacional e na sociedade em prol da conciliação e da mediação como métodos alternativos de resolução de conflitos que deveriam constar do Projeto de Lei nº 7.169/2014 do Novo Código de Processo Civil. Este PL foi escrito, inclusive, com a participação de representantes do CNJ⁴.

A partir de então, o CNJ tem empreendido diversas ações para estimular esta prática, concebida no âmbito da Política Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesses⁵.

Em novembro de 2010, foi editada a **Resolução no 125**, do Conselho Nacional de Justiça, que estabeleceu a necessidade da instalação em todos os Tribunais de “Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos”, num prazo

¹ Ver a notícia: **Com a colaboração do CNJ, Congresso pode regulamentar marco legal da mediação**, veiculada no site do CNJ, em 26/11/2014, no link: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79389-cnj-cria-cadastro-de-instrutores-em-mediacao-e-conciliacao>. Acesso em: 16/04/2015.

² Conferir: <http://jus.com.br/artigos/6199/a-utilizacao-da-mediacao-de-conflitos-no-processo-judicial>. Acesso em: 16/04/2015.

³ O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Jundiaí (SP) foi um dos pioneiros nesta atividade, iniciada em outubro de 2005. Para mais informações, conferir GRINOVER; SADEK; e WATANABE, Kazuo. (Coord.), 2014.

⁴ Informação obtida no site do CNJ: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79021-mediacao-e-conciliacao-no-foco-da-magistratura-nacional>. Acesso em: 16/04/15.

⁵ Entre elas estão: a criação do **Dia Nacional de Conciliação**, comemorado no dia 8 de dezembro; a **Semana da Conciliação**, promovida anualmente, que estimula todos os tribunais brasileiros a selecionarem os processos que tenham possibilidade de acordo e a intimarem as partes envolvidas para solucionarem o conflito; o **Prêmio Conciliar é Legal**, instituído em 2010, que premia práticas de sucesso e dissemina a cultura dos métodos consensuais de resolução de conflitos entre tribunais, magistrados, instituições de mediação e conciliação, instituições de ensino superior, empresas e pessoas, em diversas categorias, individuais e em grupo.

de 60 dias, podendo ser estabelecidas parcerias com entidades públicas e privadas para tanto, além de “Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania”, nos Juízos, Juizados ou Varas especializados nas áreas cível, previdenciária, fazendária e de família, ou Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários, onde deverão ocorrer, preferencialmente, as sessões ou audiências de mediação e conciliação. O prazo para a instalação destes últimos variava de 4 a 12 meses a partir da vigência da Resolução, dependendo da localidade e da demanda por serviços judiciais desta.

Passados quatro anos da edição desta Resolução, verifica-se que a mesma ainda não alcançou todas as Unidades Federativas, nem mesmo em todas as capitais, já que segundo as informações constantes no site do Conselho Nacional de Justiça, dos 149 núcleos de mediação e conciliação existentes, divididos entre os três ramos da Justiça - Federal, Estadual e do Trabalho, cinco estados não têm acesso a qualquer núcleo de mediação ou conciliação no âmbito da Justiça Estadual (MA, PI, RN, RO, RR), cinco estados não têm acesso a qualquer núcleo de mediação ou conciliação no âmbito da Justiça do Trabalho (AC, AM, RN, RR, TO) e em 20 Estados os núcleos de mediação e conciliação da Justiça Federal não estão situados no mesmo território destes, o que dificulta audiências e sessões presenciais.⁶

A localização do núcleo é um critério importante a ser considerado, para se ter uma ideia do alcance deste serviço, principalmente quando se sabe que ele pode ser mais acessível às populações de baixa renda, geralmente com pouco acesso à Justiça. Assim, ainda é preciso dizer que dos 96 núcleos de mediação e conciliação existentes no âmbito da Justiça Estadual, 58,3% deles (56) estão localizados na capital da Unidade Federativa, ficando os interiores dos estados com 40,6% deles. Mais ainda, em 21 UFs não há qualquer núcleo deste tipo, revelando que o acesso ao serviço ainda é dificultado.

Um trabalho de pesquisa qualitativa recente, empreendido pela Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) do Ministério da Justiça (GRINOVER; SADEK; e WATANABE, Coord., 2014) mapeou 130 experiências de mediação e conciliação implementadas por atores de Justiça, em todas as regiões brasileiras, mas não há no estudo a informação se tais práticas foram encontradas em todas as UFs do país. Sabe-se, entretanto, que a Região Sudeste é aquela que apresenta o maior número de práticas mapeadas (63), seguida das regiões Sul, Norte, Centro-Oeste e Nordeste, conforme a Tabela 1 abaixo.

A tentativa de comparação dos núcleos existentes no site do CNJ com este estudo mostra a discrepância entre eles, especialmente na metodologia utilizada para selecioná-los, não tanto quanto ao seu número total, mas sim quanto ao número em cada região, como pode ser vista na tabela abaixo:

⁶ Informação processada a partir do site do CNJ no link: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-mediacao/nucleos-de-conciliacao>. Acesso em: 25/05/2015.

Tabela 1 – Comparação entre o número de núcleos de mediação e conciliação ligados à Justiça, presentes no site do CNJ (2015), e o mapeamento de práticas de mediação da SRJ/MJ (2014)

Regiões	Site do CNJ		Mapeamento SRJ/MJ
	Nº atende a UF	Nº localizado na UF	
NORTE	23	16	17
NORDESTE	58	50	5
CENTRO-OESTE	16	13	15
SUDESTE	32	30	63
SUL	20	19	30
TOTAL	149	128	130

Recentemente, em março de 2015, foi promulgado o novo **Código de Processo Civil** (Lei nº 13.105, de 16/03/2015) no qual as práticas de mediação e conciliação foram incorporadas e estimuladas no âmbito da Justiça e fora dela a partir do parágrafo 3º do Art. 2º:

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

No estudo já mencionado sobre as boas práticas em mediação no Brasil (GRINOVER; SADEK; WATANABE, Coord. 2014), foram selecionadas 6 para uma análise mais aprofundada, sendo uma em cada região do país, com exceção da região Centro-Oeste, na qual foram relacionados dois casos. Antes desta seleção foi feito um mapeamento nacional no sentido de identificar as práticas de mediação e conciliação promovidas pelos atores do sistema de Justiça, mesmo que em parceria com outros atores, públicos ou privados.

Na Região Sudeste, foi escolhida uma experiência de Jundiaí (SP), do *Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania* (CEJUSC), ligado ao Tribunal de Justiça de São Paulo, comarca de Jundiaí.

Na Região Nordeste, foi selecionado um conjunto de experiências do Estado de Ceará vinculadas ao *Programa Justiça Comunitária*, do Ministério Público do Ceará, com 11 núcleos de Mediação Comunitária espalhados pelo Estado, sendo 6 na capital e os demais no interior.⁷ Foram estudados cinco destes núcleos.

Na Região Sul, foi analisado o *Programa Municipal de Pacificação Restaurativa de Caxias do Sul – Caxias da Paz*, um programa de iniciativa da Prefeitura de Caxias do Sul (RS) em parceria com a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS) e a Justiça para o Século XXI, programa piloto de Justiça Restaurativa no Brasil em Porto Alegre, prática que recebeu o prêmio *Innovare* de 2007.

⁷ Situados nas cidades de Fortaleza, em 6 bairros diferentes (Antônio Bezerra, Barra do Ceará, Bom Jardim, Grande Messejana, Parangaba e Pirambu); Caucaia (nas localidades de Caucaia-FATENE e Jurema); Maracanaú; Pacatuba e de Sobral.

Na Região Centro-Oeste, foram escolhidas as experiências do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Mato Grosso do Sul (NUPEMECT – MS) e do Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (CBMAE/PACE).

Por fim, na Região Norte a experiência escolhida foi a da cidade de Tucuruí (PA), desenvolvida pela Defensoria Pública. Desta forma, o estudo pretendeu apresentar a diversidade das práticas de conciliação e mediação que estão tendo lugar no país, bem como a diversidade de atores nelas envolvidos.

Embora nem todos os surveys realizados nos núcleos tenham sido respondidos, total ou parcialmente,⁸ de um modo geral, as avaliações que foram feitas pelos usuários dos núcleos ou programas são bastante positivas, sendo que o grau de satisfação dos mesmos com a prática (avaliações denominadas de Excelente e de Satisfatória, somadas) ficou entre 80% e 90% entre os usuários entrevistados, incluindo os quesitos: funcionários que os atenderam, atuação dos mediadores/conciliadores, a imagem do Poder Judiciário, a prática de mediação/conciliação e a justeza da solução a que se chegou. As avaliações ruins nestes mesmos quesitos ficaram entre 0% e 3%.

Na maior parte das respostas as pessoas se declararam confortáveis na seção de mediação ou conciliação, não se sentindo pressionadas a chegar a um acordo. Além disso, destacam-se as respostas positivas, em maior número, com relação à disposição de retornar ao serviço em caso de necessidade de resolução de outros problemas e de indicação do serviço a conhecidos.

Com relação aos tipos de conflitos abordados, há bastante variação entre as 6 experiências, havendo tanto causas cíveis quanto criminais, como é o caso do Ceará, que inclui “crime contra a honra”, entre outros.

A verdadeira avaliação dos resultados dessas práticas seria feita pela avaliação dos usuários e pela pacificação efetiva dos conflitos, isto é, uma vez que o usuário ficou satisfeito, não seria mais necessário procurar esta mediação para o mesmo conflito e nem mesmo seriam criados novos processos na Justiça. Portanto, calcular o êxito da empreitada pelo número de acordos feitos não seria um bom indicador. Assim, os estudos qualitativos feitos de tempos em tempos seriam os mais fidedignos para se avaliar a qualidade deste serviço e o impacto do mesmo na pacificação da sociedade.

Diante do exposto, dada a novidade da prática no âmbito estatal, a diversidade de instituições que a têm levado adiante⁹ e os tipos de conflitos tratados, revela-se uma grande dificuldade de se avaliar o êxito destas práticas com relação à pacificação da

⁸ Em todos os núcleos ou centros em que se fez a pesquisa qualitativa, foi realizado um **survey** no sentido de avaliar a satisfação dos usuários do serviço em relação àqueles quesitos já explicitados, dentre outros. Entretanto, nos núcleos do Estado do Ceará, alguns setores do Programa de Caxias do Sul (RS), no NUPEMECT-MS, no CBMAE/PACE (MS), ou não foi respondido nenhum questionário ou foram respondidos poucos questionários pelos usuários, pelas mais diversas razões. Mesmo assim, os pesquisadores avaliaram as respostas obtidas, não se utilizando de estatísticas, mas de apresentação qualitativa. As estatísticas se apresentaram somente no caso de Jundiaí (SP).

⁹ Entre públicas e privadas, entre aquelas vinculadas ou não aos Tribunais de Justiça dos Estados e do DF, Tribunais do Trabalho e Tribunais Federais, figuram o Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA), o Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem

sociedade. Neste momento, não existe um banco de dados, um índice ou um estudo aprofundado sobre como a presença ou ausência de instâncias de mediação ou conciliação dos conflitos pode ou não influenciar na violência nas localidades.

Mas, considerando que a violência é um fenômeno complexo e multicausal, que a sociedade brasileira tem sido caracterizada pela prevalência da resolução adversarial e violenta dos conflitos e que os índices de homicídio no país são alarmantes, a avaliação desta variável é desejável em nível local, de modo qualitativo. Somente deste modo poderá se avaliar até que ponto esta é uma variável relevante ou não no conjunto de causas ou fatores de risco que levam à criminalidade violenta existente.

1.5 Violência doméstica

A violência no ambiente doméstico vitima especialmente mulheres, de todas as idades. Trata-se, assim, de uma violência essencialmente patriarcal. Podemos afirmar que os homicídios de mulheres, crianças e idosos se relacionam com as relações violentas de poder perpetradas dentro do ambiente doméstico ou baseadas em relações de parentalidade.

Por esse motivo e tendo em conta também que ações de prevenção a esse tipo de violência são específicas, optamos por diferenciar violência doméstica de violência interpessoal. No caso dessa violência, observamos os seguintes fatores de risco:

CULTURA PATRIARCAL

A cultura patriarcal é um conceito aludido por feministas e estudiosas do gênero para evidenciar uma estrutura de poder que subjuga mulheres e o feminino, de maneira geral. Locais com essa cultura mais arraigada tendem a reproduzir de forma intensa a violência misógina, tendo como consequência possível o cometimento de homicídios.

Concepções machistas passadas pelas mães no processo educativo, a constante associação da representação masculina como uma figura violenta e o não reconhecimento das mães sobre suas capacidades são fatores relevantes para a manutenção da violência (GUEDES et al., 2009).

A violência de gênero revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal, assim como a manutenção das estruturas de poder (BANDEIRA, 2014).

(INAMA) e o Mediare – Centro de Mediação de Conflitos, sendo as duas primeiras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e a terceira com fins lucrativos, que congregam várias instituições e contêm, em seu corpo, profissionais cadastrados para exercerem as atividades de mediação, conciliação e/ou arbitragem.

A violência doméstica afeta e mata mais mulheres, tanto adolescentes como crianças e idosas (WAISELFISZ, 2012).

ALTOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS DE MULHERES, CRIANÇAS E IDOSOS

A violência dentro do ambiente doméstico, que reproduz um contexto patriarcal, não é a mesma para todos os membros da família.

Os homicídios de mulheres constituem em torno de 10% do total da mortalidade por agressão, fato que pode conferir importância secundária a esse evento, havendo poucos estudos sobre esse tema. Porém, mesmo com frequências menores, os assassinatos de mulheres constituem um problema social sem paralelo na população masculina, pelo fato de a maior parte dos homicídios femininos estar relacionada à condição de gênero (MENEGHEL, 2011).

Na investigação de Melo et al.,(p.)11 verificou-se que 62,1% dos casos de violência [contra idosos] ocorreram na residência da vítima, enquanto na abordagem de Pasinato et al.,(p.17) esse percentual foi de 59%. Em levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, a proporção encontrada foi de 86% (NOGUEIRA et al., 2011).

AGENTES POTENCIALIZADORES (ÁLCOOL E DROGAS)

Como no caso da violência interpessoal, o uso de álcool e drogas pode ser observado como um fator que potencializa as consequências extremas da violência doméstica, contudo, não estamos abordando esse uso como causa primária da violência.

A associação entre a violência doméstica - incluindo a violência perpetrada por homens contra mulheres que são suas parceiras íntimas e o abuso físico e sexual contra as crianças pelos pais ou outros cuidadores - e uso, abuso e dependência de substâncias tem sido investigada por vários autores, mas uma relação causal (que o uso, abuso ou dependência de substâncias causa violência doméstica) não pode ser inferida (ZILBERMAN E BLUME, 2005).

FALTA DE REDE DE PROTEÇÃO

A ausência de uma rede de proteção específica e de serviços do Estado que atentem para as especificidades das diferentes violências domésticas e dos riscos associados a elas também pode ser observada como um fator de risco para os homicídios associados a esse fenômeno. (PASINATO et al. 2015; DINIZ et al., 2015)

Em termos de indicadores, alguns foram escolhidos para serem analisados apenas com os mapas, pois podem não estar diretamente associados com homicídios, que é o foco desse trabalho. Contudo, a violência doméstica foi observada como fator de risco para gangues e drogas e violência interpessoal, sendo, assim, fundamental compreendê-la como uma questão, independente de sua relação direta com os homicídios. Nesse quesito, analisamos um índice de cultura patriarcal – Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (SOUZA, 2012), o qual indica desigualdades em termos de saúde, educação, trabalho e espaço político. Traremos também mapas indicando a existência de uma rede de proteção específica para mulheres, crianças e adolescentes.

Como indicadores que compõem o indicador-síntese de violência de gênero, optamos por aqueles mais associados aos homicídios. O primeiro e mais evidente deles são as altas taxas de homicídios de mulheres, idosos e crianças, obtidas pelo SIM/DATASUS. Também inserimos dados sobre agressões ocorridas na residência e estupros ocorridos na residência, todos do SINAN/DATASUS.

Sabemos que os dados de estupro e agressão em residência apresentam apenas uma parte restrita desses casos, aqueles que chegam aos hospitais. Não conseguimos dimensionar de fato qual a abrangência da violência doméstica. Contudo, os dados do SINAM são os mais sistematizados e abrangentes e por esse motivo optamos por utilizá-los.

1.6 Presença do Estado

Como estamos desenhandando um diagnóstico que deve orientar a construção de ações políticas do Estado, optamos por construir também um indicador-síntese sobre essa temática. Ademais, adotamos a hipótese de que a falta do Estado significa acúmulo de vulnerabilidades sociais e pode influenciar na criminalidade violenta e ocorrência de homicídios (CERQUEIRA, 2014).

Os indicadores escolhidos para explicitar essa situação vieram de diferentes fontes e contamos com o diálogo com diversas pastas do Governo Federal para compô-los:

- Segurança Pública:
 - Quantidade de efetivo de PM+PC+Guarda/ população do estado e/ou município (Pesquisa Perfil/MJ + Município/IBGE).
- Saúde:
 - Quantidade de médicos por habitante, por município (DATASUS).
- Assistência Social:
 - Quantidade de CRAS e CREAS por município (MDS);
 - Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por famílias

existentes no CadÚnico, por município (MDS).

- Cultura e Lazer:
 - Percentual dos orçamentos familiares gasto com cultura (POF/IBGE), por Município, UF e/ou região;
 - Quantidade de Pontos e Pontões de Cultura (MinC), por UF e Município.
- Acesso à Justiça:
 - Índice Nacional de Acesso à Justiça – INAJ (Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ).

1.7 Conflitos entre sociedade civil e polícia

Compreende-se que os conflitos que geram letalidade da população por parte dos policiais e vice-versa compõem parte importante dos homicídios e apresentam um fenômeno específico (BUENO et. al, 2013), para o qual determinadas ações políticas devem ser propostas.

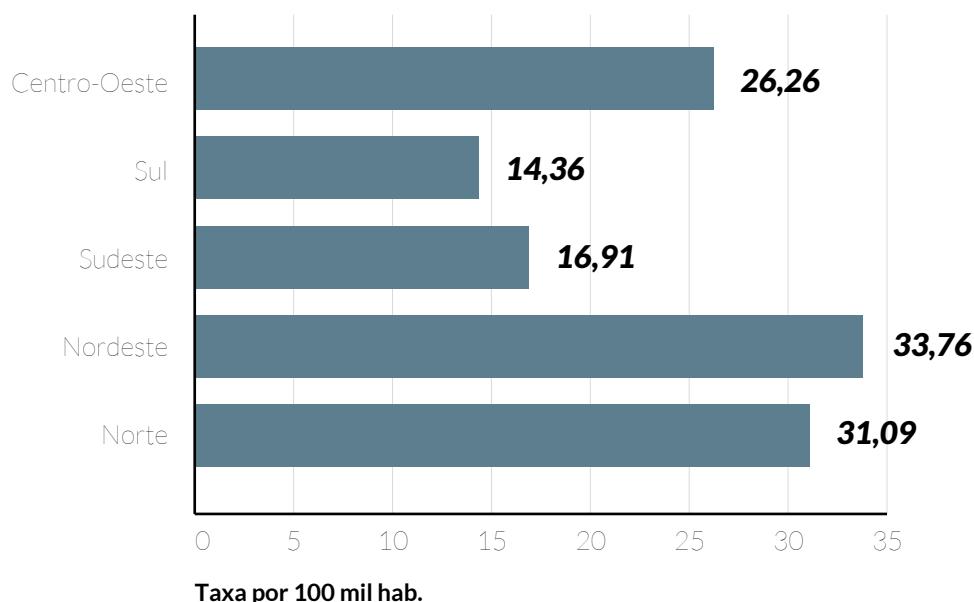
Os dados sobre esse fenômeno são ainda escassos no Brasil e provavelmente ainda não poderemos ter uma dimensão exata dos números. Para compor o indicador-síntese desse fenômeno, analisaremos os dados de Quantidade de policiais mortos, por UF (Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública /SENASA, 2013); de agressões ou extorsões sofridas pela população por policiais, por UF (Pesquisa Nacional de Vitimização, 2013) e os dados de “Intervenção legal”, por UF (DATASUS).

1.8 Concentração dos homicídios e causas nas UFs

A partir das causas e indicadores, faremos uma análise preliminar, nos capítulos que se seguem, acerca dos homicídios no Brasil, a qual será orientada para cada uma das regiões, estados e municípios do Pacto. Iniciaremos pela Região Nordeste, seguindo a ordem dos mais graves indicadores de homicídio.

De maneira geral, a taxa de homicídios varia muito no Brasil e a maior taxa, de 33,76 homicídios por 100 mil habitantes, está na Região Nordeste, seguida pela Região Norte, com 31,09. No Centro-Oeste a taxa também é relativamente alta, 26,26. Já as regiões Sudeste e Sul apresentam taxas menores, 16,91 e 14,36, respectivamente.

Gráfico 1 – Taxa de Homicídios por 100 Mil Habitantes, Brasil, 2014



Fonte: SINESP/ MJ, 2014.

Em números absolutos, alguns estados concentram a maior parte dos homicídios, o que se relaciona com o tamanho de sua população e/ou com dinâmicas de violência específicas de cada local. Como pode ser observado na tabela adiante, a maior concentração de homicídios está na Bahia, estado que também possui uma alta taxa de homicídios por 100 mil habitantes, seguida de Rio de Janeiro e São Paulo. A taxa do primeiro é relativamente alta, mas isso não ocorre no caso de São Paulo, indicando que a concentração percentual se deve ao tamanho da população. O Ceará, em quarto lugar, chama a atenção especialmente porque possui a maior taxa de homicídios do Brasil.

Tabela 2 – Distribuição dos homicídios nas UFs, 2014

UF	Número de homicídios	Taxa por 100 mil hab.	Porcentagem no total de homicídios
BA	5450	36,0	11,63
RJ	4610	28,0	9,83
SP	4294	9,8	9,16
CE	4144	46,9	8,84
MG	3958	19,1	8,44
PE	3233	34,8	6,90
PA	3232	40,0	6,89
RS	2226	19,9	4,75
GO	1575	24,1	3,36
ES	1528	39,3	3,26
PB	1418	36,0	3,02
PR	1354	12,2	2,89
MA	1353	19,7	2,89
MT	1276	39,6	2,72
AL	1050	31,6	2,24
SE	999	45,0	2,13
AM	909	23,5	1,94
DF	682	23,9	1,45
RN	665	19,5	1,42
PI	659	20,6	1,41
SC	587	8,7	1,25
RO	525	30,0	1,12
MS	463	17,7	0,99
TO	313	20,9	0,67
AC	191	24,2	0,41
AP	115	15,3	0,25
RR	72	14,5	0,15

Fonte: SINESP, 2014

As causas de homicídios serão analisadas em detalhes para cada uma das regiões. Contudo, a título introdutório, e para que permita comparações posteriores, a tabela adiante indica a distribuição das causas de homicídios em todas as UFs. De maneira geral, vê-se uma concentração de fatores transversais considerados ruins na Região Nordeste e medianos na Região Sudeste. O indicador-síntese de gangues

e drogas, ruim, está concentrado no Sudeste, mas também presente em estados de outras regiões (PE, PR, RS e MT). O indicador de violência patrimonial se apresentou ruim nos estados do Acre e da Bahia, bem como no Distrito Federal.

A violência interpessoal parece ser mais grave no Pará, Amapá, Pernambuco e Bahia, contudo, é evidente que vários estados se apresentam com situações medianas, com especial concentração para o Sudeste. A violência doméstica, por outro lado, é mais grave nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Espírito Santo e Goiás e ainda chama atenção, nesse caso, a concentração de situação ruim ou média nos estados do Norte.

As UFs que mais parecem carecer de presença de instâncias do Estado são Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Bahia e Paraná. Observa-se a preponderância de estados do Norte nessa categoria. Em termos de conflitos entre policiais e população, alguns estados se destacam pela situação ruim, são eles: Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. É evidente também a concentração de uma situação mediana nos estados do Nordeste, com exceção de Sergipe.

Quadro 1 - Distribuição dos indicadores por UF

UF	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
RO	●	●	●	●	●	●	●
AC	●	●	●	●	●	●	●
AM	●	●	●	●	●	●	●
RR	●	●	●	●	●	●	●
PA	●	●	●	●	●	●	●
AP	●	●	●	●	●	●	●
TO	●	●	●	●	●	●	●
MA	●	●	●	●	●	●	●
PI	●	●	●	●	●	●	●
CE	●	●	●	●	●	●	●
RN	●	●	●	●	●	●	●
PB	●	●	●	●	●	●	●
PE	●	●	●	●	●	●	●
AL	●	●	●	●	●	●	●
SE	●	●	●	●	●	●	●
BA	●	●	●	●	●	●	●
MG	●	●	●	●	●	●	●
ES	●	●	●	●	●	●	●
RJ	●	●	●	●	●	●	●
SP	●	●	●	●	●	●	●
PR	●	●	●	●	●	●	●
SC	●	●	●	●	●	●	●
RS	●	●	●	●	●	●	●
MS	●	●	●	●	●	●	●
MT	●	●	●	●	●	●	●
GO	●	●	●	●	●	●	●
DF	●	●	●	●	●	●	●

1.9 Públcos vulneráveis aos homicídios

Os perfis de vulnerabilidade e vitimização no Brasil são bem característicos. Os negros (somatória de pretos e pardos, segundo o IBGE, Censo 2010) representam 50,7% da população do país e corresponderam a 72,0% das mortes, contra 26,0% de mortes de brancos e amarelos, num total de 50.715 mortes em 2013 com o campo raça/cor preenchidos. Os jovens com idade entre 15 e 29 anos estão no topo da pirâmide das mortes causadas por homicídio no país e o percentual de mortes dessa parcela da população chega a 52,9% do cômputo geral (dados do MS/Datasus).

Quando os dados sobre os jovens são desagregados por cor/raça, esse percentual é ainda maior e mostra desproporção, com grande concentração de mortes para os jovens negros, cuja taxa por 100 mil habitantes é de 79,4. A distribuição por regiões corrobora os dados em nível nacional. Nas regiões NE e N, cujos percentuais somados representam 50,6% do total de homicídios do país em 2013, os jovens negros representaram 83,3% dos jovens vitimados nessas regiões. (dados do MS/Datasus).

Tabela 3 - Perfil das vítimas de óbitos por agressão (2013)

Raça/Cor	Óbitos por Agressão	%
Total Válido	50.715	100,0%
Amarela	62	26,8%
Branca	13.536	
Parda	32.871	72,8%
Preta	4.055	
Indígena	191	0,4%
Ignorado	3.554	-

Fonte: MS/Datasus CID 10 (X85-Y09).

Tabela 4 - Perfil das vítimas jovens (15 a 29 anos) de óbitos por agressão (2013)

Raça/Cor	Óbitos por Agressão	População 2010	Taxa por 100 mil hab.
Brancos (Brancos e Amarelos)	6.289	23.602.138	26,6
Negros (Pretos e Pardos)	21.842	27.514.695	79,4
Indígenas	57	220.991	25,8
Ignorado	2.025	-	
TOTAL	30.213	51.337.824	58,9

Fonte: MS/Datasus CID 10 (X85-Y09).

No Brasil, a taxa de morte violenta de mulheres é relativamente pequena se comparada à dos homens. Não obstante, a comparação feita entre homicídios de mulheres negras e brancas revela a continuidade das características apresentadas para os homens, isto é, são as mulheres negras as mais vitimadas e, portanto, representam a parcela de maior vulnerabilidade, uma vez que a taxa por 100 mil habitantes (7,2) é duas vezes maior que a taxa das mulheres brancas (3,2).

A faixa etária de mulheres jovens, entre 15 e 29 anos, é também a mais vitimada. Para as mulheres jovens brancas a taxa é de 4,6, enquanto para as mulheres jovens negras essa taxa sobe para 11,5.

Os homicídios de mulheres estão relacionados a causas e fatores de risco bem diferentes dos homens. Enquanto para estes os assassinatos parecem estar mais coadunados com as macrocausas gangues e drogas e conflitos interpessoais, as mulheres são vítimas de questões relacionadas a conflitos intrafamiliares e têm como algozes, na grande maioria das vezes, os seus parceiros íntimos.

Embora o homicídio de mulheres seja relativamente pequeno no Brasil, como dito acima, é necessário enfatizar que o número absoluto de mortes é considerável, se comparado ao de outros países.

Tabela 5 - Perfil etário das vítimas, MULHERES BRANCAS, de homicídios (2013)

Faixas de Idade	Óbitos por Agressão (Homicídios)	População (2010)	Taxa por 100 mil hab.
TOTAL	1.571	48.532.042	3,2
Crianças (até 14 anos)	87	10.372.120	0,8
Jovens (15 a 29 anos)	555	12.046.387	4,6
Adultos (entre 30 e 59 anos)	758	19.411.415	3,9
Idosos (Acima de 60 anos)	171	6.702.120	2,6

Fonte: MS/Datasus CID 10 (X85-Y09)

Tabela 6 - Perfil etário das vítimas, MULHERES NEGRAS, de homicídios (2013)

Faixas de Idade	Óbitos por Agressão (Homicídios)	População (2010)	Taxa por 100 mil hab.
TOTAL	3.468	48.406.819	7,2
Crianças (até 14 anos)	560	12.047.386	4,6
Jovens (15 a 29 anos)	1.557	13.534.613	11,5
Adultos (entre 30 e 59 anos)	1.196	18.128.254	6,6
Idosos (Acima de 60 anos)	155	4.696.566	3,3

Fonte: MS/Datasus CID 10 (X85-Y09)

2. PESQUISA DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

2.1 Apresentação

Como dito no item dedicado à metodologia utilizada nessa pesquisa, houve a aplicação de dois tipos de questionário para a elaboração desse diagnóstico: (i) um sobre a qualidade dos dados de homicídios registrados pelas polícias estaduais; (ii) outro sobre as políticas de redução da criminalidade violenta que existem ou existiram nas UFs, ou aquelas que estão sendo planejadas. Essa parte do Relatório dedica-se à análise dos dados obtidos por meio desse segundo instrumento.

A *Pesquisa Diagnóstico das Políticas de Redução da Criminalidade Violenta nas Unidades da Federação* teve como objetivo fazer um primeiro levantamento de políticas públicas existentes nas Unidades Federativas com foco na redução da criminalidade violenta, especialmente aquela que resulta em mortes, tais como homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Isto é, os chamados Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs). A análise desses dados pretende subsidiar o Ministério da Justiça a formular, em conjunto com os demais entes federados, políticas nacionais de redução desse tipo de fenômeno.

Primeiramente, a Senasp oficiou os governadores estaduais e distrital para que esses indicassem um interlocutor para receber o questionário e respondê-lo. Após isso, foram enviados os questionários por meio de *link* e senha, com um prazo de três semanas para resposta. O envio ocorreu, na maior parte dos casos, no fim do mês de maio de 2015. Entretanto, após diversas cobranças às UFs cujos prazos já haviam terminado e adiamentos nos prazos inicialmente dados, coletaram-se as respostas de 22 UFs, finalizando o banco de dados em 30 de junho de 2015. Os Estados que não responderam esse questionário foram: Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo.

Na maioria absoluta dos questionários respondidos, o(a) indicado(a) foi o(a) Secretário(a) de Segurança Pública e/ou de Defesa Social e/ou de Justiça. Esse fato por si só já nos diz do lugar que ocupa a questão “criminalidade violenta” dentro das divisões temáticas entre as diferentes pastas dos governos. Em apenas um caso, a indicada foi a Secretaria de Planejamento e Gestão (PE).

O questionário foi dividido em 4 Partes: **Parte A** – Introdução; **Parte B** – Políticas Atuais de Redução da Criminalidade Violenta; **Parte C** – Políticas de Redução da Criminalidade Violenta sendo Planejadas; **Parte D** – Políticas Pregressas de Redução da Criminalidade Violenta. Concentraremos nossa análise nas partes A e B por duas razões: uma em função do curto prazo de que dispomos para tanto e a quantidade de informações obtidas; outra por julgarmos serem aquelas por meio das quais maiores subsídios poderão ser dados ao MJ nesse momento. Os demais dados estarão disponíveis ao MJ para análises futuras.

2.2 Resultados

A primeira parte do questionário teve um papel de “divisor de águas”. Isto é, conforme o que se respondia nas três primeiras questões dessa parte, o respondente teria que responder uma ou mais partes em seguida. Perguntamos: 1) *Neste momento, existe no âmbito do Governo do Estado alguma política, programa ou ação voltada para a redução da criminalidade violenta?* 2) *Há alguma política de redução da criminalidade violenta sendo planejada? Em caso afirmativo, quantas?* 3) *Nos últimos 4 anos, houve alguma política, programa ou ação por parte do Governo do Estado, direcionada para a redução da criminalidade violenta?*

A tabela abaixo mostra as respostas obtidas por Unidade da Federação: 19 UFs disseram ter alguma política agora desse tipo; 20 disseram estar planejando pelo menos uma política; e 18 disseram que tiveram alguma política desse tipo nos últimos quatro anos.

Quadro 2 - Políticas de redução da criminalidade violenta, atuais, pregressas e sendo planejadas pelas UFs (2015)

UF	Existe agora?	Está sendo planejada?	Houve alguma nos últimos 4 anos?
AC	Sim	Sim, apenas uma	Sim
AL	Sim	Sim, duas	Sim
AM	Sim	Sim, apenas uma	Sim
AP	Sim	Sim, mais de duas	Não
BA	Sim	Sim, apenas uma	Sim
DF	Não	Sim, apenas uma	Sim
ES	Sim	Sim, duas	Sim
MA	Não	Sim, apenas uma	Não
MG	Sim	Sim, duas	Sim
MS	Sim	Sim, mais de duas	Sim
MT	Sim	Sim, apenas uma	Sim
PA	Sim	Sim, mais de duas	Sim
PB	Sim	Não, nenhuma	Sim
PE	Sim	Sim, mais de duas	Sim
PI	Não	Sim, apenas uma	Não

UF	Existe agora?	Está sendo planejada?	Houve alguma nos últimos 4 anos?
PR	Sim	Não, nenhuma	Sim
RJ	Sim	Sim, mais de duas	Sim
RN	Sim	Sim, mais de duas	Não
RO	Sim	Sim, apenas uma	Sim
SC	Não	Não, nenhuma	Não
SE	Sim	Sim, duas	Sim
TO	Sim	Sim, mais de duas	Sim

Gráfico 2 - Políticas de Redução da Criminalidade Violenta sendo Planejadas pelas UFs, Brasil, 2015

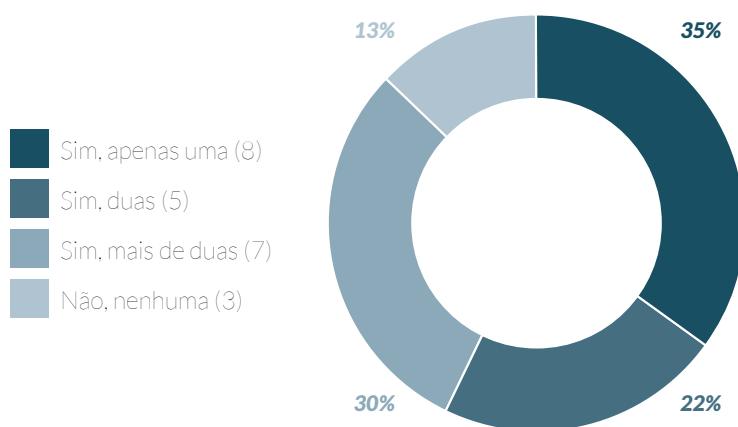
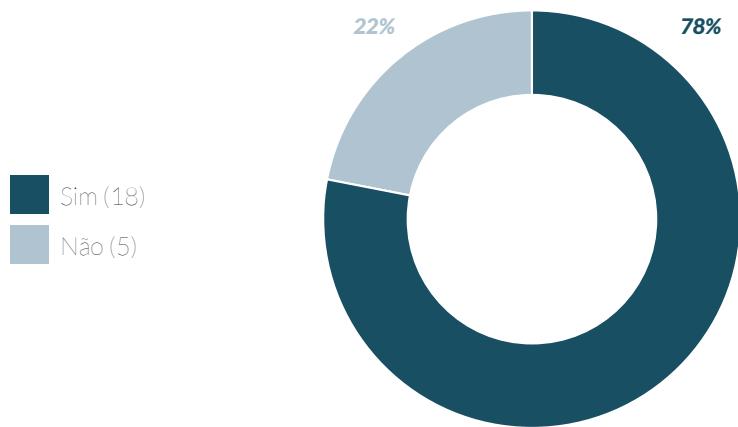


Gráfico 3 - Políticas de Redução da Criminalidade Violenta Existentes nos Últimos 4 anos nas UFs, Brasil, 2015



Pode-se dizer, de uma maneira geral, que as Unidades da Federação que disseram SIM às três questões seriam aquelas em que há uma mobilização aparentemente consolidada do governo em torno do tema, ou seja, a maior parte delas: 14 (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e Tocantins).

Aqueles estados em que a resposta foi positiva para as duas primeiras e negativa para a terceira poderiam ser classificados como de mobilização recente em torno desse tema. Esse é o caso apenas do Amapá e do Rio Grande do Norte. Os que não tiveram nenhuma política nos últimos quatro anos e também não têm agora, mas estão planejando alguma, são apenas dois também: Maranhão e Piauí. Ou seja, estariam ainda no estágio anterior aos outros dois citados anteriormente, em processo de discussão do tema para se mobilizar. Há uma Unidade Federada em que houve mobilização no passado, não há agora, mas estão sendo planejadas políticas nesse sentido. Esse é o caso do Distrito Federal apenas. Pode-se inferir que estão sendo elaboradas novas políticas públicas havendo uma base sobre as experiências passadas.

O caso de Santa Catarina também é único: não houve políticas de redução da criminalidade nos últimos 4 anos, não há agora e não estão sendo planejadas políticas desse tipo. Esse resultado é compreensível, visto que se trata da UF em que a taxa de homicídios é a menor de todas do país. Por fim, há a situação de outros dois estados, Paraíba e Paraná, em que houve políticas pregressas, existem agora e não estão sendo planejadas novas políticas de redução da criminalidade violenta.

Pode-se interpretar essas respostas como uma situação em que as políticas existentes são suficientemente amplas e estruturantes de modo que não é necessário planejar outras, no entendimento desses governos.

Essas análises preliminares podem ser melhor aprofundadas à medida em que conhecemos essas políticas existentes, as direções das que estão sendo planejadas e como eram as que já existiam. Por isso, cabe agora apresentar o nome das políticas existentes e suas características.

No quadro abaixo estão todas as que foram listadas pelas UFs, conforme a sua ordem de prioridade para o Governo do Estado.

Quadro 3 - Nomes das Políticas de Redução da Criminalidade Violenta Existentes, por UF, 2015

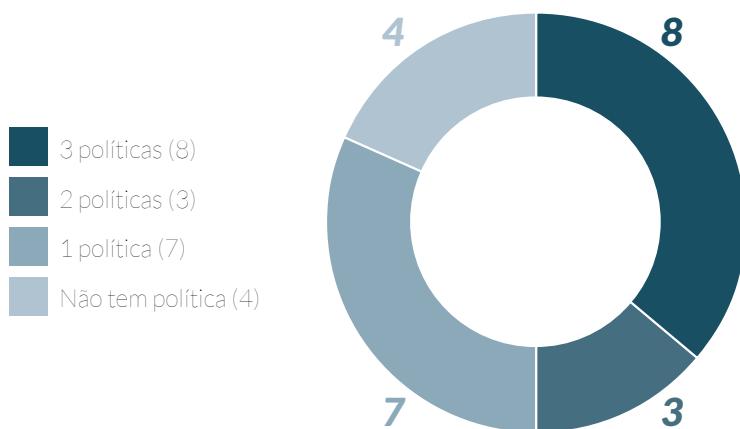
UF	Nome da Política
AC	Plano de Metas
AL	Brasil Mais Seguro - Alagoas
	Programa de Reforma das Instituições de Segurança Pública
	Programa de Redução de Violência
AM	Programa Ronda no Bairro
AP	Cidadão Mirim PM
	Bombeiro Mirim BM
	Peixinhos Voadores
BA	Programa Pacto pela Vida
DF	*
ES	Ocupação Social
	Plano Estadual de Redução de Violência Letal
	Plano de Redução de Violência Doméstica

UF	Nome da Política
MA	*
MG	Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo! e Programa Mediação de Conflitos
	Integração e Gestão de Segurança Pública
	Polícia para a Cidadania
MS	Redução da Criminalidade e Avaliação Institucional
	Caravana da Saúde
	Programa de Desenvolvimento Regional
MT	Segurança Pública por Resultado
	Pacto pela Vida
PA	PROPAZ - Por uma Cultura de Paz
	Programa de Combate às Drogas (PROERD)
	PREC - Programa de Redução da Criminalidade
PB	Programa Paraíba Unida pela Paz
PE	Pacto pela Vida
PI	*
PR	Paraná Seguro
RJ	Sistema Integrado de Metas – SIM
	Unidade de Polícia Pacificadora
	Divisão de Homicídios
RN	Criação das Áreas Integradas de Segurança Pública
	Criação da Câmara Técnica de Monitoramento de CVLI
RO	Programa Estadual de Incentivo ao Desarmamento
SC	*
SE	Sergipe mais Seguro
	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas
TO	Segurança e Proteção ao Cidadão

Legenda: * Não se aplica

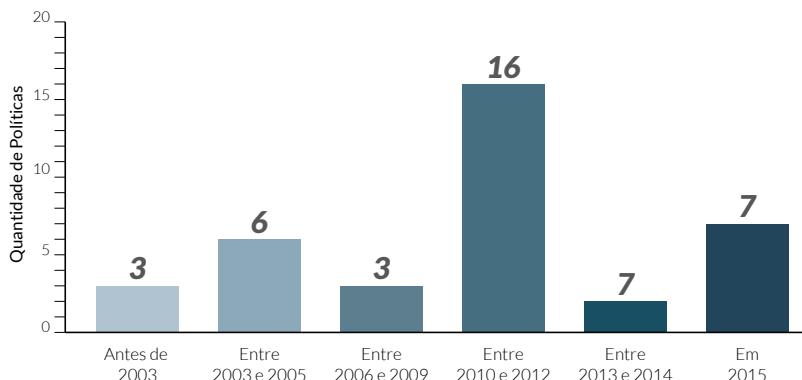
Resumindo, a maior parte das UFs declarou ter três políticas de redução da criminalidade violenta (8); sete outras UFs têm uma política desse tipo; 3 UFs têm duas políticas e 4 UFs não têm nenhuma política nesse sentido atualmente.

Gráfico 4 - Quantidade de Políticas de Redução da Criminalidade Violenta Existentes, Brasil, 2015



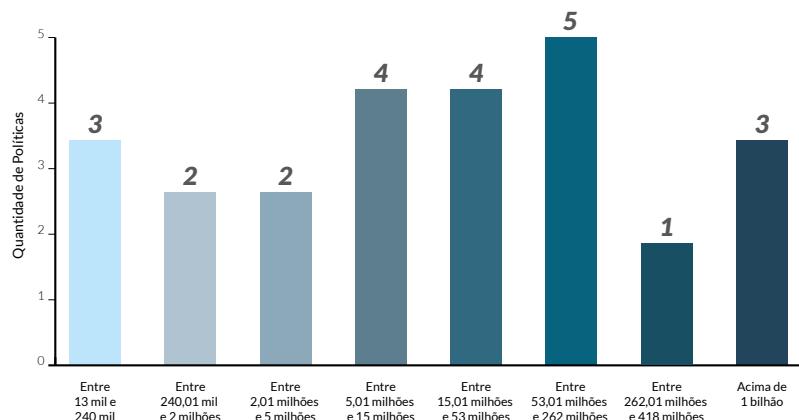
Com relação ao **início** dessas políticas, é possível de ver no gráfico abaixo que grande parte delas se iniciou entre os anos de 2010 e 2012 (16 políticas, das 35 levantadas). Elas estão nos estados do Acre, Alagoas, Bahia, Tocantins, Rondônia, Paraíba, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, e Minas Gerais. Em seguida, o ano de 2015 aparece como o ano em que 7 outras políticas tiveram seu começo. Essas políticas são de estados em que a temática ganhou relevância mais recentemente: Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte. Entre 2003 e 2005, seis políticas se iniciaram nos estados do Pará, de Minas Gerais e Alagoas. Entre 2006 e 2009, três políticas foram criadas nos estados de Rio Janeiro e Pernambuco. As três políticas existentes antes de 2003 são as três do Amapá e que na verdade podem ser consideradas ações permanentes e pontuais, executadas pela Polícia Militar e pelos bombeiros militares, voltadas para um público mirim. Por fim, as políticas iniciadas entre 2013 e 2014 tiveram lugar nos estados do Pará e de Pernambuco.

Gráfico 5 - Ano de Início das políticas de Redução da Criminalidade Violenta, Brasil, 2015



Observando os nomes das políticas, podemos ter uma tênue noção de suas dimensões. Mas ao analisarmos os orçamentos previstos para elas e a quantidade de anos de execução também previstos, temos uma noção mais real dessa dimensão. Embora nem todas as UFs tenham informado os valores de suas políticas, aquelas que informaram nos permitiram fazer uma rápida análise. Para efeitos de comparação entre as UFs, dividimos o orçamento total previsto para a política pelo número de anos previstos de execução. Naqueles programas que já estavam em execução há mais tempo e que as UFs declararam ser permanentes, consideramos o número de anos desde o seu início.

Gráfico 6 - Faixas de Valores por Ano de Execução da Política, Brasil, 2015



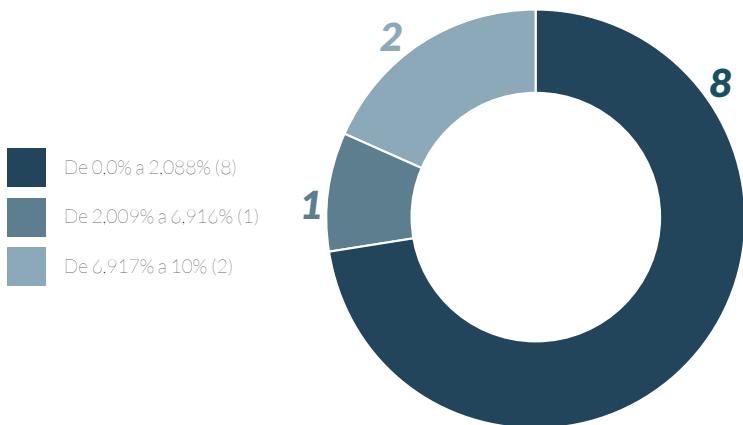
Somente pudemos estabelecer essa relação entre valores anuais previstos de serem gastos nas políticas para 24 delas, das 35 pesquisadas, visto que o restante não informou o valor. Das políticas cujos valores foram informados, verificamos no gráfico acima que há um maior número de políticas com orçamentos anuais entre 5 milhões e 100 mil reais e 262 milhões de reais: 13 políticas. Outras quatro políticas investem mais de 262,01 milhões anuais em suas políticas, sendo que três delas investem mais de 1 bilhão anual. Esses valores anuais são significativos e apontam para um investimento pesado no tema por parte dos Governos Estaduais. Os programas ou políticas com faixas de orçamentos anuais de 2,01 a 15 milhões são programas mais vinculados à

instituições de segurança pública no geral, embora o Programa Pro Paz, do Pará, tenha um caráter intersetorial e esteja nessa faixa de orçamento. Um exemplo de programa dessa faixa seria o Sistema Integrado de Metas (SIM), estabelecido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Já aqueles que se enquadram nas faixas superiores, de 15,01 milhões a mais de 1 bilhão, são, na sua maioria, programas estruturantes e com a integração de várias áreas, pastas, setores, atores e órgãos envolvidos. Esse é o caso de programas como o Pacto pela Vida, da Bahia e de Pernambuco; o Programa Paraná Seguro; o Fica Vivo!, de Minas Gerais; entre outros.

Programas cuja faixa de orçamento anual fica entre 240 mil e 2 milhões de reais aparentam ser programas complementares aos já existentes, presentes em Pernambuco (Governo Presente) e em Sergipe (Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas). Por fim, na faixa mais baixa de orçamento, de 13 mil reais a 240 mil reais, poderíamos classificar os programas como ações mais pontuais e de menor envergadura, como seria o caso de Rondônia, com o Programa Estadual de Incentivo ao Desarmamento; do Pará, com o Programa de Combate às Drogas (PROERD); ou de Minas Gerais, com o programa de Integração e Gestão de Segurança Pública.

Em relação ao **percentual do orçamento** desses programas sobre o **orçamento do Governo do Estado**, poucos estados nos forneceram informações completas para realizarmos essa análise: apenas 11. Assim, das informações obtidas, verificamos que em 8 estados o orçamento anual de todos os programas existentes em cada um ocupa apenas de 0,000% a 2,088% do orçamento do Governo do Estado para 2015: MG; PE; PA; RJ; PB; RO; TO; e AL. No Paraná, o orçamento anual de todos os programas lá existentes, de redução da criminalidade violenta, representa cerca de 7% do orçamento do Governo Estadual para 2015. Já em Mato Grosso do Sul e na Bahia, essa parcela representa 10% e 9%, respectivamente, conforme o Gráfico 6, abaixo:

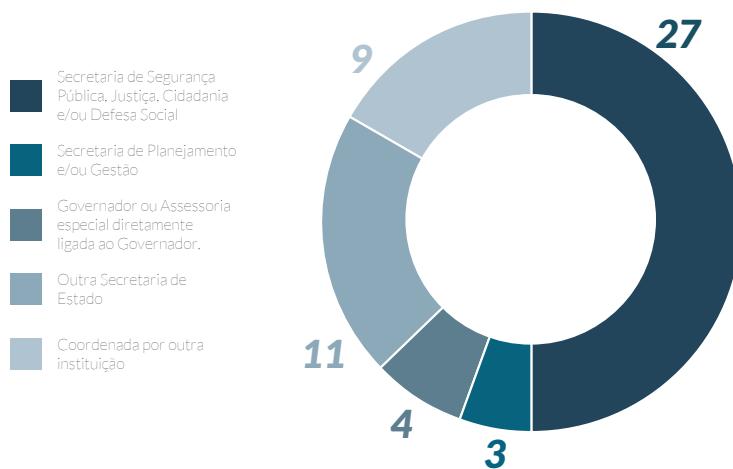
Gráfico 7 - Faixas Percentuais de Orçamento Anual dos Programas em Relação ao Orçamento do Governo do Estado, Brasil, 2015



A coordenação dos programas ou políticas é predominantemente das respectivas Secretarias de Segurança Pública e/ou de Defesa Social e/ou de Justiça: 27 políticas. Em quatro políticas é o Gabinete do Governador ou uma assessoria especialmente ligada a ele que coordena as atividades. Em três políticas a coordenação é feita pela Secretaria de Planejamento e/ou Gestão. Outras Secretarias de Estado, que não essas duas citadas, coordenam os programas em 11 políticas. São coordenações de várias instituições ao mesmo tempo, incluindo Defesa Social (que é separada da Segurança Pública) no Tocantins; Ações Estratégicas, no Espírito Santo; Fazenda e Educação, no Mato Grosso do Sul, mas em programas diferentes; Saúde, Educação, e Esportes e Lazer, no Pará; Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, em Pernambuco; e outras secretarias cujos nomes não foram informados pelos estados do Amapá e do Mato Grosso do Sul.

Há também políticas que são coordenadas por outras instituições que não são Secretarias de Estado: 9. No Amapá, Rio de Janeiro (UPP), Pará (PROERD) e em Minas Gerais (Polícia para a Cidadania) há 5 políticas cuja coordenação é feita pelas respectivas polícias militares, sendo duas no Amapá (Cidadão Mirim e Peixinhos Voadores). No Rio de Janeiro, há uma política coordenada pela Polícia Civil. Na verdade não seria “uma política”, visto que o nome dela é “Divisão de Homicídios”. Ou seja, trata-se de um setor da Polícia Civil cuja especialidade é a investigação dos homicídios, portanto, uma atividade corrente da instituição. Uma outra política é coordenada pelos Bombeiros Militares no Amapá (Bombeiro Mirim); uma pela Vice-Governadoria, no Espírito Santo (Ocupação Social); e uma pela Governadoria do Estado, Assembleia Legislativa e pela Universidade Federal do Pará, no Pará (PROPAZ - Por uma cultura de paz), conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

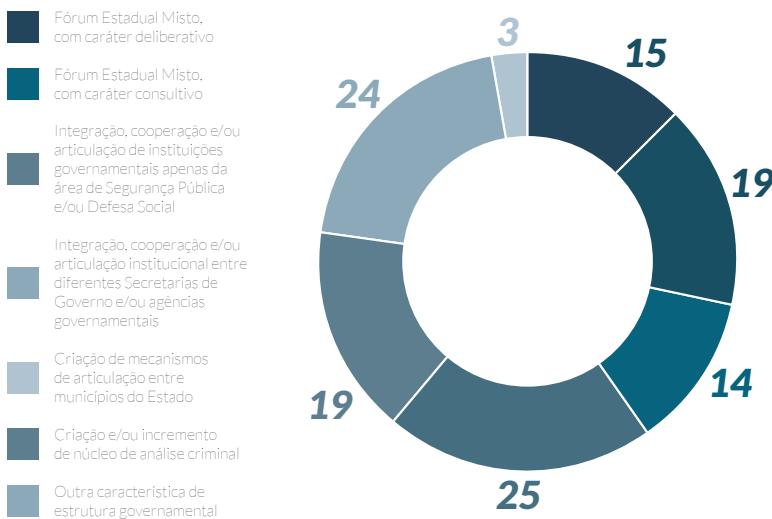
Gráfico 8 - Coordenação das Políticas de Redução da Criminalidade Violenta, Brasil, 2015



A soma de políticas com cada tipo de coordenação extrapola o total de políticas pesquisadas (35), visto que cada uma pode ter mais de uma instituição coordenando-a.

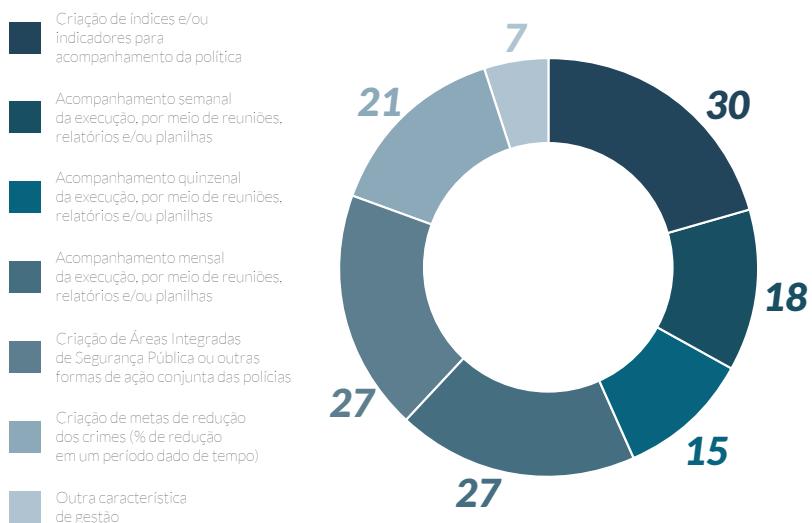
Observando o gráfico abaixo, percebemos que é comum a muitas dessas políticas ter uma **estrutura integrada** ou de cooperação e/ou articulação institucional entre diferentes secretarias de governo e/ou agências governamentais. Em 25 políticas esse tipo de estrutura é verificada. Em 24 delas houve criação ou incremento de núcleos de análise criminal, revelando o quanto a obtenção e a análise da informação passam a ter importância no conjunto de políticas de combate à criminalidade. Em 19 delas há criação de mecanismos de articulação entre municípios do Estado e em 19 foi criado um fórum estadual de caráter consultivo. Em 15 políticas esse fórum tem um caráter deliberativo. Em 14 políticas há integração, cooperação ou articulação apenas das instituições vinculadas à área de segurança pública e/ou defesa social. Por fim, em três políticas foi apontada uma outra estrutura que não as já citadas. Foi o caso da Bahia e de Minas Gerais, esse último em dois programas diferentes. Na Bahia houve a criação de um modelo de governança que contempla um Comitê de Governança reunindo os chefes dos três Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública no Programa Pacto pela Vida. Em Minas Gerais, no programa Integração e Gestão de Segurança Pública, há a integração, cooperação e/ou articulação de instituições da área de Segurança Pública e/ou Defesa Social e Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública). No programa Polícia para a Cidadania há interação comunitária através do projeto Polícia e Família com Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social.

Gráfico 9 - Características quanto à Estrutura das Políticas, Brasil, 2015



Perguntamos também quanto às **características de gestão** dessas políticas, procurando compreender amiúde quais eram os mecanismos que os governos estavam lançando mão para administrar tais programas. Confirmando a importância dada aos instrumentos de coleta e análise de dados para avaliação e acompanhamento das políticas, 85,7% delas (30) criaram índices ou indicadores para o acompanhamento da política. Em 27 políticas (77,14%) há mecanismos de acompanhamento mensal da execução, por meio de reuniões, relatórios e/ou planilhas. Em outras 27, houve a criação de Áreas Integradas de Segurança Pública ou outras formas de ação conjunta das polícias. Em 21 políticas houve a criação de metas de redução dos crimes, como por exemplo, a determinação de um percentual de redução em um período específico de tempo. Em 18 políticas há acompanhamento semanal da execução, por meio de reuniões, relatórios e/ou planilhas; e em 15 esse acompanhamento é quinzenal. Em sete políticas foram indicadas outras características, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 10 - Características de Gestão das Políticas, Brasil, 2015



No questionário, listamos uma série de características gerais possíveis dessas políticas, construindo um quadro complexo e detalhado, que por questões de tempo, não poderão ser detalhadas nesse momento. Concentraremos nossos esforços naquilo que nos chamou mais atenção ou que apareceu como mais frequente ou menos frequente entre essas características.

Das 35 políticas, 32 definiram **linhas temáticas ou de ação** para as suas atividades. Essas linhas temáticas ou ações têm um foco predominante em prevenção social do crime e da violência, representando 51,4% das políticas que adotaram alguma linha (18). Forte atenção é dada também aos aspectos de repressão qualificada; aperfeiçoamento institucional e informação e gestão do conhecimento, em 14, 14, e 15 políticas, respectivamente. Formação e capacitação vêm em seguida, com 12 políticas. Por último, em 11 políticas há alguma linha temática relacionada à gestão democrática.

Tabela 7

Política	Total	Definição de Linhas de Ação ou Temáticas						
		1. Repressão qualificada	2. Aperfeiçoamento institucional	3. Informação e gestão do conhecimento	4. Formação e capacitação	5. Prevenção social do crime e da violência	6. Gestão democrática	7. Outra
Política A	18	14	14	15	12	18	11	3
Política B	8	4	6	7	7	6	5	0
Política C	6	5	5	4	5	6	4	0
Total	32	14	14	15	12	18	11	3
%	91,43	40,00	40,00	42,86	34,29	51,43	31,43	8,57

Em 26 políticas observa-se o envolvimento de diferentes áreas de governo, sendo a área predominante a de Segurança Pública. É significativo o envolvimento das áreas de Direitos Humanos (60% das políticas); Mulher (54%); Assistência Social (51%); Criança, Adolescente e Juventude (51%); nas políticas pesquisadas.

Tabela 8

Envolvimento de Diferentes Áreas de Governo														
Política	Total	1. Segurança Pública	2. Educação	3. Assistência Social	4. Saúde	5. Planejamento/ Gestão	6. Meio Ambiente/ Cidade/ Ordem Pública	7. Criança e Adolescente/ Juventude	8. Mulher	9. Direitos Humanos	10. Cultura	11. Esportes e Lazer	12. Trabalho e Emprego	13. Outra
Política A	13	13	8	10	7	9	7	10	12	12	6	9	7	3
Política B	7	7	4	5	5	3	2	5	3	6	2	3	1	1
Política C	6	5	1	3	2	3	1	3	4	3	1	1	1	0
Total	26	25	13	18	14	15	10	18	19	21	9	13	9	4
%	74,29	71,43	37,14	51,43	40,00	42,86	28,57	51,43	54,29	60,00	25,71	37,14	25,71	11,43

Dentre as instituições da área de Segurança Pública, as mais presentes são, obviamente, as Secretarias de Estado correspondentes e as instituições que fazem parte do mesmo sistema: Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Perícia oficial, com ênfase particular na Polícia Militar, mais do que na Civil.

Tabela 9

Envolvimento das Instituições Vinculadas à Segurança Pública ou Áreas Correlatas														
Política	Total	1. Secretaria de Segurança Pública, Defesa Social, Justiça e/ou Cidadania	2. Sistema Prisional	3. Sistema Socioeducativo	4. Polícia Militar	5. Polícia Civil	6. Polícia Rodoviária Estadual	7. Corpo de Bombeiros	8. Defesa Civil	9. Perícia Oficial	10. DETRAN	11. Outra		
Política A	18	17	13	10	18	17	9	13	5	12	11	2		
Política B	8	6	2	4	8	5	3	6	2	4	1	1		
Política C	5	5	2	2	4	2	1	3	1	2	1	0		
Total	31	28	17	16	30	24	13	22	8	18	13	3		
%	88,57	80,00	48,57	45,71	85,71	68,57	37,14	62,86	22,86	51,43	37,14	8,57		

Há envolvimento de organizações da sociedade civil em 21 políticas (60%), principalmente por meio de reuniões periódicas (48,5%), de conselhos estaduais e/ou municipais (34%), de criação de fórum específico do programa ou política (22,8%) e de termos de parceria (22,8%).

Tabela 10

Envolvimento de Organizações da Sociedade Civil								
Política	Total	1. Criação de fórum específico do Programa/Política	2. Reuniões periódicas	3. Conselhos estaduais e/ou municipais	4. Observatórios	5. Conferências	6. Termos de parceria	7. Outra
Política A	11	7	9	8	1	4	7	3
Política B	6	1	5	2	1	0	1	0
Política C	4	0	3	2	0	0	0	0
Total	21	8	17	12	2	4	8	3
%	60	22,86	48,57	34,29	5,71	11,43	22,86	8,57

Houve incremento ou criação de núcleos de análise criminal em 28 políticas (80%), localizados na maior parte dos casos nas próprias Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social (74%).

Tabela 11

Criação e/ou Incremento de Núcleo de Análise Criminal					
Política	Total	1. Secretaria de Segurança Pública, Defesa Social, Justiça e/ou Cidadania	2. Polícia Militar	3. Polícia Civil	4. Outra instituição ou vinculação
Política A	16	15	11	10	6
Política B	6	6	2	2	1
Política C	6	5	3	4	1
Total	28	26	16	16	8
%	80,00	74,29	45,71	45,71	22,86

Foram criados ou incrementados boletins estatísticos, com dados de ocorrências criminais do Estado em 31 políticas (88,5%). A periodicidade de divulgação desses boletins é mensal em 17 casos, a maior parte deles.

Tabela 12

Criação e/ou Incremento de Boletins Estatísticos, com dados de Ocorrências Criminais do Estado							
Política	Total	Mensal (1)	Trimestral (2)	Semestral (3)	Anual (4)	Outra (5)	Sem resposta
Política A	17	10	2	0	0	4	1
Política B	7	5	0	0	0	2	0
Política C	7	2	0	0	1	3	1
Total	31	17	2	0	1	9	2
%	88,57	48,57	5,71	0,00	2,86	25,71	5,71

Em 29 políticas também foram criados e/ou incrementados e/ou disponibilizados sistemas de informação que gerassem estatísticas das ocorrências criminais registradas. Em 65,7% das políticas esses sistemas são geridos pelas respectivas SSPs e/ou SDSs. Em 40% dos casos esses sistemas estão nas Polícias Militares e em apenas 37% estão nas Polícias Civis.

Tabela 13

Criação, Incremento e/ou Disponibilização de Sistemas de Informação que geram Estatísticas das Ocorrências Criminais Registradas							
Política	Total	1. Secretaria de Segurança Pública, Defesa Social, Justiça e/ou Cidadania	2. Polícia Militar	3. Polícia Civil	4. Secretaria de Planejamento e/ou Gestão	5. Centro de Processamento de Dados do estado	6. Outra instituição
Política A	17	14	9	8	1	3	4
Política B	6	5	3	3	1	0	2
Política C	6	4	2	2	1	1	1
Total	29	23	14	13	3	4	7
%	82,86	65,71	40,00	37,14	8,57	11,43	20,00

Por fim, em 16 políticas houve articulação ou ações articuladas com o Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública). Isso se deu principalmente por meio de reuniões periódicas entre as instituições (31%), mas também pela criação e/ou incremento de um fórum específico ou grupo de trabalho de articulação das instituições (23%) e pela pactuação de articulação entre as instituições e pelo acompanhamento das ações em conjunto (26%).

Tabela 14

Criação de Instrumentos de Articulação ou Ações Articuladas com o Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Pública, Defensoria Pública)

Política	Total	1. Criação ou incremento de fórum específico ou grupo de trabalho de articulação das instituições	2. Reuniões periódicas entre as instituições	3. Pactuação de articulação entre as instituições e acompanhamento das ações em conjunto	4. Outro(a)
Política A	9	5	6	6	0
Política B	4	3	3	2	0
Política C	3	0	2	1	0
Total	16	8	11	9	0
%	45,71	22,86	31,43	25,71	0,00

Em outro momento essas análises serão aprofundadas e as características específicas de cada política serão explicitadas. Os próximos capítulos tratarão das análises feitas em cada região, por estado e por municípios selecionados para o pacto.

3. REGIÃO NORDESTE

Este capítulo tem o objetivo de trazer dados e análises sobre a Região Nordeste, seus estados e os municípios que foram selecionados para o pacto de redução de homicídios. Dividimos a apresentação em três partes principais. Primeiro, fazemos análises descritivas sobre indicadores escolhidos a partir das causas e fatores de risco apresentados no capítulo 1; em seguida, trazemos a análise dos indicadores-síntese, que apontam para os principais problemas de cada estado e município; na terceira parte deste capítulo, traremos informações sobre a qualidade dos dados de homicídios produzidos pelos estados da região.

3.1 Indicadores e mapas comparados

As análises que se seguem têm o objetivo de permitir a visualização dos indicadores escolhidos para esse trabalho, os quais se relacionam diretamente com as macrocausas e respectivos fatores de risco dos homicídios. A análise dos mapas é realizada para cada indicador, separadamente. A intenção é conhecer como todos os fatores de risco e proteção, elencados a partir da leitura bibliográfica sobre as causas, se comportam nos estados e municípios. Além disso, cada um dos dados pode servir, separadamente e em diferentes momentos, para orientar o desenho de ações específicas do pacto. Dessa forma, trata-se, a *grosso modo*, de um “atlas” de dados, que pode ser consultado em conjunto ou separadamente.

Ademais, fazemos o esforço de observar as coincidências entre altas taxas de homicídio e outros problemas sociais, econômicos, culturais e outras violências. Ao observar os indicadores separadamente, podemos visualizar, caso a caso, quais os principais problemas enfrentados pelos estados e municípios. No caso de alguns indicadores, os dados são informados no nível estadual e municipal, em outros casos são dimensionados apenas os municípios ou estados. Isso se deu tanto pela abrangência diferenciada de cada indicador, como pelo tempo exígido envolvido na produção desse diagnóstico, o que gerou a necessidade de fazer escolhas e priorizar determinados dados.

De maneira geral, a Região Nordeste possui as maiores taxas de homicídio do Brasil. Embora as taxas de alguns estados e municípios pareçam menores nos mapas, notamos que a situação dessa região é a mais grave quando comparada ao restante do Brasil (cf. gráfico 1). A taxa média de homicídios na Região Nordeste é de 33,76 por 100 mil habitantes. Para se ter uma noção comparativa no âmbito internacional sobre essa taxa, países com históricos de guerra civil, como o Congo (30,8), e com altas taxas de

homicídio associadas ao narcotráfico, como a Colômbia (33,4), possuem taxas menores que a do Nordeste brasileiro. Internamente, a taxa do Nordeste é maior que o dobro da taxa da Região Sul (14,36)¹⁰.

TAXA DE HOMICÍDIOS – SINESP/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Na Região Nordeste, a taxa de homicídios varia entre cada estado e município selecionado para o Pacto. O Piauí apresenta uma situação diferenciada, sua taxa de homicídio é 20,6, uma das mais baixas da região. As taxas municipais são ainda menores e por esse motivo somente a capital Teresina foi selecionada para o pacto. Esse município tem taxa bastante alta e, comparável ao restante da região, é de 48,2.

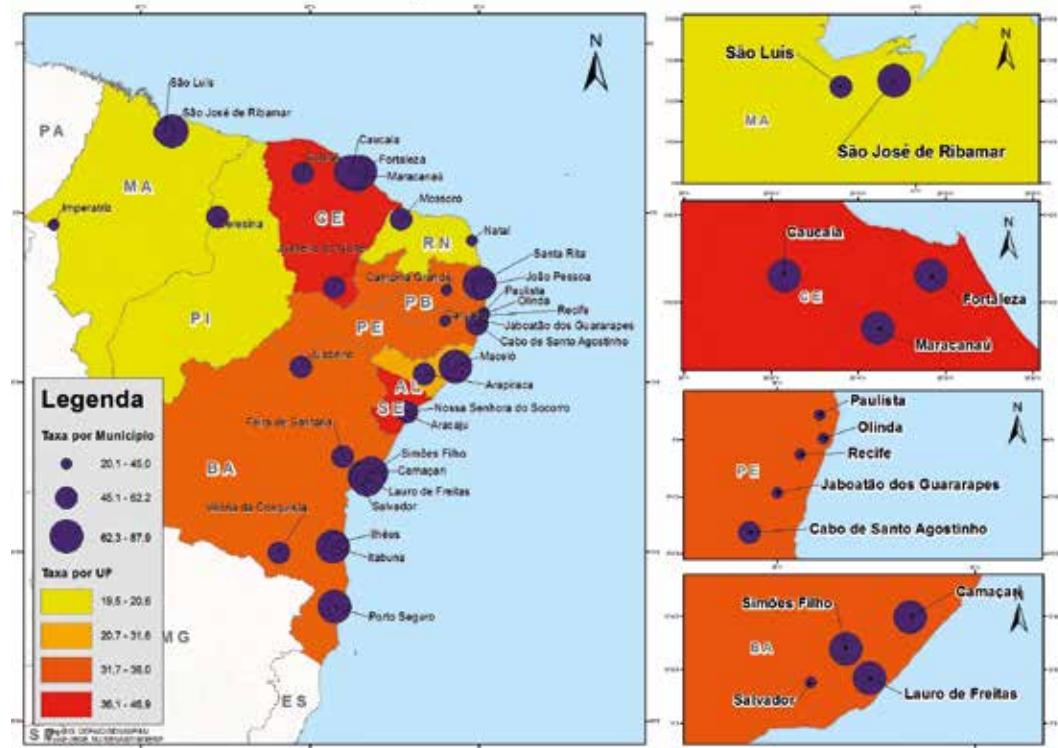
No Maranhão, temos uma taxa de homicídios de 19,7, a segunda menor da região em 2014. Nesse estado três municípios foram escolhidos para o pacto: Imperatriz, São José de Ribamar e a capital, São Luiz. As taxas de homicídio são, respectivamente, 35,3; 70,2; e 51,7. Não são as maiores taxas da região, mas são consideravelmente altas, comparáveis às maiores taxas de homicídio do mundo. O Rio Grande do Norte, com a menor taxa da região (19,5), apresenta uma situação parecida com a do Maranhão. Os municípios escolhidos são Mossoró (13,4) e Natal (20,0).

Em Alagoas, a taxa de homicídios foi 31,6 em 2014. A proposta é que o Pacto seja desenvolvido em Arapiraca (32,3) e Maceió (69,0). Paraíba, Pernambuco e Bahia apresentam taxas preocupantes. A Paraíba tem uma taxa de 36,0 por 100 mil habitantes. Os municípios que compõem o Pacto são Campina Grande (34,7), João Pessoa (58,4) e Santa Rita (79,9). Em Pernambuco foram escolhidos os municípios de Cabo de Santo Agostinho (61,5), Caruaru (36,8), Jaboatão dos Guararapes (44,6), Olinda (33,4), Paulista (37,5) e Recife (30,0); a taxa do Estado é de 34,8. Já a Bahia, estado com o maior número de municípios no Pacto, dez, possui uma taxa de 36,0. Os Municípios escolhidos e suas respectivas taxas são: Camaçari (77,1), Feira de Santana (54,9), Ilhéus (62,0), Itabuna (69,0), Juazeiro (49,4), Lauro de Freitas (77,1), Porto Seguro (86,5), Salvador (43,6), Simões Filho (84,3) e Vitória da Conquista (47,9). Apesar da taxa do Estado não ser a mais alta, os municípios selecionados na Bahia apresentam situações bastante graves, com destaque para Porto Seguro e Simões Filho.

O Ceará apresenta a maior taxa da região, 46,9. Foram escolhidos os municípios com a situação mais agravada: Caucaia (65,8), Fortaleza (72,7), Juazeiro do Norte (53,1), Maracanaú (73,7) e Sobral (52,1). Situação parecida pode ser observada em Sergipe, com taxa de 45,0; e foram escolhidos para o Pacto a capital Aracaju, que possui a taxa de 42,0, e o município de Nossa Senhora do Socorro, com 61,2. Nestes estados, os problemas de homicídios a serem enfrentados são, sem dúvida, os mais graves.

¹⁰ UNODC, 2013.

Taxa de Homicídios por 100 Mil Habitantes - Ano 2014 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



MORTES POR ARMAS DE FOGO - DATASUS

Escolhemos como indicador de circulação de armas a quantidade de pessoas que morreram vítimas de arma de fogo. Com ele, podemos observar se a quantidade de mortes (homicídios ou de outros tipos) dos estados e municípios se relaciona com armas de fogo e manter a hipótese de que, se esse for o caso, existe uma circulação maior de armas de fogo no território.

No ano de 2013, o Piauí manteve taxas coincidentemente menores de homicídios (15,73) e mortes por armas de fogo (12,44). Contudo, como observamos acima, a taxa do Piauí subiu consideravelmente em 2014, passando para 20 por 100 mil habitantes. Em Teresina, a taxa de mortes por armas de fogo é maior, 32,5. O Maranhão tem uma situação parecida com o Piauí (armas de fogo 21,81 e homicídios 19,7). No caso das taxas de mortes por armas de fogo dos municípios selecionados, a situação se dá da seguinte forma: Imperatriz (38,6), São José de Ribamar (46,4) e São Luís (53,2); a circulação de armas parece maior nesses dois últimos municípios.

No Ceará, as taxas variam entre os municípios. Os maiores números estão em Fortaleza (73,9), Maracanaú (73,0) e Caucaia 56,0, municípios da Região Metropolitana. As taxas de Juazeiro do Norte e Sobral foram 36,7 e 31,9, respectivamente. A taxa

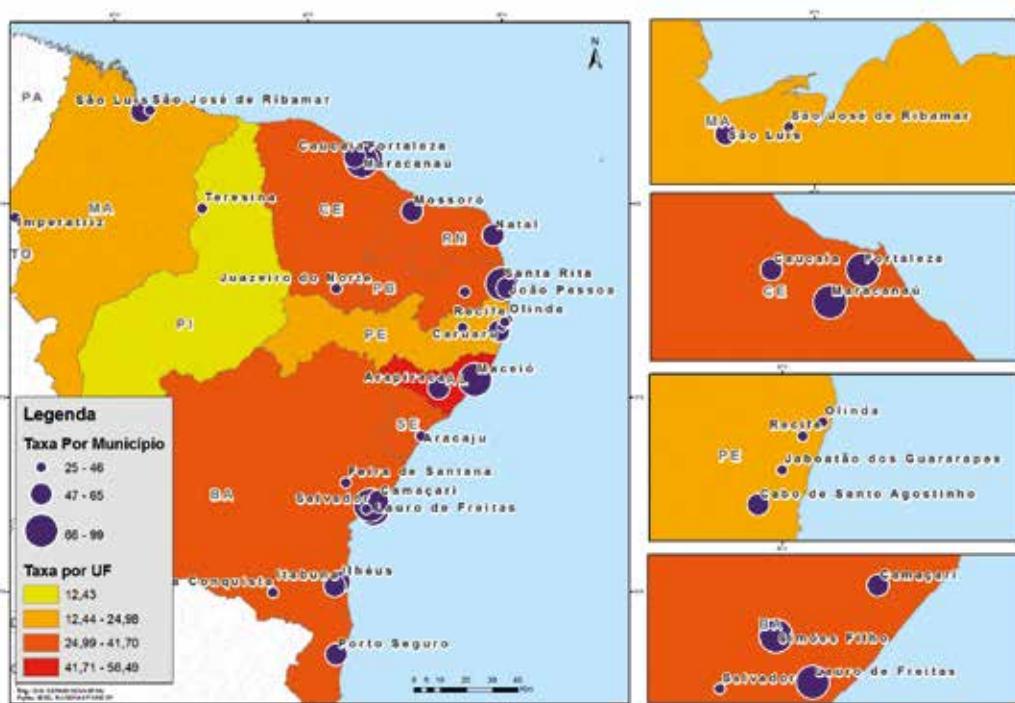
de mortes por armas de fogo é 46,9 no estado do Ceará, igual à taxa de homicídios. No Rio Grande do Norte a taxa de óbito por armas de fogo é de 35,60, variando de 60,3 em Mossoró a 49,7 em Natal.

Em Pernambuco, as taxas são menores, no estado é de 24,9, já nos municípios essas variam, mas não são as maiores da região: Cabo de Santo Agostinho (50,5); Caruaru (28,2); Jaboatão dos Guararapes (37,3); Olinda (31,2); Paulista (20,8) e Recife (25,0).

Já os estados de Alagoas, Sergipe e Paraíba apresentam taxas maiores. O estado de Alagoas possui a maior taxa de mortes por armas de fogo da Região Nordeste, 56,50; são também altas nos municípios de Arapiraca (61,1) e Maceió (74,0). Em Sergipe, a taxa é de 33,57, sendo 37,9 em Aracaju e 52,2 em Nossa Senhora do Socorro. Já na Paraíba, a taxa é de 32,24, mas as taxas municipais variam consideravelmente. Em Campina Grande, a taxa é de 39,2; em João Pessoa, 55,0; e em Santa Rita, 98,6.

A Bahia apresenta uma situação variável entre os municípios. Lauro de Freitas e Simões Filho têm as taxas maiores, 89,5 e 86,2, respectivamente. Altas taxas podem ser observadas em Camaçari (60,6), Ilhéus (60,1), Porto Seguro (64,5) e Itabuna (55,0) e taxas relativamente menores em Feira de Santana (44,9), Salvador (43,7), Vitória da Conquista (34,1) e Juazeiro (31,7).

Taxa de Óbitos causados por Armas de Fogo - DATASUS - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



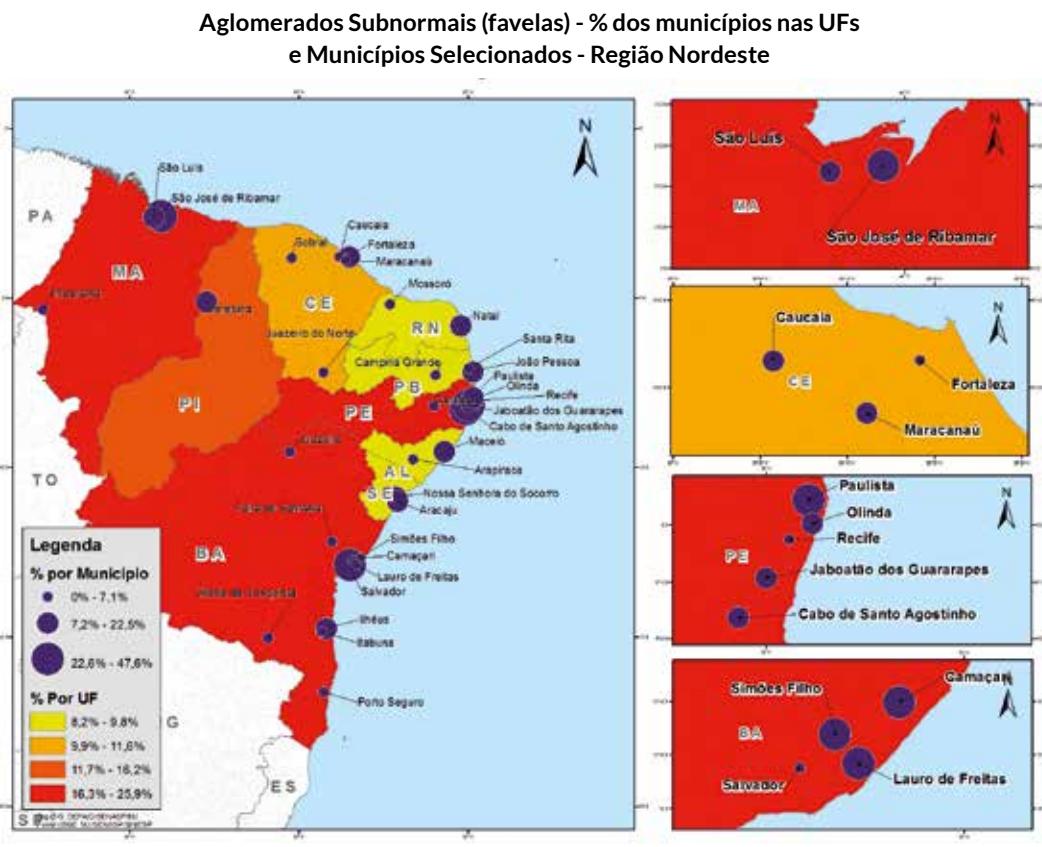
AGLOMERADOS SUBNORMAIS

Os dados sobre os aglomerados subnormais indicam em quais territórios existem habitações do tipo: favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outras. Tais territórios são fruto de determinado contexto histórico e apresentam condições muito específicas de habitação e saneamento, com carência de infraestrutura as mais diversas, incluindo transporte e, por fim, indicam a periferização da população.

No Nordeste, encontramos situações variadas em termos desse indicador. Os estados nos quais a menor porcentagem de habitações possui condições de aglomerados subnormais são Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. No Rio Grande do Norte, 8,2% da população vive em aglomerados subnormais, 0% em Mossoró e 9,6% em Natal. Na Paraíba, 9,5% da população possui esse tipo de habitação, 7,1% em Campina Grande, 12% em João Pessoa e 0% em Santa Rita. Em Alagoas, a porcentagem é 9,3%, 0% em Arapiraca e 11,8% em Maceió. Em Sergipe, 9,8% das habitações estão em aglomerados subnormais, 10,3% em Aracaju e 10,9% em Nossa Senhora do Socorro.

O Ceará e o Piauí apresentam uma situação intermediária. São 11,6% das habitações do Ceará que estão nessas condições e 16,2% no Piauí. Dentre os municípios, destacam-se as regiões metropolitanas: Caucaia (5,5%), Fortaleza (15,3%) e Teresina (15,8%). Nos outros municípios do Ceará a porcentagem foi 0%.

Já Maranhão, Pernambuco e Bahia apresentam situações mais agravadas. No Maranhão, 23,8% das habitações se configuram como aglomerados subnormais, 0% em Imperatriz, 22,3% em São Luís e a porcentagem altíssima de 44,3% em São José de Ribamar. No caso do estado de Pernambuco, são 21,4% as habitações desse tipo, um número altíssimo em Cabo de Santo Agostinho, 47,6%, 4,4% em Caruaru, 34,1% em Jaboatão dos Guararapes, 22,5% em Olinda, 13,5% em Paulista e 21,7% em Recife. Na Bahia, a porcentagem do estado é 25,9% e a situação é bem variada entre os municípios, os aglomerados se concentram nos municípios de: Camaçari (6,7%), Ilhéus (20,8%) e Salvador (32,1%); nos outros casos a porcentagem é 0%.



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano é amplamente aceito como um indicador de bem-estar social. É composto por dados sobre renda, educação e longevidade. No caso desse índice, a variação é de 0 a 1, sendo que 1 significa a melhor situação de desenvolvimento humano e 0 a pior. Por esse motivo, o mapa está com a coloração e tamanho dos círculos invertidos, com intuito de manter o padrão de análise. A título de comparação, os cinquenta países com os melhores índices apresentam dados maiores que 0,8, os piores índices são menores que 0,3.

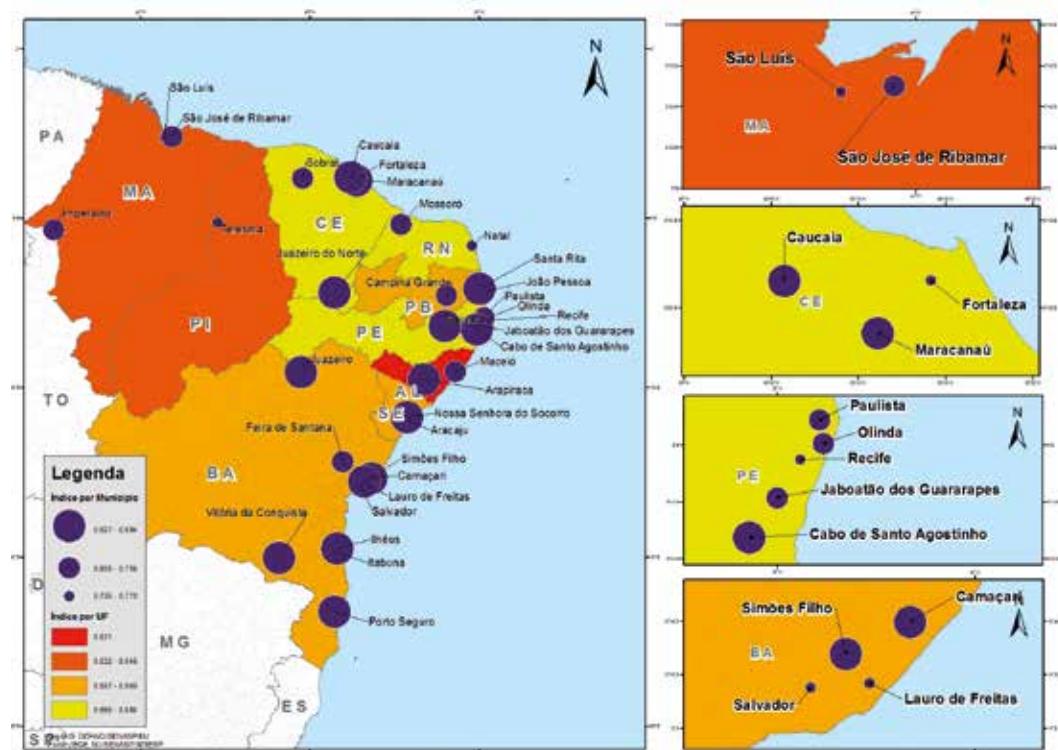
Os estados com o melhor IDH da Região Nordeste são Rio Grande do Norte (0,68), Pernambuco (0,67) e Ceará (0,68). Dentre os municípios, o índice varia na faixa do 0,6 e 0,7: Mossoró (0,72), Natal (0,76), Cabo de Santo Agostinho (0,68), Caruaru (0,67), Jaboatão dos Guararapes (0,71), Olinda (0,73), Paulista (0,73), Recife (0,77), Caucaia (0,68), Fortaleza (0,75), Juazeiro do Norte (0,69), Maracanaú (0,68) e Sobral (0,71).

Paraíba (0,65), Bahia (0,66) e Sergipe (0,66) possuem dados intermediários parecidos com os dos estados citados anteriormente. Dentre os municípios, o índice varia também entre 0,6 e 0,7: Campina Grande (0,72), João Pessoa (0,76), Santa Rita (0,62),

Camaçari (0,69), Feira de Santana (0,71), Ilhéus (0,69), Itabuna (0,71) Juazeiro (0,67), Lauro de Freitas (0,75), Porto Seguro (0,67), Salvador (0,75), Simões Filho (0,67), Vitória da Conquista (0,67), Aracaju (0,77) e Nossa Senhora do Socorro (0,66).

Maranhão (0,63), Piauí (0,64) e Alagoas (0,63) possuem índices menores. No caso dos municípios, a situação é a seguinte: Imperatriz (0,73), São José de Ribamar (0,70), São Luís (0,76), Teresina (0,75), Arapiraca (0,64) e Maceió (0,72).

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - Por UF e Municípios Selecionados - Região Nordeste



CONCENTRAÇÃO DE RENDA - IBGE (RENDA TOTAL NAS MÃOS DOS 20% MAIS RICOS)

O percentual de concentração de renda é um indicador confiável para medir as desigualdades de renda entre a população. Ele informa em qual porcentagem a renda está concentrada nas mãos das 20% de pessoas mais ricas. Quando comparada ao Brasil, a Região Nordeste inteira apresenta uma das maiores concentrações de renda do Brasil. Comparada entre si, existem algumas diferenças entre estados e municípios.

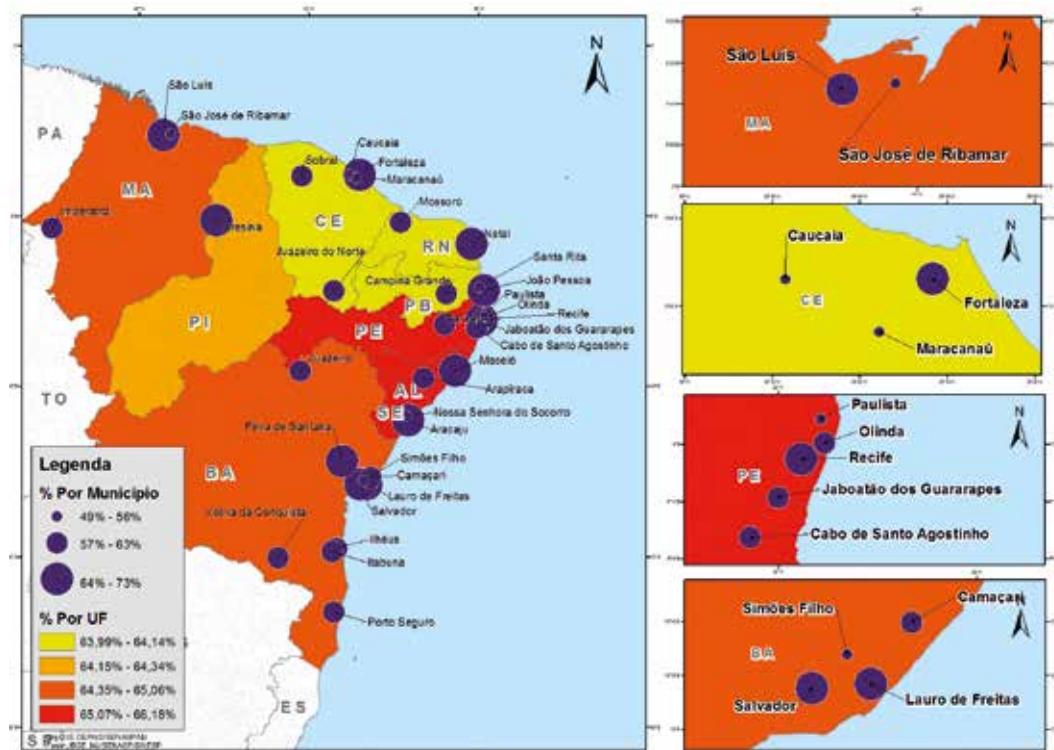
A menor concentração relativa está no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Contudo, mesmo nesses locais mais de 60% da renda está concentrada entre os 20% mais ricos. A concentração é de 64,14%, 64,02%, 63,99%, respectivamente. Dentre os municípios destes estados, as concentrações são as seguintes: Caucaia (52,7%),

Fortaleza (66,6%), Juazeiro do Norte (58,3%), Maracanaú (48,6%), Sobral (59,8%), Mossoró (57,6%), Natal (66,2%), Campina Grande (62,9%), João Pessoa (66,6%) e Santa Rita (50,1%).

Concentrações estaduais maiores estão na faixa de 64,15% até 65,06% e se encontram no Piauí (64,34%), Maranhão (64,85%) e Bahia (65,06%). Dentro os municípios, a distribuição é a seguinte: Teresina (66,1%), Imperatriz (60,4%), São José de Ribamar (55,6%), São Luís (66,1%), Camaçari (58,0%), Feira de Santana (63,8%), Ilhéus (62,6%), Itabuna (60,7%), Juazeiro (59,9%), Lauro de Freitas (68,8%), Porto Seguro (60,8%), Salvador (67,5%), Simões Filho (54,3%) e Vitória da Conquista (59,4%).

As piores situações estaduais de concentração de renda estão em Pernambuco (66,18%), Alagoas (65,97%) e Sergipe (65,76%). Nos municípios, a concentração de renda se distribui da seguinte maneira: Cabo de Santo Agostinho (57,2%), Caruaru (57,6%), Jaboatão dos Guararapes (62,6%), Olinda (59,8%), Paulista (53,8%), Recife (72,5%), Arapiraca (58,8%), Maceió (67,4%), Aracaju (66,5%) e Nossa Senhora do Socorro (51,8%).

Percentual de Renda Apropriada pelos 20% mais Ricos - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



ROUBO (BOLETINS DE OCORRÊNCIA – SINESP/MJ)

As taxas de ocorrência de roubo por 100 mil habitantes foram utilizadas como um indicativo de violência patrimonial que, se associadas à alta circulação de armas, podem apresentar maior risco de latrocínio. Utilizamos roubo a veículos e instituições financeiras porque são os tipos mais denunciados às polícias e compõem os dados do SINESP de forma mais confiável.

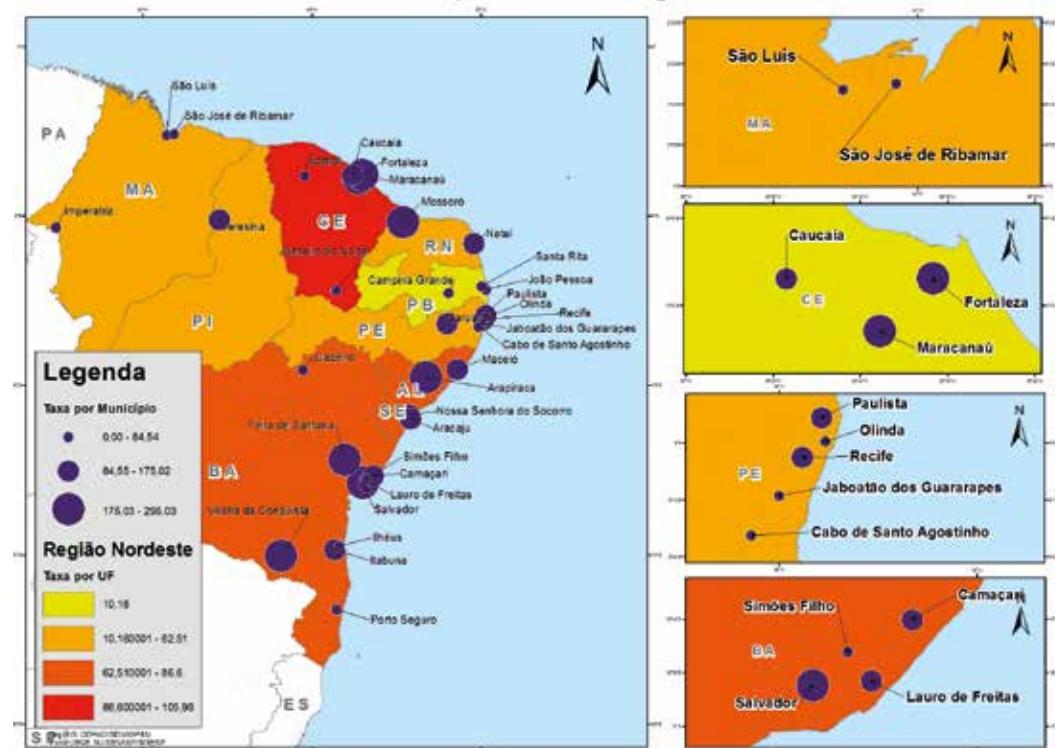
Dos estados do Nordeste, aquele com menor taxa de roubo foi a Paraíba (10,2), seguida, com taxas consideravelmente maiores, por Maranhão (33,7), Piauí (51,9), Rio Grande do Norte (53,1) e Pernambuco (62,5). Sergipe (72,5), Alagoas (80,3) e Bahia (86,6) apresentam taxas maiores. O estado com a maior taxa de roubos foi o Ceará (106,6).

Dentre os municípios, as taxas variaram. As menores taxas encontradas foram em Imperatriz (31,0), São José de Ribamar (59,3), São Luís (84,5), Juazeiro do Norte (59,3), Campina Grande (3,0), Cabo de Santo Agostinho (53,5), João Pessoa (34,2), Jaboatão dos Guararapes (65,6), Olinda (81,4), Ilhéus (59,0), Juazeiro (39,1), Porto Seguro (80,8), Simões Filho (62,3) e Sobral (22,8).

Taxas comparativamente intermediárias foram observadas em Teresina (175,0), Caucaia (143,8), Natal (101,8), Caruaru (124,2), Paulista (112,4), Recife (121,9), Maceió (134,8), Aracaju (103,8), Nossa Senhora do Socorro (134,5), Camaçari (148,8), Itabuna (173,3) e Lauro de Freitas (162,7).

As maiores taxas estão nos seguintes municípios: Fortaleza (245,9), Maracanaú (246,4), Mossoró (295,0), Arapiraca (210,4), Feira de Santana (205,9), Salvador (225,7) e Vitória da Conquista (204,2).

Taxa por 100 Mil Habitantes - Registros de Ocorrência de Roubos de Veículos e Instituição Financeira - Região Nordeste



ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL - IVJ

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil é um indicador sintético que agrupa dados que fornecem pistas sobre locais nos quais os jovens estão mais vulneráveis à violência. É composto dos seguintes indicadores: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e o risco, relativo, de brancos e negros serem vítimas de homicídio. Com o IVJ podemos dimensionar em quais locais os jovens precisam de maior atenção. O número varia de 0 a 1, sendo 0 menor vulnerabilidade e 1 maior.

A melhor situação para os jovens da Região Nordeste está no Rio Grande do Norte, com o IVJ de 0,38. Mossoró apresenta uma situação de vulnerabilidade maior (0,46), seguido por Natal (0,42).

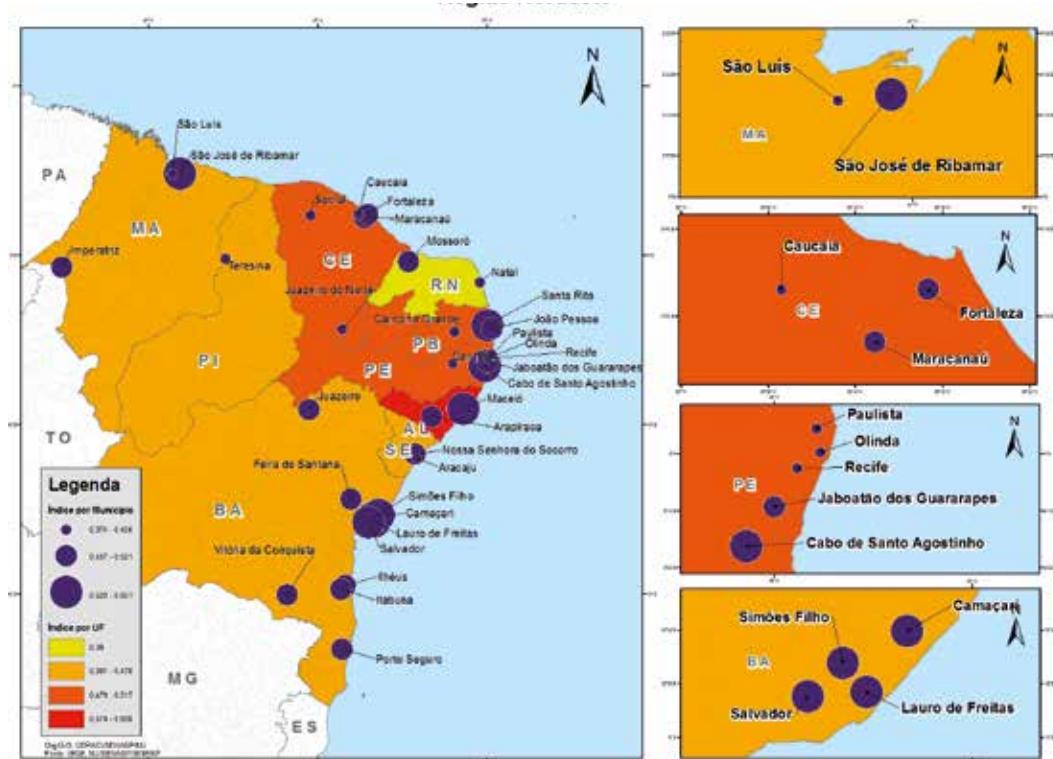
Em uma zona intermediária de vulnerabilidade, por assim dizer, poderíamos considerar os estados do Maranhão (0,45), Piauí (0,47), Sergipe (0,46) e Bahia (0,47). Contudo, a situação dos municípios dentro de cada estado varia. Dentre aqueles que possuem o número de vulnerabilidade menor que 0,5 estão: Imperatriz (0,48), São Luís (0,45), Teresina (0,43), Aracaju (0,41), Nossa Senhora do Socorro (0,48), Juazeiro (0,48) e Vitória da Conquista (0,49). Já as maiores vulnerabilidades dentre esses estados

estão nos seguintes municípios: São José de Ribamar (0,54), Camaçari (0,55), Feira de Santana (0,52), Ilhéus (0,51), Itabuna (0,50), Lauro de Freitas (0,55), Porto Seguro (0,51), Salvador (0,53) e Simões Filho (0,56).

Casos estaduais mais graves de vulnerabilidade estão no Ceará (0,50), Paraíba (0,51) e Pernambuco (0,50). Novamente, a situação dentro dos municípios varia. Os menores índices estão nos municípios de Caucaia (0,45) Juazeiro do Norte (0,45), Campina Grande (0,43), João Pessoa (0,49), Caruaru (0,42), Olinda (0,44), Recife (0,44) e, especialmente, Paulista (0,40) e Sobral (0,37). Já os locais com maior vulnerabilidade são Fortaleza (0,50), Maracanaú (0,51), Santa Rita (0,53), Jaboatão dos Guararapes (0,50), com destaque para Cabo de Santo Agostinho (0,65).

De toda maneira, mesmo apontando para casos mais e menos graves, é patente que a situação do Nordeste, de maneira geral, indica uma alta vulnerabilidade de jovens. O caso mais grave foi Alagoas, com índice de 0,6. Os municípios de Arapiraca (0,5) e Maceió (0,54) possuem índices altos de vulnerabilidade, apesar de não serem os piores da região.

Índice de Vulnerabilidade Juvenil - IVJ - Por UF e Municípios Selecionados - Região Nordeste



EDUCAÇÃO: TAXA DE EVASÃO ESCOLAR (CENSO ESCOLAR/INEP/MEC)

As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas na 2^a etapa do Censo Escolar. Para o cálculo das taxas de rendimento e do abandono escolar é considerada a situação final das matrículas do ensino fundamental e médio da modalidade regular. Nesse sentido, a taxa de abandono indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo.

Para o propósito deste trabalho, a taxa de abandono especificada no mapa é referente apenas ao Ensino Médio, já que, em tese, a faixa etária aí inserida é a de jovens que, como dito acima, estão em maior vulnerabilidade, e tem sido a mais vitimada com relação aos homicídios.

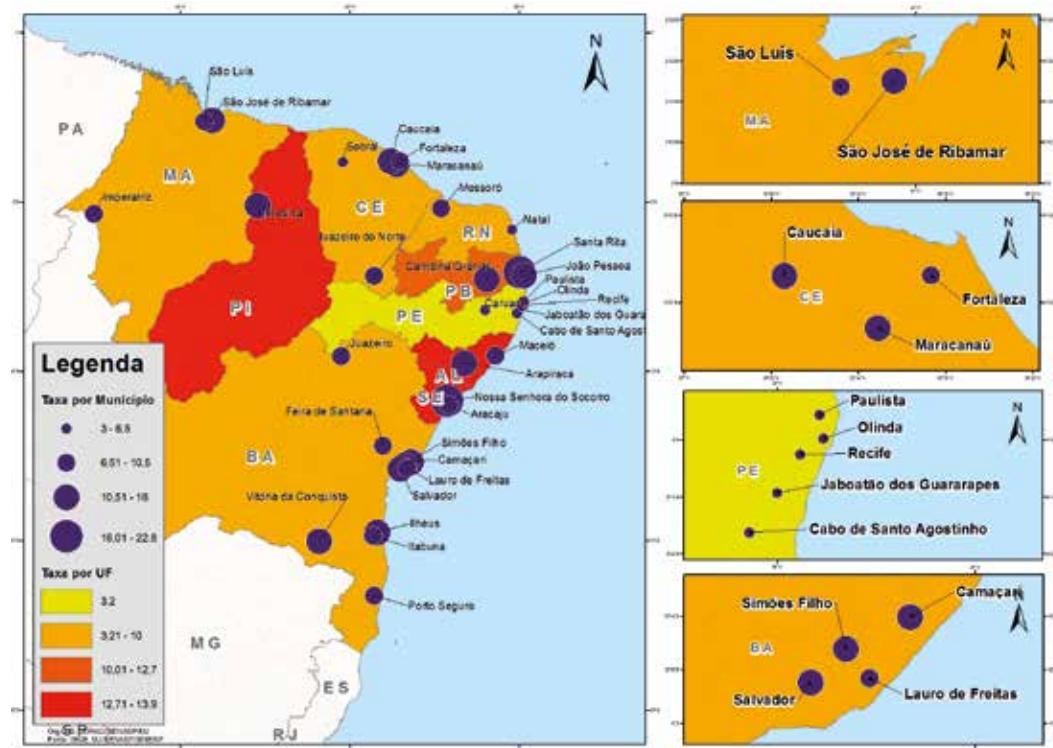
Na Região Nordeste, os estados mostraram taxas de abandono no Ensino Médio entre 3,2, em Pernambuco, e 13,9, em Alagoas. Taxas intermediárias foram observadas nos estados do Ceará (7,9), Maranhão (9,8), Bahia e Rio Grande do Norte (10,0). Um pouco maiores que essas foram as taxas da Paraíba (12,7), de Sergipe (13,6) e do Piauí (13,7).

Quanto aos municípios selecionados, estes apresentaram taxas entre 3,0 e 22,8. Os municípios do estado de Pernambuco foram os que apresentaram as menores taxas, entre 3,0 (Paulista) e 4,3 (Jaboatão dos Guararapes). Um segundo grupo de municípios apresentou taxas intermediárias entre 5,4 e 10,5, aí incluídos os municípios da Bahia (Juazeiro, 7,1; Feira de Santana, 8,6; Itabuna, 8,7; Lauro de Freitas, 9); Ceará (Sobral, 5,4; Juazeiro do Norte, 7,0; Fortaleza, 8,4); Rio Grande do Norte (Natal, 6,2 e Mossoró 9,3); Sergipe (Aracaju, 6,8); e Alagoas (Maceió, 10,5).

Taxas entre 11,0 e 16,0 foram observadas nos seguintes municípios: João Pessoa (11,0), Salvador (11,5), São José de Ribamar (11,6), Simões Filho (11,9), Campina Grande (12,0), Caucaia (12,4), Ilhéus (12,6), Vitória da Conquista (12,6), Maracanaú (12,8), Camaçari (14,3), Teresina (15,4) e Arapiraca (16,0).

As maiores taxas de abandono escolar entre os municípios ficaram com Nossa Senhora do Socorro-SE (19,0) e Santa Rita-PB (22,8).

Taxa de Abandono Escolar - Ano 2014 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



PERCENTUAL DE JOVENS NEGROS NA POPULAÇÃO

O percentual de jovens negros na população pode ser um indicador de vulnerabilidades, isso porque os jovens negros são os mais afetados pela violência urbana, advinda de diversos contextos. Por esse motivo, esse é um dos indicadores discutidos nesse trabalho e pode apontar locais nos quais são necessárias ações orientadas para a proteção dessa parcela da população e controle de fatores de risco associados à violência urbana.

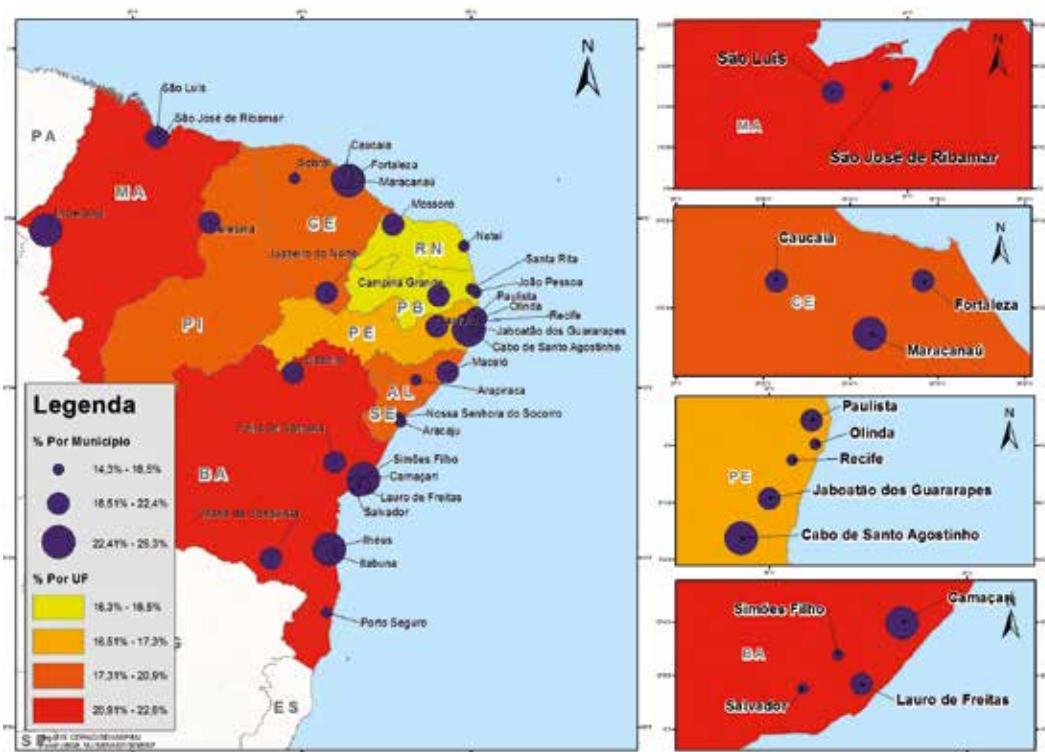
No Brasil, o percentual de jovens negros é 14,4% da população. Os estados com menor porcentagem relativa de jovens negros na população são Rio Grande do Norte, onde 16,50% da população é negra e possui entre 15 e 29 anos; e Paraíba, onde 16,30% da população é jovem e negra. Dentre os municípios, o percentual varia: Mossoró (16,4%), Natal (15,7%), Campina Grande (15,8%), João Pessoa (15,5%) e Santa Rita (18,2%). Com porcentagens um pouco maiores está Pernambuco, com 17,30% de população de jovens negros. E nos municípios: Cabo de Santo Agostinho (19,6%), Caruaru (14,3%), Jaboatão dos Guararapes (17,1%), Olinda (16,2%), Paulista (15,8%) e Recife (15,7%).

Já Ceará, Piauí, Alagoas e Sergipe apresentam, em nível estadual, maior porcentagem de jovens negros – 19,30%, 20,90%, 19,10% e 20,50%, respectivamente. No nível municipal isso varia, havendo casos com porcentagem menor que 20%:

Fortaleza (18,5%), Arapiraca (18,2%), Maceió (17,5%), Aracaju (19,7%) e Juazeiro do Norte (19,2%). E outros nos quais mais de 20% da população é formada por jovens e negros: Sobral (22,2%), Caucaia (21,2%), Maracanaú (21,2%), Nossa Senhora do Socorro (21,7%) e Teresina (21,5%).

Os casos de Estados que podem apresentar maior público potencialmente vulnerável à violência urbana são Maranhão (22,60%) e Bahia (22%). Dentre os municípios, o único com porcentagem menor que 20% de jovens negros é Vitória da Conquista (19,4%). Nos outros casos a distribuição se dá da seguinte maneira: Imperatriz (20,8%), São José de Ribamar (24,1%), São Luís (22,4%), Camaçari (25,3%), Feira de Santana (23,6%), Ilhéus (21,3%), Itabuna (21,8%), Lauro de Freitas (22,4%), Porto Seguro (21,6%), Salvador (22,9%), Simões Filho (25,2%) e Juazeiro (21,3%).

Percentual de População de Jovens (15 a 29 anos) Pretos e Pardos - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



MORTE POR ABUSO DE DROGAS ILÍCITAS (DATASUS)

A taxa de morte por intoxicação com drogas ilícitas tem nos servido, neste trabalho, para estabelecer uma aproximação possível com a maior disponibilidade de drogas em determinados territórios. De uma maneira geral, as taxas de óbitos por abuso de drogas ilícitas são mais baixas no Nordeste do que em outras regiões como,

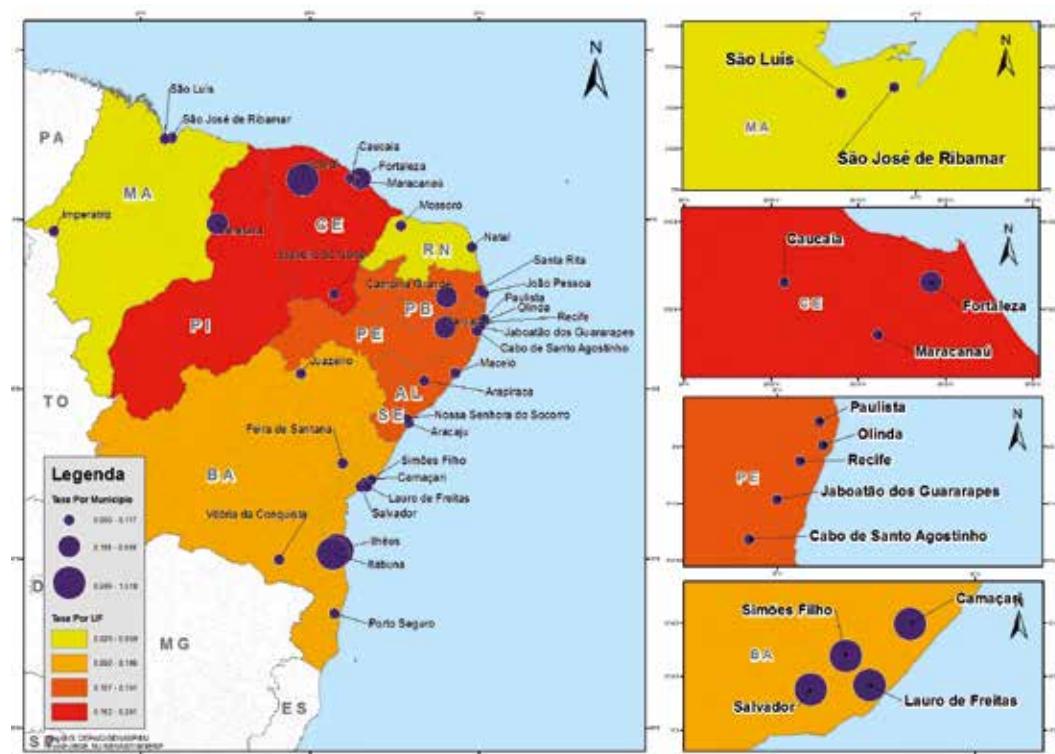
por exemplo, o Sudeste. Ademais, essas taxas tendem a ser baixas em comparação ao número real de usuários de drogas, mas como carecemos de indicadores nesse sentido optamos por utilizar este.

Internamente à região, as menores taxas estão no Maranhão – 0,02 pessoa morta por intoxicação por abuso de drogas ilícitas a cada 100 mil habitantes – e no Rio Grande do Norte – 0,59 pessoa morta por intoxicação por abuso de drogas ilícitas a cada 100 mil habitantes. Nos municípios desses estados, as taxas também são baixas, chegando a zero em Imperatriz, São José de Ribamar, São Luís e Mossoró e 0,12 em Natal. Na Bahia, as taxas também são menores, 0,10 no estado; nos municípios as taxas são maiores que zero e altas, comparativamente ao restante dos municípios, em Ilhéus (1,08) e Itabuna (0,92).

Taxas um pouco maiores podem ser encontradas na Paraíba (0,12), Pernambuco (0,14), Alagoas (0,15) e Sergipe (0,13). Os municípios que apresentam taxas de óbito maiores que zero são: Campina Grande (0,25), Caruaru (0,30), Recife (0,06) e Maceió (0,10).

As maiores taxas ocorreram no Piauí (0,25) e no Ceará (0,21). Os municípios com taxas maiores que zero são: Teresina (0,60), Fortaleza (0,25) e Sobral, com a maior taxa (1,52).

Taxa de Óbito por Intoxicação de Drogas Ilícitas - Por UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



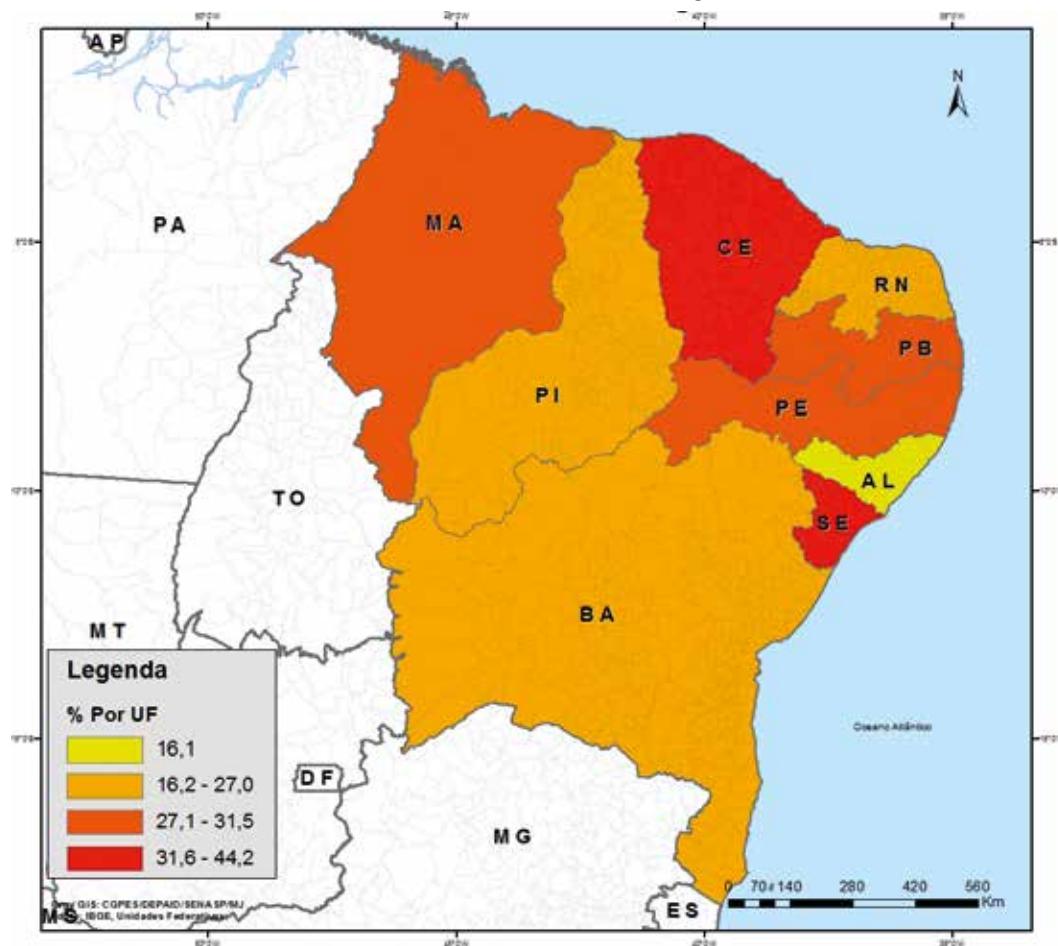
CRIMES CONTRA A PESSOA – PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO

A Pesquisa Nacional de Vitimização foi fomentada pela SENASP e desenvolvida pelo Instituto Data Folha. Cobriu os anos de 2011 e 2012, tendo sido divulgada em 2013. Trata-se de uma iniciativa única no contexto brasileiro, dado que apresenta uma representatividade por UF e para o Brasil. Com ela, podemos ter uma dimensão melhor de quantas pessoas sofreram crimes contra a pessoa, que vão desde agressões e ameaças até ofensas sexuais e discriminação. Os dados apresentados são apenas por UF, mas dimensionam bem a cultura adversarial e o fenômeno da violência interpessoal.

O estado do Piauí apresentou a menor porcentagem comparativa de pessoas que alegaram ter sofrido algum crime contra a pessoa, 16,1% da amostra entrevistada e, sendo essa uma pesquisa com amostra estatística válida que permite extrapolações para a população em geral, 16,1% da população do estado sofreu algum tipo de violência. Em porcentagens um pouco maiores, a população de Maranhão, Sergipe e Bahia sofreu crimes contra a pessoa, 23,4%, 25,4% e 27,2%, respectivamente.

Porcentagens de vitimização maiores podem ser encontradas na Paraíba (28,8%), Pernambuco (31,5%) e Alagoas (31,3%). As maiores porcentagens de pessoas vitimadas estão no Ceará e no Rio Grande do Norte, estados nos quais 38,8% e 44,2% da população foram vítimas de algum crime contra a pessoa, respectivamente.

Percentual de Pessoas que Sofreram Agressões, Ameaças, Ofensas Sexuais e/ou Discriminação* - Nas UFs - Região Nordeste



*Para a Pesquisa Nacional de Vitimização, foi perguntado aos/as entrevistados/as se sofreram agressões ou ameaças nos últimos 12 meses. Além disso, foi perguntado se os/as entrevistados/as sofreram ofensa sexual e discriminação alguma vez na vida.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE RESIDE NO MUNICÍPIO HÁ MENOS DE 5 ANOS (IBGE)

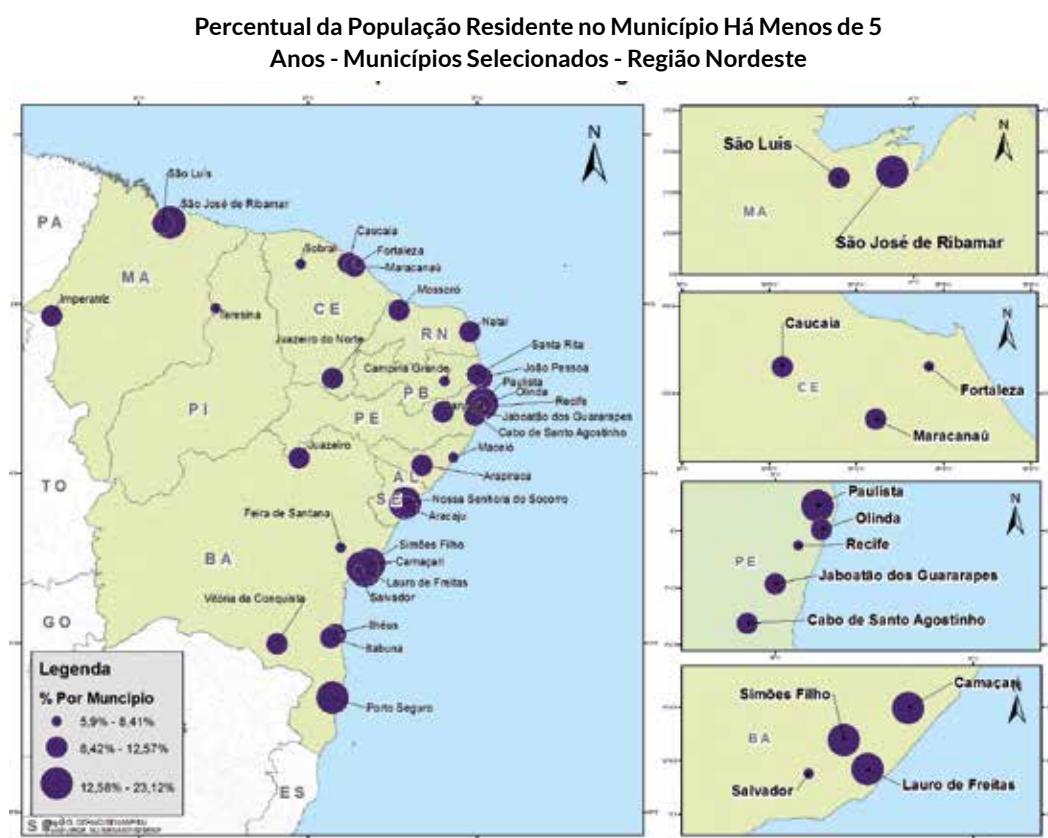
O percentual de residentes nos municípios há menos de 5 anos indica qual a parcela da população que habita determinado território por um tempo curto e novo. Alguns estudos apontam que locais com maior concentração de pessoas com menor vínculo com o território e com as outras pessoas do local são também mais propícios a violências interpessoais e homicídios. Além disso, a sensação de segurança é menor em residentes novos, assim como a desconfiança e reação violenta a terceiros. Alguns autores chamam esse fenômeno de falta de coesão social.

Analisamos esse dado por município. Entre aqueles que possuem a menor porcentagem de novos moradores, de 5,9% a 8,41% estão: Teresina (8,0%), Fortaleza (6,2%), Sobral (7,9%), Campina Grande (6,8%), Recife (6,5%), Maceió (7,6%), Feira de Santana (8,4%) e Salvador (5,9%).

Em uma zona intermediária, com porcentagem de novos moradores de 8,42% a 12,57%, está a maioria dos municípios: Imperatriz (11,0%), São Luís (9,0%), Caucaia (12,5%), Juazeiro do Norte (9,5%), Maracanaú (11,6%), Mossoró (9,4%), Natal (8,8%), João Pessoa (10,2%), Santa Rita (9,4%), Cabo de Santo Agostinho (11,2%), Caruaru (11,6%), Olinda (9,0%), Arapiraca (9,2%), Aracaju (10,6%), Ilhéus (11,4%), Itabuna (9,6%), Juazeiro (10,4%) e Vitória da Conquista (9,5%).

Já com as maiores taxas de novos residentes, entre 12,58% e 23,12% da população, estão os municípios de: São José de Ribamar (18,4%), Jaboatão dos Guararapes (12,6%), Paulista (14,9%), Nossa Senhora do Socorro (18,8%), Camaçari (20,8%), Lauro de Freitas (23,1%), Porto Seguro (19,2%) e Simões Filho (15,8%).

Ressaltamos que a análise deste indicador em conjunto com outros pode apontar para uma compreensão mais acurada da dinâmica social do lugar com relação ao mercado de trabalho, da economia local e das relações sociais que nele estão sendo estabelecidas.



CONSUMO DE ÁLCOOL (POF – PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES)

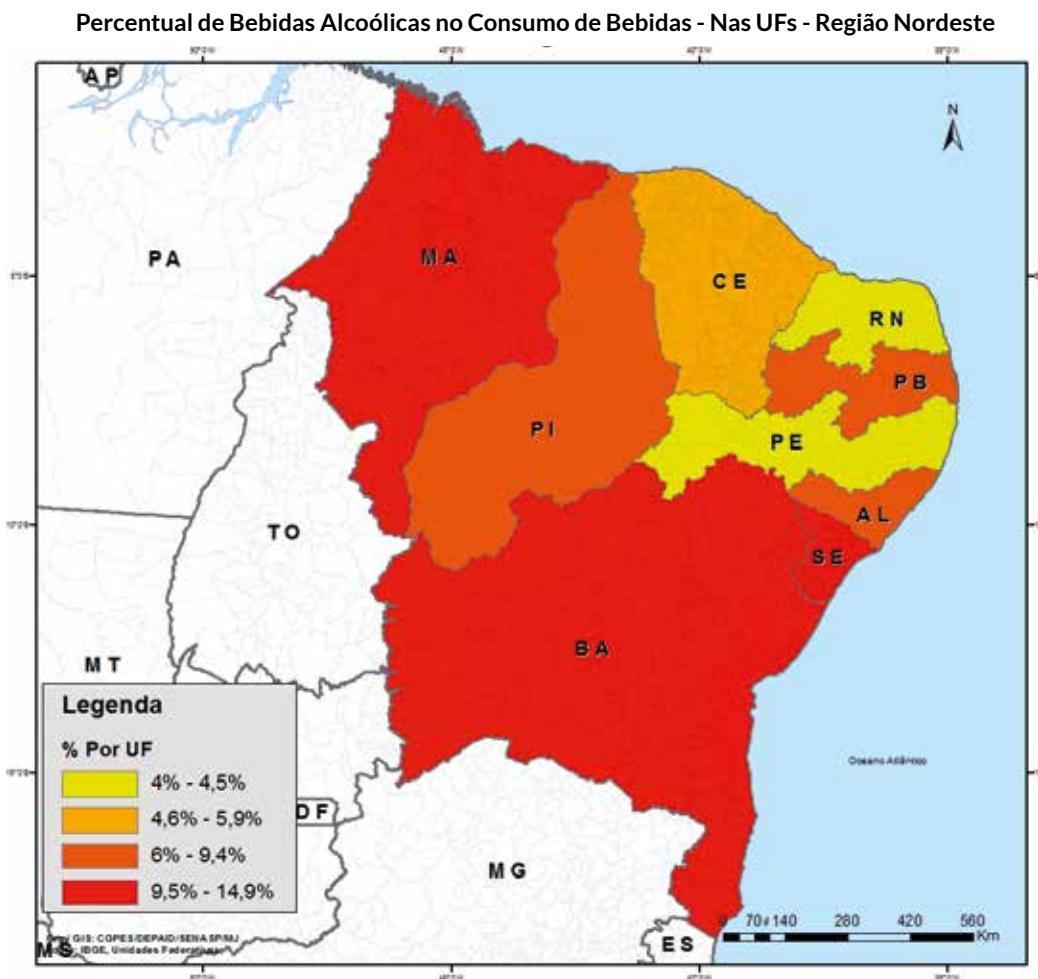
O consumo de álcool tem sido observado nesse diagnóstico como um agente potencializador das violências, especialmente perpetradas no contexto interpessoal e doméstico. Uma forma de medir o consumo de bebidas alcoólicas pela população é observar a porcentagem de orçamento familiar destinado a bebidas e que está concentrado no gasto com bebidas alcoólicas. Esses dados estão presentes na POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada pelo IBGE, mas que não é atualizada desde a sua última edição, em 2009.

Os estados nos quais as famílias destinam a menor porcentagem de seu orçamento familiar a bebidas alcoólicas são: Rio Grande do Norte (4%) e Pernambuco (4,5%). Depois destes, está o Ceará, com 5,9% da renda familiar dedicada a bebidas alcoólicas.

No Piauí, Paraíba e Alagoas as famílias destinam um percentual maior da renda às bebidas alcoólicas – 9,4%, 7,8% e 7,9%, respectivamente. Mas os estados com maior gasto familiar com bebidas alcoólicas são Maranhão (12%), Bahia (14,9%) e Sergipe (13,1%).

Contudo, vale uma ressalva sobre o consumo de bebidas no Nordeste. Esse é relativamente menor que o consumo em estados de outras regiões, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo.

Ademais, é curioso que as localidades de maior consumo de bebidas nos estados não estão necessariamente associadas aos maiores índices de violência interpessoal e doméstica, o que ocorre no caso da Bahia, mas não de Maranhão e Sergipe. Rio Grande do Norte e Pernambuco, com consumos relativamente baixos de bebida, possuem maiores problemas associados à violência interpessoal; e Paraíba e Alagoas, com taxas médias de consumo, possuem também taxas médias de violência doméstica.



ÍNDICE NACIONAL DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO - INDG

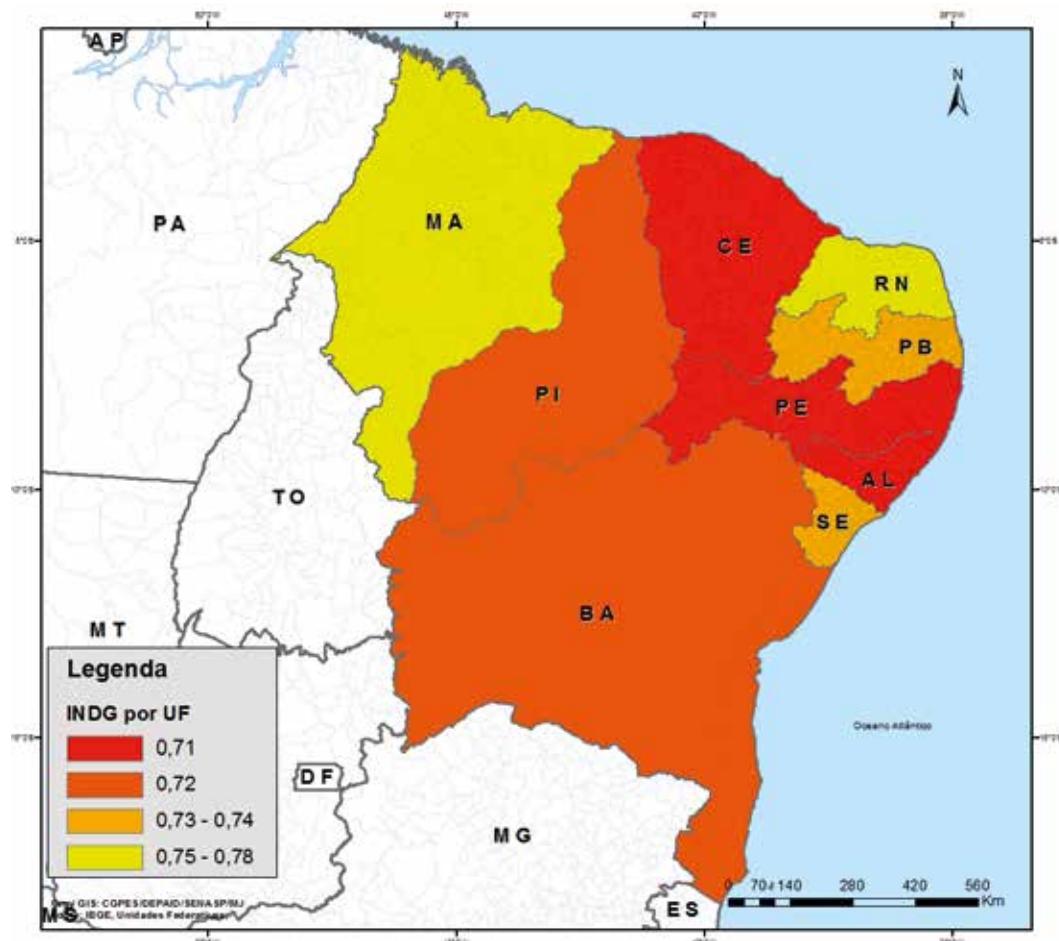
O Índice Nacional das Desigualdades de Gênero (INDG) foi criado por uma estudante de economia e se baseia no *Global Gender Gap Index* (GGI), elaborado desde 2006 pelo Fórum Econômico Mundial. Ele mede e compara as desigualdades de gênero entre os países ao redor do mundo, tendo em conta as dimensões econômica, educacional, profissional, de saúde e de participação política. Iniciativa promissora no contexto brasileiro, o INDG tem o intuito de medir e comparar as desigualdades entre os estados brasileiros. Da mesma forma que outros índices apresentados aqui, a amplitude é de 0 a 1, sendo 1 a indicação de uma sociedade igualitária em termos de gênero e 0 uma sociedade completamente desigual.

Em termos de desigualdade de gênero, os estados do Nordeste não são aqueles com os piores índices. Os estados do Sul e do Centro-Oeste apresentam as piores posições, com índices variando de 0,67 a 0,69.

Os estados do Nordeste com melhor situação em termos de igualdade de gênero, tendo em conta as dimensões econômica, educacional, profissional, de saúde e de participação política, são Maranhão (0,76) e Rio Grande do Norte (0,77), seguidos por Paraíba (0,73) e Sergipe (0,74).

Já estados com índices menos igualitários são Piauí (0,72) e Bahia (0,72). As piores condições de desigualdade de gênero foram encontradas no Ceará, Pernambuco e Alagoas, com índice de 0,70, próximo das piores condições no Brasil.

Índice Nacional de Desigualdade de Gênero - Nas UFs - Região Nordeste



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - AGRESSÕES OCORRIDAS NA RESIDÊNCIA

Os dados de violência doméstica ainda são limitados no Brasil. Como o SINESP ainda não nos informa o número de ocorrências de violência doméstica, optamos pelos dados do DATASUS. De toda forma, temos um indicador sobre quantos casos de agressões dentro da residência chegam aos hospitais e são categorizados como violência doméstica. Com certeza esses dados não dimensionam todos os casos de violência, mas

é o indicador mais confiável no momento. Estamos utilizando esse dado para apontar o risco de homicídios de crianças, mulheres e idosos e, ainda, para dar pistas sobre uma sociabilidade violenta maior em determinados territórios.

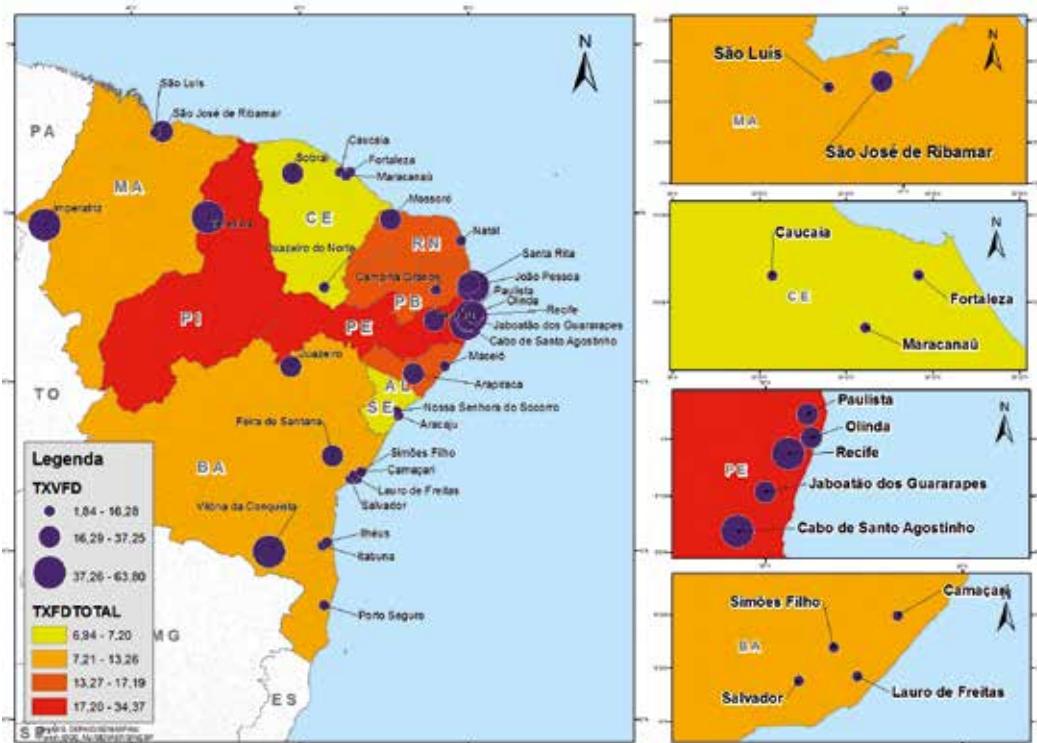
Comparativamente, os estados com a menor taxa de agressões domésticas por 100 mil habitantes foram Ceará (6,9) e Sergipe (7,19). Nos municípios, as taxas apresentam uma variação considerável, especialmente em dois municípios do Ceará, nos quais a taxa é consideravelmente maior, são eles Juazeiro do Norte (15,69) e Sobral (30,35). Nos outros municípios a taxa se mantém alinhada com os estados, ou menor: Maracanaú (1,83), Caucaia (2,31), Fortaleza (2,70), Aracaju (8,46) e Nossa Senhora do Socorro (6,95).

Taxas superiores à desses estados podem ser observadas no Maranhão (12,53) e na Bahia (12,26). Nos municípios, a situação varia, com casos de taxas bastante altas: Vitória da Conquista (63,80), Juazeiro (37,25), Feira de Santana (32,83) e São José de Ribamar (21,12); e outros com taxas parecidas com a dos estados, ou menores: São Luís (6,35), Camaçari (5,80), Simões Filho (6,15), Salvador (11,72), Lauro de Freitas (9,21), Ilhéus (3,79), Itabuna (10,54) e Porto Seguro (10,63).

Taxas maiores são encontradas no Rio Grande do Norte (16,36), Paraíba (17,19) e Alagoas (15,72). Dentre os municípios, em ordem de maiores taxas para menores: João Pessoa (48,20), Mossoró (32,82), Santa Rita (24,08), Arapiraca (22,84), Natal (16,27), Maceió (12,64) e Campina Grande (8,99).

As taxas mais graves, comparativamente, foram encontradas no Piauí (26,12) e em Pernambuco (34,37); Teresina tem uma taxa de 47,37; nos municípios de Pernambuco se dá da seguinte maneira: Cabo de Santo Agostinho (58,62), Recife (43,51), Caruaru (36,74), Olinda (30,40), Jaboatão dos Guararapes (28,86) e Paulista (19,26).

Taxa de Violência Doméstica (Total) - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES, IDOSOS E CRIANÇAS (DATASUS)

As taxas de homicídios de mulheres, idosos e crianças por 100 mil habitantes indicam casos altos de violência doméstica e de um tipo de homicídio específico, que ocorre dentro das relações de poder da esfera familiar. Locais com altas taxas desse tipo de homicídio precisam de um investimento maior de intervenção nas relações violentas perpetradas no ambiente doméstico.

Estes dados são apresentados por municípios. No que tange às **mulheres**, as menores taxas, de 2,97 a 6,72, estão nos municípios de: Imperatriz (5,40), São Luís (5,97), Teresina (3,17), Caucaia (6,42), Sobral (4,03), Mossoró (5,81), Natal (6,23), Jaboatão dos Guararapes (6,08), Olinda (4,41), Paulista (3,71), Recife (3,94), Arapiraca (5,25), Aracaju (5,09), Nossa Senhora do Socorro (5,90), Camaçari (3,11), Feira de Santana (4,02), Ilhéus (6,23), Juazeiro (2,92), Salvador (4,84) e Vitória da Conquista (6,72).

As taxas intermediárias, de 6,73 a 10,7, estão em: São José de Ribamar (8,07), Fortaleza (9,40), Juazeiro do Norte (7,43), Maracanaú (10,07), Campina Grande (8,27), João Pessoa (9,60), Santa Rita (7,93), Cabo de Santo Agostinho (9,35), Caruaru (8,79), Maceió (7,89), Itabuna (9,23) e Porto Seguro (9,12). Já as maiores taxas estão em Lauro de Freitas (14,76) e Simões Filho (17,81).

Já as taxas de homicídios de **crianças** variam mais, mas se apresentam elevadas em vários municípios. As menores taxas, de 0 a 2,53, estão nos municípios de: Imperatriz (1,48), Sobral (1,99), Natal (2,25), Cabo de Santo Agostinho (0,00), Caruaru (0,00), Jaboatão dos Guararapes (1,28), Olinda (0,00), Paulista (1,45), Recife (1,23), Nossa Senhora do Socorro (0,00), Feira de Santana (0,73), Juazeiro (1,77) e Vitória da Conquista (2,53).

Taxas relativamente intermediárias, de 2,54 a 6,30, estão em São José de Ribamar (4,33), São Luís (3,65), Teresina (3,07), Caucaia (3,27), João Pessoa (4,87), Aracaju (3,04), Camaçari (4,58) e Salvador (2,86).

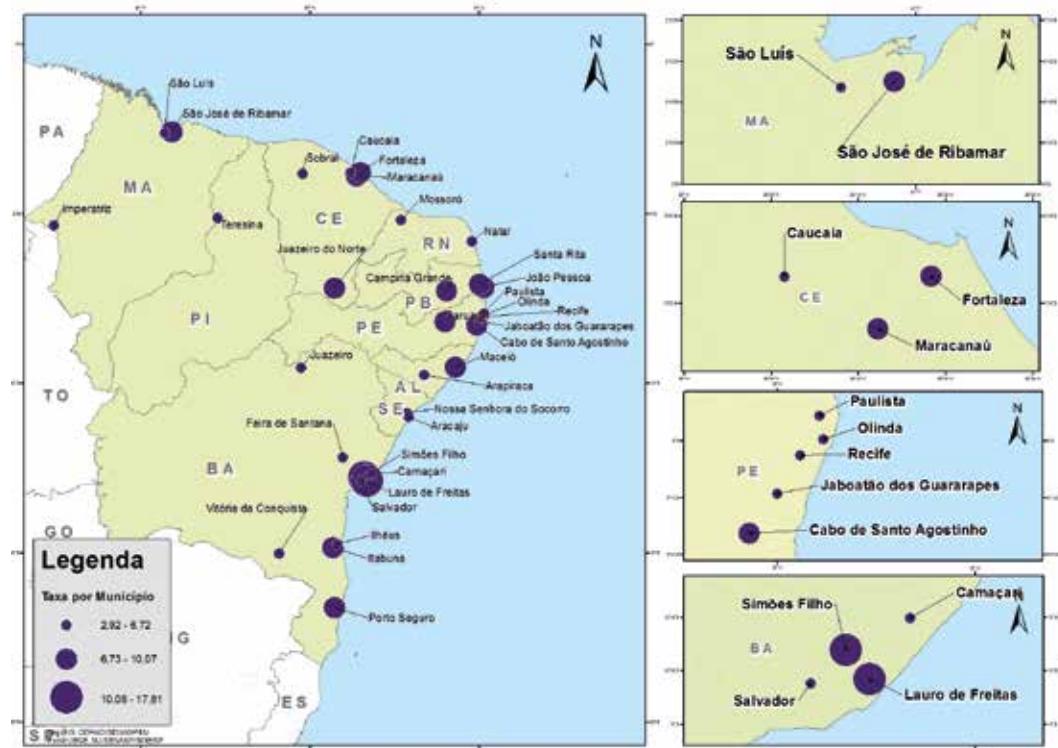
As maiores taxas encontram-se nos seguintes municípios: Fortaleza (8,86), Juazeiro do Norte (7,31), Maracanaú (7,30), Mossoró (7,99), Campina Grande (7,56), Santa Rita (18,41), Arapiraca (8,34), Maceió (10,08), Ilhéus (6,36), Itabuna (6,39), Lauro de Freitas (9,76), Porto Seguro (7,44) e Simões Filho (9,08).

As taxas de homicídios de **idosos/as** apresentam uma variação ainda maior do que a de crianças entre os municípios. As menores taxas, de 0 a 9,36, estão em: São José de Ribamar (0,00), Teresina (8,51), Campina Grande (6,92), João Pessoa (9,14), Santa Rita (8,45), Olinda (8,95), Paulista (6,58), Recife (4,90), Aracaju (7,49), Camaçari (6,70), Feira de Santana (6,08) e Salvador (4,38).

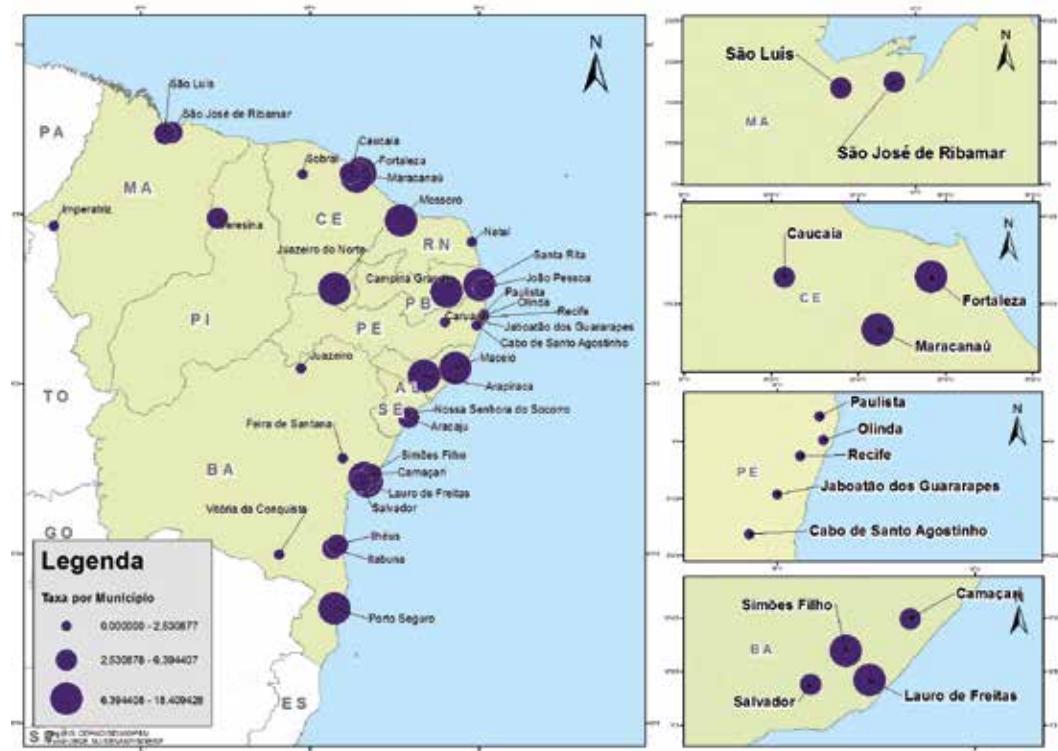
Taxas comparativamente intermediárias, contudo, bastante altas, de 9,37 a 20,96, estão nos seguintes municípios: São Luís (12,52), Caucaia (15,77), Fortaleza (15,67), Juazeiro do Norte (18,52), Sobral (11,80), Natal (9,37) Caruaru (18,43), Jaboatão dos Guararapes (15,21), Arapiraca (15,02), Maceió (18,56), Itabuna (17,68), Juazeiro (18,75), Lauro de Freitas (16,34), Porto Seguro (13,85) e Vitória da Conquista (15,88).

As maiores taxas encontram-se nos seguintes municípios: Imperatriz (29,14), Maracanaú (24,55), Mossoró (28,13), Cabo de Santo Agostinho (25,72), Nossa Senhora do Socorro (23,72), Ilhéus (20,70) e Simões Filho (25,92).

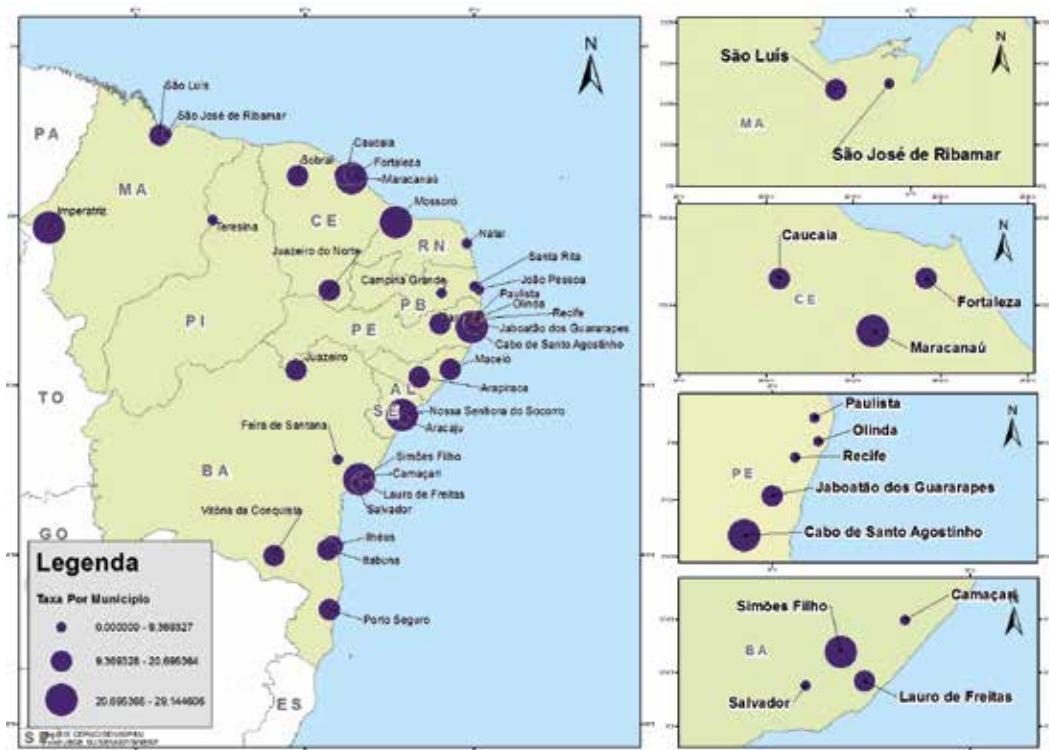
Taxa de homicídios - Mulheres - DATASUS - Nos Municípios Selecionados - Região Nordeste



Taxa de homicídios - Crianças - Até 14 anos - DATASUS - Nos Municípios Selecionados - Região Nordeste



**Taxa de homicídios - Idosos - Acima de 60 anos - DATASUS -
Nos Municípios Selecionados - Região Nordeste**



QUANTIDADE DE DEAMS E DPCAS

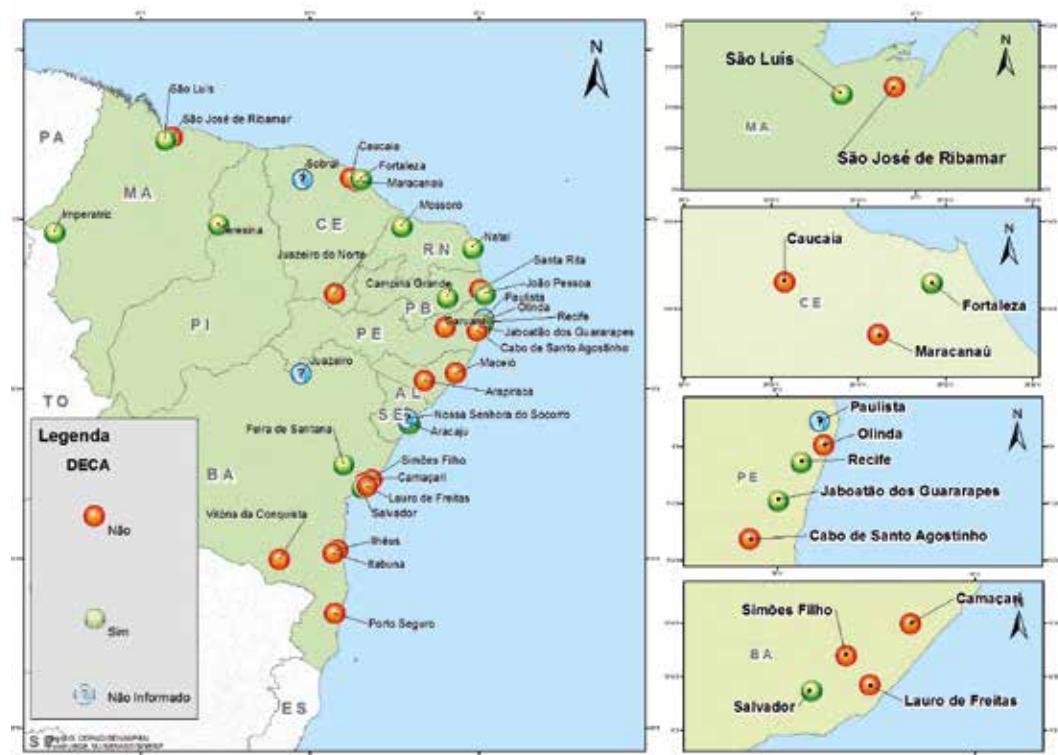
Sobre as delegacias de atendimento especializado às mulheres, às crianças e aos adolescentes, preparamos mapas indicando municípios nos quais elas existem ou não.

Vale destacar aqui municípios nos quais tais delegacias não existem. No caso das DEAMs, a ausência está nos seguintes locais: Simões Filho e Lauro de Freitas, na Bahia; Olinda, em Pernambuco; e São José de Ribamar, no Maranhão. Nessas duas cidades da Bahia, a taxa de homicídio de mulheres é considerada alta. Por isso, seria aconselhável investir na criação de delegacias deste tipo nestas cidades.

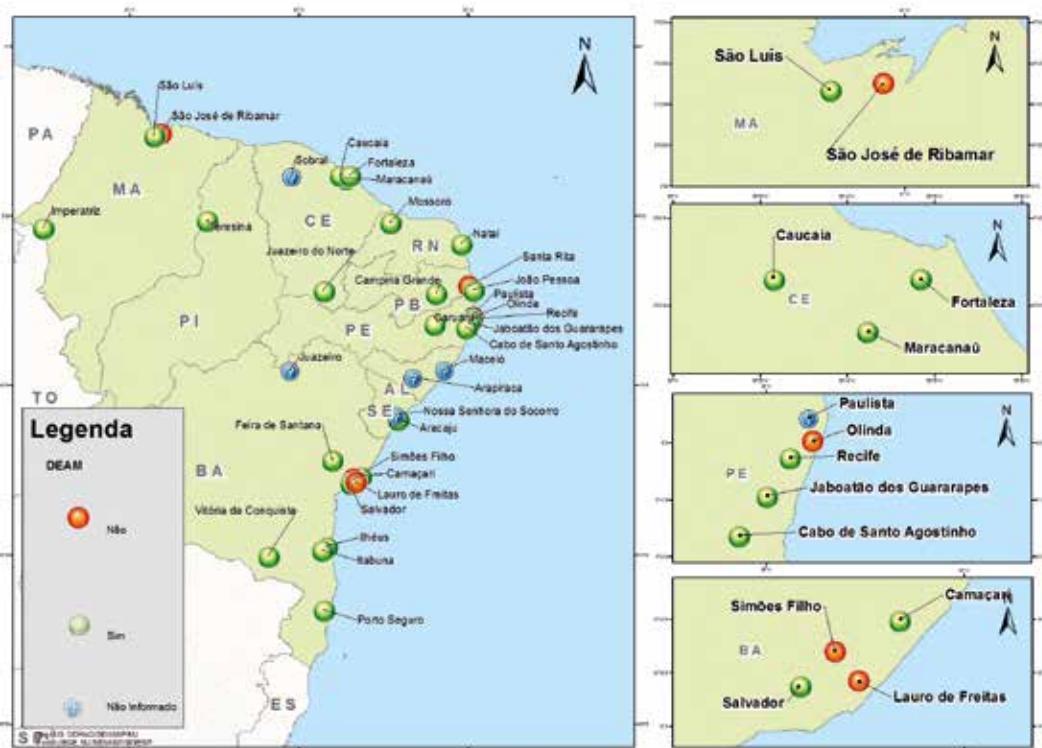
A situação das DPCAs é mais sensível, essas não existem em Porto Seguro, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Lauro de Freiras, Simões Filho e Camaçari, na Bahia; Arapiraca e Maceió, em Alagoas; Cabo de Santo Agostinho e Olinda, em Pernambuco; Santa Rita, na Paraíba; Juazeiro do Norte, Caucaia e Maracanaú, no Ceará; e São José de Ribamar, no Maranhão. Importante ressaltar que há ausência desta delegacia especializada em capitais de estado e em municípios em que há alta taxa de homicídios de crianças, como são os casos de Maceió, Arapiraca (AL), Porto Seguro (BA), Santa Rita (PB), Juazeiro do Norte e Maracanaú (CE), ou taxas médias, como são os casos de Camaçari, Ilhéus e Itabuna, na Bahia; Caucaia, no Ceará; e São José de Ribamar, no Maranhão.

Obtivemos esses dados na Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança do ano de 2013. Em alguns casos os dados não foram informados e por isso o sinal azul de interrogação nos mapas. Ademais, não existem informações específicas sobre delegacias especializadas no atendimento de idosos nos municípios, sabemos apenas que essas existem, nas quantidades entre parênteses, nos seguintes estados: Amazonas (10), Bahia (1), Espírito Santo (1), Goiás (2), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (1), Pará (1), Paraíba (1), Rio de Janeiro (1), Roraima (1), Rio Grande do Sul (2), Sergipe (5), São Paulo (23) e Tocantins (1).

Delegacias da Criança e Adolescente - Nos Municípios Selecionados - Região Nordeste



Delegacias de Atendimento à Mulher nos Municípios Selecionados - Região Nordeste



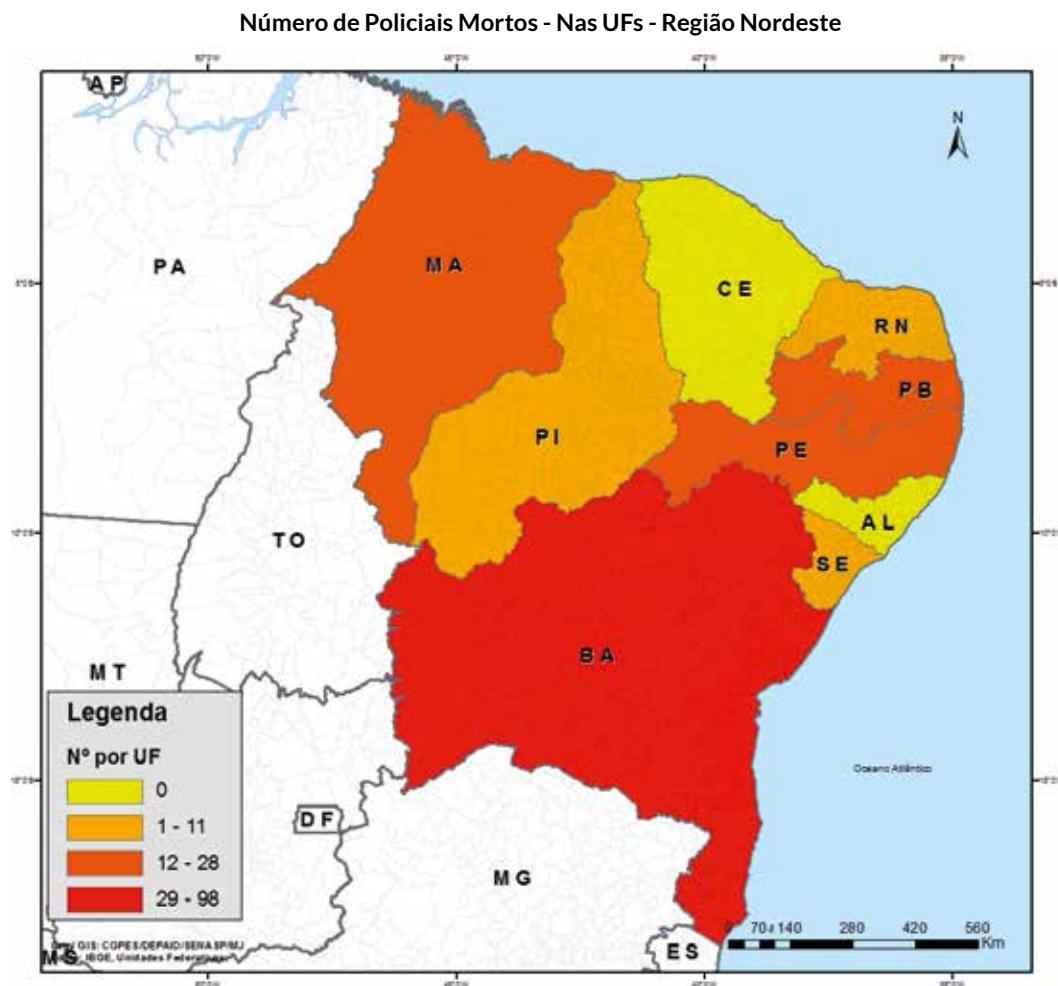
QUANTIDADE DE POLICIAIS MORTOS, POR UF (PESQUISA PERFIL/MJ)

A quantidade de policiais (militares e civis) mortos, informada pelos estados para a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública 2013, é um indicador relativo à vitimização do policial, indicando tanto uma situação de vulnerabilidade dos policiais como altas taxas de conflito entre policiais e população. As mortes informadas nesta pesquisa independem se foram em serviço ou fora de serviço, se foram por causas naturais ou acidentais.

Nenhum policial morreu em 2013 nos estados do Ceará e Alagoas. Já no Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe morreram, respectivamente, 8, 11 e 5 policiais.

Números maiores de mortes foram encontrados no Maranhão (18), Paraíba (21) e Pernambuco (28). Contudo, o maior número de policiais mortos foi registrado na Bahia, ao todo 98 policiais.

Coincidentemente, os municípios da Bahia também tiveram o maior número de “intervenções legais” (mortes ocasionadas por policiais) e o Estado apresentou uma porcentagem relativamente alta de população agredida pela polícia, como pode ser observado abaixo, indicando ser esta uma questão importante desse Estado.



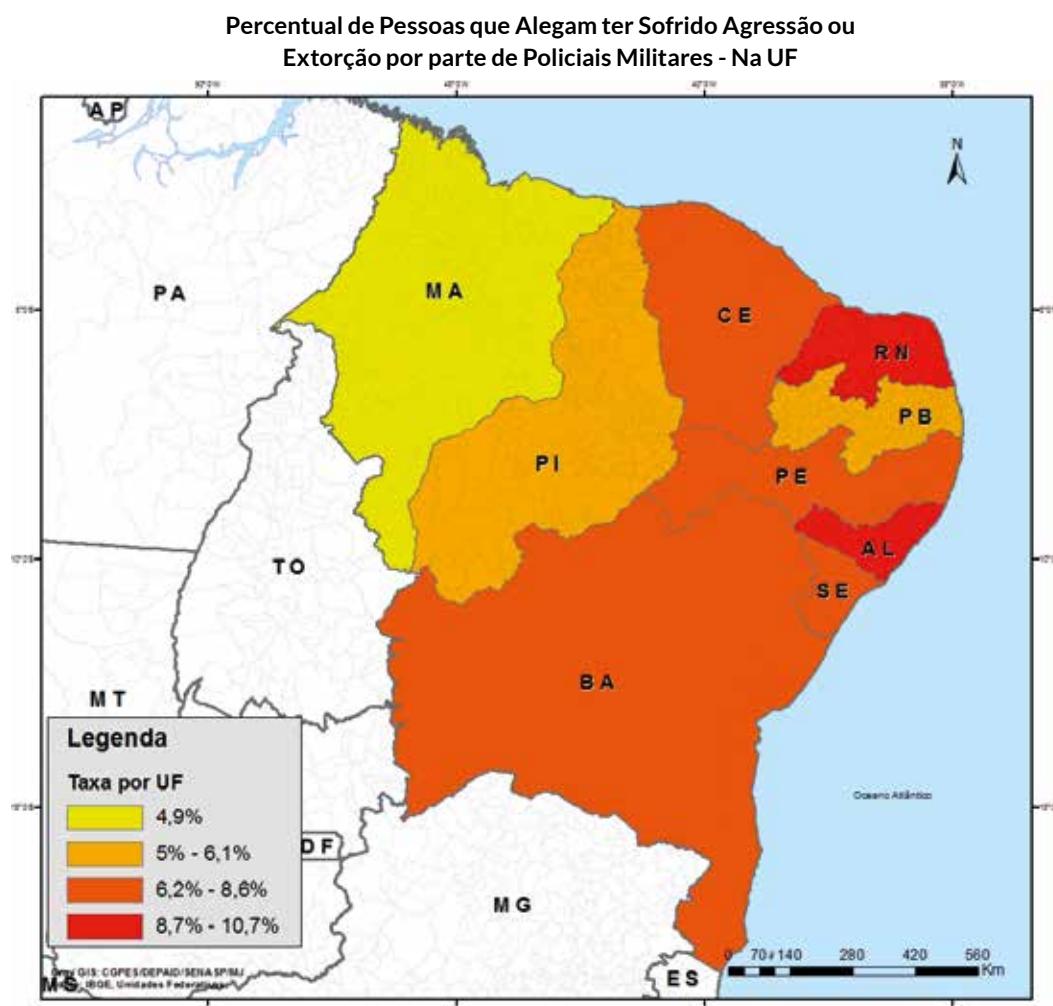
AGRESSÕES OU EXTORSÕES SOFRIDAS PELA POPULAÇÃO POR POLICIAIS, POR UF (PNV)

Outro indicador importante trazido pela Pesquisa Nacional de Vitimização são as agressões e extorsões que a população sofreu de policiais. Este aponta territórios nos quais a polícia é mais violenta com a sociedade. Nesse caso, os dados também estão apenas em nível estadual.

O Maranhão apresentou a menor porcentagem de pessoas vitimadas por policiais, 4,9%. Piauí e Paraíba apresentaram porcentagens parecidas, 5,6% e 6,1%, respectivamente.

Já em outros estados, as porcentagens se aproximam mais dos 10%, como Ceará (7,5%), Pernambuco (7,7%), Sergipe (7,6%), Bahia (8,6%), Rio Grande do Norte (10,7%) e Alagoas (10,2%). Não foram as piores situações encontradas quando tomamos em conta os estados de outras regiões.

Como os dados da PNV possuem representatividade estatística, eles podem ser extrapolados para toda a população. Nesse sentido, nenhuma das porcentagens apresentadas aqui pode ser ignorada e todas indicam a gravidade da situação.



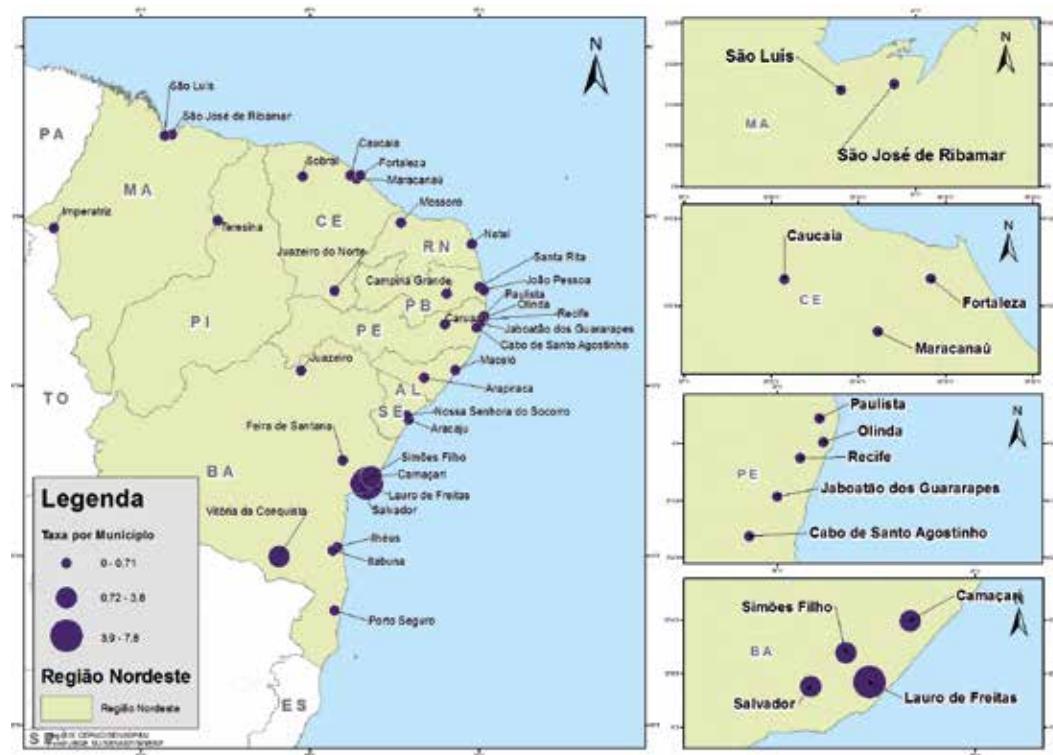
“INTERVENÇÃO LEGAL”, POR UF (DATASUS)

Dados sobre letalidade policial, ou homicídios praticados por policiais, são escassos. Um indicador que pode nos aproximar desse fenômeno é o número de “intervenções legais”, assim categorizadas pelo DATASUS para se referirem a mortes que ocorreram pelas mãos do Estado. Nesse caso, os números são apresentados por município.

Apenas em alguns municípios ocorreram casos categorizados como “intervenção legal” pelo SUS. Nesses, a taxa de intervenção por 100 mil habitantes variou de 0,24 a 7,59: Teresina (0,24), Camaçari (2,5), Lauro de Freitas (7,59), Porto Seguro (0,71), Salvador (2,74), Simões Filho (3,85) e Vitória da Conquista (1,78).

Destacamos a Bahia como o estado da região em que mais se registrou “intervenções legais” em 2013.

Intervenções Legais por 100 Mil Habitantes em 2013 - Ministério da Saúde - Nos municípios - Região Nordeste



SEGURANÇA: EFETIVO SEGURANÇA GM + PC + PM/ POPULAÇÃO (PERFIL/MJ; MUNIC./IBGE)

A relação entre a população de um local e o efetivo de profissionais de segurança pública é uma forma de medir a rede de segurança, ou seja, a quantidade suficiente ou não de efetivo policial. Contudo, não há um parâmetro que defina o que seria ideal, em termos de efetivo por população. As comparações estabelecidas aqui são apenas entre os estados e municípios.

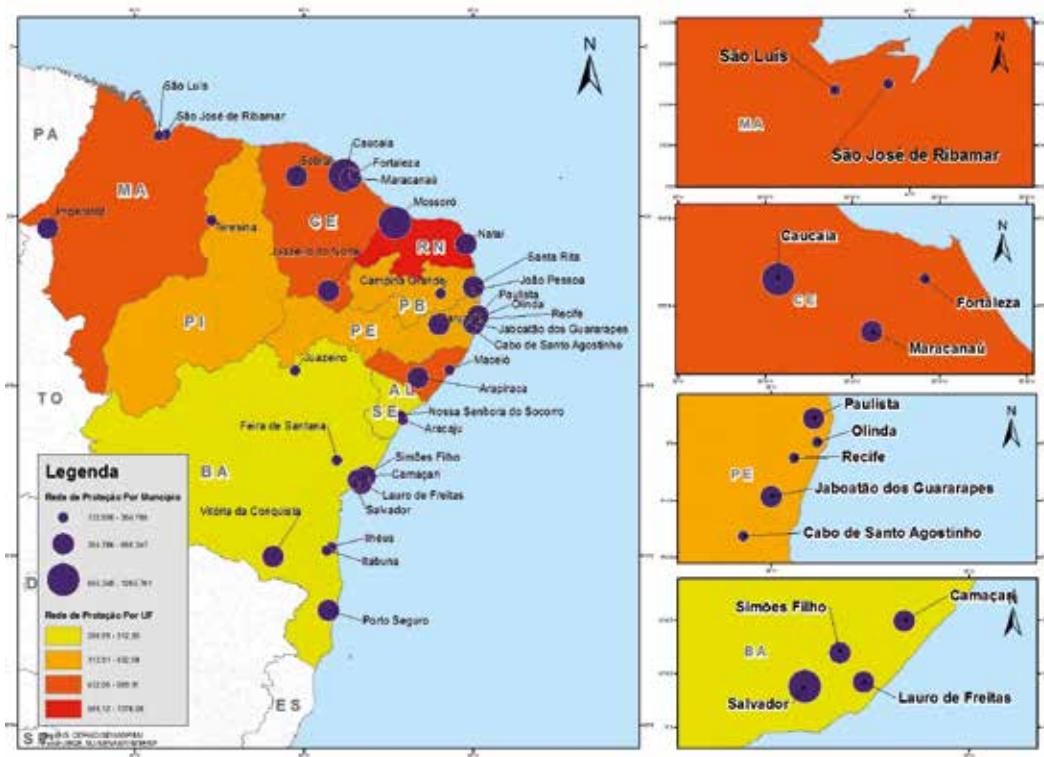
Os estados com a relação mais positiva são Bahia e Sergipe, aquela com 280,69 habitantes por policial e este com 312,90. Dentre os municípios, as relações variam, as melhores relações estão em: Aracaju (169,21) e Nossa Senhora do Socorro (142,37), em Sergipe. Já na Bahia, as relações variam da seguinte maneira: Juazeiro (222,31), Ilhéus (222,97), Itabuna (231,31), Salvador (326,65), Feira de Santana (340,53), Simões Filho (477,81), Porto Seguro (477,99), Lauro de Freitas (525,31), Vitória da Conquista (594,33) e Camaçari (649,94).

Com relações um pouco menos favoráveis comparativamente estão Piauí (432,04), Paraíba (404,23) e Pernambuco (363,98). Já nos municípios, as relações variam: Teresina (242,88), Campina Grande (378,79), João Pessoa (296,46), Santa Rita (462,97), Cabo de Santo Agostinho (238,05), Caruaru (499,14), Jaboatão dos Guararapes (594,19), Olinda (369,64), Paulista (526,98) e Recife (168,18).

Maranhão, Ceará e Alagoas possuem relações menos favoráveis, 589,11, 527,17 e 552,64 habitantes por policial, respectivamente. Dentre os municípios essa relação varia bastante, com casos de relações relativamente baixas: Maceió (165,85), São Luís (221,74) e Fortaleza (299,16). Outras já um pouco maiores: São José de Ribamar (303,78), Arapiraca (414,64), Juazeiro do Norte (513,34) e Imperatriz (553,89). E outras que se destacam negativamente: Sobral (602,63), Maracanaú (615,60) e Caucaia (1.161,40).

No Rio Grande do Norte a relação foi a pior da Região Nordeste, com 1.376 habitantes por policial. Em Natal, a relação é de 706,89 e em Mossoró 1.034,37.

**Rede de Proteção (Habitantes/Profissionais de Segurança Pública
- Por UF e Municípios Selecionados - Região Nordeste**



SAÚDE: MÉDICO/HABITANTES (DATASUS)

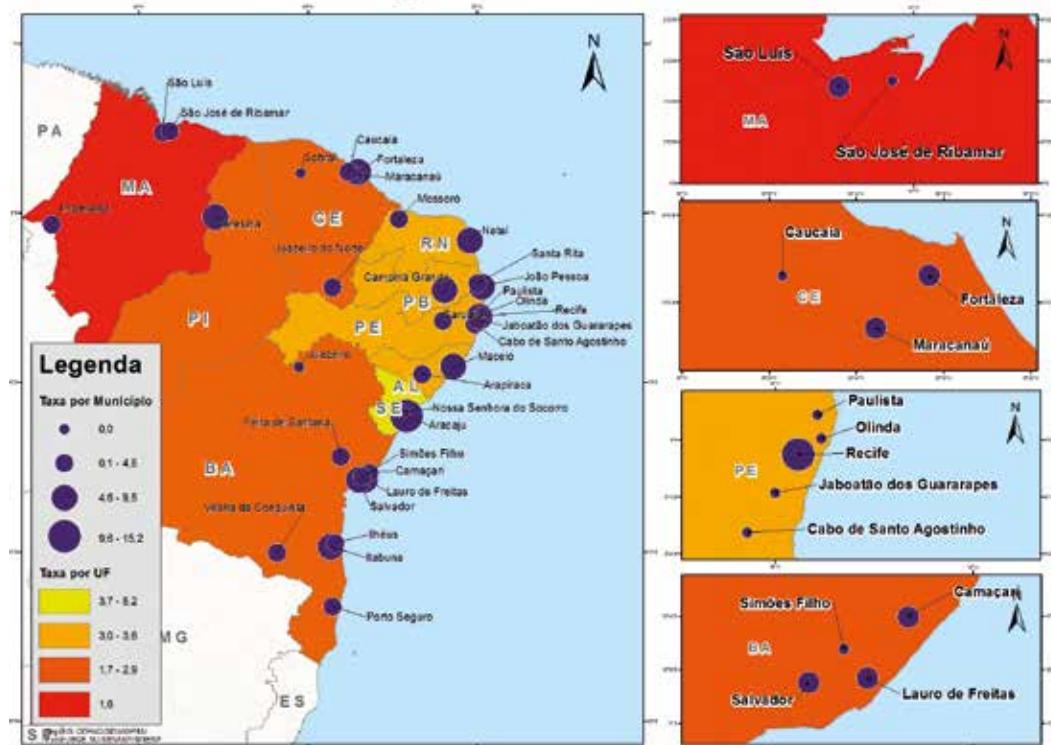
Um indicador do DATASUS para medir o quanto a população está sendo atendida por profissionais de saúde é o cálculo de médicos por 1.000 habitantes. Quanto maior o número de médicos, maior é a potencialidade de que os habitantes de determinado local sejam atendidos de forma mais adequada e mais rápida. Trouxemos, nesse momento, dados sobre os municípios.

Os municípios que possuem mais médicos por 1.000 habitantes e, assim, uma situação melhor de cobertura de saúde, de 7,50 a 15,15, são quatro capitais: Natal (7,51), Recife (9,50), João Pessoa (8,43) e Aracaju (15,15).

Em um grupo intermediário, de 2,92 a 7,50 médicos para cada 1.000 habitantes, está a maior parte dos municípios: Imperatriz (2,83), São Luís (4,18), Teresina (5,46), Fortaleza (5,43), Juazeiro do Norte (3,40), Maracanaú (4,05), Sobral (4,7), Mossoró (4,00), Campina Grande (5,73), Cabo de Santo Agostinho (2,93), Caruaru (3,73), Arapiraca (4,42), Maceió (6,64), Camaçari (3,46), Feira de Santana (3,80), Ilhéus (3,62), Itabuna (6,53), Lauro de Freitas (5,94), Salvador (5,67) e Vitória da Conquista (4,47).

Já os municípios menos atendidos por médicos são: São José de Ribamar (0,62), Caucaia (1,17), Santa Rita (1,86), Jaboatão dos Guararapes (1,77), Olinda (2,34), Paulista (1,4), Nossa Senhora do Socorro (1,8), Juazeiro (3,1), Porto Seguro (2,15) e Simões Filho (2,09).

Taxa de Médicos por 1.000 habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste - Ano de 2014



QUANTIDADE DE CRAS E CREAS POR MUNICÍPIO (MDS)

Um indicador que se refere à rede de proteção é à quantidade de habitantes por CRAS - Centro de Referência da Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social. O primeiro tem a função de organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Já o segundo tem a função de ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Estados com a menor quantidade de população por CRAS são: Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. Dentre os municípios, a taxa se comporta da seguinte maneira: Teresina (44.242), Mossoró (20.306), Natal (61.575), Campina Grande (40.291), João Pessoa (55.767) e Santa Rita (19.132). Maranhão e Sergipe apresentam um número um pouco maior de habitantes por CRAS, dentre seus municípios: Imperatriz (50.464), São José de Ribamar (172.402), São Luís (53.210), Aracaju (44.555) e Nossa Senhora do Socorro (43.744), exceção feita ao município de São José de Ribamar que apresenta a pior taxa dentre todos os municípios da região.

Ceará e Bahia apresentam uma relação menos positiva entre população e CRAS, dentre os municípios: Caucaia (38.836), Fortaleza (107.162), Juazeiro do Norte (37.672), Maracanaú (27.469), Sobral (39.950), Camaçari (46.902), Feira de Santana (43.714), Ilhéus (36.470), Itabuna (109.463), Juazeiro (43.318), Lauro de Freitas (37.603), Porto Seguro (28.656), Salvador (111.651), Simões Filho (43.877) e Vitória da Conquista (48.600).

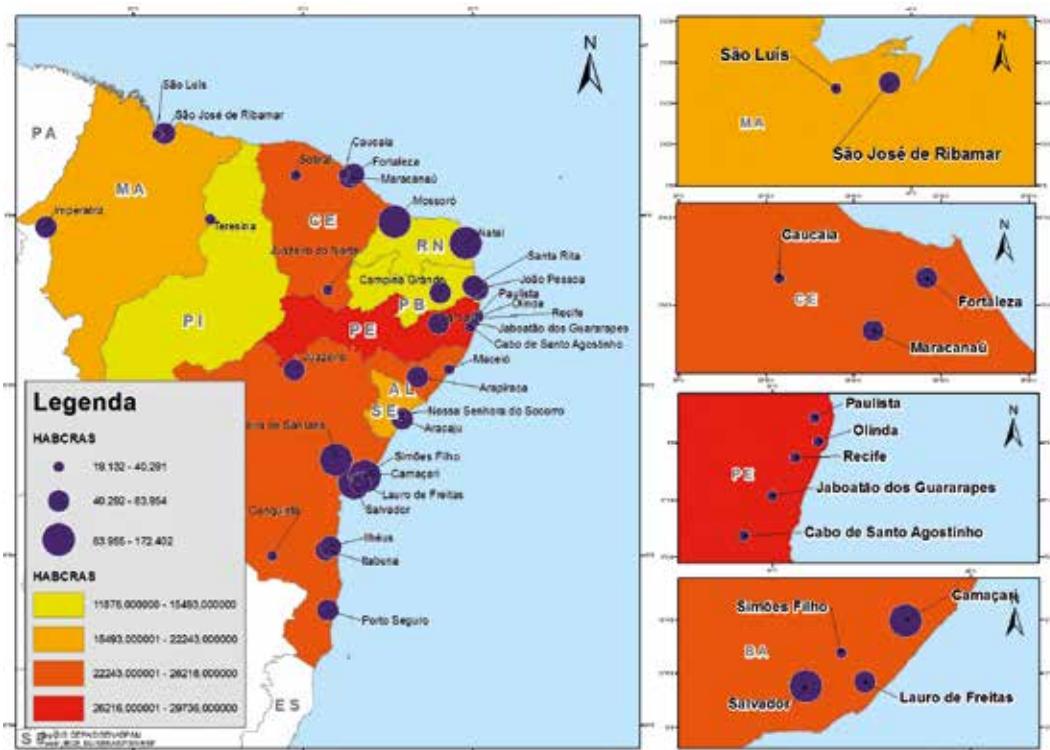
A pior relação encontrada no Nordeste foi em Pernambuco: Cabo de Santo Agostinho (33.064), Caruaru (34.233), Jaboatão dos Guararapes (45.396), Olinda (38.882), Paulista (63.954) e Recife (89.360).

Já em relação aos CREAS, a situação é um pouco diversa. Assim como na análise dos CRAS a Paraíba é o estado com a melhor relação, nos municípios a situação é a seguinte: Campina Grande (201.456), João Pessoa (195.185), Santa Rita (133.927). Maranhão e Alagoas apresentam um número um pouco maior de pessoas por CREAS, no caso dos municípios: Imperatriz (252.320), São José de Ribamar (172.402), São Luís (212.839), Arapiraca (229.329) e Maceió (201.064).

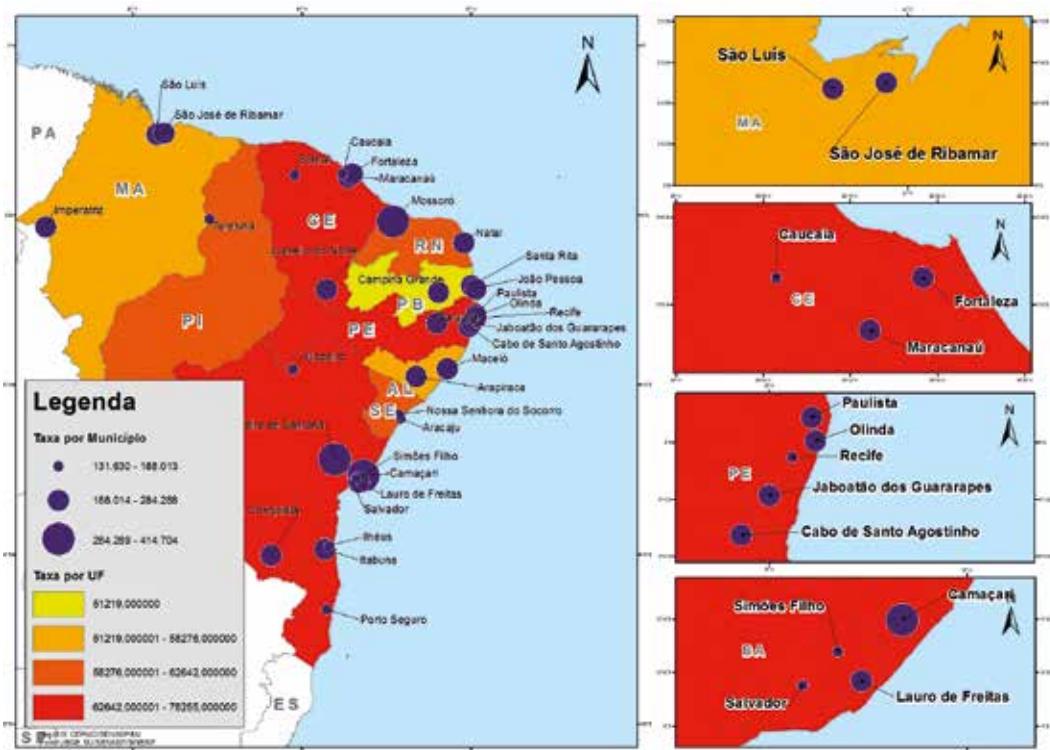
A relação estabelecida para o Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe indica uma quantidade menor de cobertura dos CREAS, para os municípios desses estados: Teresina (210.150), Mossoró (284.288), Natal (215.511), Aracaju (207.922) e Nossa Senhora do Socorro (174.974).

O que parece ser a menor cobertura em termos de CREAS ocorre no Ceará, Pernambuco e Bahia, que também coincide com a análise dos CRAS. Dentre os municípios, as relações foram as seguintes: Caucaia (174.763), Fortaleza (321.487), Juazeiro do Norte (263.704), Maracanaú (219.749), Sobral (199.750), Cabo de Santo Agostinho (198.383), Caruaru (171.164), Jaboatão dos Guararapes (226.981), Olinda (194.411), Paulista (159.885), Recife (402.122), Camaçari (281.413), Feira de Santana (204.000), Ilhéus (182.350), Itabuna (218.925), Juazeiro (216.588), Lauro de Freitas (188.013), Porto Seguro (143.28), Salvador (414.704), Simões Filho (131.630) e Vitória da Conquista (170.100).

Taxa de Habitantes por CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



Taxa de Habitantes por CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR FAMÍLIAS EXISTENTES NO CADÚNICO, POR MUNICÍPIO (MDS)

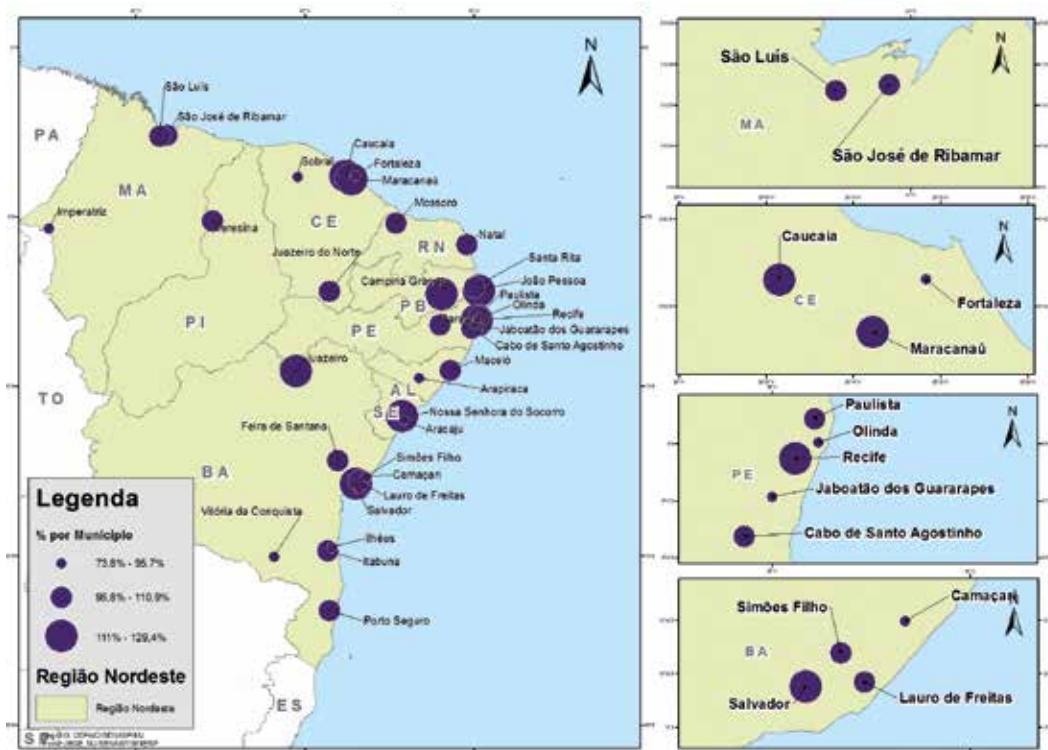
Outro indicador de cobertura da rede de assistência social é a quantidade de famílias pobres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), o programa mais importante de transferência de renda do Governo Federal. Traremos para essa análise os dados municipais. Em termos gerais, não há casos nos quais menos de 70% das famílias pobres sejam atendidas pelo Bolsa Família.

Os locais nos quais a abrangência do atendimento é superior a 111% das famílias pobres são: São José de Ribamar (129,4%), João Pessoa (122,2%), Caruaru (122,8%), Nossa Senhora do Socorro (118,9%), Camaçari (118,5%), Juazeiro (124,8%), Lauro de Freitas (116,7%) e Porto Seguro (121,9%). Ou seja, existem mais famílias beneficiadas naquele município que as consideradas pobres pelo CadÚnico.

Porcentagens próximas de 100%, levemente inferiores ou superiores, estão nos municípios de: São Luís (110,7%), Teresina (102,3%), Fortaleza (105,7%), Juazeiro do Norte (102,1%), Mossoró (100,5%), Campina Grande (102,4%), Jaboatão dos Guararapes (105,2%), Olinda (100,7%), Paulista (95,7%), Santa Rita (108,1%), Recife (102,2%), Arapiraca (101,5%), Maceió (106,5%), Aracaju (110,9%), Ilhéus (110,5%), Itabuna (98,6%) e Vitória da Conquista (108,8%).

As porcentagens de atendidos que mais se distanciam dos 100%, e que significam que nem todas as famílias pobres têm acesso ao Bolsa Família, estão nos seguintes municípios: Imperatriz (88,9%), Caucaia (87,3%), Maracanaú (92,6%), Sobral (90,7%), Natal (88,7%), Cabo de Santo Agostinho (73,8%), Feira de Santana (90,7%), Salvador (80,0%) e Simões Filho (86,4%).

Percentual de Famílias Beneficiadas pelo total de Famílias em Situação de Pobreza nos Municípios Selecionados - Região Nordeste



PONTOS DE CULTURA (MINC)

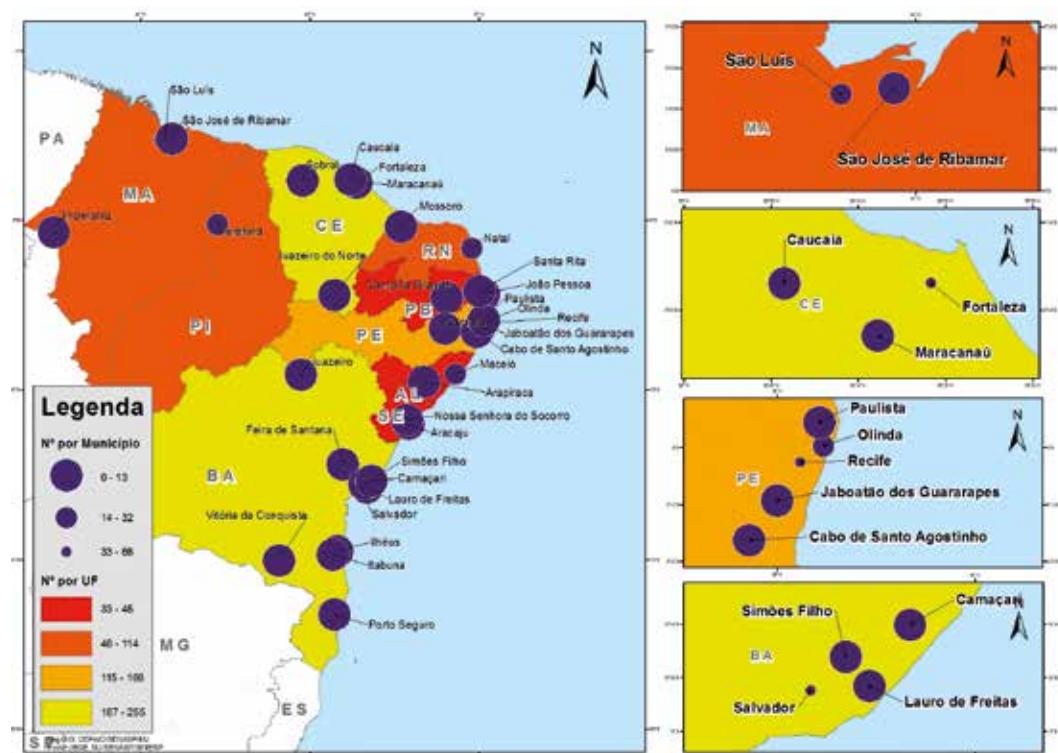
Um indicador disponível para analisar espaços de difusão da cultura é o número de atividades vinculadas a pontos de cultura oferecidos nos estados e municípios. Trata-se de uma política do Ministério da Cultura com o intuito de formar uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade.

Os estados com maior oferta de Pontos de Cultura são Ceará e Bahia, apesar de os municípios selecionados para o Pacto não apresentarem os maiores números de pontos, comparativamente: Caucaia (3), Fortaleza (52), Juazeiro do Norte (5), Maracanaú (6), Sobral (9), Camaçari (1), Feira de Santana (7), Ilhéus (5), Itabuna (2), Juazeiro (1), Lauro de Freitas (3), Porto Seguro (4), Salvador (66), Simões Filho (2) e Vitória da Conquista (7). Seguido deles, está Pernambuco. A distribuição nos municípios se dá da seguinte maneira: Cabo de Santo Agostinho (4), Caruaru (4), Jaboatão dos Guararapes (4), Olinda (23), Paulista (1) e Recife (50).

Menos Pontos de Cultura estão presentes no Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, mas a variação dentre os municípios é grande: Imperatriz (2), São José de Ribamar (4), São Luís (32), Teresina (16), Mossoró (5) e Natal (24).

Os estados com a menor quantidade de Pontos de Cultura são Paraíba, Alagoas e Sergipe. Da mesma forma, isso varia dentre os municípios: Campina Grande (12), João Pessoa (10), Santa Rita (0), Arapiraca (3), Maceió (19), Aracaju (13) e Nossa Senhora do Socorro (0).

Número de Atividades Vinculadas a Pontos de Cultura - MinC - Jan 2015 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Nordeste



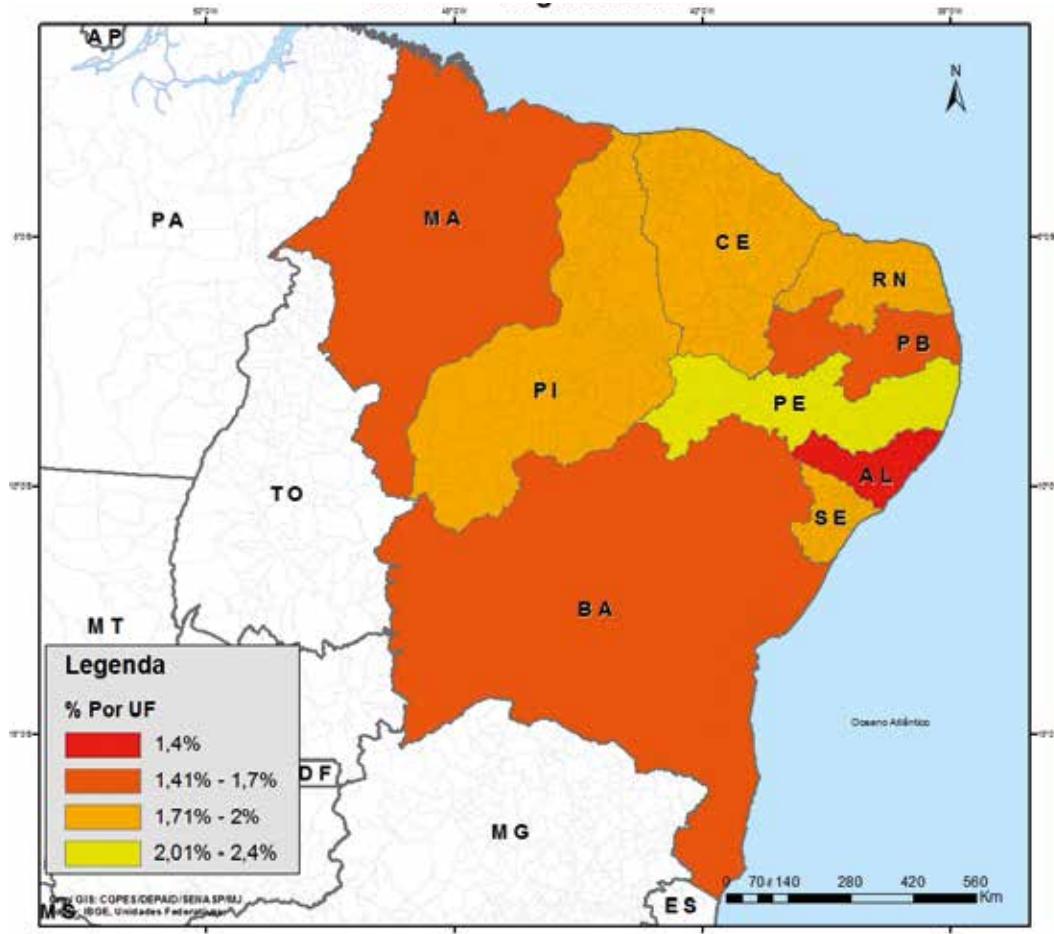
PERCENTUAL DOS ORÇAMENTOS FAMILIARES GASTO COM CULTURA (POF/IBGE), POR MUNICÍPIO, UF, E/OU REGIÃO

O percentual de renda familiar utilizada com gastos com cultura é também um indicador para medir o acesso da população à cultura e lazer, esse mais personalizado no investimento particular das famílias de seus recursos para tanto.

O menor percentual de investimento se deu em Alagoas (1,4%), seguido por Maranhão (1,6%), Paraíba (1,6%) e Bahia (1,7%).

Já Piauí (1,8%), Ceará (1,8%), Rio Grande do Norte (1,9%) e Sergipe (2%) são estados nos quais as famílias investem um pouco mais em cultura, enquanto Pernambuco (2,4%) é o local de maior investimento.

Percentual Médio de Gasto das Famílias com Recreação e Cultura - Nas UFs - Região Nordeste

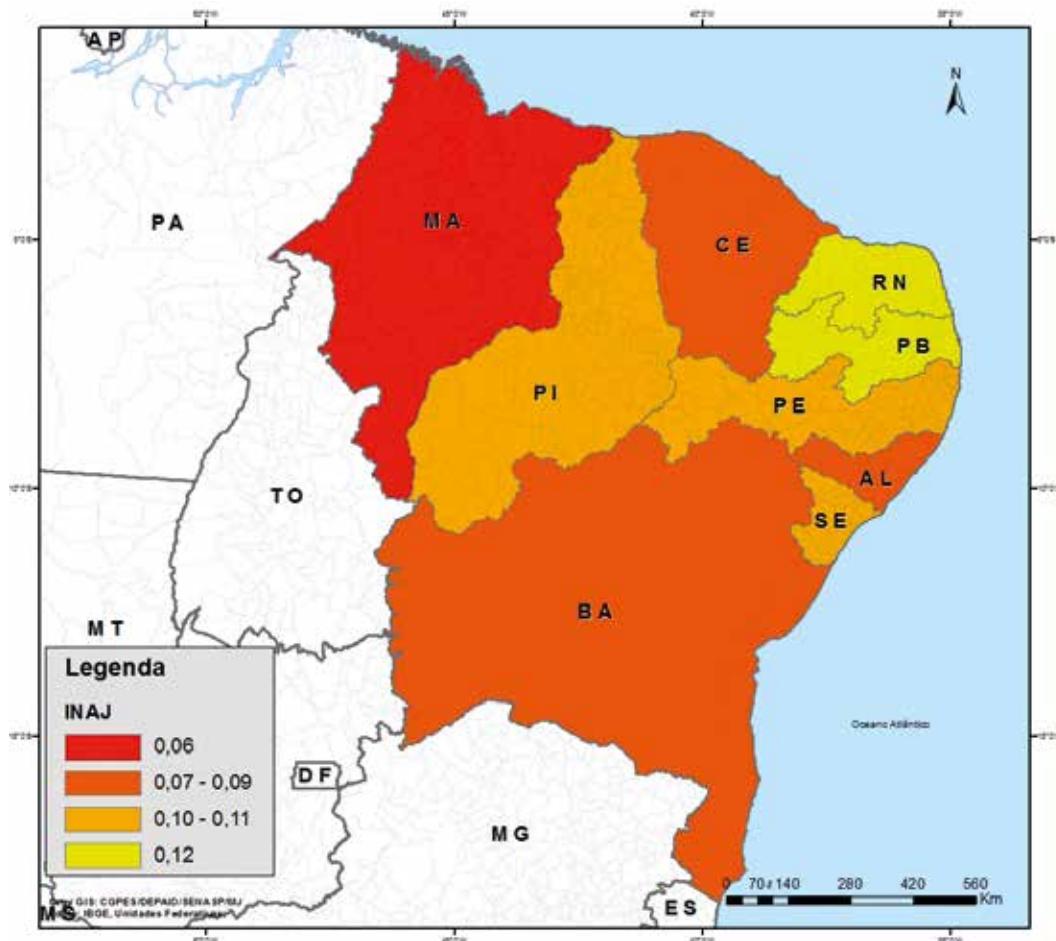


ÍNDICE NACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA - INAJ

O Índice Nacional de Acesso à Justiça (INAJ) foi criado pela Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ e mede a taxa de portas do Sistema Judiciário que estão disponíveis para a população. Sua variação é de 0 a 1, sendo 1 a melhor situação de possibilidade de acesso e 0 a pior. Em nível nacional, o Nordeste apresenta um acesso comparativamente reduzido. A Unidade Federativa com melhor índice de acesso do Brasil é o DF, com 0,41; o Rio de Janeiro tem 0,31 e São Paulo 0,25. A melhor taxa de acesso da Região Nordeste é 0,12 e está nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.

Piauí, Pernambuco e Sergipe apresentam índices um pouco menores – 0,11, 0,10 e 0,11, respectivamente. Depois desses, encontram-se Ceará, Alagoas e Bahia, com índices de 0,09. O menor índice da região e do Brasil está no Maranhão – 0,06.

Índice Nacional de Acesso à Justiça - Nas UFs - Região Nordeste



3.2 Indicadores-síntese

Como detalhado na metodologia desse relatório, os indicadores-síntese agregam os principais indicadores escolhidos para esse trabalho, especialmente aqueles que pareceram melhor dimensionar determinado tipo de fenômeno e que, nesse sentido, apontam para os principais fatores de risco e vulnerabilidades de cada estado e município.

Os indicadores-síntese tratam de cada uma das macrocausas estudadas e apresentadas no capítulo 1. Ou seja, depois de levantar uma série de fatores de risco de cada causa, encontrar e analisar diversos indicadores quantitativos para conhecer como eles influenciam as realidades, foram escolhidos alguns desses indicadores para tratar de cada uma das macrocausas. Após essa escolha e agregação, os indicadores foram transformados em categorias contínuas, variando de 1 a 4, sendo 1 a melhor situação e 4 a pior. Após, o grupo de indicadores de cada macrocausa foi somado. Assim,

cada macrocausa possuía um valor, sendo os mais altos aqueles que indicavam maiores problemas e fatores de risco. Esses valores foram divididos em três grupos: Bom, Médio e Ruim, representados pelos círculos verde, amarelo e vermelho, respectivamente.

Como lembrança, as macrocausas são as seguintes: transversais¹¹, gangues e drogas¹², violência patrimonial¹³, violência interpessoal¹⁴, violência doméstica¹⁵, presença do Estado¹⁶ e conflitos da polícia com a população¹⁷. Os que estamos chamando de indicadores transversais são aqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e consequente homicídio.

Em suma, na tabela apresentada mais adiante, quando um círculo está verde, significa que a situação envolvendo a macrocausa em questão é a menos grave, comparando-se todos os estados do Nordeste e, se o círculo estiver vermelho, a situação é das mais graves e é indicado que as ações do Pacto atentem para os fatores de risco dessa macrocausa.

Ao comparar os estados nordestinos entre si, conseguimos observar algumas especificidades. No Maranhão, fatores transversais, ocorrência de gangues e drogas e violência patrimonial são comparativamente baixos. Já os indicadores de violência interpessoal, doméstica e conflitos entre polícia e população foram categorizados como médios, o que demandaria ações de proteção de mulheres, crianças e idosos e, ademais, políticas de redução de práticas de sociabilidade violenta. O indicador de presença do Estado também foi considerado mediano.

No Piauí, o único indicador-síntese considerado ruim é o de conflitos entre a polícia e a população, e no caso desse Estado é as “intervenções legais” o maior problema, indicando a necessidade de trabalhar a letalidade policial. No caso de gangues e drogas e violência patrimonial, o Piauí apresenta indicadores médios, o que pode significar vulnerabilidade da população jovem e alta concentração de renda. Violência interpessoal, doméstica e presença do Estado foram categorizados como bons.

11 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de homicídios, taxa de homicídios por 100 mil habitantes, número de óbitos causados por arma de fogo, taxa de óbitos causados por arma de fogo e IDH.

12 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: IVJ, taxa de evasão escolar, taxa de óbitos por intoxicação por drogas ilícitas, número de ocorrência de tráfico de drogas, taxa de ocorrência de tráfico por 100 mil habitantes.

13 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: % de concentração de renda entre os 20% mais ricos, taxa de latrocínio por 100 mil habitantes, número de roubo de veículos e instituição financeira, taxa de roubos de veículos e instituição financeira por 100 mil habitantes.

14 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: aglomerados subnormais, percentual de população residente há menos de 5 anos, registros hospitalares de violência física fora da residência, percentual de pessoas vitimadas com crimes contra a pessoa.

15 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: taxa de homicídios de crianças, idosos/as e mulheres, registros hospitalares de violência física doméstica, registros hospitalares de estupros ocorridos na residência.

16 Agrega indicadores de acesso à segurança pública, saúde, cultura/lazer e assistência social.

17 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de intervenções legais, taxa de intervenções legais por 100 mil habitantes, número de policiais mortos e feridos, percentual de pessoas que foram vitimadas pelas polícias.

O Ceará apresenta uma situação mais agravada, tanto os indicadores transversais como os de gangues e drogas e violência patrimonial são ruins. Podemos inferir que existe alta circulação de armas, presença de drogas e tráfico, vulnerabilidade de jovens. Ademais, conflitos interpessoais e domésticos são considerados de gravidade média e os fatores positivos são os conflitos entre policiais e população e presença do Estado.

No Rio Grande do Norte, os três fatores ruins são violência interpessoal, conflitos entre a polícia e população e presença do estado, indicando para questões de sociabilidade violenta e resolução não pacífica de conflitos, incluindo a relação com a polícia e atendimento debilitado do Estado. Os outros indicadores-síntese foram considerados bons.

Na Paraíba, os problemas mais gritantes parecem ser a violência doméstica, indicando necessidade de ações específicas para o público mais atingido e a presença do Estado. Com exceção da violência patrimonial, que possui o indicador bom, os outros fatores são considerados de gravidade média.

Em Pernambuco, a situação se agrava. O único indicador tido como bom é o de presença do Estado. São ruins tanto gangues e drogas, como violência patrimonial, interpessoal e conflitos entre população e polícia. Ademais, são de gravidade mediana os fatores transversais e violência doméstica. Ao que tudo indica o Estado possui altos índices de conflitos e violência.

Em Alagoas, a situação também é grave. Fatores transversais, gangues e drogas, violência patrimonial, violência doméstica e presença do Estado possuem maior gravidade, enquanto os outros indicadores possuem gravidade mediana.

Em Sergipe, o único fator considerado ruim é a violência patrimonial, mas indicadores transversais, violência interpessoal e presença do Estado são considerados medianos; a taxa de circulação de armas está entre as piores. Os outros fatores são tidos como bons.

Por fim, a Bahia apresenta a situação mais grave dentre todos os estados da região: o único fator mediano é o de gangues e drogas e o restante é considerado ruim. Esses indicadores apontam, de maneira geral, para um estado com relações violentas, alta circulação de armas e parca presença do Estado.

Chamamos atenção para o fato de que são os estados da Bahia e Alagoas aqueles que acumulam mais fatores de risco na região, posto que apresentam alto número de indicadores vermelhos e amarelos e nenhum verde.

Quadro 4 - Distribuição dos indicadores por UF

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
MA	Maranhão	●	●	●	●	●	●	●
PI	Piauí	●	●	●	●	●	●	●
CE	Ceará	●	●	●	●	●	●	●
RN	Rio Grande do Norte	●	●	●	●	●	●	●
PB	Paraíba	●	●	●	●	●	●	●
PE	Pernambuco	●	●	●	●	●	●	●
AL	Alagoas	●	●	●	●	●	●	●
SE	Sergipe	●	●	●	●	●	●	●
BA	Bahia	●	●	●	●	●	●	●

No caso dos municípios escolhidos para o Pacto, a situação se complexifica, nem sempre o município apresenta uma situação similar ao Estado. Sublinhamos no texto os casos considerados ruins em cada um dos indicadores-síntese. Contudo, ao se elaborar ações voltadas para cada município, sugerimos tomar em conta tanto os fatores de risco de indicadores-síntese categorizados como ruins como aqueles considerados medianos e bons, visto que boas práticas podem ser mapeadas e replicadas em situações ou contextos similares.

No que tange aos fatores de risco transversais, os seguintes municípios apresentam riscos maiores associados à circulação de armas e desigualdade de renda: Caucaia, Fortaleza e Maracanaú, no Ceará; João Pessoa e Santa Rita, em Pernambuco; Maceió, em Alagoas; Camaçari, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Porto Seguro e Simões Filho na Bahia.

Em relação a gangues e drogas, os casos mais graves estão em: Teresina (PI), Fortaleza, Maracanaú e Sobral (CE), Recife (PE), Maceió (AL), Camaçari, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Salvador e Vitória da Conquista (BA).

Casos de violência patrimonial, que incluem o latrocínio, foram mais graves em: São Luís (MA), Teresina (PI), Fortaleza, Maracanaú e Sobral (CE), Arapiraca e Maceió (AL), Aracaju (SE), Camaçari, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Salvador e Vitória da Conquista (BA).

Já os indicadores de violência interpessoal são mais graves em: São José de Ribamar (MA), Caucaia e Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), em todos os municípios de Pernambuco selecionados para o Pacto, Maceió (AL) e em Salvador (BA).

A violência doméstica é mais agravada em São Luís (MA), Fortaleza (CE), Mossoró e Natal (RN), João Pessoa (PB), Cabo de Santo Agostinho, Caruaru e Jaboatão dos Guararapes (PE), Maceió (AL), Itabuna, Lauro de Freitas, Simões Filho e Vitória da Conquista (BA).

A presença do Estado é menor nos seguintes municípios: Imperatriz e São José de Ribamar, no Maranhão; Caucaia e Juazeiro do Norte, no Ceará; Mossoró, no Rio Grande do Norte; Caruaru e Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco; Arapiraca, em Alagoas; Camaçari, Feira de Santana e Simões Filho na Bahia.

Em termos de conflitos entre a polícia e a população, os municípios com a situação mais complicada são: Mossoró e Natal (RN), todos os municípios de Pernambuco que fazem parte do Pacto – assim como ocorre em violência interpessoal – Camaçari, Lauro de Freitas, Porto Seguro, Salvador, Simões Filho e Vitória da Conquista (BA).

Quadro 5 - Distribuição dos indicadores por município

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
MA	Imperatriz	●	●	●	●	●	●	●
MA	São José de Ribamar	●	●	●	●	●	●	●
MA	São Luís	●	●	●	●	●	●	●
PI	Teresina	●	●	●	●	●	●	●
CE	Caucaia	●	●	●	●	●	●	●
CE	Fortaleza	●	●	●	●	●	●	●
CE	Juazeiro do Norte	●	●	●	●	●	●	●
CE	Maracanaú	●	●	●	●	●	●	●
CE	Sobral	●	●	●	●	●	●	●
RN	Mossoró	●	●	●	●	●	●	●
RN	Natal	●	●	●	●	●	●	●
PB	Campina Grande	●	●	●	●	●	●	●
PB	João Pessoa	●	●	●	●	●	●	●
PB	Santa Rita	●	●	●	●	●	●	●
PE	Cabo de Santo Agostinho	●	●	●	●	●	●	●
PE	Caruaru	●	●	●	●	●	●	●
PE	Jaboatão dos Guararapes	●	●	●	●	●	●	●
PE	Olinda	●	●	●	●	●	●	●
PE	Paulista	●	●	●	●	●	●	●
PE	Recife	●	●	●	●	●	●	●
AL	Arapiraca	●	●	●	●	●	●	●
AL	Maceió	●	●	●	●	●	●	●
SE	Aracaju	●	●	●	●	●	●	●
SE	Nossa Senhora do Socorro	●	●	●	●	●	●	●
BA	Camaçari	●	●	●	●	●	●	●
BA	Feira de Santana	●	●	●	●	●	●	●
BA	Ilhéus	●	●	●	●	●	●	●
BA	Itabuna	●	●	●	●	●	●	●
BA	Juazeiro	●	●	●	●	●	●	●
BA	Lauro de Freitas	●	●	●	●	●	●	●
BA	Porto Seguro	●	●	●	●	●	●	●
BA	Salvador	●	●	●	●	●	●	●
BA	Simões Filho	●	●	●	●	●	●	●
BA	Vitória da Conquista	●	●	●	●	●	●	●

3.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs

Uma parte importante do Diagnóstico em tela foi conhecer como as UFs organizavam seus dados de homicídios e quais dados poderiam ser acessados neste momento para compor indicadores de acompanhamento do Pacto. Ademais, quais informações locais poderiam auxiliar no detalhamento desse diagnóstico.

Em relação ao Nordeste, podemos observar algumas diferenças entre os estados, mas em todos eles a Secretaria de Segurança Pública sistematiza dados sobre homicídios. No caso de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí e Sergipe a abrangência dos dados é toda a Unidade Federativa. No Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte, abrangem apenas a capital, região metropolitana e parte do interior.

Quadro 6 - Os dados oficiais de homicídios da UF são sistematizados?

UF	Sim e atendem toda a Unidade Federativa	Sim, atendem a capital, a região metropolitana e parte do Interior
AL	X	
BA	X	
CE	X	
MA		X
PB	X	
PE		X
PI	X	
RN		X
SE	X	

As fontes de coleta dos dados são variadas. Na Bahia, Maranhão e Pernambuco são advindos apenas dos boletins de ocorrência. Em Sergipe, apenas dos laudos periciais. Já no Ceará os dados se referem tanto a boletins de ocorrência como de inquéritos policiais. E em Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, tanto de boletins de ocorrência como de inquéritos policiais, laudos periciais e notícias divulgadas na mídia.

Quadro 7 – Os dados oficiais da UF são advindos de quais fontes?

UF	Apenas dos Boletins de Ocorrência	Apenas dos Laudos Periciais	Tanto de Boletins de Ocorrência como de Inquéritos Policiais	Tanto de Boletins de Ocorrência como de Inquéritos Policiais, Laudos Periciais e Notícias na Mídia
AL				X
BA	X			
CE			X	
MA	X			
PB				X
PE	X			
PI				X
RN				X
SE		X		

Apenas no caso do Maranhão, são gerados relatórios semestralmente. Em Alagoas, Bahia e Sergipe os relatórios são mensais; e no Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte são gerados relatórios toda semana.

Quadro 8 – São gerados relatórios/análises dos dados oficiais da UF de quanto em quanto tempo?

UF	Toda semana	Todo mês	Semestralmente
AL		X	
BA		X	
CE	X		
MA			X
PB	X		
PE	X		
PI	X		
RN	X		
SE		X	

Acerca do detalhamento dos dados sobre as vítimas, temos algumas diferenças e coincidências entre os estados. Todos possuem dados sobre sexo e idade da vítima para a maioria dos casos. O mesmo não ocorre com orientação sexual, dado informado raramente para a maior parte dos estados, e, no caso de Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe o campo para a coleta deste dado não existe. Já em termos da raça/cor da vítima, Alagoas, Bahia, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte possuem o dado na maioria dos casos; nos outros estados o dado é informado raramente, com exceção de Sergipe, onde esse dado não é coletado nunca.

Quadro 9 - Dados sobre as vítimas, informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos			
	Sexo da vítima	Orientação sexual da vítima	Raça/cor da vítima	Idade da vítima
AL	X		X	X
BA	X		X	X
CE	X			X
MA	X			X
PB	X		X	X
PE	X			X
PI	X		X	X
RN	X		X	X
SE	X			X

Sobre agressores, as informações detalhadas são mais raras, o que é compreensível já que nem todos os agressores/infratores são identificados. O sexo do agressor/infrator é informado na maioria dos casos em Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nos outros estados esse dado é informado raramente. No caso de Sergipe, não existe nenhum dado detalhado sobre o agressor/infrator. Em termos de raça/cor dos agressores, existe o dado na maioria dos casos apenas em Alagoas,

Paraíba e Piauí, nos outros o dado é raro. Sobre a idade do agressor/infrator, o dado é informado na maioria dos casos em Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, sendo raro nos outros casos.

Quadro 10 - Dados sobre os agressores/infratores, informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos		
	Sexo do agressor	Raça/cor do agressor/infrator	Idade do agressor/infrator
AL	X	X	X
BA			
CE			
MA	X		
PB	X	X	X
PE	X		X
PI		X	
RN	X		X
SE			

Acerca do fato ocorrido, todos os estados fornecem dados sobre o local do homicídio na maioria dos casos. Para o dia da semana e o horário, apenas o Rio Grande do Norte destoa, não possuindo dados sobre o dia da semana e informando raramente os horários. Já a motivação, ou motivação aparente, é informada na maioria dos casos apenas na Bahia, Paraíba e Pernambuco. A Paraíba sistematiza dados dos inquéritos policiais, mas os outros dois trazem seus dados do boletim de ocorrência. Nos outros estados o dado é informado raramente, com exceção de Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, nos quais o dado não é informado nunca. Sobre o georreferenciamento, apenas Maranhão e Rio Grande do Norte não podem georreferenciar os dados das ocorrências de homicídio na maioria dos casos. Aquele possui dados raramente e este nunca.

Quadro 11 - Dados sobre o ocorrido são informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos				
	Local	Dia da semana	Horário	Motivação (aparente)	Georreferenciamento
AL	X	X	X		X
BA	X	X	X	X	X
CE	X	X	X		X
MA	X	X	X		
PB	X	X	X	X	X
PE	X	X	X	X	X
PI	X	X	X		X
RN	X				
SE	X	X	X		X

4. REGIÃO NORTE

Este capítulo tem o objetivo de trazer dados e análises sobre a Região Norte, seus estados e os municípios que foram selecionados para o Pacto de Redução de Homicídios. Dividimos a apresentação em três partes principais: primeiro, fazemos análises descritivas sobre indicadores escolhidos a partir das causas e fatores de risco apresentadas no capítulo 1; em seguida, trazemos a análise dos indicadores-síntese, que apontam para os principais problemas de cada estado e município. Na terceira parte deste capítulo, traremos informações sobre a qualidade dos dados de homicídios produzidos pelos estados da região.

4.1 Indicadores e mapas comparados

TAXA DE HOMICÍDIOS - SINESP/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

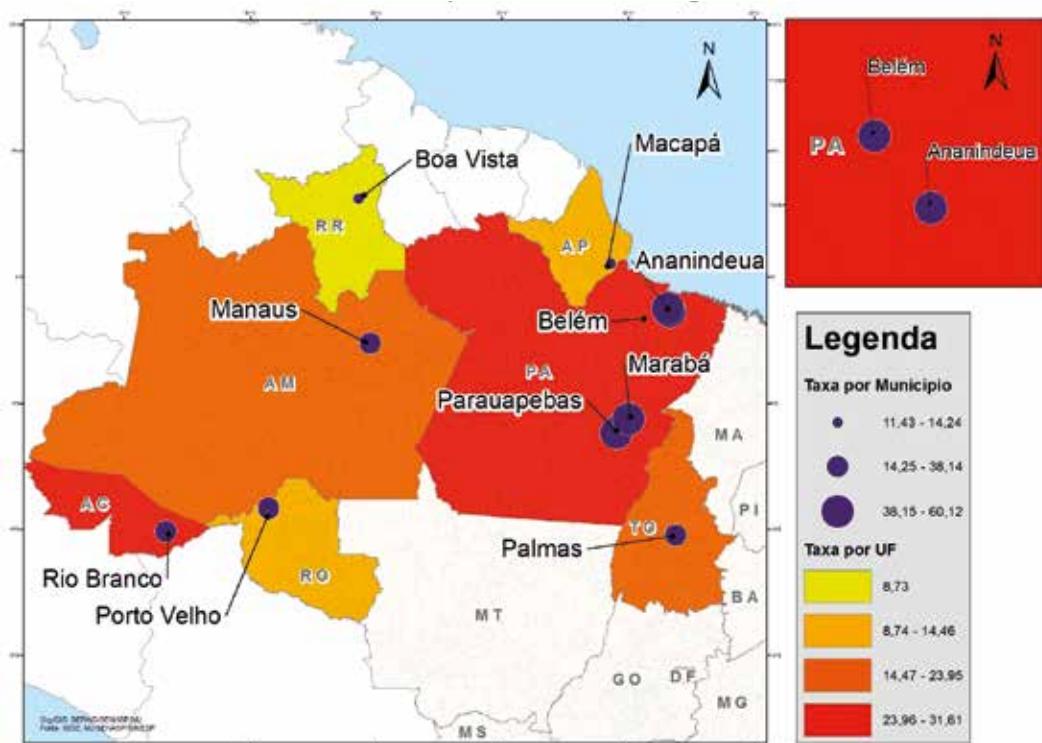
A taxa de homicídios por 100 mil habitantes da Região Norte é a segunda mais alta do Brasil, de acordo com os dados de ocorrência de homicídios informados pelas UFs. Essa taxa varia no nível dos estados e municípios escolhidos para o Pacto. A taxa de homicídios sozinha indica os locais nos quais o fenômeno é mais grave, tendo em conta a população do local.

A situação menos agravada da Região Norte está em Roraima, onde a taxa é de 8,73 homicídios para cada 100 mil habitantes. O único município selecionado para o pacto nesse estado é a capital, Boa Vista, com taxa relativamente baixa, inclusive no contexto nacional (14,0).

Estados com taxas um pouco superiores são Rondônia e Amapá, com taxas de 12,21 e 14,45, respectivamente. As taxas variam nas capitais - 30,4 em Porto Velho e 11,2 em Macapá. Taxas maiores podem ser observadas em Amazonas (23,46) e Tocantins (23,94), assim como em suas capitais, Manaus (37,4) e Palmas (25,6).

As maiores taxas observadas na Região Norte estão no Acre, 30,02 e 31,4, em Rio Branco e no Pará, 31,61. Este também é o estado com o maior número de municípios contemplados pelo pacto, os quais possuem taxas altíssimas, as maiores da região: Ananindeua (59,4), Parauapebas (57,3) Marabá (49,8) e Belém (49,3).

Taxa de Homicídios por 100 Mil Habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte

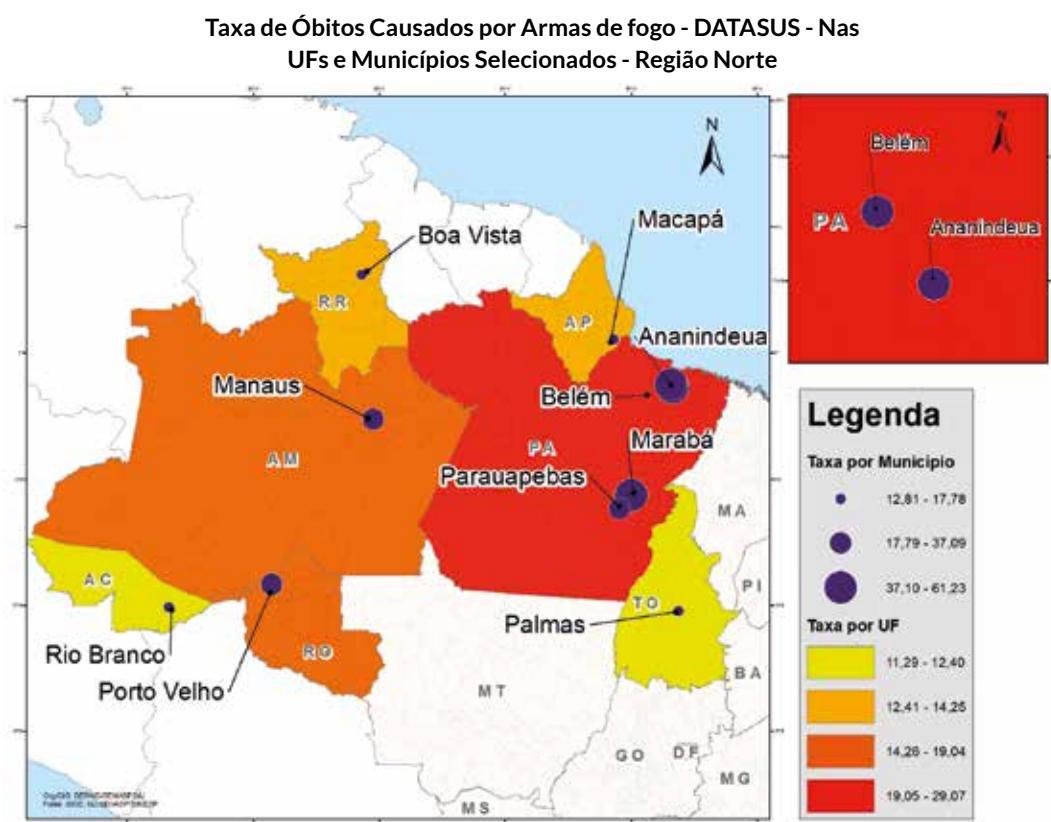


MORTES POR ARMAS DE FOGO - DATASUS

As mortes por armas de fogo são nosso indicador para a provável maior circulação de armas de fogo nos locais. Os dados do DATASUS referem-se a todas as mortes ocasionadas por armas de fogo, sejam de homicídios, suicídios ou outras. Locais com alta circulação de armas são considerados especialmente vulneráveis para potencializar a ocorrência de homicídios.

Os locais com menor taxa de mortes por armas de fogo por 100 mil habitantes são Acre e Tocantins, com taxas de 12,4 e 11,29, respectivamente. As taxas de Rio Branco (16,8) e Palmas (13,2) também se mantêm menores. Taxas um pouco superiores estão em Roraima (14,25) e Amapá (13,57), com 18,1 em Boa Vista e 16,7 em Macapá.

Maiores taxas estão presentes no Amazonas (18,4) e em Rondônia (19,04): 29,9 em Manaus e 24,9 em Porto Velho. As maiores taxas de mortes por armas de fogo estão no Pará (29,07), coincidentemente o estado com maior taxa geral de homicídios. As taxas dos municípios escolhidos para o pacto são igualmente altas: Ananindeua (61,9), Marabá (50,4), Belém (49,6) e Parauapebas (38,5).

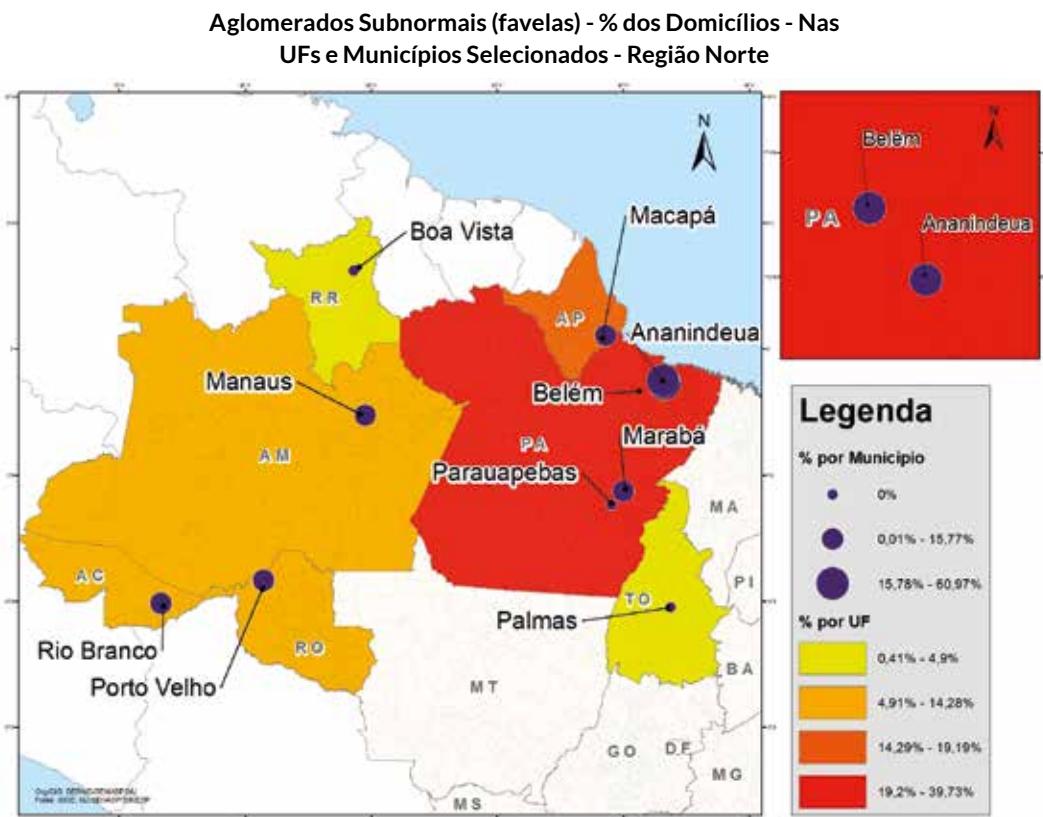


AGLOMERADOS SUBNORMAIS

A porcentagem de pessoas vivendo em aglomerados subnormais é um dado do IBGE que informa qual é a parcela de pessoas que vivem em condições não ideais de habitação, como, por exemplo, as favelas. Tais situações de habitação se dão em condições precárias de saneamento e acesso a recursos do Estado. O acúmulo de aglomerados tem sido observado como indicador de territórios inseguros que podem influenciar em sociabilidades violentas e violência interpessoal.

As menores porcentagens de famílias habitando aglomerados subnormais estão em Roraima (0,4%) e Tocantins (4,9%) - em suas capitais não há registros de pessoas habitando esses locais. Maior ocorrência dessas habitações é encontrada no Acre (8,9%), Rondônia (11%) e Amazonas (14%), e situação parecida se encontra em suas capitais: Rio Branco (9,8%), Porto Velho (10,8%) e Manaus (15,8%).

No Amapá, a porcentagem de pessoas que habitam aglomerados subnormais é maior (19,1%) em Macapá 14,6%. Já a situação mais agravada se encontra, novamente, no Pará, onde 39% da população habitam em aglomerados. Em seus municípios, a situação varia bastante: não há ocorrência dessas habitações em Parauapebas, e em Marabá essa é de 12,1%. Contudo, essa é a condição de habitação de mais da metade das populações de Ananindeua e Belém (61% e 52,4%, respectivamente).



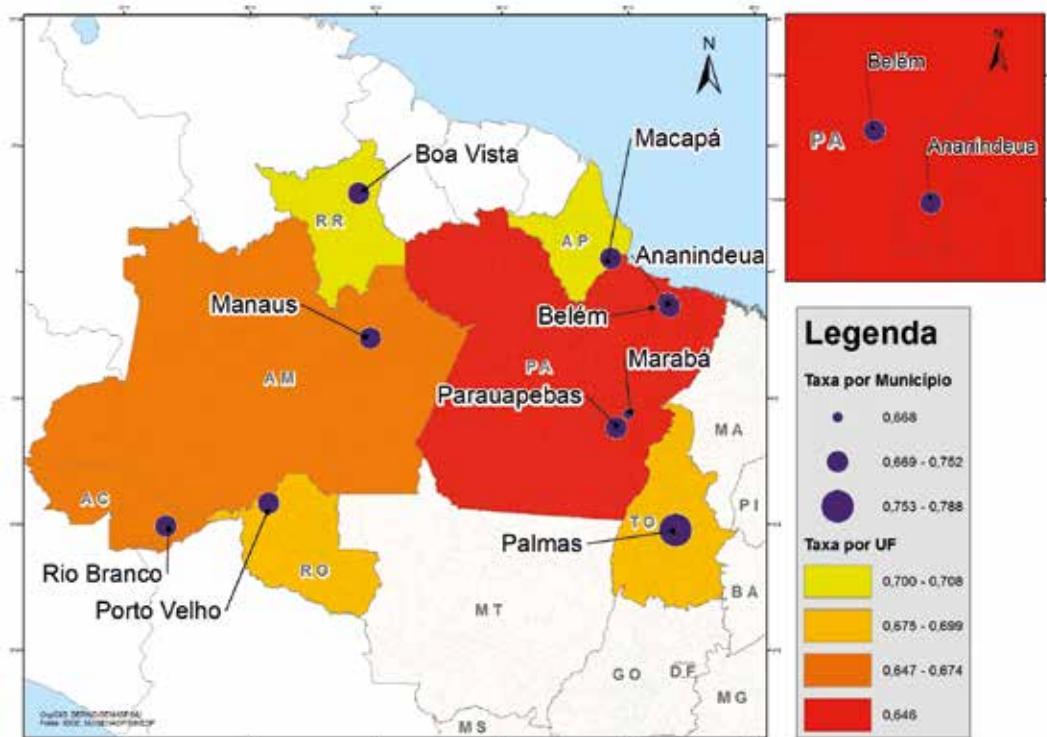
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede condições de saúde, renda e educação da população. Sua variação é de 0 a 1, sendo que números mais próximos de 1 indicam uma condição melhor de desenvolvimento humano e vice versa. No Brasil, alguns estados e municípios, principalmente do Sudeste e Sul, possuem IDH igual ou superior a 0,8, mas a maioria dos casos varia entre 0,70 a 0,75.

Na região Norte, o IDH dos estados varia entre 0,64 e 0,70. As melhores situações regionais estão em Roraima (0,70) e Amapá (0,70). As capitais possuem situações um pouco melhores: Boa Vista (0,75) e Macapá (0,73). Estados com valores um pouco menores são Rondônia (0,69) e Tocantins (0,69), com 0,73, e 0,78 em Porto Velho e Palmas.

A situação é pior, em termos de comparação regional e nacional, no Acre (0,66) e Amazonas (0,67), mas suas capitais possuem um quadro parecido com os de outros estados: 0,73 em Manaus e 0,72 em Rio Branco. O índice de desenvolvimento humano mais baixo está no Pará (0,64), com destaque para Marabá (0,66). Nos outros municípios os índices são os seguintes: Ananindeua (0,71), Belém (0,74) e Parauapebas (0,71).

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte

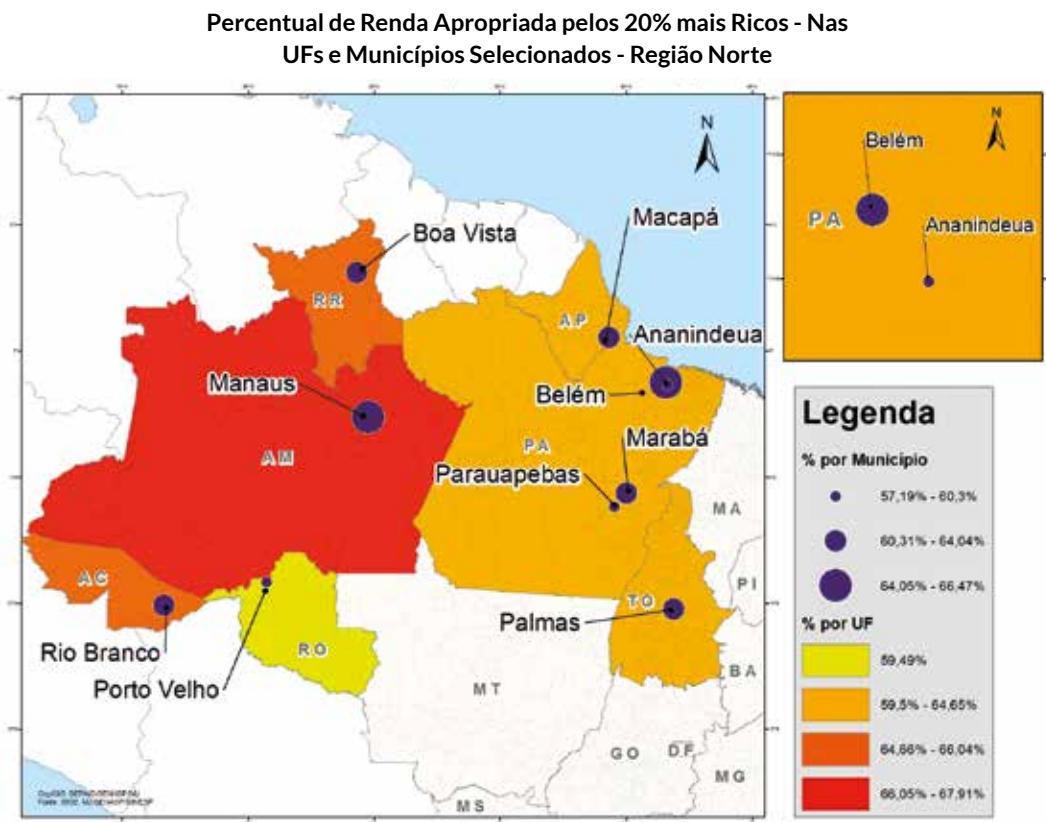


CONCENTRAÇÃO DE RENDA - IBGE (RENDA TOTAL NAS MÃOS DOS 20% MAIS RICOS)

Este indicador revela a concentração de renda com determinada parcela da população. Trata-se de quanto da renda local está concentrada nas mãos dos 20% de famílias mais ricas. Em termos gerais, o Norte do país apresenta os maiores percentuais de concentração de renda do Brasil: de 59% a 67% da renda dos estados da região pertencem a uma parcela muito pequena da população.

Estabelecendo comparações regionais, a situação menos grave encontra-se em Rondônia, em que 59,49% da renda estão em posse dos 20% mais ricos; em Porto Velho, 60,3%. A concentração é um pouco maior no Amapá (63,9%), Pará (64,6%) e Tocantins (64,0%), comportando-se da seguinte maneira nos municípios: Macapá (62,8%), Ananindeua (57,2%), Belém (66,5%), Marabá (61,7%), Parauapebas (58,0%) e Palmas (62,8%).

As concentrações são ainda maiores em Roraima (66,4%) e no Acre (65,7%), com 62,4% em Boa Vista e 64% em Rio Branco. A pior situação está no Amazonas: quase 70% da renda do Estado estão nas mãos dos 20% mais ricos (67,9%, especificamente). Em Manaus, a situação também é grave - 65,4% da renda estão concentrados.



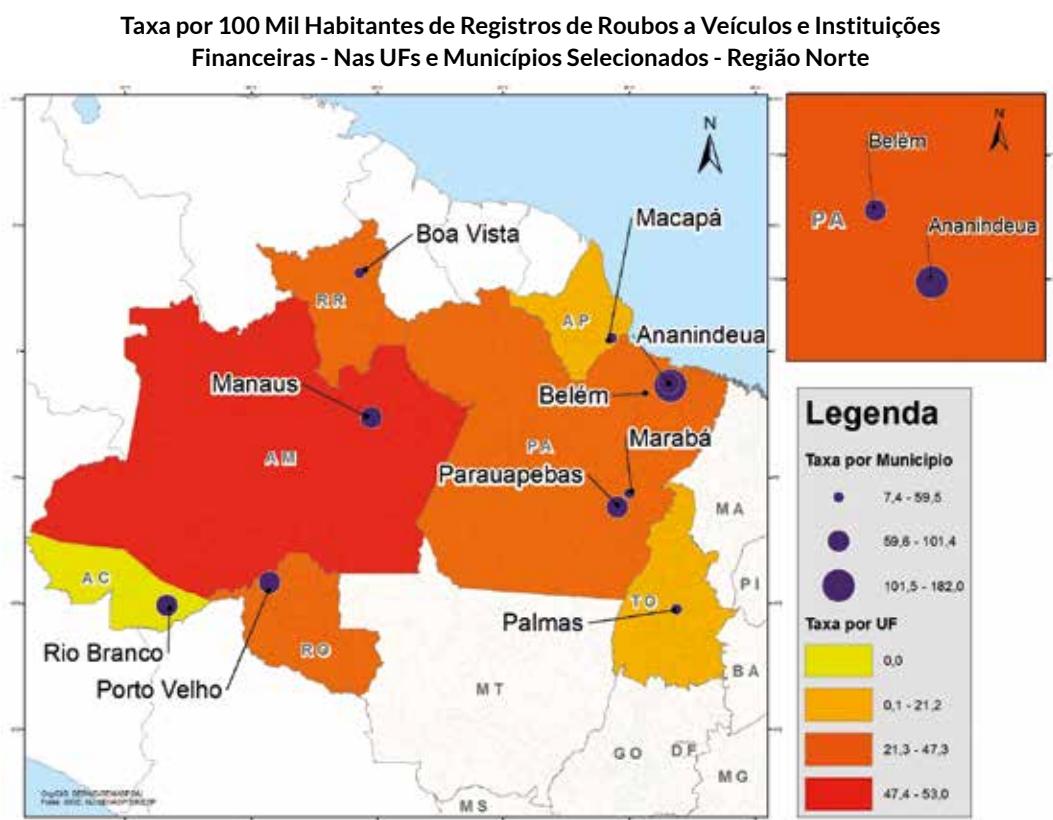
ROUBO (BOLETINS DE OCORRÊNCIA – SINESP/ MJ)

O latrocínio apresenta uma taxa pequena, se comparada a outros crimes. As taxas de ocorrência de roubo por 100 mil habitantes, associadas à alta circulação de armas, foram utilizadas como um indicativo de violência patrimonial, uma vez que podem representar um risco maior para o cometimento de latrocínio. Neste diagnóstico, os indicadores de roubo a veículos e a instituições financeiras foram utilizados por duas razões: (i) porque são os tipos mais denunciados às polícias e (ii) porque compõem os dados do SINESP de forma mais confiável.

Na Região Norte, afora o estado do Acre, com taxa 0,00, o estado do Amapá foi o que apresentou a menor taxa (16,51), seguido pelo Tocantins (21,17). Num nível intermediário se situaram os estados de Roraima, com uma taxa de 40,04; Rondônia e Pará, cujas taxas foram 46,04 e 47,26, respectivamente. A maior taxa de roubo de veículos e instituições financeiras ficou com o estado do Amazonas, cuja taxa foi de 53,04 por 100 mil habitantes.

No tocante aos municípios, excetuando-se Rio Branco, que apresentou taxa 0,00, as menores taxas foram observadas em Palmas (7,4) e Macapá (27,4). Em ordem crescente, aparecem Marabá (45,7) e Boa Vista (59,5). Com taxas acima de 90,00 estão os municípios de Belém (91,2) e Parauapebas (95,1), ambos no estado do Pará. Os

municípios de Porto Velho e Manaus apresentaram taxas de 101,0 e 101,4, respectivamente; Ananindeua, por sua vez, foi o município que apresentou a maior taxa, 182,0 por 100 mil habitantes.



VULNERABILIDADE JUVENIL - IVJ

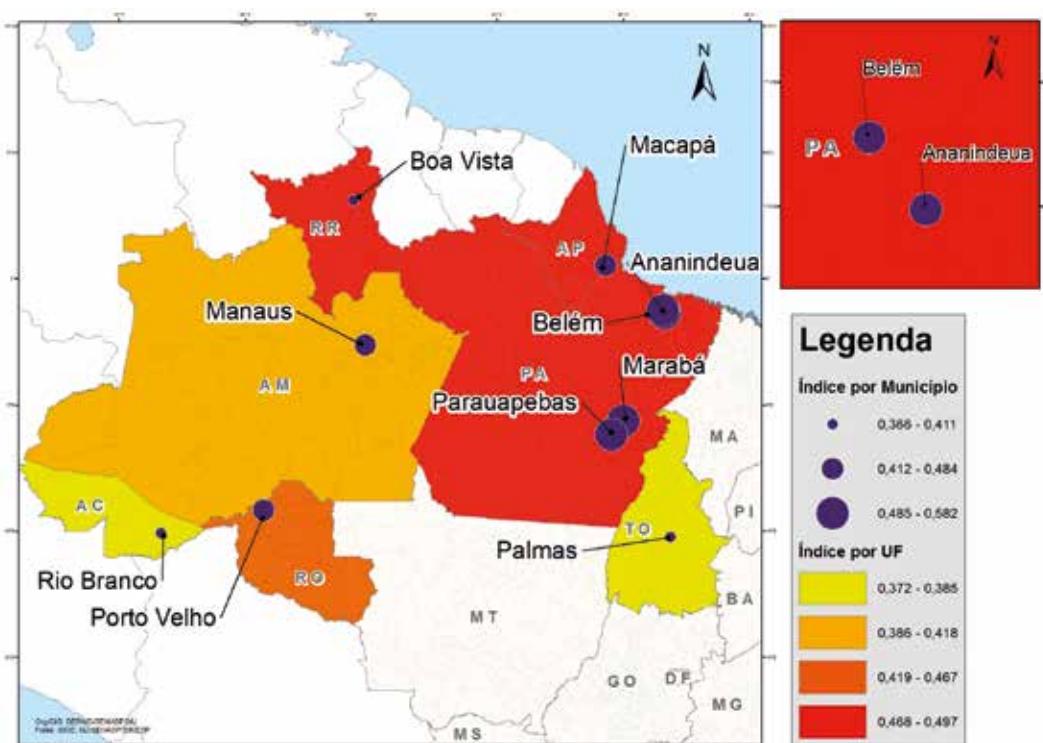
O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) é uma síntese dos seguintes indicadores: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e risco relativo de brancos e negros serem vítimas de homicídio. Uma vez que o IVJ fornece informações sobre locais em que os jovens estão mais vulneráveis à violência, é possível, a partir desse índice, dimensionar onde esses jovens precisam de maior atenção. Os valores do IVJ variam entre 0 e 1, apresentando a menor e maior vulnerabilidade, respectivamente.

A situação de vulnerabilidade dos jovens da Região Norte é menor se comparados os índices aos dos estados do Nordeste. Enquanto nesta região o índice varia entre 0,38 e 0,60, naquela a variação é entre 0,037 e 0,49.

O estado do Acre apresenta o menor índice de vulnerabilidade (0,372), seguido de perto pelo estado de Tocantins (0,385) e um pouco depois pelo Amazonas (0,418). Em situação mediana, na região encontram-se os jovens de Rondônia (0,467); e em situação menos favorável estão os jovens do Amapá, cujo IVJ é de 0,489, e Pará, com índice de 0,493. A mais grave situação de vulnerabilidade juvenil, no entanto, se encontra no estado de Roraima, onde o índice tem o valor de 0,497.

O Pará é o único estado da Região Norte com mais de um município no Pacto. Os quatro municípios desse estado apresentam os maiores índices dentre os 10 selecionados na região. Marabá (0,582) tem a situação de maior vulnerabilidade. Em ordem decrescente, seguem-se Parauapebas (0,570), Ananindeua (0,547) e a capital, Belém (0,537). Nesta mesma ordem, aparecem as capitais dos demais estados da região: Porto Velho (0,484), Macapá (0,478) e Manaus (0,469) apresentam índices muito próximos; em situação ligeiramente melhor encontram-se os jovens de Boa Vista, onde o IVJ é de 0,411; em seguida, aparecem Rio Branco (0,390) e Palmas (0,366), apresentando a menor vulnerabilidade.

Índice de Vulnerabilidade Juvenil - IVJ - Nos Municípios Selecionados - Região Norte



EDUCAÇÃO: TAXA DE EVASÃO ESCOLAR (CENSO ESCOLAR/INEP/MEC, 2014)

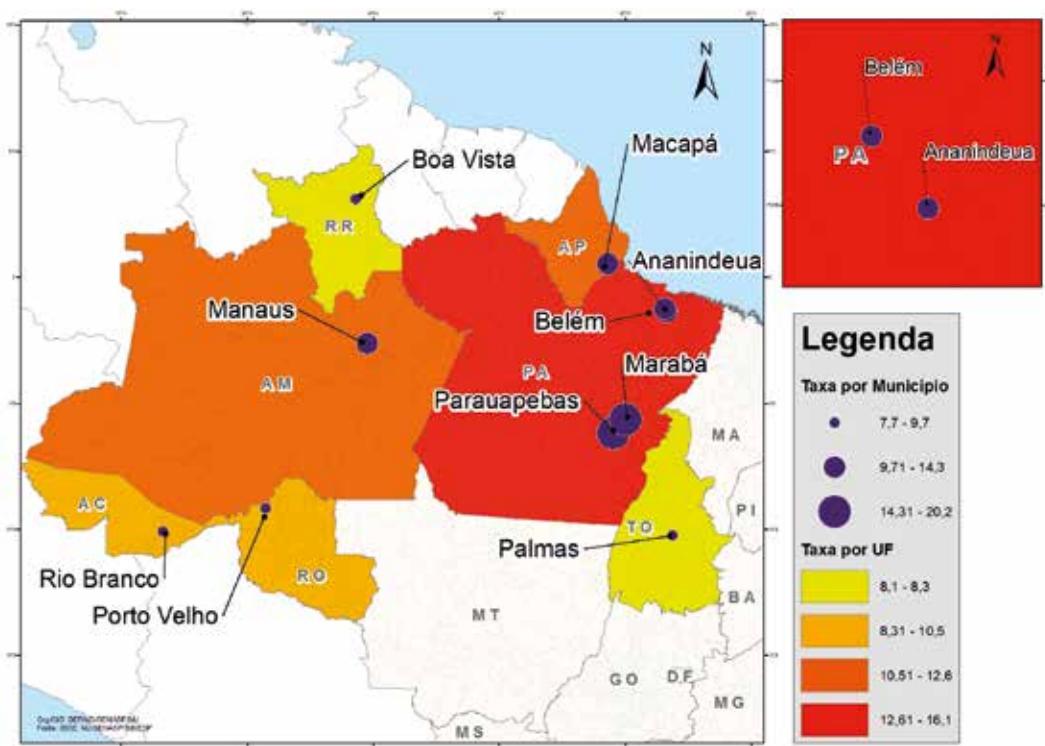
Para o propósito deste trabalho, a taxa de abandono escolar especificada no mapa é referente apenas ao Ensino Médio, já que, em tese, esta é a faixa etária com maior vulnerabilidade e a que tem sido a mais vitimada com relação aos homicídios.

As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas na 2^a etapa do Censo Escolar. Para o cálculo das taxas de rendimento e do abandono escolar é considerada a situação final das matrículas do Ensino Fundamental e Ensino Médio da modalidade regular. Nesse sentido, a taxa de abandono indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo.

Os estados da Região Norte apresentaram taxas de abandono no Ensino Médio entre 8,1 no Tocantins e 16,1 no Pará. Em Roraima, esta taxa foi de 8,3. Rondônia e Acre tiveram taxas de 9,3 e 10,5, respectivamente. Taxas intermediárias foram observadas nos estados do Amazonas (12,2) e Amapá (12,6).

No tocante aos municípios selecionados, as menores taxas foram observadas em Palmas-TO (7,7), Boa Vista (7,8), Rio Branco (9,6) e Rondônia (9,7). Taxas intermediárias, entre 12,1 e 14,3, aí incluídos municípios de Belém (12,1), Macapá (12,3), Manaus (13,6) e Ananindeua (14,3). As maiores taxas de abandono escolar entre os municípios foram observadas em Marabá (19,8) e Parauapebas (20,2), ambos no estado do Pará.

Taxa de Abandono Escolar - Ano de 2014 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte



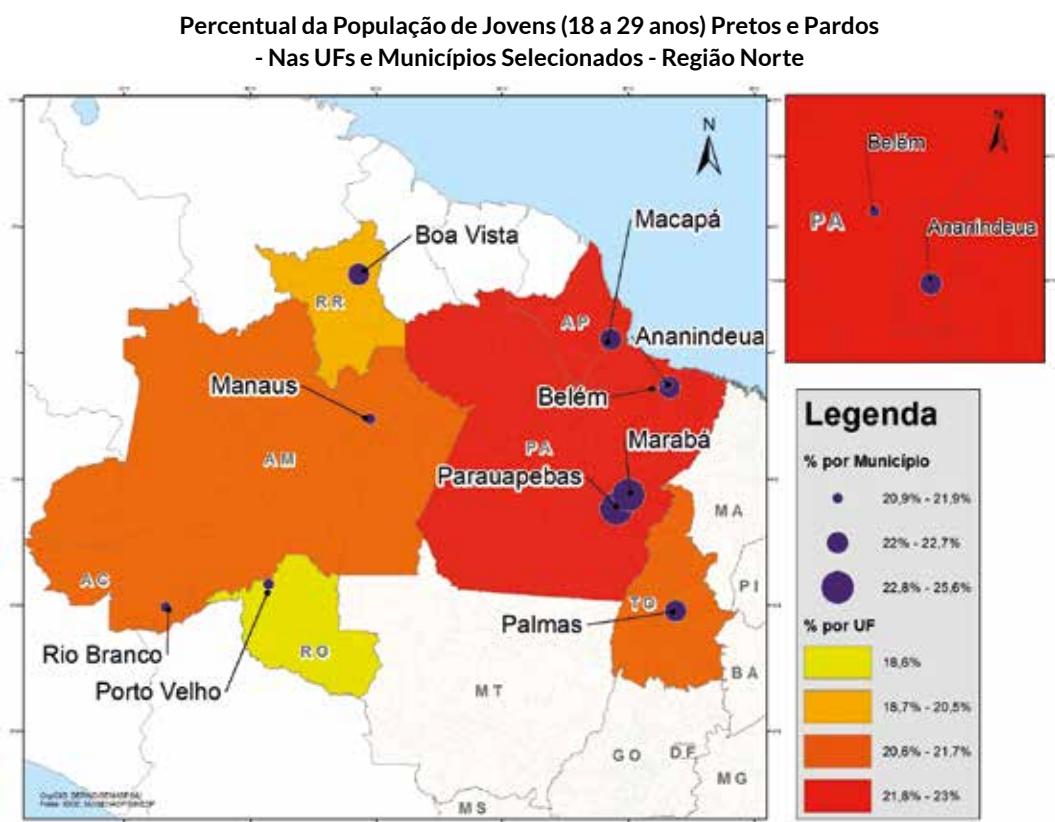
PERCENTUAL DE JOVENS NEGROS NA POPULAÇÃO

O percentual de jovens negros na população pode ser um indicador de vulnerabilidades, isso porque os jovens negros são os mais afetados pela violência urbana, advinda de diversos contextos. Por esse motivo, esse é um dos indicadores discutidos nesse trabalho e pode apontar locais nos quais são necessárias ações orientadas para a proteção dessa parcela da população e controle de fatores de risco associados à violência urbana.

No Brasil, o percentual de jovens negros é 14,4% da população. No caso da Região Norte, o estado com menor porcentagem de jovens negros na população é Rondônia (18,6%), seguido de Roraima (20,5%). Três outros estados apresentam população negra entre 15 e 29 anos na faixa dos 21%. São eles: Tocantins (21,1%), Acre (21,3%) e Amazonas (21,7%). O estado do Amapá apresenta uma parcela um pouco maior, alcançando 22,7%. Por fim, o Pará é o estado que possui o maior percentual de jovens negros no total da população, 23,0%.

No nível municipal, o percentual de jovens negros na população tem a menor parcela em Belém, 20,9%. Com porcentagem de 21,6%, encontra-se o município de Porto Velho (RO), seguido de Rio Branco (AC) e Manaus (AM), ambos com porcentagem de 21,9%. Ananindeua (PA) tem um percentual de 22,5% de negros em sua população.

Macapá (AP) e Palmas (TO) têm 22,6% de jovens negros, enquanto em Boa Vista (RR) são 22,7%. As maiores parcelas da população jovem e negra são encontradas nos municípios de Marabá (24,6%) e Parauapebas (25,9), ambos no estado do Pará.



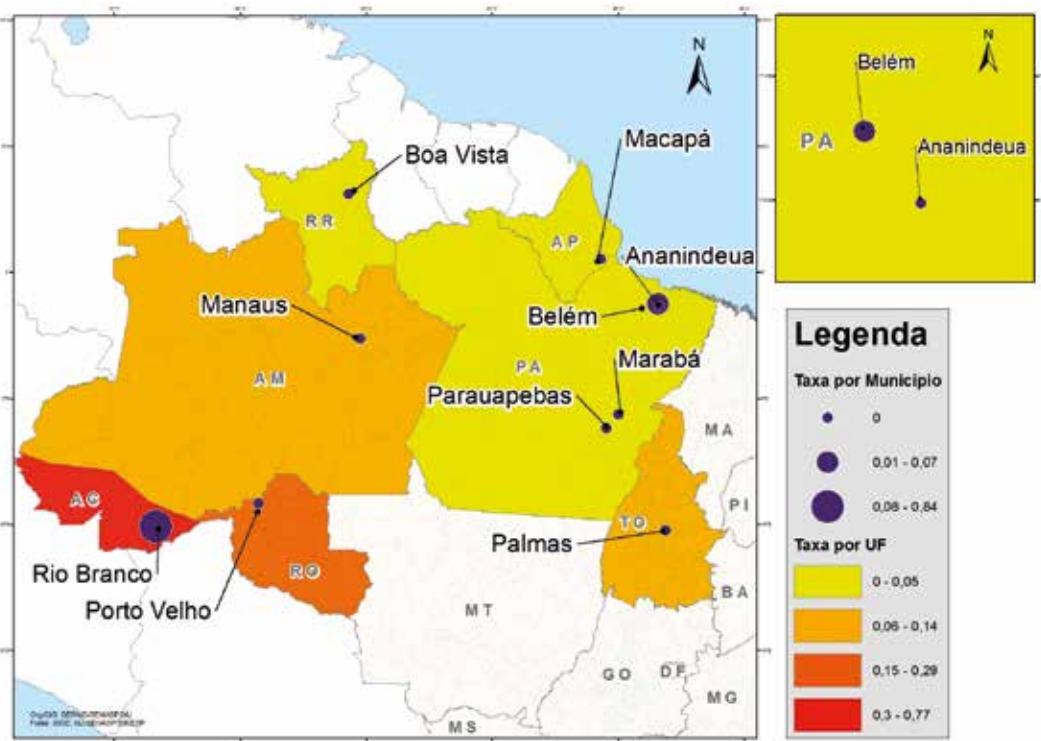
MORTE POR ABUSO DE DROGAS ILÍCITAS (DATASUS)

A taxa de morte por intoxicação com drogas ilícitas por 100 mil habitantes é usada neste diagnóstico como proxy para se verificar a disponibilidade de drogas em determinados territórios, uma vez que carecemos de dados sobre esse indicador.

As taxas nos estados da Região Norte têm uma amplitude que varia de 0,00, nos estados de Roraima e Amapá, a 0,77 no Acre, que tem a maior taxa da região. Os demais estados da região apresentam as seguintes taxas, em ordem crescente: Pará (0,05), Amazonas (0,07) e Tocantins (0,13); e uma taxa um pouco maior em Rondônia, 0,28.

No que concerne aos 10 municípios selecionados para o Pacto na Região Norte, os dados do DATASUS em 2013 apontam ocorrências apenas nos municípios de Rio Branco (AC,) cuja taxa foi de 0,84, e em Belém (PA), de 0,07. Os municípios restantes não apresentaram ocorrências, tendo, portanto taxa de 0,0.

Taxa de Óbitos por Intoxicação de Drogas Ilícitas - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte

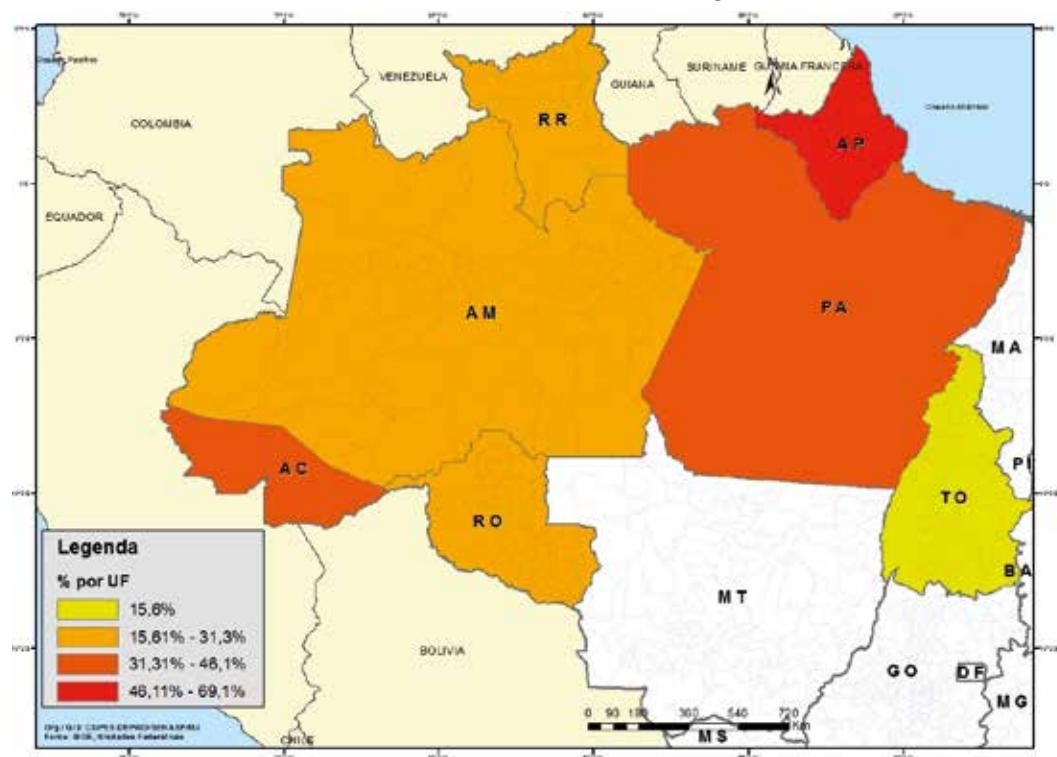


CRIMES CONTRA A PESSOA – PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO

Fomentada pela SENASP e realizada pelo Instituto Datafolha, a Pesquisa Nacional de Vitimização levantou dados nos anos de 2011 e 2012, com divulgação em 2013. Cabe salientar que os dados apresentados pela pesquisa possuem representatividade por unidade federativa e, portanto, para o país como um todo. Por ter sido uma pesquisa bastante abrangente, a partir dela pode-se ter uma dimensão, mais próxima do real, do número de pessoas que foram vítimas de crimes contra a pessoa, desde ameaças, discriminação e agressões até ofensas sexuais. Embora não desçam ao nível do município, já que os dados apresentados são apenas por UF, esses dimensionam bem a cultura adversarial e o fenômeno da violência interpessoal em nosso país.

Os percentuais de pessoas vitimadas na Região Norte alcançam seu maior valor no estado do Amapá, onde o percentual chega a 69,1%. No Pará e no Acre os valores são bem próximos, 46,1% e 44,0%, respectivamente. Numa faixa intermediária encontram-se os estados do Amazonas (31,3%), Rondônia (26,3%) e Roraima (24,1%), seguidos pelo estado do Tocantins, cujo percentual de vitimização é de 15,6%, menor valor da região.

Percentual de Pessoas que Sofreram Agressões, Ameaças, Ofensas Sexuais e/ou Discriminação* - Nas UFs - Região Norte



*Para a Pesquisa Nacional de Victimização, foi perguntado aos/as entrevistados/as se sofreram agressões ou ameaças nos últimos 12 meses. Além disso, foi perguntado se os/as entrevistados/as sofreram ofensa sexual e discriminação alguma vez na vida.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE RESIDE NO MUNICÍPIO HÁ MENOS DE 5 ANOS (IBGE)

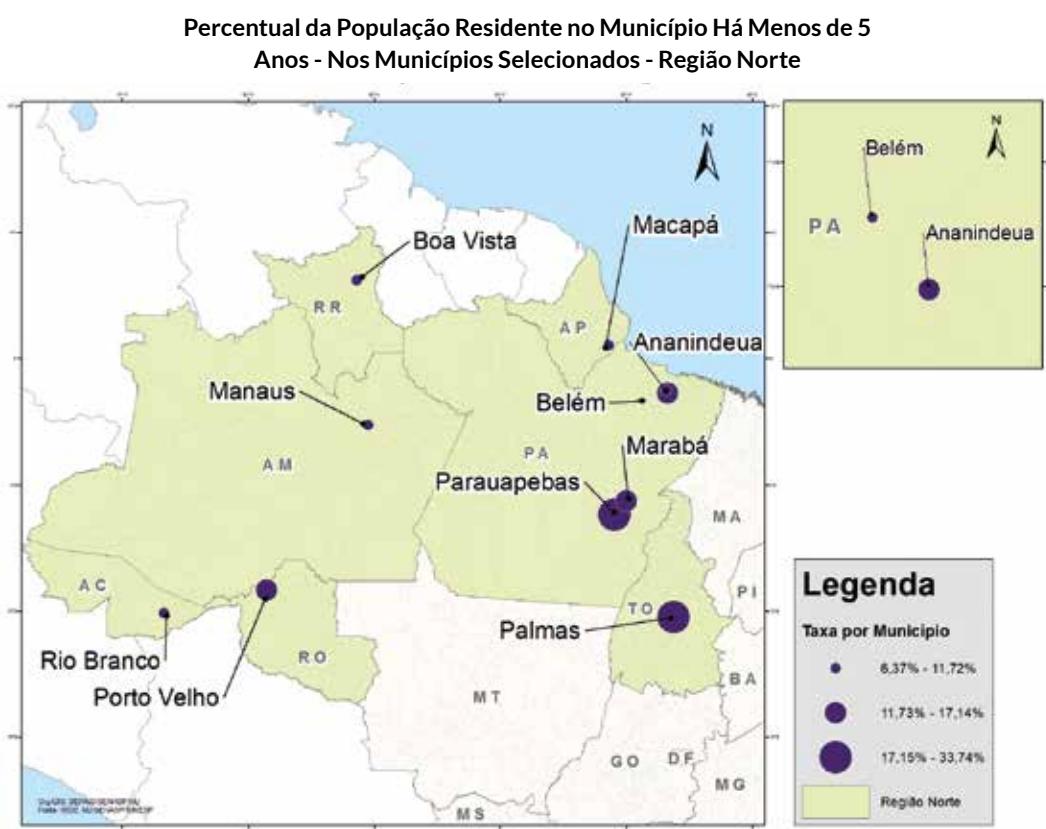
Locais com maior concentração de pessoas com menor ou nenhum vínculo com o território e com as outras pessoas do local podem ser também mais propícios a violências interpessoais e homicídios. É o que apontam alguns estudos sobre esse tema. Ademais, a sensação de segurança em residentes novos pode ser menor, bem como a desconfiança e reação violenta a terceiros. Alguns autores chamam esse fenômeno de *falta de coesão social*. Nesse sentido, a taxa de residentes há menos de 5 anos nos municípios indica qual a parcela da população que habita determinado território por um tempo curto e novo, o que nos parece ser um dado relevante para este estudo.

Esse indicador foi analisado apenas por município. Entre aqueles que possuem a menor porcentagem de novos moradores, variando de 6,37% a 11,72%, estão: Belém (6,37%), Rio Branco (8,13%), Manaus (8,65%), Macapá (10,37%) e Boa Vista (11,72%).

Em uma zona intermediária, com porcentagem de novos moradores de 15,06% a 17,14%, encontram-se os municípios de Porto Velho (15,60%), Ananindeua (15,65%) e Marabá (17,14%).

Já com as maiores taxas de novos residentes estão os municípios de Palmas, cujo percentual é de 28,07%, e Parauapebas, 33,74%.

Ressaltamos que a análise deste indicador, em conjunto com outros, pode apontar para uma compreensão mais acurada da dinâmica social do lugar com relação ao mercado de trabalho, da economia local e das relações sociais que nele estão sendo estabelecidas.



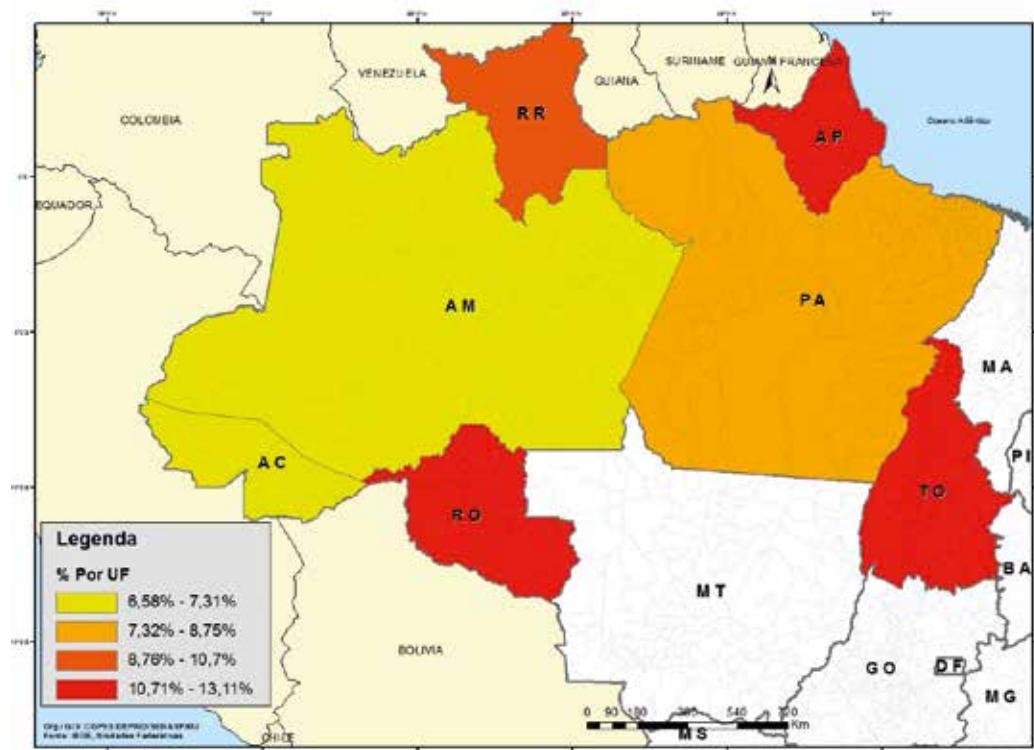
CONSUMO DE ÁLCOOL (POF - PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES)

Este diagnóstico analisa o consumo de álcool como um agente potencializador das violências, especialmente perpetradas no contexto interpessoal e doméstico. Para tanto, usamos nesse trabalho dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, a qual observa, na porcentagem de orçamento familiar destinada a bebidas, quanto está concentrado no gasto com bebidas alcoólicas, como uma forma de medir o consumo de bebidas alcoólicas pela população.

Os estados nos quais as famílias destinam a menor porcentagem de seu orçamento familiar com bebidas alcoólicas são Acre (6,58%) e Amazonas (7,31%). Depois destes estão o Pará (8,75%) e Roraima, com 10,78% da renda familiar dedicada a bebidas alcoólicas.

Os estados que têm maior gasto familiar com bebidas alcoólicas são, em ordem crescente, Rondônia (12,5%), Tocantins (12,6%) e Amapá (13,11%).

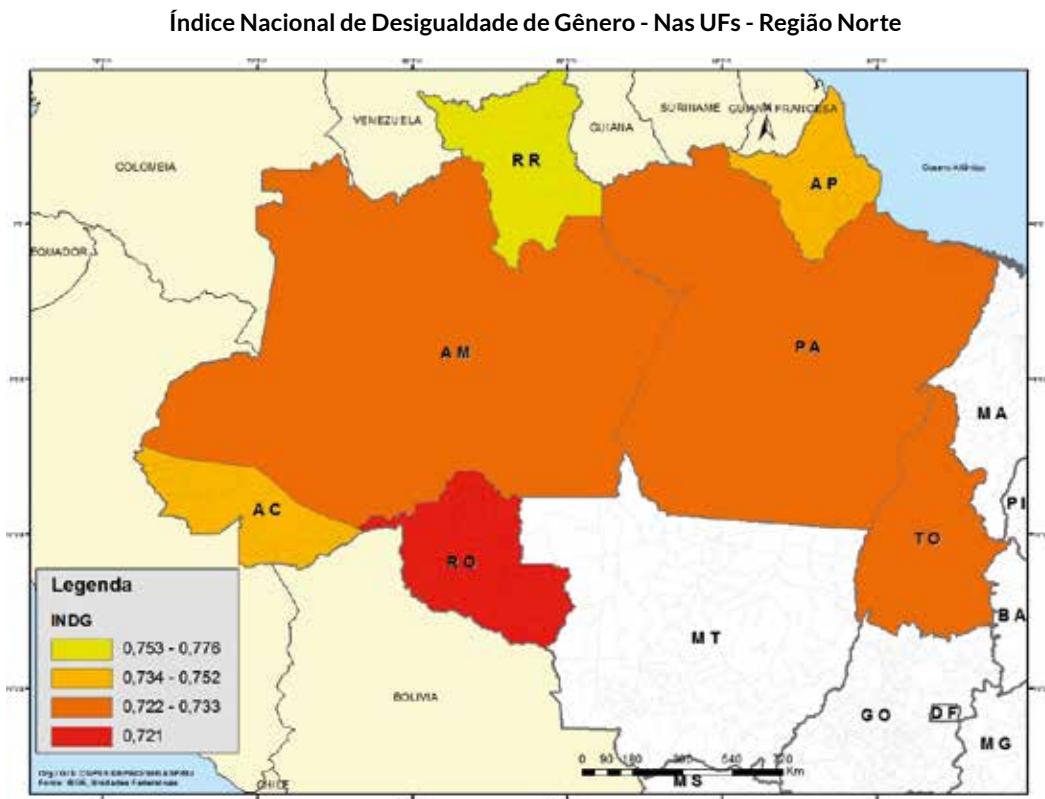
Percentual Bebida Alcoólica no Consumo de Bebidas - Nas UFs - Região Norte



O ÍNDICE NACIONAL DE DESIGUALDADES DE GÊNERO - INDG

O Índice Nacional de Desigualdades de Gênero (INDG) foi construído para dimensionar as desigualdades entre homens e mulheres em termos de saúde, educação, trabalho e participação política. Da mesma forma que o IDH, esse índice varia de 0 a 1, sendo que 1 representaria uma sociedade plenamente igualitária em termos de gênero. A Região Norte não é das piores em termos de desigualdade de gênero, já que as menores taxas brasileiras variam de 0,67 a 0,69.

A situação mais igualitária da região está em Roraima (0,776), seguido por Amapá (0,752) e Acre (0,739). Contextos levemente menos igualitários estão em Amazonas (0,732), Pará (0,724) e Tocantins (0,727). A situação comparativamente menos igualitária está em Rondônia (0,721).



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - AGRESSÕES OCORRIDAS NA RESIDÊNCIA

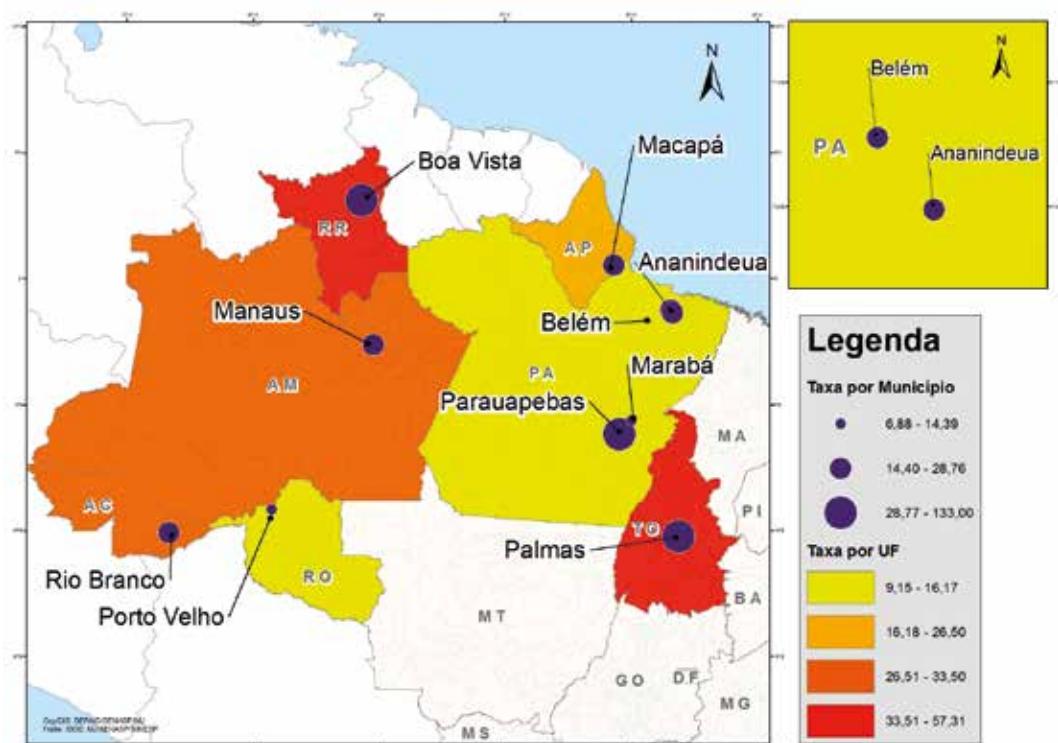
Os dados de violência doméstica são advindos do Sistema Nacional de Agravamento de Notificação, do DATASUS, ou seja, se tratam de agressões que chegaram ao hospital. Nesse sentido, não dimensionam por completo a violência doméstica, mas são os melhores dados disponíveis e indicam uma tendência.

No mapa adiante, no qual são apresentadas as taxas de notificação de violência doméstica por 100 mil habitantes, observa-se que essas variam bastante entre os estados e municípios.

Em termos de estados, as menores taxas estão em Rondônia (9,15) e Pará (19,17). Taxa um pouco maior está no Amapá (26,5). Maiores frequências de casos de violência doméstica estão no Amazonas (33,5) e no Acre (30,12), mas os estados com as taxas mais graves de violência doméstica são Roraima (53,32) e Tocantins (57,31).

No nível municipal, observam-se taxas menores, como nos casos de Porto Velho (6,88), Marabá (14,39) e Macapá (18,80). Taxas intermediárias estão nos municípios de Ananindeua (21,00), Belém (26,86), Manaus (28,75) e Rio Branco (21,43). Os municípios da região com situações mais graves são Boa Vista (60,65), Parauapebas (64,90) e a altíssima taxa de Palmas (133,00).

Taxa de Violência Doméstica (total) - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte



TAXAS DE HOMICÍDIO DE MULHERES, IDOSOS E CRIANÇAS (DATASUS)

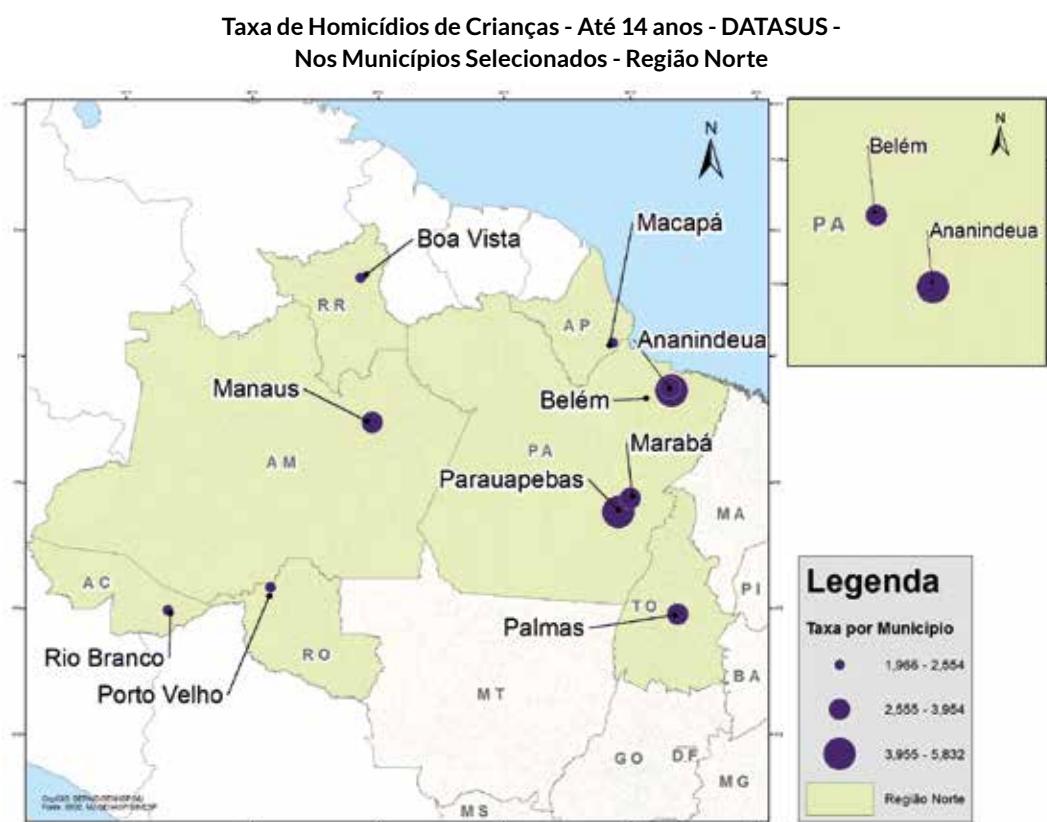
As taxas de homicídios de mulheres, idosos e crianças permitem observar como cada um desses fenômenos de homicídio se distribui nos municípios pesquisados e, além disso, em quais locais existe a maior possibilidade de homicídios perpetrados por violência doméstica, os quais exigem determinadas ações de prevenção e repressão.

No caso dos homicídios de crianças, as taxas por 100 mil habitantes variam de 1,9 a 5,8. As taxas menores estão em Rio Branco (1,97), Boa Vista (2,25), Macapá (2,31) e Porto Velho (2,55). Taxas intermediárias existem em Manaus (3,04), Belém (3,95), Marabá (3,91) e Palmas (3,10). Em dois municípios do Pará a situação se agrava (Ananindeua, com 4,77, e Parauapebas, com 5,83).

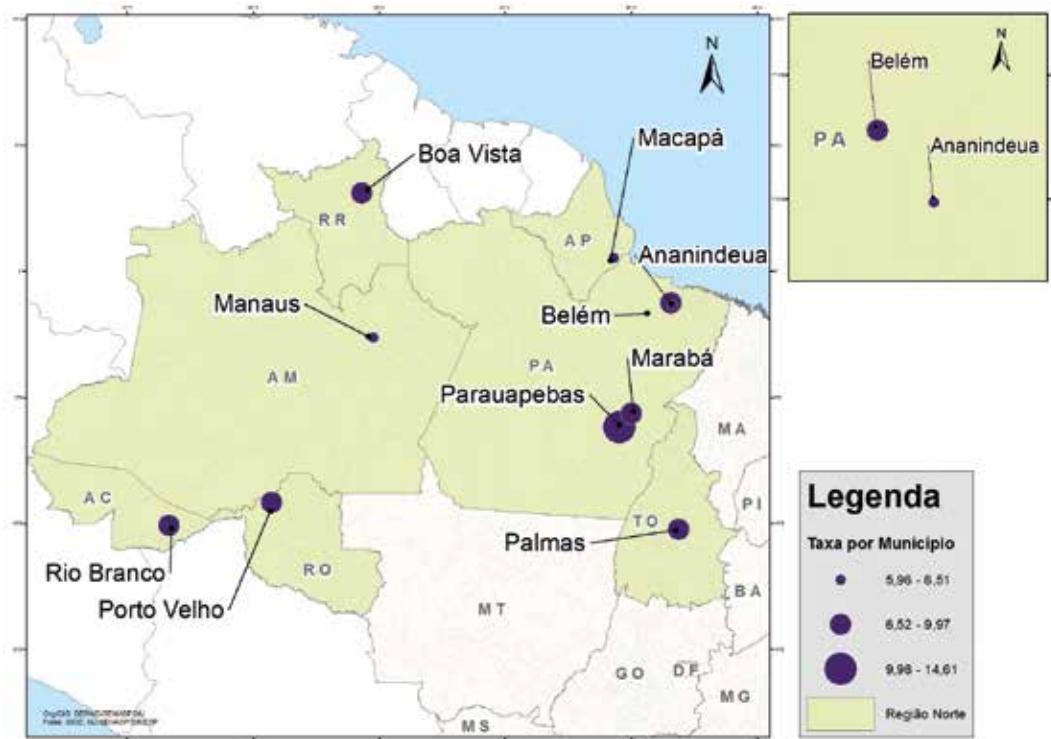
As taxas de homicídios de mulheres na Região Norte são mais altas, em geral. As menores taxas estão em Ananindeua (5,96), Macapá (6,15) e Manaus (6,51). Taxas intermediárias estão em Rio Branco (7,83), Belém (7,67) e Palmas (8,17) e as taxas mais altas estão em Porto Velho (9,18), Boa Vista (9,34), Marabá (9,97) e Parauapebas (14,61).

As taxas de homicídios de idosos são consideravelmente altas, variando de 12,7 a 53,64. Em ordem crescente, as taxas se comportam nos municípios da seguinte maneira: Belém (12,17), Macapá (18,69), Palmas (18,91), Manaus (21,49), Porto Velho (24,05), Rio Branco (26,77), Marabá (29,78), Boa Vista (32,50), Ananindeua (35,14) e Parauapebas (53,64).

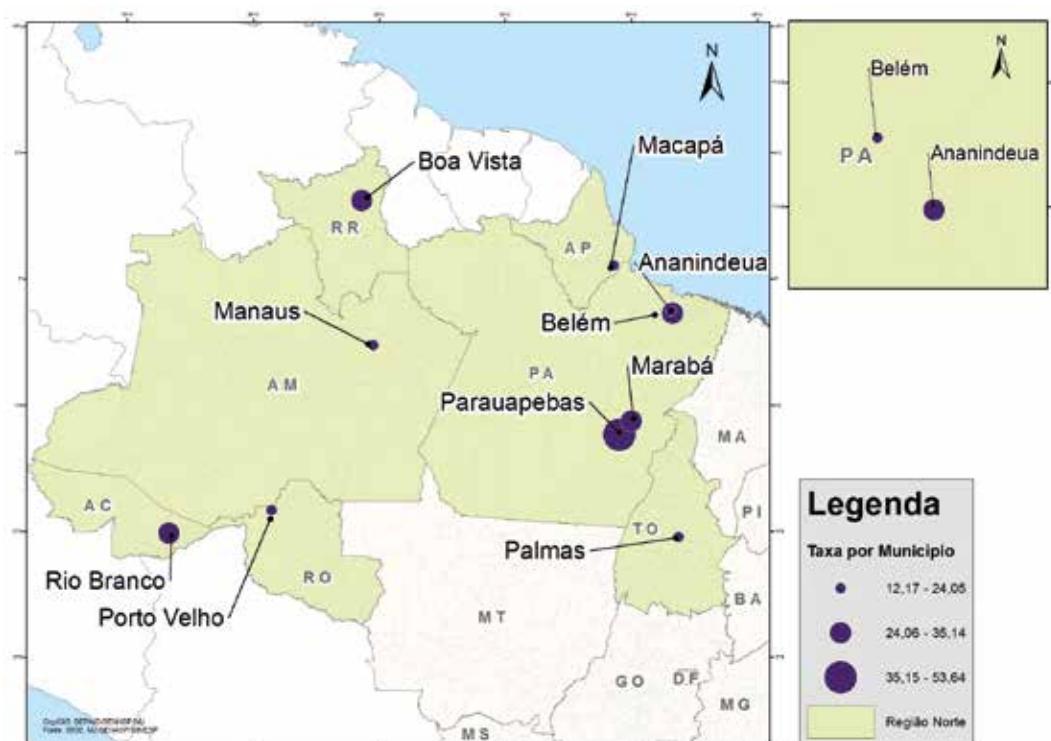
Destaca-se que o município de Parauapebas apresentou as maiores taxas nos três casos e possui uma das maiores taxas de notificação de agressões domésticas.



Taxa de Homicídios de Mulheres - DATASUS - Nos Municípios Selecionados - Região Norte



Taxa de Homicídios de Idosos - Acima de 60 anos - DATASUS
- Nos Municípios Selecionados - Região Norte

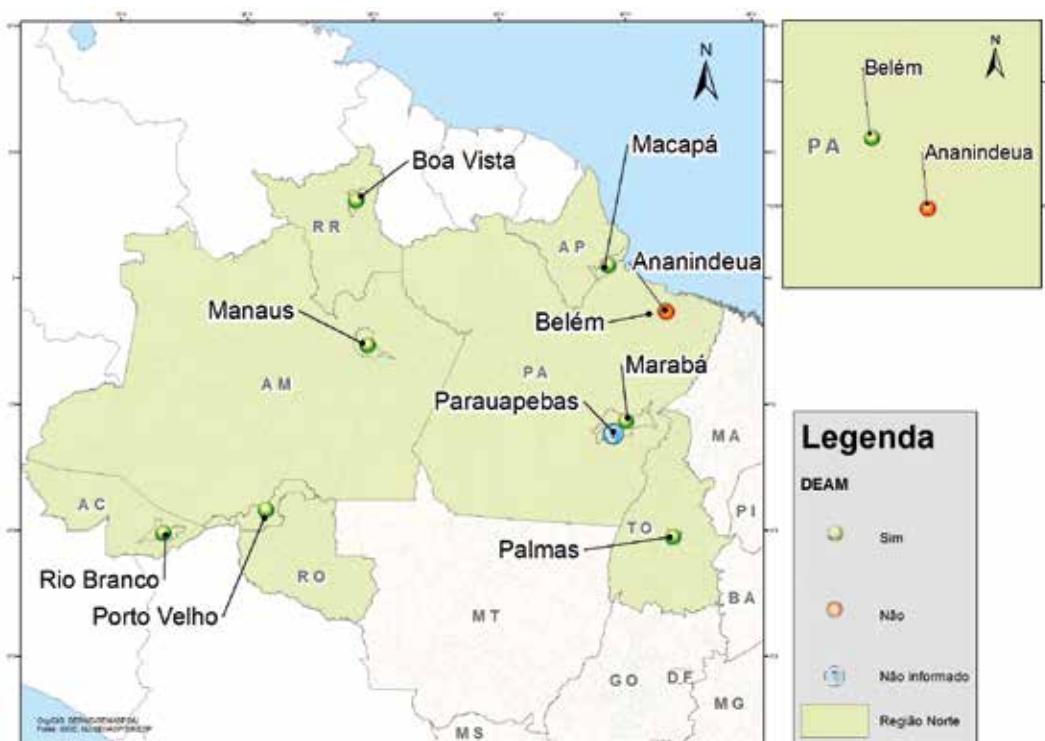


QUANTIDADE DE DEAMS E DPCAS

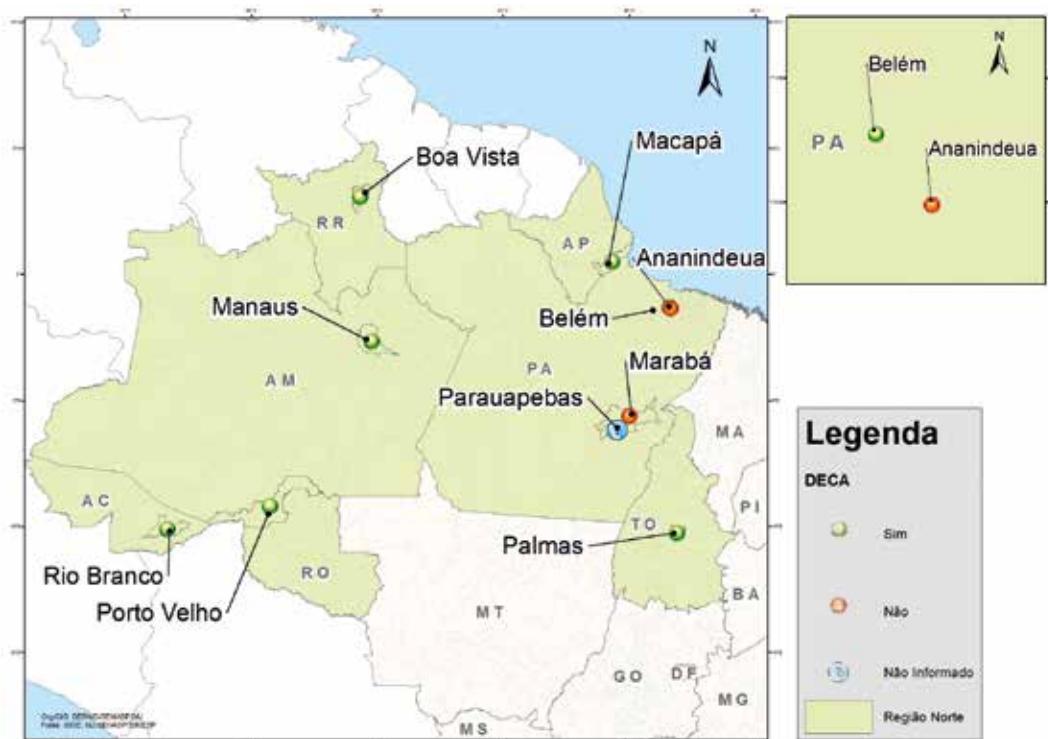
A existência de rede de proteção e atendimento específico para questões envolvendo violência doméstica pode ser um dos fatores de prevenção da ocorrência de homicídios nesses casos. De acordo com a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASP/MJ), o único município do Pacto que não possui delegacia especializada no atendimento a mulheres é Ananindeua, no Pará. Além disso, não foi informado pelo estado se existe ou não delegacia em Parauapebas.

A situação das Delegacias de Proteção a Crianças e Adolescentes é parecida: não existem delegacias em Ananindeua e Marabá, e não temos informações sobre Parauapebas. Não possuímos informações sistematizadas sobre delegacias do idoso nos municípios; contudo, sabemos que existem delegacias em alguns estados da região: Amazonas (10), Roraima (1), Pará (1) e Tocantins (1). No Amapá, não existe nenhuma delegacia desse tipo e não obtivemos informações sobre Rondônia e Acre.

Delegacias de Atendimento à Mulher nos Municípios Selecionados - Região Norte



Delegacias da Criança e Adolescente nos Municípios Selecionados - Região Norte

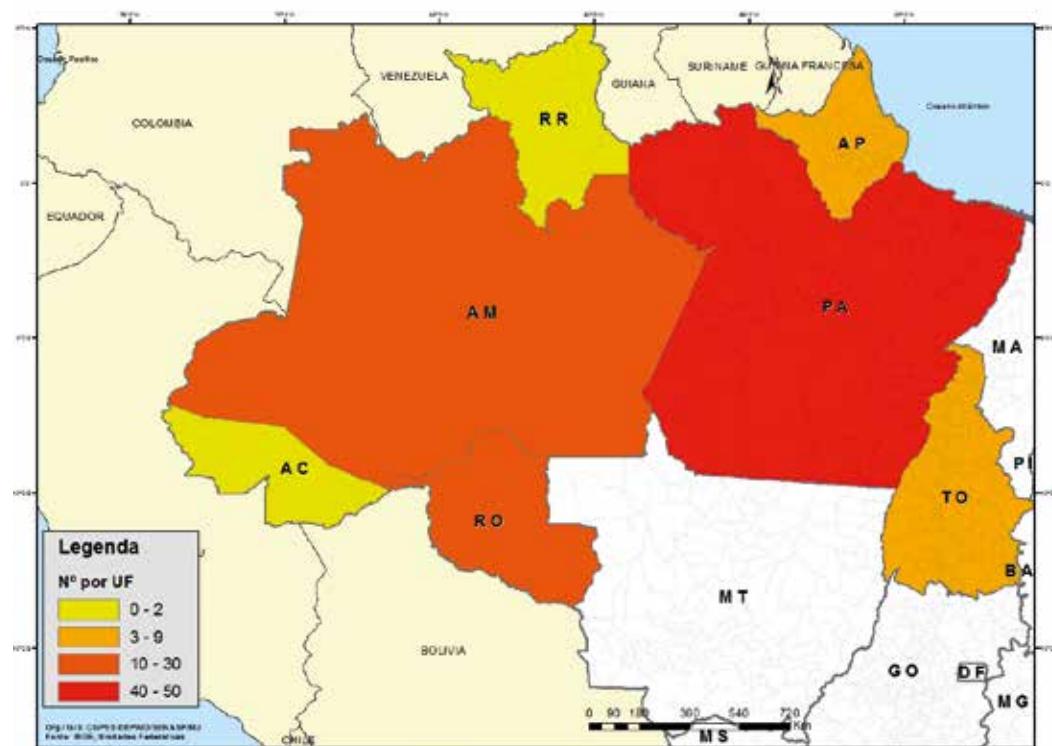


QUANTIDADE DE POLICIAIS MORTOS, POR UF (PESQUISA PERFIL/MJ)

A quantidade de policiais mortos é um indicador que pode nos auxiliar a perceber o quanto os policiais militares e civis estão sendo vitimados, seja em serviço ou fora de serviço, por causas naturais ou violentas, em cada estado. Nesse caso, não há informações sobre os municípios, visto que esses efetivos são estaduais.

Em 2013, o estado da Região Norte que mais registrou mortes de seus policiais foi o Pará (51), seguido de Rondônia (32) e Amazonas (21). Tocantins, Amapá e Roraima registraram significativamente menos ocorrências deste tipo entre seus policiais, 9, 6 e 2, respectivamente. Já o Acre não teve nenhum registro de morte de seus policiais em 2013. Estes números podem estar relacionados com as manifestações populares que tiveram lugar em várias capitais do país em junho de 2013.

Número de Policiais Mortos - Nas UFs - Região Norte



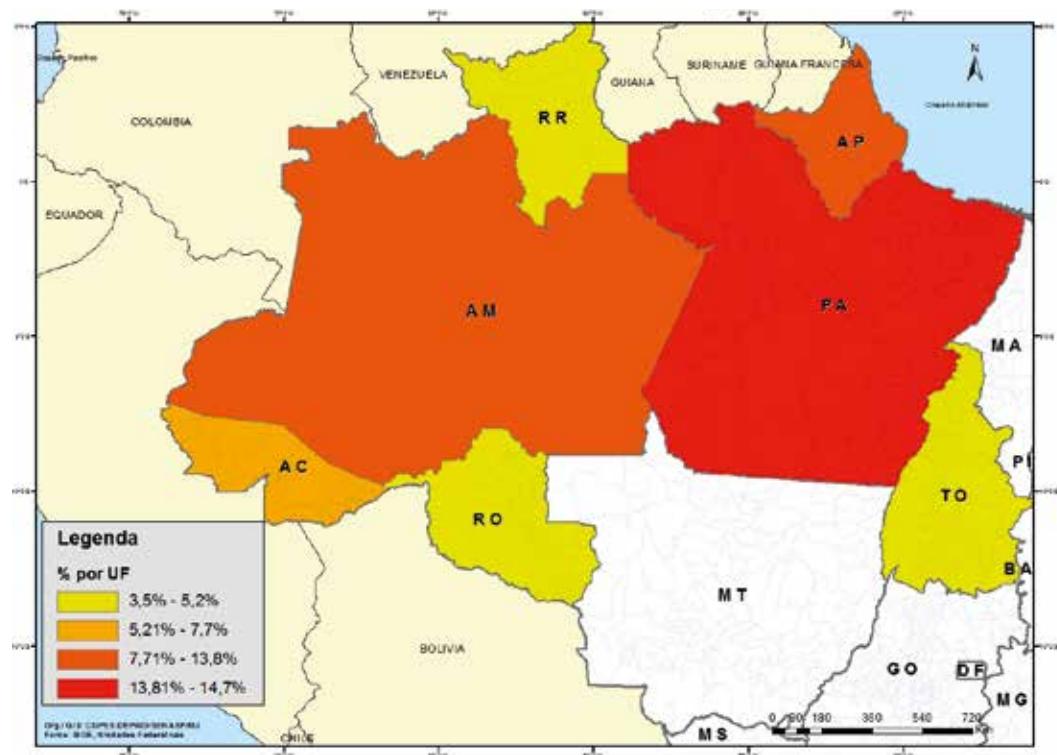
AGRESSÕES OU EXTORSÕES SOFRIDAS PELA POPULAÇÃO POR POLICIAIS, POR UF (PNV)

Este dado vem da Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada pelo Datafolha e fomentada pela SENASP/PNUD, com dados de 2011 e 2012, e publicada em 2013. Esta pesquisa entrevistou uma amostra representativa da população brasileira e os dados são apresentados por Unidade da Federação.

Segundo esta pesquisa, 14,7% das pessoas entrevistadas no estado do Pará declararam ter sofrido agressão e/ou extorsão por policial militar e/ou civil alguma vez na vida. No Amazonas e Amapá este percentual foi de 13,8% e 13,4%, respectivamente. Já os demais estados da região apresentaram percentuais bem mais reduzidos, entre 3,5% (Tocantins) e 7,7% (Acre). Em Roraima, a quantidade de pessoas que se declararam nesta condição foi de 5,2%; e em Rondônia, foi de 4,8%.

Uma vez que estes dados podem ser extrapolados para o conjunto da população do estado, se revelam preocupantes os números dos primeiros três estados.

Percentual de Pessoas que Alegam ter Sofrido Agressão ou Extorsão por Parte de policiais Civis ou Militares - Nas UFs - Região Norte



"INTERVENÇÃO LEGAL", POR UF (DATASUS)

Devido à dificuldade de se obter dados relativos à letalidade policial, optamos por utilizar os dados disponibilizados pelo sistema de informações do Sistema Unificado de Saúde (DATASUS), que registra a quantidade de pessoas que morreram em 2013 por algum agente do Estado, podendo este ser policial ou não. O DATASUS classifica este fenômeno como de “intervenção legal”. Neste caso, o dado disponível é por município.

Na Região Norte, somente o município de Belém, no Pará, registrou mortes por “intervenção legal”, resultando numa taxa de 0,07 pessoa por 100 mil habitantes, nesta cidade. Devido ao parco registro de ocorrência deste fato na região, não foi elaborado um mapa.

REDE DE PROTEÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA: EFETIVO SEGURANÇA GM + PC + PM/ POPULAÇÃO (PERFIL/MJ; MUNIC./IBGE)

É muito difícil dimensionar se um determinado efetivo policial é adequado ou não à demanda por segurança pública num determinado território, ou o quanto ele se-ria eficaz, ou não, para a repressão ou a prevenção da criminalidade. Não há parâmetros

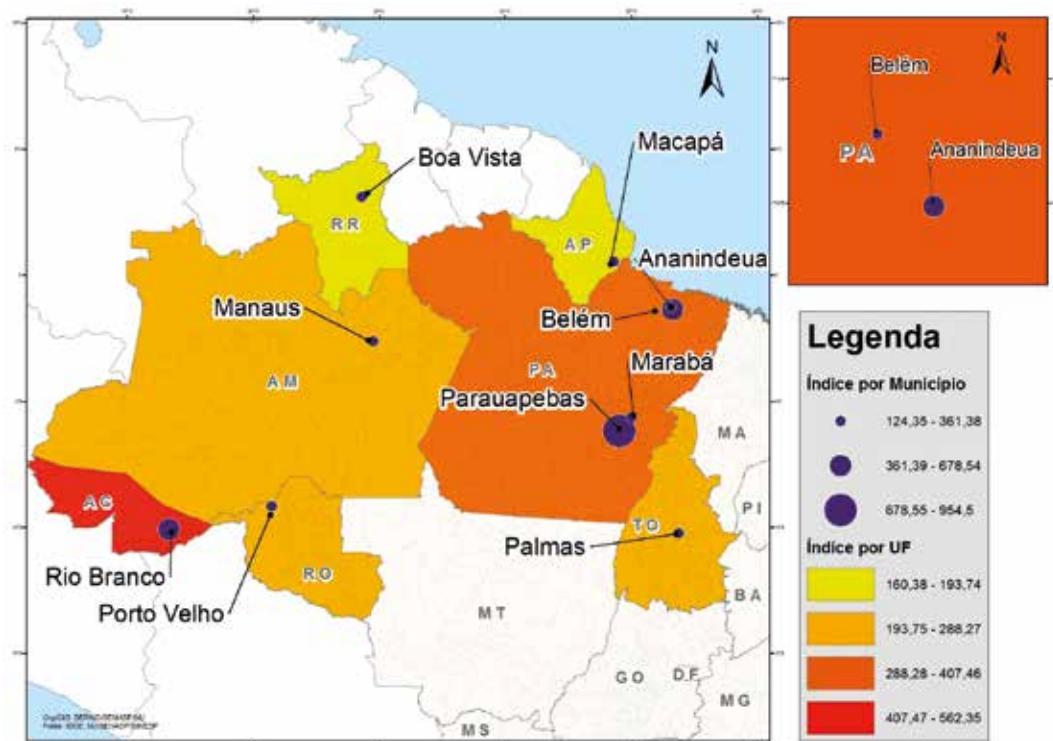
nacionais ou mesmo internacionais para se fazer esta comparação. De qualquer forma, julgamos ser uma informação que possa se mostrar relevante caso seja analisada em conjunto com outras variáveis e ao longo de um período. Assim, criamos este indicador denominado “Rede de Proteção”, que nada mais é do que a soma dos efetivos policiais (policiais militares e civis) presentes em cada município mais o efetivo da Guarda Municipal daqueles municípios em que há Guardas, dividido pela população do município.

As “piores” relações são aquelas em que há mais população por efetivo. Ao contrário, as “melhores”, são aquelas em que há menos população por efetivo. É possível ver no mapa que as melhores situações se encontram nos estados de Roraima e Amapá, com relações de 160,4 habitantes por policial (incluindo guardas) e 193,7, respectivamente. Já os municípios com as melhores relações população/efetivo são Palmas (124,3), Porto Velho (132,2), Macapá (136,0), Boa Vista (142,4) e Belém (163,0).

Em uma situação intermediária estariam os estados de Rondônia, Amazonas e Tocantins, com relações entre 193,7 e 288,2 pessoas por policial. Os municípios com situações intermediárias são: Marabá, com 361,3 habitantes por policial, e Manaus, com 202,6.

As relações piores estão nos estados do Acre e do Pará, que apresentam uma relação de 562,3 e 408,8 pessoas por policial, respectivamente. São também os municípios desses estados que se encontram com as piores situações: Rio Branco, Ananindeua e Parauapebas, respectivamente com 545,3, 678,5 e 954,5 habitantes por policial.

Rede de Proteção (Habitantes/Profissionais de Segurança Pública)
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte



SAÚDE: MÉDICOS/HABITANTE (DATASUS)

A taxa de médicos por habitante é um dado fornecido pelo DATASUS e divide a quantidade total de médicos do município por cada 1.000 habitantes. É um indicador que pode nos dar parâmetros para avaliar em que medida a população está desassistida quanto a este quesito.

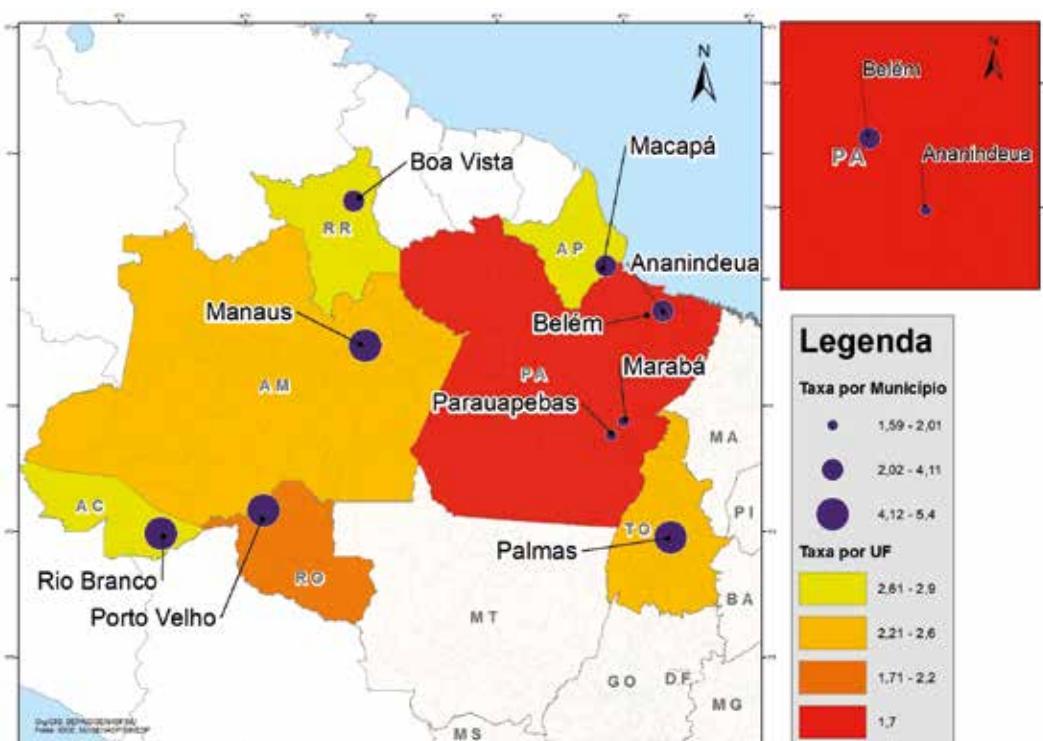
Os municípios da Região Norte apresentam uma situação ruim em relação ao resto do país, visto que estão entre as piores taxas (de 0 a 5 médicos por mil habitantes), juntamente com vários municípios da Região Nordeste. As taxas intermediárias, de 6 a 9 médicos por mil habitantes, são constatadas em algumas cidades do Sul, Sudeste, Nordeste e em Goiânia (GO). Já as melhores taxas, de 10 a 22 médicos por 1.000 habitantes, estão em outras cidades das regiões Sul e Sudeste.

Os municípios com as melhores relações na Região Norte são as capitais dos estados de Rondônia (4,4 médicos por mil habitantes), Acre (4,6), Amazonas (4,4), Roraima (4,0), Pará (4,1) e do Tocantins (5,3), que tem a melhor relação entre médico e habitante da região. Já a capital do Amapá, Macapá, tem um taxa menor, de 3,6. As piores relações estão nas cidades do Pará: Ananindeua, Marabá e Parauapebas, com 1,5, 1,8, e 2,0 médicos por mil habitantes.

Em relação aos estados da região, o Pará é o que apresenta a pior relação entre médicos e habitantes: 1,7 médico para cada mil habitantes. Todos os outros têm taxas na faixa de 2,2 a 2,9 médicos por mil habitantes, sendo Rondônia, Tocantins e Amazonas os estados com taxas um pouco melhores, de 2,2, 2,5 e 2,6 médicos por mil habitantes. Por fim, o Acre, o Amapá e Roraima são os que têm as melhores taxas da região: 2,7, 2,8 e 2,9, respectivamente.

Em termos nacionais, as médias das regiões Sudeste e Sul são as mais altas: 5,5 e 5,2, respectivamente. Depois vêm as regiões Centro-Oeste e Nordeste, com médias de 4,08 e 3,1 médicos por mil habitantes. Assim, a Região Norte é a que apresenta a pior média, com 2,4 médicos por mil habitantes.

Taxa de Médicos por 1.000 habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte



QUANTIDADE DE CRAS E CREAS, POR MUNICÍPIO (MDS)

A quantidade de habitantes por Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS se constitui numa forma de se avaliar a rede de proteção existente às pessoas em situação de vulnerabilidade social. O primeiro tipo de centro organiza e oferta os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. O segundo tem a função

de ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estabeleceu parâmetros para a implantação dos dois tipos de equipamentos. No caso dos CRAS, considera-se o número de famílias cadastradas no CadÚnico e o número de famílias referenciadas pelo equipamento a partir de dois cálculos, dentre os quais se adota aquele que indicar o maior número de unidades para o município. No primeiro cálculo considera-se o total de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, cadastradas no CadÚnico, dividido pelo número de famílias referenciadas aos CRAS daquele porte de município. No segundo cálculo, considera-se 20% dos domicílios do município ou DF (conforme os dados do Censo Populacional do IBGE), dividido pelo número de famílias referenciadas aos CRAS daquele porte de município.

Já para a criação dos CREAS não há cálculo, apenas critérios já estabelecidos por população. Municípios com 20 a 200 mil habitantes deverão ter pelo menos 1 CREAS. A cada grupo de 200 mil habitantes deve ser criado mais 1 CREAS. Nos municípios com menos de 20 mil habitantes, é feita uma cobertura regional a partir de um diagnóstico realizado pela UF e pactua-se um desenho de regionalização elaborado pela Comissão Intergestores Bipartite de cada UF.

Conforme o mapa abaixo, se pode sugerir que provavelmente os CRAS que estão mais pressionados pelos seus serviços seriam aqueles localizados onde há maior quantidade de população em relação ao número de centros disponíveis, quais sejam, os de Belém (119.404 habitantes por CRAS) e Manaus (91.832). Em situação um pouco menos pressionada, estariam as cidades de Marabá (85.687), Porto Velho (82.336) e Macapá (74.460).

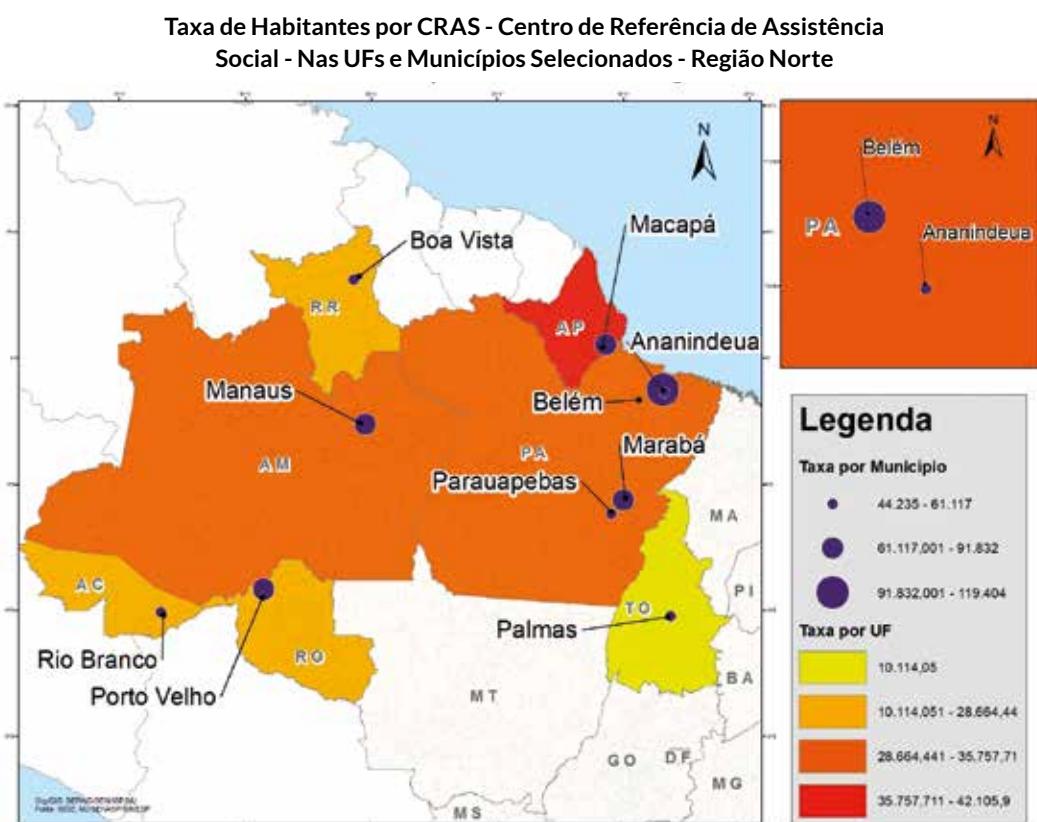
As demais cidades da Região Norte apresentam taxas menores, entre 61.117 habitantes por CRAS, em Parauapebas (PA), e 44.235 em Palmas (TO). As taxas são as seguintes: em Boa Vista, 44.986 habitantes por CRAS; em Rio Branco, 51.990; e em Ananindeua, 55.531 habitantes por CRAS.

Em relação aos CREAS, que em função de sua natureza devem atender a menos pessoas que os CRAS, as taxas são bem maiores do que as referentes aos CRAS. Enquanto o município com maior taxa de pessoas por CRAS é Belém (119.404), a taxa mais baixa de CREAS é 181.964 pessoas por centro, em Rio Branco (AC).

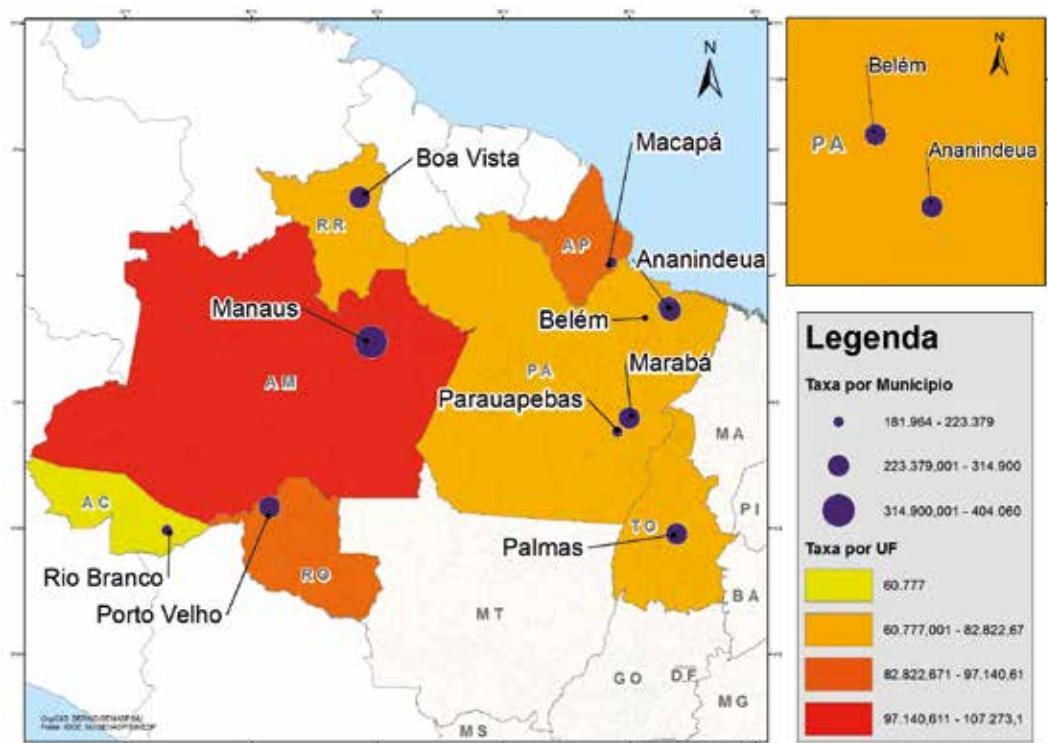
Enquanto cinco municípios apresentaram as menores taxas de CRAS, isto é, as melhores relações entre habitantes por centro, no caso de CREAS são três: Rio Branco (181.964), Parauapebas (183.352) e Macapá (223.379).

Em situação intermediária se encontram mais municípios de CREAS do que de CRAS, 6 e 4, respectivamente. São: Porto Velho (247.007), Ananindeua (249.888), Belém (286.569), Marabá (257.062), Palmas (265.409) e Boa Vista (314.900).

Manaus apresenta a taxa mais desfavorável da região em relação aos CREAS: 404.060 pessoas por centro.



Taxa de Habitantes por CRAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte



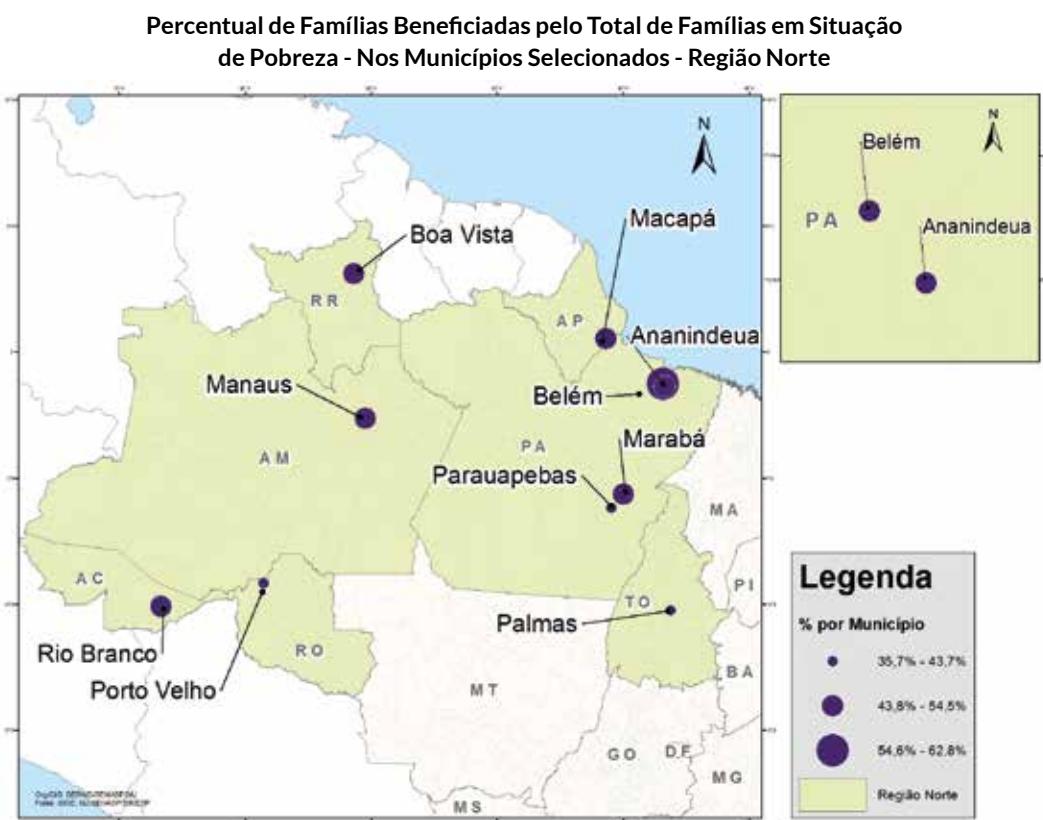
QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, POR FAMÍLIAS EXISTENTES NO CADÚNICO, POR MUNICÍPIO (MDS)

Mais um indicador da cobertura dos serviços socioassistenciais é a quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em relação àquelas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), que contém um rol de famílias que se enquadram entre as famílias pobres potencialmente beneficiárias do PBF, dentre outros programas do Governo Federal.

Os dados estão dispostos por município e em termos nacionais, não há cobertura inferior a 70% das famílias pobres dos municípios incluídos no Pacto pelo Programa Bolsa Família. Em alguns casos, existem mais famílias beneficiárias do que as consideradas pobres e cadastradas do CadÚnico.

Como era de se esperar, a Região Norte apresenta elevada cobertura pelo PBF, visto que é uma das que mais concentra famílias pobres no país, depois do Nordeste. Os percentuais de maior cobertura de famílias pobres se encontram em Porto Velho (120,7%), Boa Vista (124,2%), Ananindeua (102,0%), Belém (105,2%) e Palmas (106,9%). Numa situação intermediária, estão os municípios de Manaus (99,6%) e Boa

Vista (90,1%). Já os outros três municípios da região incluídos no Pacto, Marabá, Parauapebas e Macapá, detêm percentuais menores de cobertura, na faixa de 85%, sendo, respectivamente, 87,2%; 83,6% e 84,3%.



PONTOS DE CULTURA (MINC)

Os Pontos de Cultura são entidades ou coletivos culturais certificados pelo Ministério da Cultura. Eles podem ser públicos ou privados e possuem uma base social capilarizada com grande poder de penetração em comunidades e territórios, particularmente em locais mais vulneráveis socialmente. Supõe-se que uma maior disponibilidade de Pontos de Cultura pode indicar maior acesso das comunidades à cultura e ao lazer, incluindo os jovens, diminuindo um dos fatores de risco para a criminalidade e o homicídio.

Os Pontos de Cultura também representam novos arranjos econômicos e produtivos, isto é, uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada por aqueles que encontram na realização da cultura uma alternativa de trabalho, de vida e de experiência de vida. O investimento no apoio a estes Pontos de Cultura pelo Ministério da Cultura constitui-se numa das políticas principais contidas no Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010), que prevê fomentar 1.750 novos Pontos até 2020.

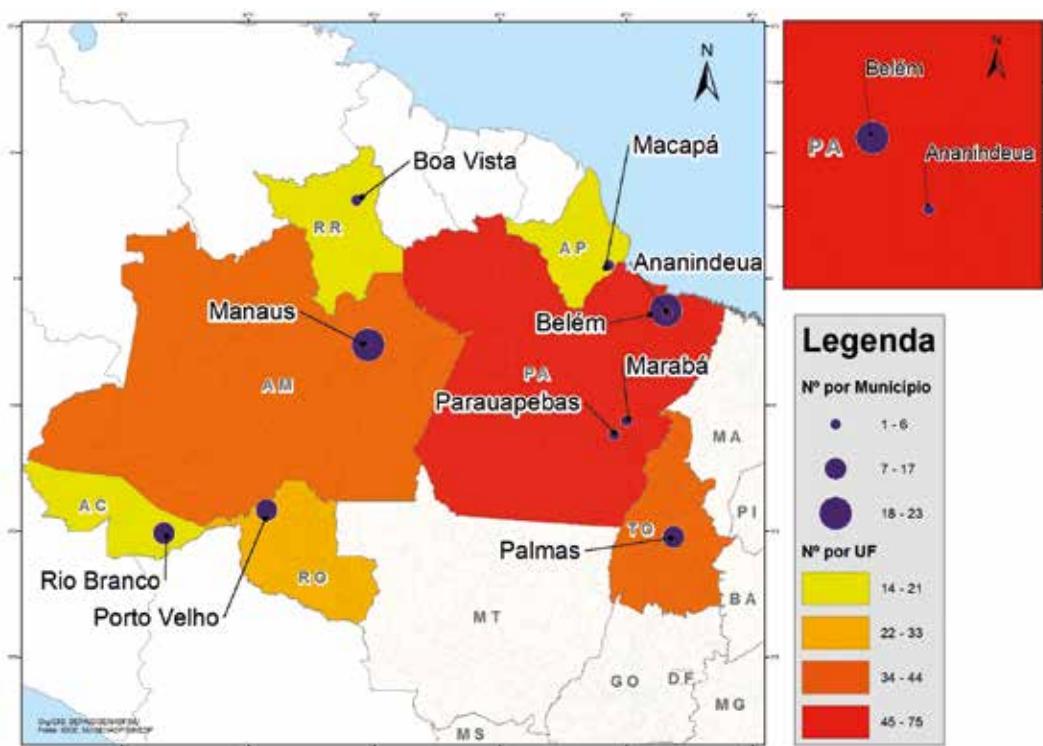
Atualmente existem 4.376 Pontos de Cultura no país, sendo 248 na Região Norte (5,67 % do Brasil). No conjunto de municípios considerados no Pacto, na Região Norte, são 102.

No mapa abaixo, destacamos os municípios com maior número de Pontos de Cultura com círculos maiores; e os estados com as quantidades menores de Pontos de Cultura com as cores mais suaves: laranja claro e amarelo. Nota-se uma desproporção muito grande entre as capitais dos estados da região, visto que enquanto Belém, Manaus, Rio Branco, Porto Velho e Palmas destacam-se por um alto número de Pontos de Cultura, com 23, 22, 17 e 14, e 11, respectivamente, as demais capitais apresentam um número baixo destes equipamentos, assim como as outras cidades do Pará. Boa Vista tem seis Pontos de Cultura; Macapá tem quatro; Marabá e Parauapebas têm dois cada e Ananindeua, localizada na Região Metropolitana de Belém, tem apenas um.

Se compararmos os estados entre si, verificamos que apenas o Pará apresenta a melhor situação, com 75 Pontos (30,2% dos Pontos existentes na região). Em seguida, aparecem Amazonas e Tocantins, com 44 Pontos cada um, representando 17,7% cada na região. Em Rondônia, há 33 Pontos, cerca de 13,3% da região. Em uma situação de poucos ou muito poucos equipamentos deste tipo encontram-se os estados do Acre, Amapá e Roraima, com 21, 17 e 14 Pontos de Cultura, respectivamente, representando 8,4%, 6,8% e 5,6% dos Pontos da Região Norte.

Também chamamos a atenção para o fato de haver ainda grande concentração destes tipos de equipamento nas respectivas capitais dos estados, que dispõem de 25% (Palmas) a 80% (Rio Branco) dos Pontos de Cultura existentes em todo o estado. As três cidades do Pará que não são capitais têm apenas de 1 a 2% do total de Pontos de Cultura do Estado.

Número de Pontos de Cultura - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Norte

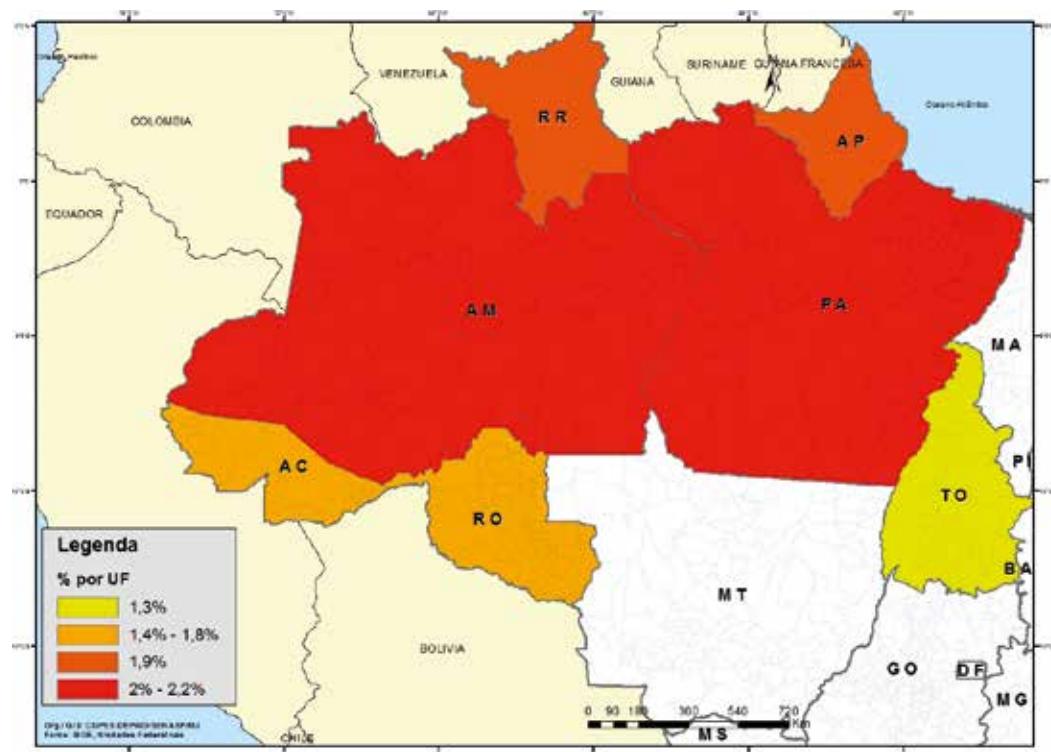


Percentual dos orçamentos familiares gasto com cultura (POF/ IBGE), por UF

O gasto com atividades culturais e lazer efetuado pelas famílias é um indicador que procura dar pistas em relação ao acesso à cultura e ao lazer pelas famílias, bem como do quanto de seus respectivos orçamentos é destinado a estas áreas.

Os dados provêm da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e são por unidade da Federação. O mapa nos mostra que as famílias dos estados do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá detêm os maiores gastos percentuais de seus orçamentos com atividades culturais e de lazer - entre 1,9% (Amazonas e Roraima) e 2,2% (Pará e Amapá). Já as famílias dos estados de Rondônia e Acre têm um percentual médio mensal de 1,8% de seus respectivos orçamentos com estes gastos. Enfim, no Tocantins as famílias gastam menos ainda com atividades culturais e de recreação, apresentando o menor percentual médio mensal de gasto da região: 1,3%.

Percentual Médio das Famílias gasto com Recreação e Cultura - Nas UFs - Região Norte

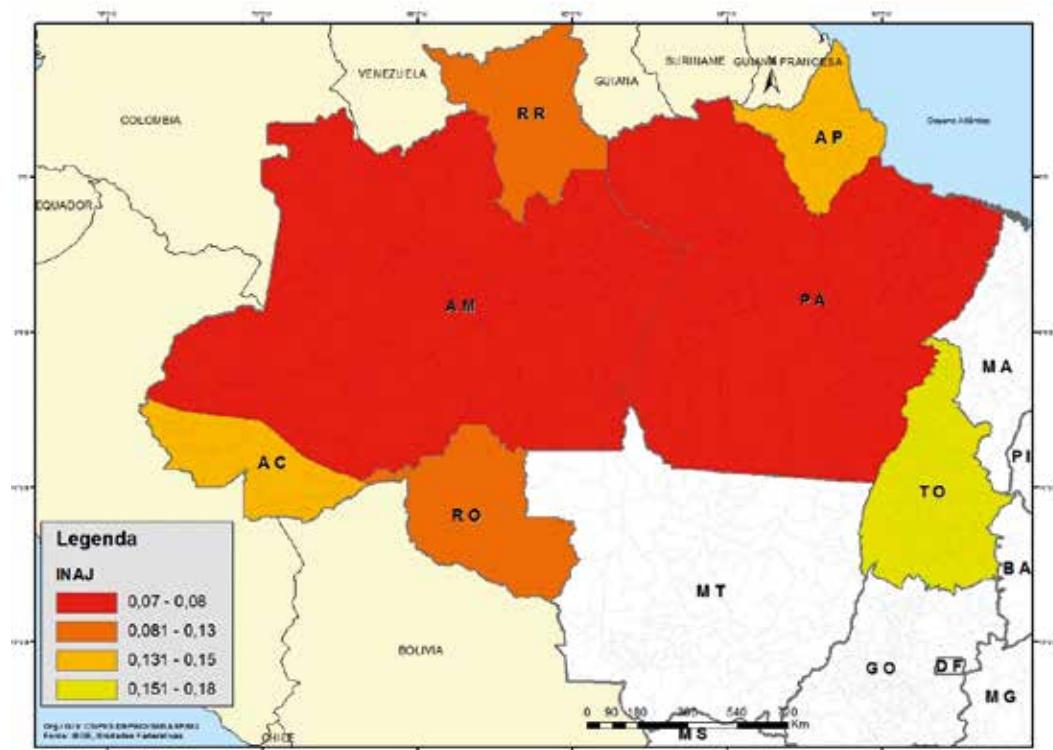


ÍNDICE NACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA - INAJ

A Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ criou o Índice Nacional de Acesso à Justiça (INAJ) para medir a taxa de portas do sistema judiciário que estão disponíveis para a população. Este índice varia de 0 a 1, sendo 1 a melhor situação de possibilidade de acesso e 0 a pior. Era de se esperar que, devido às características naturais da Região Norte, o acesso à Justiça fosse bem diminuto. E assim é, conforme se verifica no mapa abaixo. A Região Norte está bem aquém do acesso à Justiça, visto que os melhores índices não chegam a 0,2. De qualquer forma, em nível nacional, o Distrito Federal e o Rio de Janeiro apresentam índices mais favoráveis, sendo de 0,41 e 0,31, respectivamente. Predominam índices de 0,06 a 0,19 nos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Neste contexto, apenas o Estado do Tocantins está um pouco melhor que os demais, com 0,18. Amapá e Acre apresentam índices inferiores, ambos com 0,15. Em seguida, os estados de Roraima e Rondônia, com 0,12 e 0,13 de acesso à Justiça. Por fim, os estados do Amazonas e do Pará são os piores neste índice, com 0,08 e 0,07, respectivamente, justamente os maiores estados em termos territoriais e em cobertura vegetal e fluvial da região e do país.

Índice Nacional de Acesso à Justiça - Nas UFs - Região Norte



4.2 Indicadores-síntese

Como detalhado na metodologia desse relatório, os indicadores-síntese agregam os principais indicadores escolhidos para esse trabalho, especialmente aqueles que pareceram dimensionar melhor determinado tipo de fenômeno e que, nesse sentido, apontam para os principais fatores de risco e vulnerabilidades de cada estado e município.

Os indicadores-síntese tratam de cada uma das macrocausas estudadas e apresentadas no capítulo 1. Ou seja, depois de levantar uma série de fatores de risco de cada causa e de encontrar e analisar diversos indicadores quantitativos, para conhecer como eles influenciam as realidades, foram escolhidos alguns desses indicadores para tratar de cada uma das macrocausas. Após essa escolha e agregação, os indicadores foram transformados em categorias contínuas, variando de 1 a 4, sendo 1 a melhor situação e 4 a pior. A seguir, o grupo de indicadores de cada macrocausa foi somado. Assim, cada macrocausa possuía um valor, sendo os mais altos aqueles que indicavam maiores problemas e fatores de risco. Esses valores foram divididos em três grupos: bom, médio e ruim, representados pelos círculos verde, amarelo e vermelho, respectivamente.

Como lembrança, as macrocausas são as seguintes: transversais¹⁸, gangues e drogas¹⁹, violência patrimonial²⁰, violência interpessoal²¹, violência doméstica²², presença do Estado²³ e conflitos da polícia com a população²⁴. O que estamos chamando de indicadores transversais são aqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e consequente homicídio.

Em suma, na tabela apresentada mais adiante, quando um círculo está verde, isso significa que a situação envolvendo a macrocausa em questão é a menos grave, em se comparando todos os estados do Norte, e se o círculo estiver vermelho, a situação é das mais graves e é recomendado que as ações do Pacto atentem para os fatores de risco dessa macrocausa.

No nível estadual, os fenômenos são comparativamente variados. Em Rondônia, existem três indicadores-síntese considerados graves. São eles: transversais, gangues e drogas e conflitos da polícia com a população. Isso significa que existe grande probabilidade de que esteja ocorrendo uma combinação entre alta circulação de armas, existência de tráfico e vulnerabilidade juvenil e conflitos frequentes com a polícia. Os indicadores de violência patrimonial e de presença do Estado são medianos e, em relação aos outros estados da região, violências interpessoal e doméstica são consideradas menos graves.

No Acre, por sua vez, o único indicador tido como ruim é o de violência doméstica, sendo considerados medianos os indicadores transversais e de violência patrimonial. O Acre é um dos locais com a maior taxa de homicídios da Região Norte: apesar de não apresentar uma taxa alta de mortes por armas de fogo, as taxas de violência doméstica, morte de mulheres e morte de idosos são também altas. Os indicadores considerados bons são de violência interpessoal, presença do Estado e conflitos entre polícia e população.

No Amazonas, não houve nenhum indicador considerado bom. Os indicadores medianos foram os de violência doméstica, presença do Estado e conflitos da polícia com a população. Presença do Estado é uma medida complicada no caso do estado do Amazonas, isso porque todos os indicadores são medidos a partir da população e a população é relativamente pequena; contudo, a dimensão do território dificulta o acesso a serviços do Estado. Especialmente no interior, esse indicador funciona melhor

18 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de homicídios, taxa de homicídios por 100 mil habitantes, número de óbitos causados por arma de fogo, taxa de óbitos causados por arma de fogo e IDH.

19 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: IVJ, taxa de evasão escolar, taxa de óbitos por intoxicação por drogas ilícitas, número de ocorrência de tráfico de drogas, taxa de ocorrência de tráfico por 100 mil habitantes.

20 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: % de concentração de renda entre os 20% mais ricos, taxa de latrocínio por 100 mil habitantes, número de roubo de veículos e instituição financeira, taxa de roubos de veículos e instituição financeira por 100 mil habitantes.

21 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: aglomerados subnormais, percentual de população residente há menos de 5 anos, registros hospitalares de violência física fora da residência, percentual de pessoas vitimadas com crimes contra a pessoa.

22 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: taxa de homicídios de crianças, idosos/as e mulheres, registros hospitalares de violência física doméstica, registros hospitalares de estupros ocorridos na residência.

23 Agrega indicadores de acesso à segurança pública, saúde, cultura/lazer e assistência social.

24 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de intervenções legais, taxa de intervenções legais por 100 mil habitantes, número de policiais mortos e feridos, percentual de pessoas que foram vitimadas pelas polícias.

observando-se o município escolhido para o Pacto. Indicadores tidos como ruins são os transversais, de gangues e drogas, violência patrimonial e violência interpessoal. No Amazonas há uma alta circulação de armas, a maior concentração de renda da região, alta vulnerabilidade juvenil e uma taxa alta de ocorrências relativas ao tráfico, o que pode indicar tráfico internacional de drogas. Ademais, os números e taxas de agressões interpessoais são altos.

Em Roraima, observamos uma situação parecida com a do Acre - o único fator considerado ruim é a violência doméstica. Contudo, diferentemente do Acre, Rondônia não apresenta taxas altas de homicídios, apesar das taxas de mulheres e idosos serem altas. Diferente do estado do Acre, os indicadores transversais são tidos como bons; isso se relaciona com a baixa taxa de homicídios e uma situação melhor em termos de IDH. O indicador de violência patrimonial é considerado mediano; já os outros são tidos como bons.

No Pará, observamos uma situação agravada em todos os sentidos, em comparação aos outros estados do Norte. Todas as macrocausas de homicídios são consideradas atuantes e graves, indicando uma multiplicidade de fatores de risco.

No Amapá, a taxa de homicídios é menor e apenas um dos fatores de risco é tido como ruim, os conflitos interpessoais. Fatores medianos são gangues e drogas, presença do Estado e conflitos entre a polícia e a população. No caso de gangues e drogas, a vulnerabilidade juvenil é alta, o consumo de drogas parece baixo, mas existem mais ocorrências envolvendo tráfico, o que pode representar tráfico de grande porte relacionado com a fronteira.

No Tocantins, a taxa de homicídios é um pouco maior; contudo, nenhum dos fatores de risco elencados é considerado ruim. De toda forma, a maioria dos fatores é tida como de situação mediana, dentre eles os transversais, de gangues e drogas, de violência doméstica, presença do Estado e conflitos entre a polícia e a população. As taxas de violência doméstica e de homicídios de idosos são altas; em termos de conflitos interpessoais, existe uma taxa grande de habitantes que vivem há menos de 5 anos no estado (quase 20%); contudo, as taxas de agressões são baixas se comparadas aos outros estados e poucas pessoas vivem em aglomerados subnormais. No caso de conflitos entre população e polícia, o peso é maior em policiais mortos e feridos em serviço.

Em suma, parece evidente que a situação do Pará é a mais agravada e isso se combina com a taxa de homicídios. Como na Região Nordeste, em que a Bahia concentrava o maior grupo de fatores considerados ruins e também um número alto de homicídios, parece haver evidências de que altas taxas de homicídios se relacionam com uma multiplicidade de fatores de risco e causas atuando e se influenciando entre si. Outros estados com taxas altas, como o Acre, Amazonas e Tocantins, parecem enfrentar problemas diferenciados. No Acre, dos indicadores estudados, o mais grave foi o de violência doméstica. As ocorrências de tráfico são baixas, mas as mortes por

consumo de drogas são relativamente altas. Ademais, apesar dos indicadores de violência interpessoal estarem, em conjunto, bons, principalmente pelas condições de habitação e residência mais longa, a vitimização por agressões é altíssima, sendo que 44% das pessoas alegaram ter sofrido algum tipo de agressão, ameaça, ofensa sexual ou discriminação. Parece haver uma combinação entre circulação de drogas e relações violentas, especialmente as domésticas.

No Tocantins, são outros os fatores: muitas das causas são tidas como medianas e elas se diferenciam internamente. Nesse estado, as agressões interpessoais são menores, mas as taxas de habitação recente são altas. Violência doméstica também é uma questão relevante e a circulação de drogas não parece ser das maiores, mas está presente e combina também com ocorrências de tráfico. Já no Amazonas, existe uma combinação de múltiplos fatores de risco, especialmente os transversais, de gangues e drogas, violência patrimonial e interpessoal.

Quadro 12 - Distribuição dos indicadores por UF

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
RO	Rondônia	●	●	○	●	●	○	●
AC	Acre	○	●	○	●	●	●	●
AM	Amazonas	●	●	●	●	○	○	○
RR	Roraima	●	●	○	●	●	●	●
PA	Pará	●	●	●	●	●	●	●
AP	Amapá	●	○	●	●	●	○	○
TO	Tocantins	○	○	●	●	○	○	○

Encontramos coincidências e divergências entre a situação geral dos estados e a de seus municípios. Em Porto Velho, o indicador de gangues e drogas se mantém alto, como no estado, mas o indicador transversal e de conflitos da população com a polícia fica mediano porque outros municípios, quando comparados, elevam as taxas. É considerado mediano, ainda, o indicador de violência patrimonial; e os demais são tidos como bons.

Rio Branco também se diferencia do Acre. O único indicador considerado ruim é o de violência patrimonial, mas presença do Estado e fatores transversais são tidos como medianos. A taxa de homicídios de Rio Branco é relativamente alta, mas os fatores de risco dessa pesquisa parecem não ser mais frequentes lá que em outros locais, como no Acre.

Já Manaus apresenta uma situação parecida com a situação geral de seu estado. A única divergência é a violência interpessoal, que é alta no estado e média no município. Em Boa Vista, a situação diverge um pouco do estado em dois quesitos: para o estado, o indicador de violência interpessoal é bom, mas no município é médio, e o mesmo ocorre em termos de presença do Estado.

O Pará apresentou todos os indicadores de forma grave no estado e a situação dos municípios também é grave, mas os indicadores variam um pouco mais em suas intensidades. Conflitos entre população e polícia são altos em todos os municípios do Pará, sendo altas as taxas de violência contra policiais, assim como a violência perpetrada por policiais. Além dessa situação, em Ananindeua são graves os indicadores transversais, de gangues e drogas, de violência interpessoal e presença do Estado. Em Belém, o único indicador considerado bom é o de presença do Estado, o que faz sentido por se tratar da capital; os outros fatores são todos graves. Já em Marabá, a situação parece ser mais grave em termos de fatores transversais e presença do Estado. Em Parauapebas, os fatores mais graves se relacionam com violência interpessoal e violência doméstica. O município apresenta taxas assustadoras de violência doméstica, assim como de conflitos com a população indígena. Mesmo apontando, neste parágrafo, para os indicadores mais graves, é importante ter em conta que os outros fatores são tidos como medianos. O único caso considerado bom é a presença do Estado na capital.

Já Macapá apresenta uma situação diferenciada da do estado em vários quesitos. Há coincidência com o fator positivo dos indicadores transversais e das taxas de violência doméstica e de uma situação considerada média de conflitos entre policiais e população. Diferentemente do estado, o indicador de gangues e drogas é positivo e o de violência patrimonial e violência interpessoal é médio. Ademais, a presença do Estado, apesar de se tratar da capital, é ruim.

No caso de Palmas, a coincidência com o estado de Tocantins é encontrada na avaliação dos indicadores de violência patrimonial, que é boa, e nas situações medianas envolvendo gangues e drogas e violência doméstica. Diferente das situações médias do estado, em Palmas são bons os indicadores transversais, de presença do Estado e de conflitos entre população e polícia.

Quadro 13 - Distribuição dos indicadores por município

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
RO	Porto Velho	●	●	●	●	●	●	●
AC	Rio Branco	●	●	●	●	●	●	●
AM	Manaus	●	●	●	●	●	●	●
RR	Boa Vista	●	●	●	●	●	●	●
PA	Ananindeua	●	●	●	●	●	●	●
PA	Belém	●	●	●	●	●	●	●
PA	Marabá	●	●	●	●	●	●	●
PA	Parauapebas	●	●	●	●	●	●	●
AP	Macapá	●	●	●	●	●	●	●
TO	Palmas	●	●	●	●	●	●	●

4.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs

Os estados do Norte informaram para a SENASP a atual situação de seus dados sistematizados de homicídios. Esse é um dado relevante para o aprofundamento regional do diagnóstico e para a construção de indicadores para o acompanhamento dos resultados do Pacto. As Secretarias de Segurança Pública dos estados de Rondônia, Pará, Amapá e Tocantins sistematizam dados de homicídio de todo o seu território; já as do Acre e Amazonas abarcam capital, região metropolitana e parte do interior. No caso de Roraima, foi informado que não há sistematização dos dados de homicídio pela secretaria.

Quadro 14 - Os dados oficiais de homicídios da UF são sistematizados?

UF	Sim e atendem toda a Unidade Federativa	Sim, atendem a capital, a região metropolitana e parte do interior
RO	X	
AC		X
AM		X
RR		
PA	X	
AP	X	
TO	X	

As fontes dos dados variam. Em Rondônia e Roraima, as informações disponíveis sobre homicídios são retiradas dos boletins de ocorrência. Em Tocantins, as fontes são os boletins de ocorrência e os inquéritos policiais. Já no Amazonas e no Pará, tanto os boletins como inquéritos e laudos periciais são fontes de informação sobre homicídios. No caso do Acre e do Amapá, além das fontes já citadas, notícias divulgadas na mídia também são utilizadas.

Quadro 15 – Os dados oficiais da UF são advindos de quais fontes?

UF	Apenas dos Boletins de Ocorrência	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais e Laudos Periciais	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais, Laudos Periciais e notícias divulgadas na mídia
RO	X			
AC				X
AM			X	
RR	X			
PA			X	
AP				X
TO		X		

Com os dados coletados e sistematizados, as UFs geram relatórios com as informações. Em Rondônia, Acre, Amazonas e Tocantins, as análises são realizadas semanalmente. O mesmo não ocorre em Roraima, Pará e Amapá, onde os relatórios são mensais.

Quadro 16 – São gerados relatórios/análises dos dados oficiais da UF de quanto em quanto tempo?

UF	Toda semana	Todo mês
RO	X	
AC	X	
AM	X	
RR		X
PA		X
AP		X
TO	X	

Dentre os dados sistematizados, é possível consultar algumas informações sobre as vítimas. O sexo das vítimas é informado na maioria dos casos em todas as UFs da Região Norte. Já a orientação sexual é informada com frequência apenas em Tocantins. Dados sobre raça/cor existem e são informados na maioria dos casos somente no Amapá e em Tocantins. A idade da vítima é um dado mais comum. Existem informações para a maioria dos casos no Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins.

Quadro 17 – Dados sobre as vítimas informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos			
	Sexo da vítima	Orientação sexual da vítima	Raça/cor da vítima	Idade da vítima
RO	X			
AC	X			
AM	X			X
RR	X			X
PA	X			X
AP	X		X	X
TO	X	X	X	X

É possível também consultar dados sobre os agressores/infratores, especialmente nos estados que utilizam o inquérito policial como fonte de informações, que não é o caso de Rondônia e Roraima, estados nos quais o boletim de ocorrência é o único consultado para gerar relatórios e fornecer dados. Isso indica a importância dos inquéritos como material de pesquisa e coleta de informações. Dados sobre sexo podem ser consultados para a maioria dos casos no Acre, Amazonas, Amapá e Tocantins. Já os de raça/cor, apenas no Amapá e Tocantins. A idade do agressor/infrator é informada na maioria dos casos no Amazonas, Amapá e Tocantins.

Quadro 18 – Dados sobre os agressores/infratores informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos		
	Sexo do agressor	Raça/cor do agressor/infrator	Idade do agressor/infrator
RO			
AC	X		
AM	X		X
RR			
PA			
AP	X	X	X
TO	X	X	X

A contextualização do fato ocorrido é relevante como dado, pois indica locais, dias e horários mais comuns na ocorrência de homicídios e permite maior planejamento das atividades de policiamento. O local só não é informado na maioria dos casos em Tocantins. Já o dia da semana e horário são informações raras em Roraima e Tocantins. Além disso, dados sobre motivação são fundamentais para pensar nas causas principais de homicídios e nas estratégias de prevenção. No caso da Região Norte, esses podem ser consultados apenas no Amazonas e em Tocantins. O georreferenciamento dos dados, por sua vez, é fundamental para a construção de mapas de calor, que informam regiões de maior ocorrência de homicídios. Na Região Norte isso é raro, ocorrendo na maioria dos casos apenas em Rondônia.

Quadro 19 – Dados sobre o ocorrido informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos				
	Local	Dia da semana	Horário	Motivação (aparente)	Georreferenciamento
RO	X	X	X		X
AC	X	X	X		
AM	X	X	X	X	
RR	X				
PA	X	X	X		
AP	X	X	X		
TO				X	

5. REGIÃO CENTRO-OESTE

5.1 Indicadores e mapas comparados

Este capítulo tem o objetivo de trazer dados e análises sobre a Região Centro-Oeste, suas UFs e os municípios que foram selecionados para o Pacto pela Redução de Homicídios. Dividimos a apresentação em três partes principais. Primeiro, fazemos análises descritivas sobre indicadores escolhidos a partir das causas e fatores de risco apresentados no capítulo 1. Em seguida, trazemos a análise dos indicadores-síntese que apontam para os principais problemas de cada estado e município. Na terceira parte deste capítulo, traremos informações sobre a qualidade dos dados de homicídios produzidos pelos estados da região.

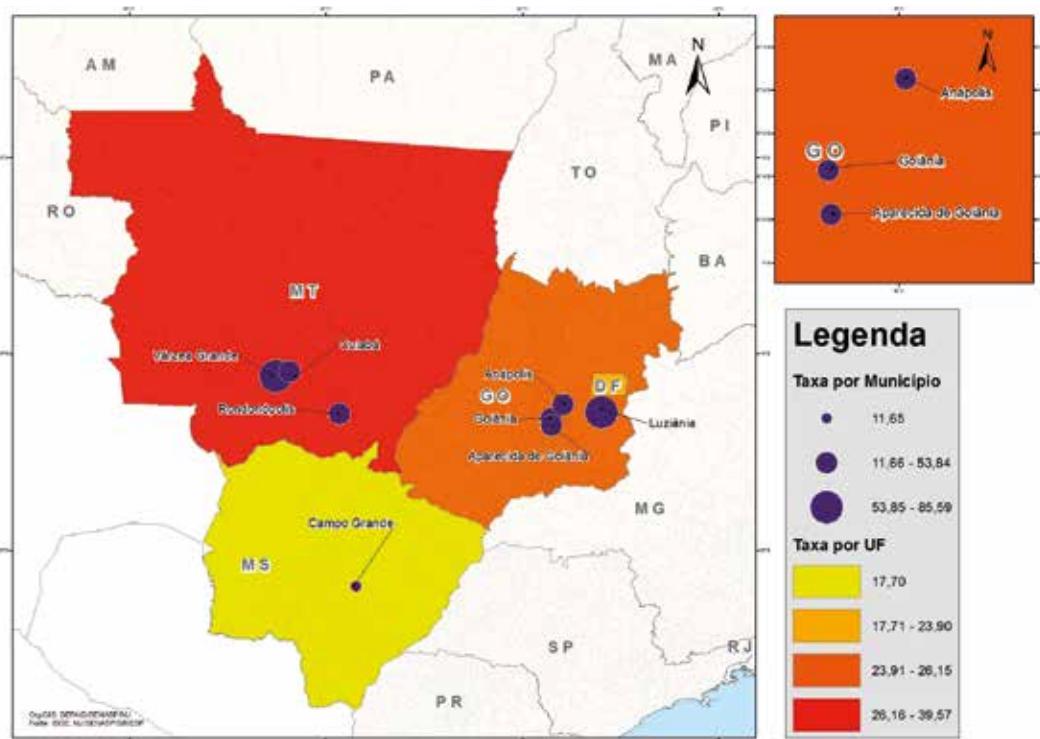
TAXA DE HOMICÍDIOS – SINESP/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A taxa de homicídios dos três estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal varia de 17,7, em Mato Grosso do Sul, passando por 21,3, no Distrito Federal e 24,1, em Goiás, chegando a 39,6, em Mato Grosso, uma taxa alta em termos regionais e nacionais.

Nesta região são oito os municípios selecionados para o Pacto, além da indicação de uma Região Administrativa do Distrito Federal, a Ceilândia, local de maior ocorrência de homicídios no DF. No caso da Região Administrativa de Ceilândia, não possuímos dados secundários específicos para tratá-la como município. Nesse sentido, faremos a análise apenas para o Distrito Federal, em comparação com os estados da região.

As taxas dentre os municípios variam bastante. A menor delas está em Campo Grande, local em que morrem 11,5 pessoas a cada 100 mil habitantes. Existem taxas maiores em Anápolis (37,3), Aparecida de Goiânia (39,3), Goiânia (41,3) e Cuiabá (42,6). As maiores taxas da região estão em Rondonópolis (52,9), Luziânia (67,5) e Várzea Grande (84,7).

Taxa de Homicídios por 100 Mil Habitantes - Ano 2014 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste

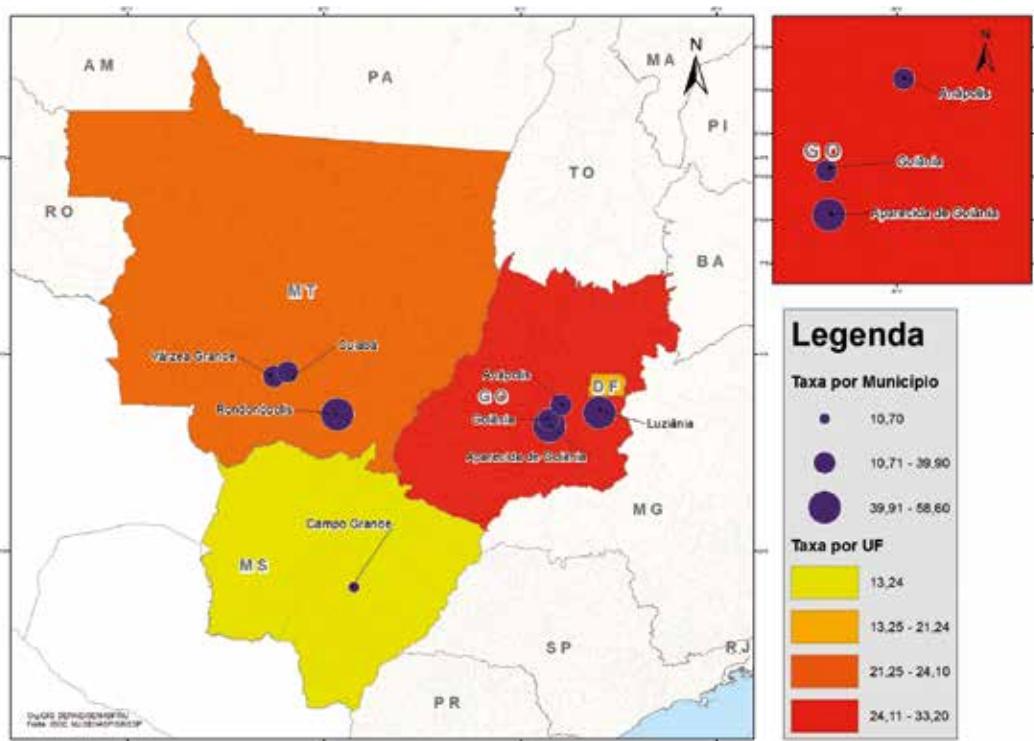


MORTES POR ARMAS DE FOGO – DATASUS

As mortes por armas de fogo são maiores em Goiás. Como lembrança, estamos utilizando esse dado para indicar a maior circulação de armas de fogo nas regiões. Por esse motivo, são contabilizados tanto homicídios como suicídios. A taxa de mortes por armas de fogo em Goiás é 33,2. Em Mato Grosso a taxa é 24,1. No Distrito Federal a taxa é um pouco menor, 21,2. Já em Mato Grosso do Sul as mortes por armas de fogo são mais raras (13,2).

No nível municipal, assim como no caso da taxa de homicídios, as mortes por armas de fogo são menos frequentes em Campo Grande, que possui uma taxa de 10,7 mortes por 100 mil habitantes. Taxas maiores estão em Cuiabá (27,6), Anápolis (38,3), Goiânia (38,9) e Várzea Grande (39,9). As maiores taxas estão em Luziânia (51,0), Aporecida de Goiânia (52,9) e Rondonópolis (58,6).

Taxa de Óbitos Causados por Armas de Fogo por 100 Mil Habitantes - Ano 2013
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



AGLOMERADOS SUBNORMAIS

Não há ocorrências frequentes de habitações em condições de aglomerados subnormais na maior parte dos municípios escolhidos para o Pacto na Região Centro-Oeste. Apenas duas localidades possuem percentual válido de pessoas habitando nesse tipo de moradia. São eles: Cuiabá (8,9%) e Distrito Federal (4,7%). Dessa maneira, não apresentaremos o mapa de aglomerados subnormais para o Centro-Oeste.

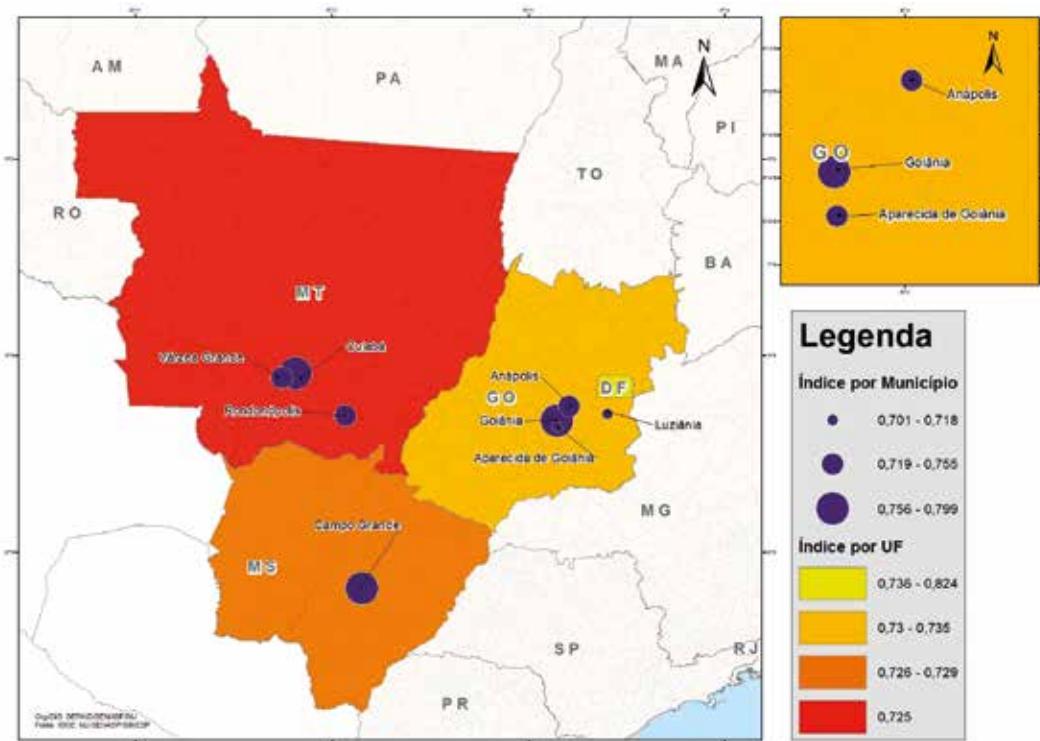
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano agrupa indicadores de renda, saúde e educação em um único índice, que varia de 0 a 1, sendo zero a pior situação em termos de vulnerabilidades e desenvolvimento humano e 1 a melhor.

O DF apresenta a situação mais favorável em termos de IDH do Brasil (0,824). Em Goiás o IDH é 0,735, em Mato Grosso do Sul é 0,729 e em Mato Grosso é 0,725.

Nos municípios os valores variam da seguinte maneira, em ordem decrescente: Goiânia (0,799), Cuiabá (0,785), Campo Grande (0,784), Rondonópolis (0,755), Anápolis (0,737), Várzea Grande (0,734), Aparecida de Goiânia (0,718) e Luziânia (0,701).

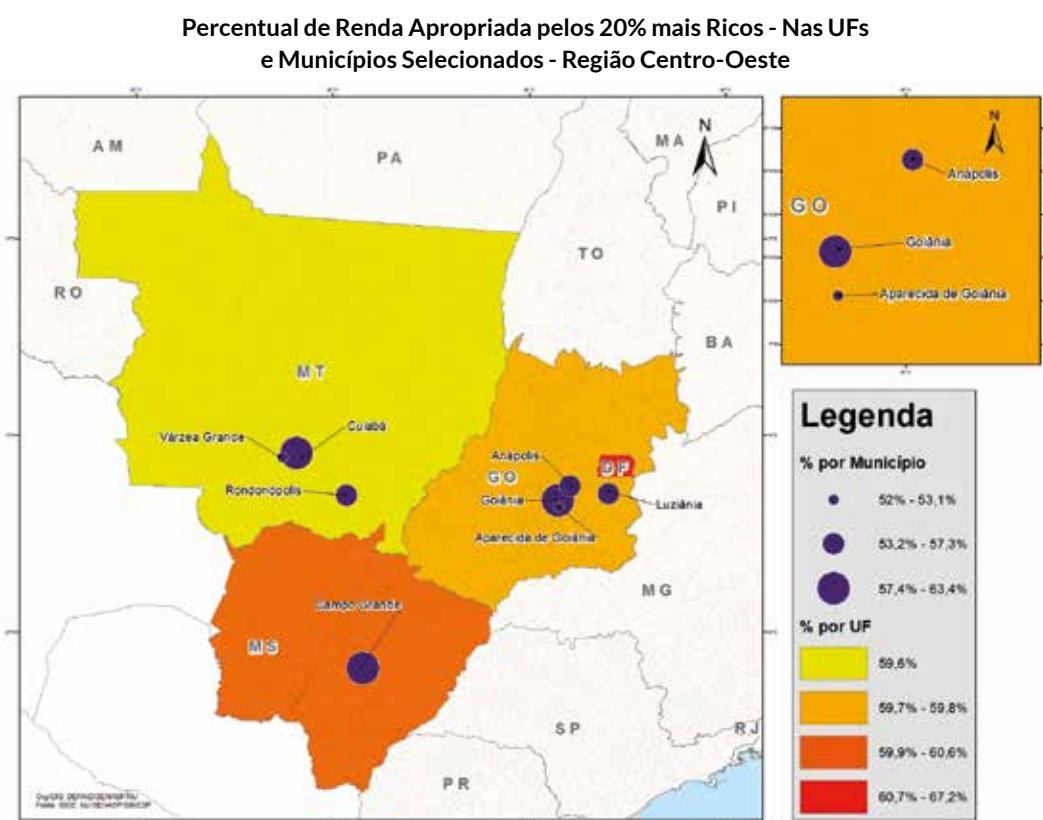
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



CONCENTRAÇÃO DE RENDA – IBGE (RENDA TOTAL NAS MÃOS DOS 20% MAIS RICOS)

O indicador sobre concentração de renda do IBGE indica qual porcentagem da renda dos estados e municípios está concentrada nas mãos dos 20% de famílias mais ricas. É um ótimo indicador de desigualdade social. No DF observamos a pior situação: 67,2% da renda está concentrada nas mãos dos 20% mais ricos. A segunda pior situação está em Mato Grosso do Sul, onde 60,6% da renda está concentrada. De toda forma, a situação é bastante parecida em Goiás e em Mato Grosso, com 59,83% e 59,61% da renda concentrada, respectivamente.

Em todos os municípios que fazem parte do Pacto a concentração de renda excede os 50%: Várzea Grande (52,0%), Aparecida de Goiânia (53,1%), Luziânia (55,2%), Anápolis (56,3%), Rondonópolis (57,3%), Goiânia (63,1%), Cuiabá (63,4%) e Campo Grande (61,8%).



ROUBOS (BOLETINS DE OCORRÊNCIA – SINESP/MJ)

Utilizou-se neste diagnóstico o indicador de roubos de veículos e a instituições financeiras pelas razões a seguir: (i) são os tipos mais denunciados às polícias; e (ii) compõem os dados do SINESP de forma mais confiável.

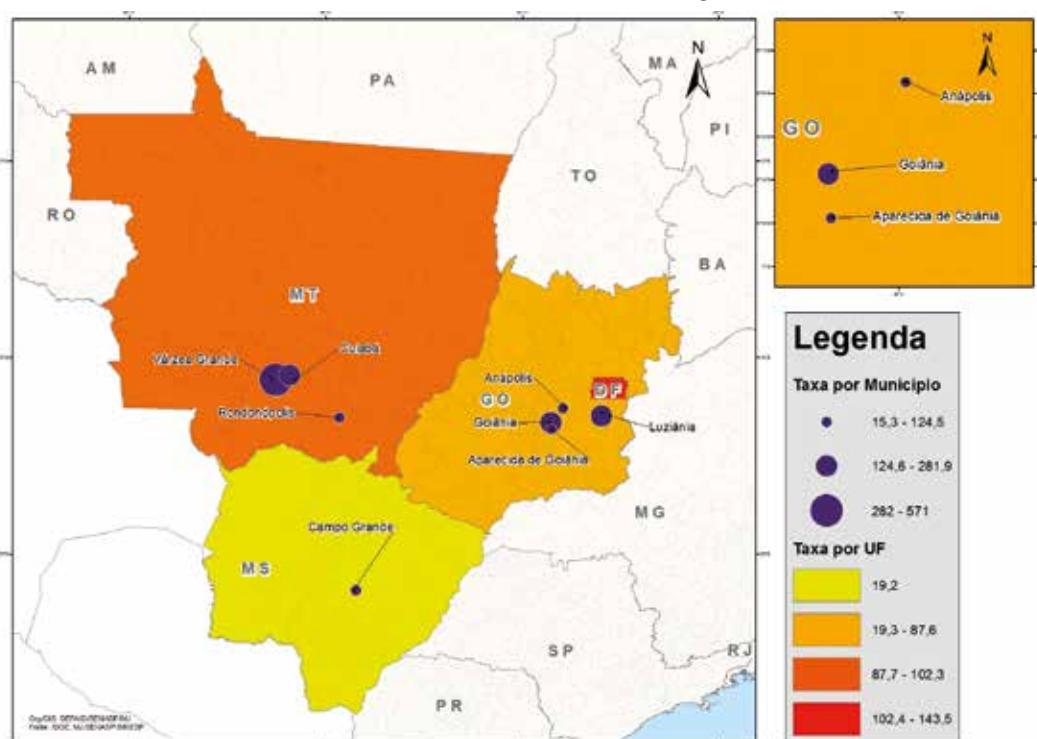
Na Região Centro-Oeste, as taxas de ocorrência de roubos por 100 mil habitantes de cada uma das UFs se distribuiu da seguinte forma: o estado de Mato Grosso do Sul teve a menor taxa (19,2). Goiás, estado com mais municípios selecionados, apresentou a taxa de 87,6. Já no estado de Mato Grosso (102,3) e no Distrito Federal (145,3) foram observadas as maiores taxas do Centro-Oeste.

Em consonância com os números apresentados para os estados, Campo Grande (15,3) foi o município que apresentou a menor taxa, seguido de Anápolis (26,9) e Aparecida de Goiânia (48,9), ambos no estado de Goiás.

Em situação intermediária, embora com taxas altas, aparecem os municípios de Rondonópolis (124,5) e Cuiabá (175,7), situados no estado de Mato Grosso. Valores ainda mais altos foram observados em Luziânia (215,2) e Goiânia (281,9), estes no estado de Goiás. Por fim, a situação mais crítica no que se refere a roubos de veículos e a instituições financeiras ficou com o município de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, cuja taxa por 100 mil habitantes foi de 571,0.

Cabe salientar que, no Distrito Federal, a Região Administrativa (RA) de Ceilândia não está inserida no mapa, uma vez que não é considerada como município. Nesse sentido, como dito anteriormente, só é possível fazer comparações em nível de unidades federativas (DF, GO, MS e MT) nessa região.

Taxa de Registros de Roubos de Veículos e Instituições Financeiras por 100 Mil Habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



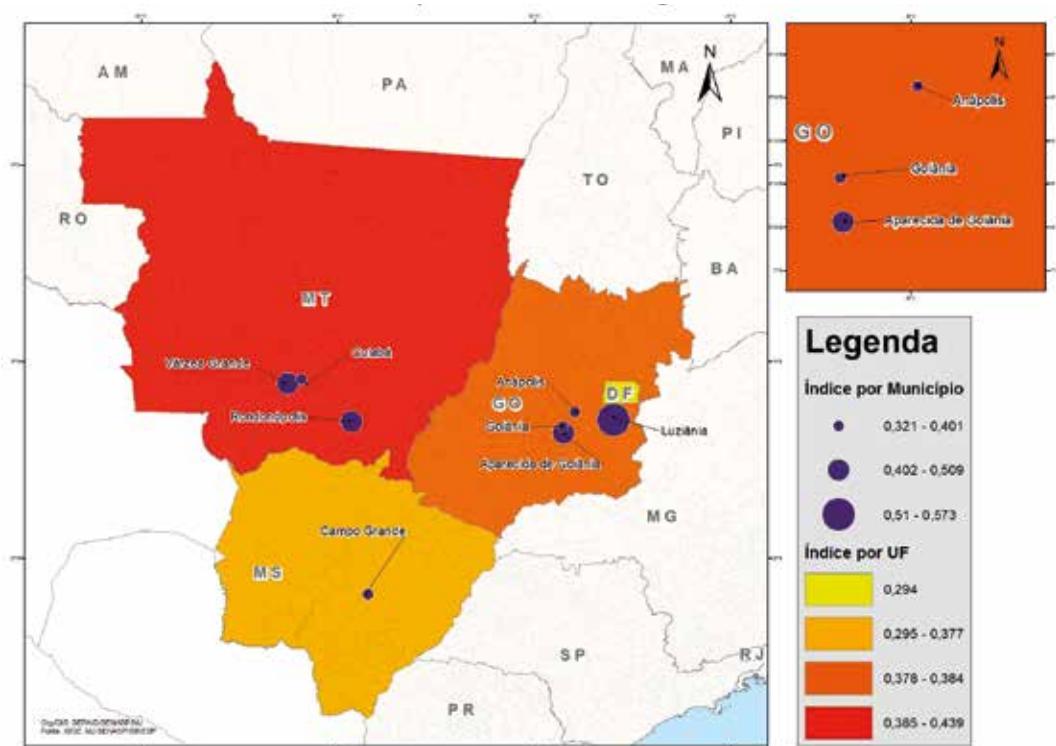
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL – IVJ

Síntese dos indicadores de taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e risco relativo de brancos e negros serem vítimas de homicídio, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil é uma maneira de fornecer informações sobre locais em que os jovens estão mais vulneráveis à violência. A partir desse índice, pode-se dimensionar onde esses jovens precisam de maior atenção. Os valores do IVJ variam entre 0 (menor vulnerabilidade) e 1 (maior vulnerabilidade).

No Centro-Oeste, o Distrito Federal apresenta o menor índice de vulnerabilidade (0,294). Em situação mediana na região, encontra-se o estado de Mato Grosso do Sul (0,377), seguido de Goiás (0,384). A mais grave situação de vulnerabilidade juvenil, no entanto, encontra-se no estado de Mato Grosso, onde o índice tem o valor de 0,439.

No tocante aos municípios, os menores índices são observados em Campo Grande-MS (0,321), Goiânia (0,371), Cuiabá (0,388) e Anápolis (0,401). Em seguida, aparecem os municípios de Aparecida de Goiânia (0,440) e Rondonópolis-MT (0,473). Os municípios com maior vulnerabilidade para os jovens são Várzea Grande (0,509), município contíguo à capital Cuiabá-MT, e Luziânia-GO (0,573), situado no chamado “entorno” do DF.

Índice de Vulnerabilidade Juvenil - IVJ - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



EDUCAÇÃO: TAXA DE EVASÃO ESCOLAR (CENSO ESCOLAR/INEP/MEC, 2014)

As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas na 2^a etapa do Censo Escolar. Para o cálculo das taxas de rendimento e do abandono escolar é considerada a situação final das matrículas do Ensino Fundamental e Médio da modalidade regular. Nesse sentido, a taxa de abandono indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo.

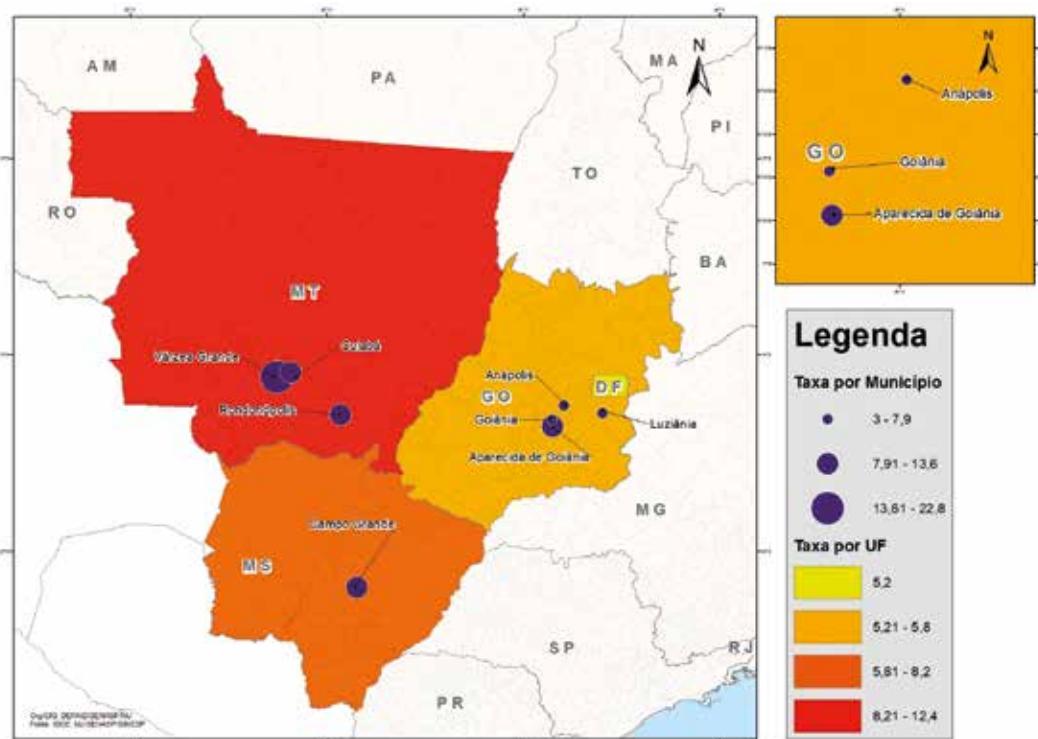
Para o propósito deste trabalho, a taxa de abandono escolar especificada no mapa é referente apenas ao Ensino Médio, já que, em tese, esta é a faixa etária com maior vulnerabilidade e a que tem sido a mais vitimada com relação aos homicídios.

Na Região Centro-Oeste as taxas de abandono no Ensino Médio se comportaram da seguinte forma: o Distrito Federal (5,2) apresentou a menor taxa, seguido pelo estado de Goiás (5,8), com uma taxa ligeiramente maior. Mato Grosso do Sul (8,2) teve uma taxa intermediária na região, enquanto a maior taxa do Centro-Oeste foi observada no estado de Mato Grosso (12,4).

Quanto aos municípios selecionados, as taxas seguiram a tendência apresentada pelas UFs. Assim, as menores taxas foram observadas na RA de Ceilândia (3,3), no DF, seguida por Luziânia (4,1) e Goiânia (4,2), em Goiás. Os outros dois municípios de Goiás tiveram as seguintes taxas: Anápolis (6,4) e Aparecida de Goiânia (8,3).

Cuiabá e Campo Grande apresentaram taxas de 9,4 e 9,7, respectivamente. As maiores taxas da região foram observadas nos municípios de Rondonópolis (11,5) e Várzea Grande (14,2), ambos no estado de Mato Grosso.

Taxa de Abandono Escolar - Ano 2014 - Nos Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



PERCENTUAL DE JOVENS NEGROS NA POPULAÇÃO

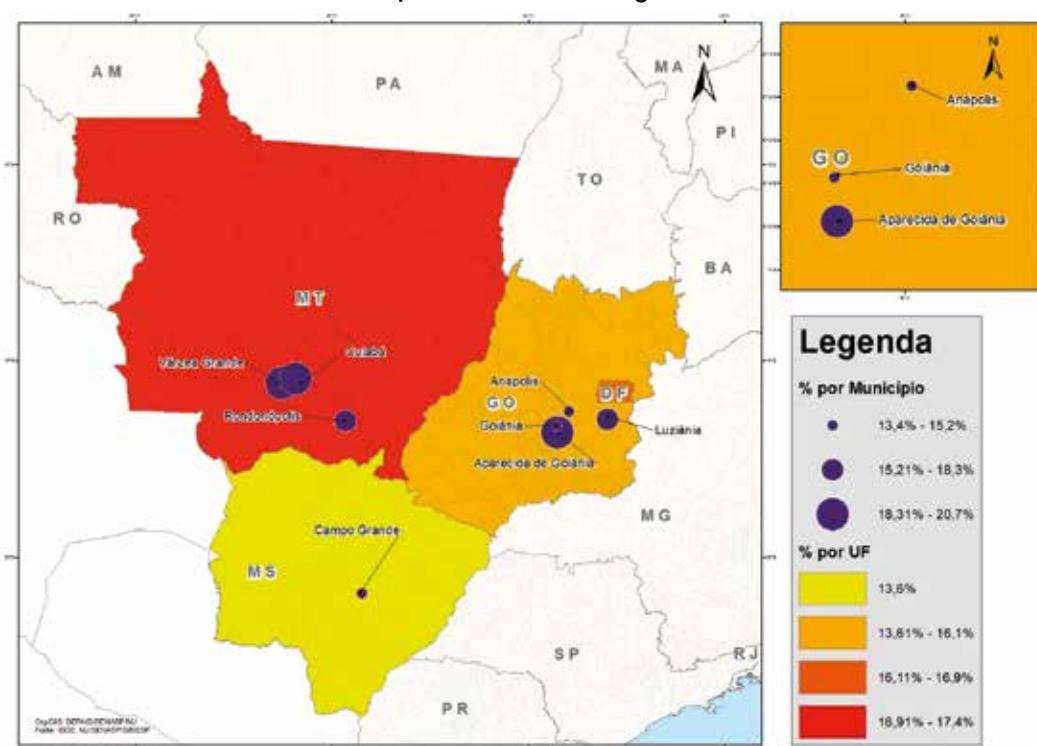
O percentual de jovens negros na população é também um indicador de vulnerabilidade, uma vez que são os mais afetados pela violência urbana advinda de diversos contextos, assim como são os mais vitimados pelos homicídios. Nesse sentido, esse é

um dos indicadores usados neste trabalho por quanto pode apontar locais nos quais são necessárias ações orientadas para a proteção dessa parcela da população e controle de fatores de risco associados à violência urbana.

No Brasil, o percentual de jovens negros é 14,4% da população. Já na Região Centro-Oeste os percentuais se distribuem da seguinte forma: os jovens negros de Mato Grosso do Sul (13,6%) compõem o menor percentual da região. Nas outras três UFs os percentuais são bem aproximados. Em Goiás e no Distrito Federal, os valores são de 16,1% e 16,9%, respectivamente. O estado de Mato Grosso (17,4%) é o que apresenta o maior percentual de jovens negros no total da população.

No tocante aos municípios, o menor percentual de jovens negros na população encontra-se em Campo Grande-MS (13,4%), seguido de Anápolis (14,6%) e Goiânia (15,2%), ambos no estado de Goiás. Rondonópolis-MT, com percentual de 16,7% e Luziânia-GO, com 18,3%, aparecem em situação intermediária. Seguindo em ordem crescente, o percentual de jovens negros no total da população é um pouco mais acen-tuado em Aparecida de Goiânia (19,0%) e Cuiabá (19,3). O maior percentual é obser-vado em Várzea Grande, cuja parcela de jovens negros alcança 20,7% da população daquele município.

**Percentual da População de Jovens (19 a 29 anos) Pretos e Pardos -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste**



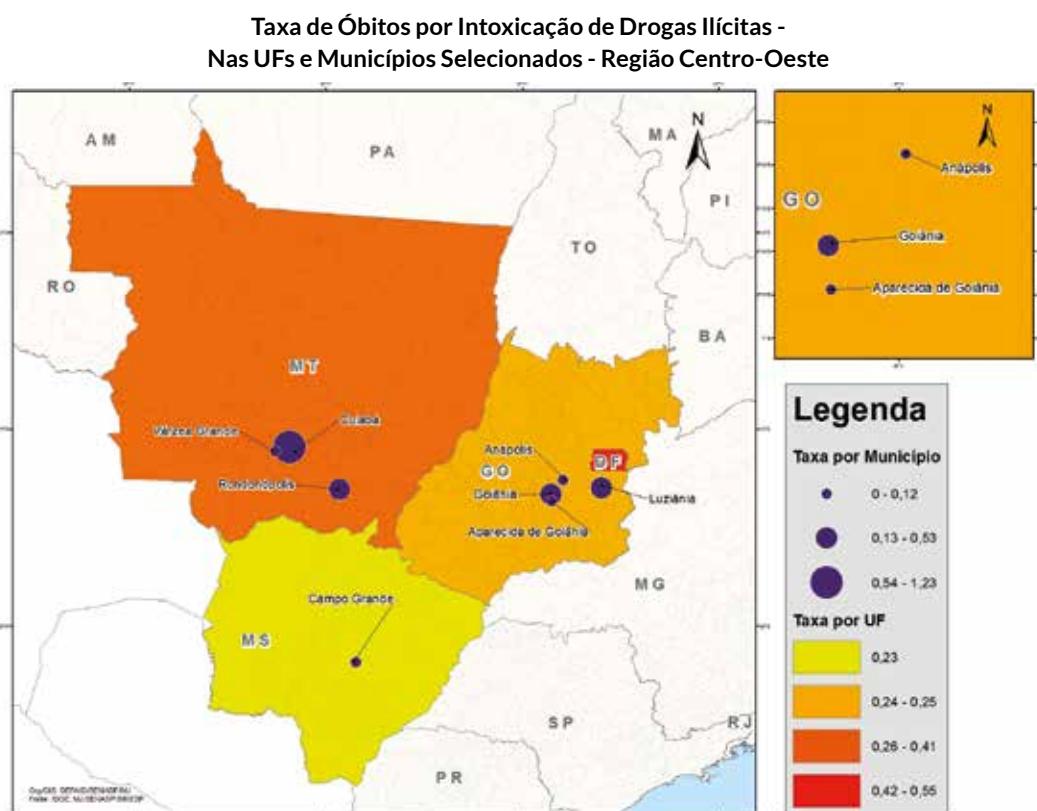
MORTES POR ABUSO DE DROGAS ILÍCITAS (DATASUS)

A taxa de mortes por intoxicação com drogas ilícitas tem se mostrado baixa nos estados e municípios analisados e é usada neste diagnóstico como uma forma de se verificar a disponibilidade de drogas nesses locais, tendo em vista a escassez de dados acerca desse indicador.

As taxas nos estados da Região Centro-Oeste têm uma amplitude que varia de 0,23 a 0,55. Assim, a menor taxa de mortes por intoxicação a cada 100 mil habitantes da região (0,23) é observada no estado de Mato Grosso do Sul. Uma taxa muito próxima desta foi apresentada pelo estado de Goiás (0,25). Mato Grosso, por sua vez, registrou 0,41, enquanto a maior taxa foi verificada no Distrito Federal (0,55).

No que concerne aos municípios selecionados para o Pacto nesta região, os dados do DATASUS em 2013 apontam municípios para os quais não houve ocorrências desse tipo de morte. São eles: Anápolis e Aparecida de Goiânia, ambos no estado de Goiás, e Várzea Grande, em Mato Grosso.

Dos municípios que apresentaram alguma taxa, temos em ordem crescente: Campo Grande (0,12), Goiânia (0,36) e Rondonópolis (0,48). Taxas maiores foram observadas em Luziânia (0,53) e Cuiabá (1,23), cuja taxa foi a maior dentre os municípios selecionados.

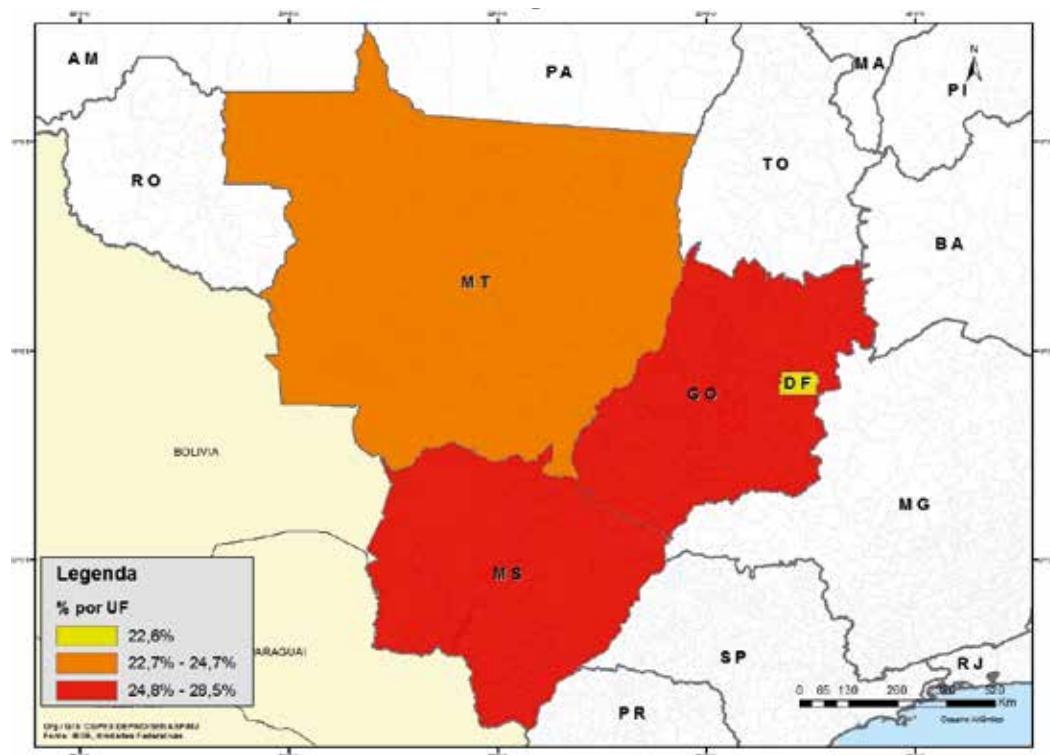


CRIMES CONTRA A PESSOA – PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO

A Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada pelo Instituto Datafolha e divulgada pela SENASP em 2013, apresenta dados sobre o número de pessoas que foram vítimas de crimes contra a pessoa, desde ameaças, discriminação e agressões até ofensas sexuais. Para esse indicador, que pode mostrar, de forma mais abrangente, a dimensão da cultura adversarial entranhada nas relações interpessoais da população, os dados são apresentados somente em nível estadual.

Na Região Centro-Oeste o maior percentual de pessoas vitimadas foi observado nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, cujo valor é de 28,5%. Já no Mato Grosso e no Distrito Federal os percentuais são bem próximos, 24,7% e 22,60%, respectivamente.

Percentual de Pessoas que Sofreram Agressões, Ameaças, Ofensas Sexuais e/ou Discriminação* - Nas UFs - Região Centro-Oeste



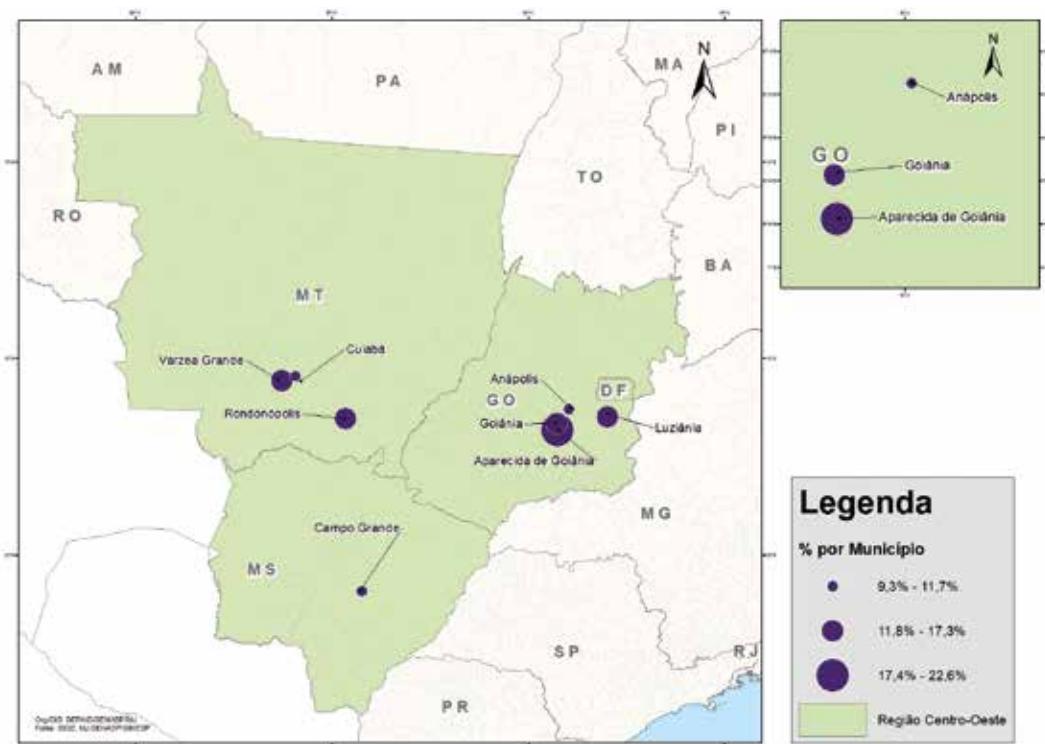
*Para a Pesquisa Nacional de Vitimização, foi perguntado aos/as entrevistados/as se sofreram agressões ou ameaças nos últimos 12 meses. Além disso, foi perguntado se os/as entrevistados/as sofreram ofensa sexual e discriminação alguma vez na vida.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE RESIDE NO MUNICÍPIO HÁ MENOS DE 5 ANOS (IBGE)

Segundo alguns autores, a *falta de coesão social* é um fenômeno que potencialmente influencia os homicídios. Pode ser caracterizada por locais com maior concentração de pessoas com menor ou nenhum vínculo com o território e com as outras pessoas do local que também é mais propício a vários tipos de violências interpessoais, inclusive homicídios. Além disso, é possível que a sensação de segurança desses novos residentes seja também menor, tal qual a desconfiança e a reação violenta a terceiros. É importante ressaltar que esse indicador, em conjunto com outros, pode apontar para uma compreensão mais acurada da dinâmica social do lugar com relação ao mercado de trabalho, da economia local e das relações sociais nele estabelecidas. A análise desse indicador foi feita apenas por município.

Os municípios com os percentuais mais baixos de novos moradores são: Cuiabá (9,3%), Anápolis (11,2%) e Campo Grande (11,7%). Em uma zona intermediária estão Goiânia e Várzea Grande, com porcentagem de novos moradores no valor de 13,6%, Rondonópolis (14,8%) e Luziânia (17,3%). A maior taxa de novos residentes está no município de Aparecida de Goiânia, cujo percentual é de 22,6%.

Percentual da População Residente no Município Há Menos de 5 Anos
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste

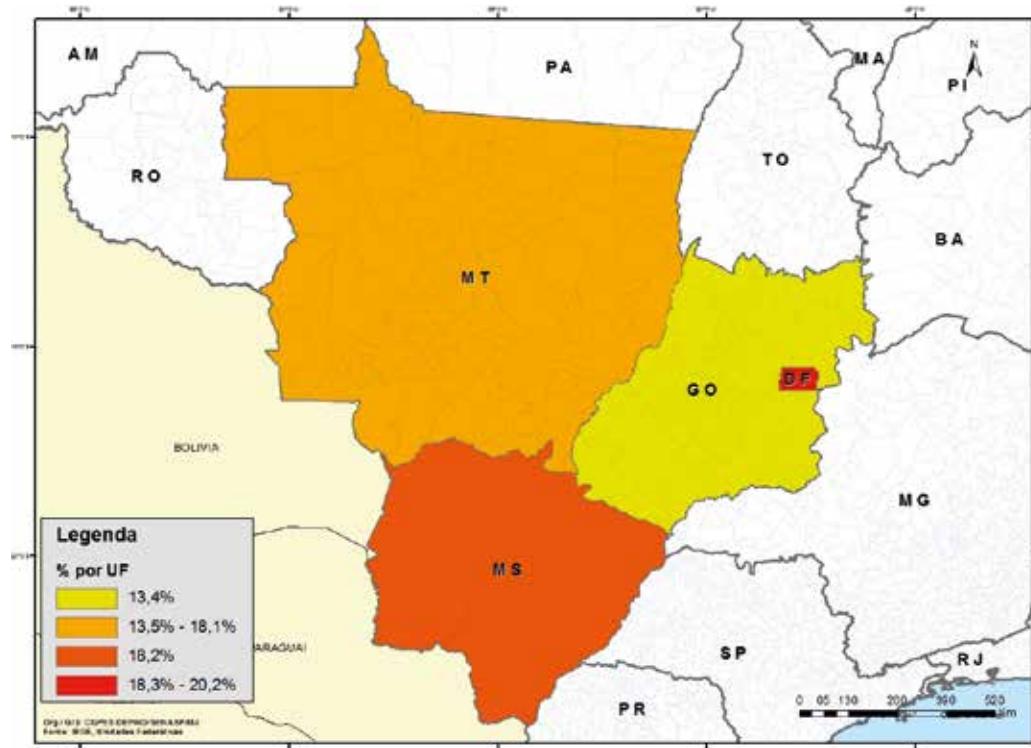


CONSUMO DE ÁLCOOL (POF – PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES)

O consumo de álcool, embora não seja um indicador de violência de *per si*, é analisado neste trabalho como um agente potencializador da violência, especialmente aquela perpetrada no contexto interpessoal e doméstico. Nesse sentido, foram usados neste diagnóstico dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, a qual observa, na porcentagem do orçamento familiar destinado a bebidas, quanto está concentrado no gasto com bebidas alcoólicas, como uma forma de medir o seu consumo pela população. Esse indicador é apresentado apenas para os estados da Região Centro-Oeste.

A menor porcentagem do orçamento familiar com bebidas alcoólicas é encontrada no estado de Goiás (13,4%). Com percentuais um pouco maiores e quase idênticos estão os estados de Mato Grosso (18,1%) e Mato Grosso do Sul (18,2%). Por último, o Distrito Federal (20,2%) é a UF que tem o maior gasto familiar com bebidas alcoólicas.

Percentual de Bebidas Alcoólicas no Consumo de Bebidas - Nas UFs - Região Centro-Oeste

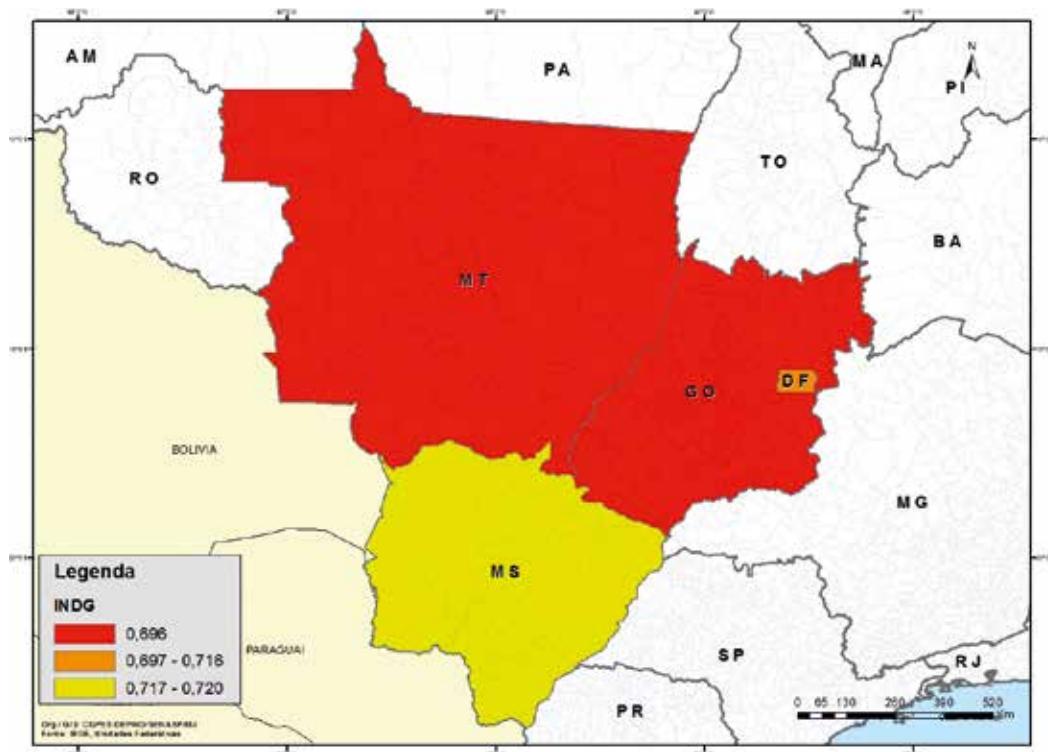


ÍNDICE NACIONAL DE DESIGUALDADE DE GÊNERO – INDG

O Índice Nacional de Desigualdade de Gênero foi construído para dimensionar as desigualdades entre homens e mulheres em termos de saúde, educação, trabalho e participação política. Da mesma forma que o IDH, esse índice varia de 0 a 1, sendo que 1 representaria uma sociedade plenamente igualitária em termos de gênero. As menores taxas brasileiras variam de 0,67 a 0,69.

Os estados de Mato Grosso e Goiás estão entre os locais com maior índice de desigualdade do Brasil: 0,69. O DF possui índice 0,71 e Mato Grosso do Sul 0,72.

Índice Nacional de Desigualdade de Gênero - Nas UFs - Região Centro-Oeste



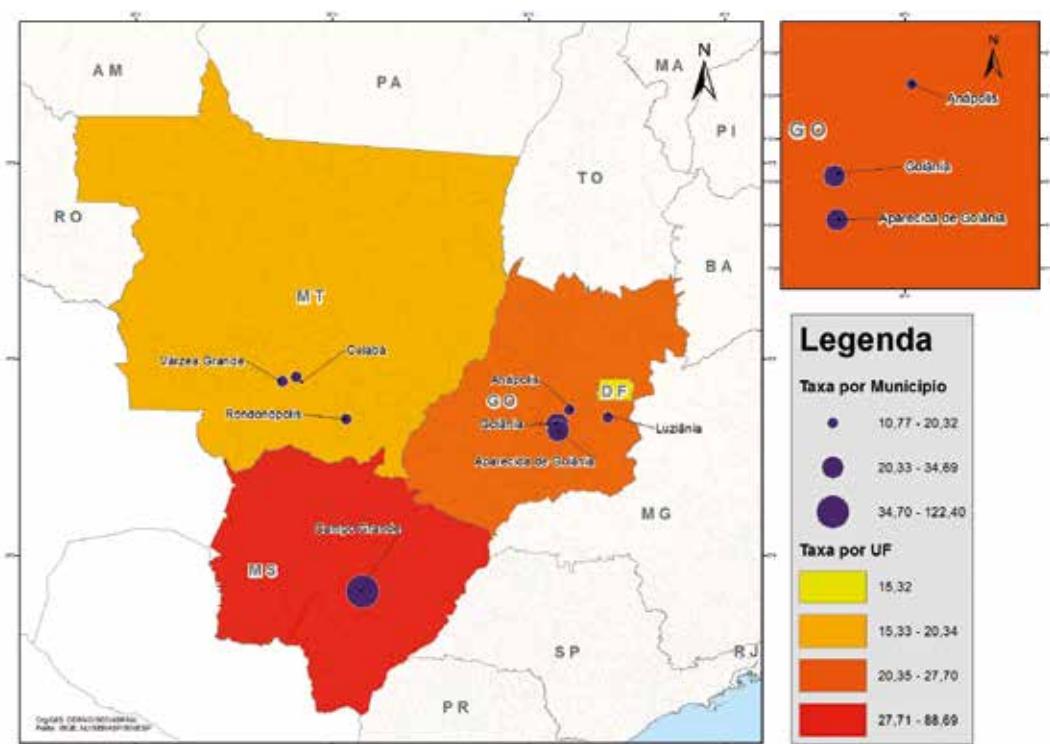
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – AGRESSÕES OCORRIDAS NA RESIDÊNCIA

Os dados de violência doméstica são advindos do Sistema Nacional de Agravamento de Notificação do DATASUS, ou seja, trata-se de agressões cujas vítimas chegaram ao hospital. Nesse sentido, não dimensionam por completo a violência doméstica, mas são os melhores dados disponíveis e indicam uma tendência. No mapa adiante são apresentadas as taxas de notificação de violência doméstica por 100 mil habitantes.

Dentre os estados do Centro-Oeste, a maior taxa está em Mato Grosso. Campo Grande também concentra a maior taxa em termos dos municípios: são 122,4 casos a cada 100 mil habitantes. Tanto a taxa do estado como a do município são as maiores encontradas no Brasil.

A segunda maior taxa está no estado de Goiás (27,70). Mato Grosso possui taxa de 20,34 e o DF 15,32. Dentre os municípios, destacam-se negativamente Goiânia e Aparecida de Goiânia, com taxas de 34,69 e 29,72, respectivamente. Nos outros municípios as taxas são as seguintes: Várzea Grande (20,31), Cuiabá (17,02), Rondonópolis (16,05), Luziânia (10,98) e Anápolis (10,77).

Taxa de Violência Doméstica (total) - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES, IDOSOS E CRIANÇAS (DATASUS)

As taxas de homicídios de mulheres, idosos e crianças permitem observar como cada um desses fenômenos de homicídio se distribui nos municípios pesquisados e, além disso, em quais locais existe a maior possibilidade de ocorrência de homicídios perpetrados por violência doméstica, os quais exigem determinadas ações de prevenção e repressão. No caso do Centro-Oeste, trazemos os dados de todo o Distrito

Federal e dos municípios dos outros três estados. O ideal seria apresentar os dados de Ceilândia, mas como não há registro específico dos dados dessa região administrativa apresentamos os dados do DF.

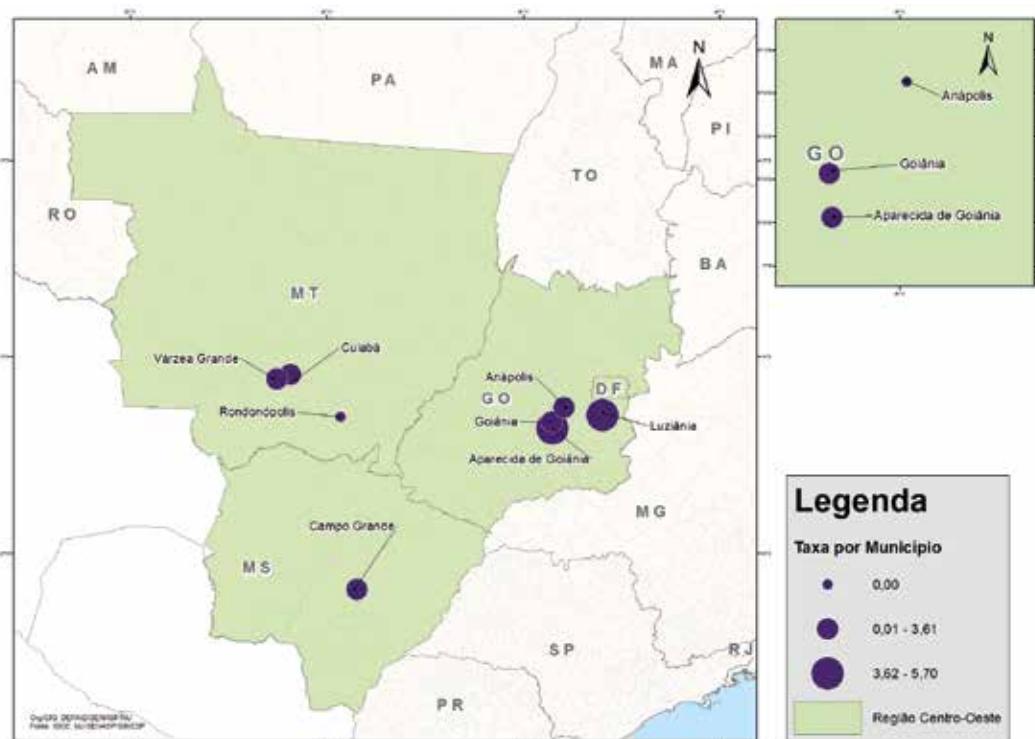
As taxas de homicídios de crianças por 100 mil habitantes variam de zero, em Rondonópolis, a 5,70, em Aparecida de Goiânia e Luziânia. Nos outros municípios as taxas variam da seguinte maneira: Campo Grande (2,20), Anápolis (2,50), Distrito Federal (3,03), Várzea Grande (3,03), Cuiabá (3,11) e Goiânia (3,61).

As taxas de homicídios de mulheres a cada 100 mil habitantes variam entre os estados. Em Campo Grande, observamos a menor taxa (4,10). Taxas intermediárias estão em Cuiabá (5,22), Distrito Federal (5,72), Várzea Grande (6,15) e Goiânia (7,74). As maiores taxas estão em Anápolis (9,13), Luziânia (10,00), Aparecida de Goiânia (10,41) e Rondonópolis (11,92).

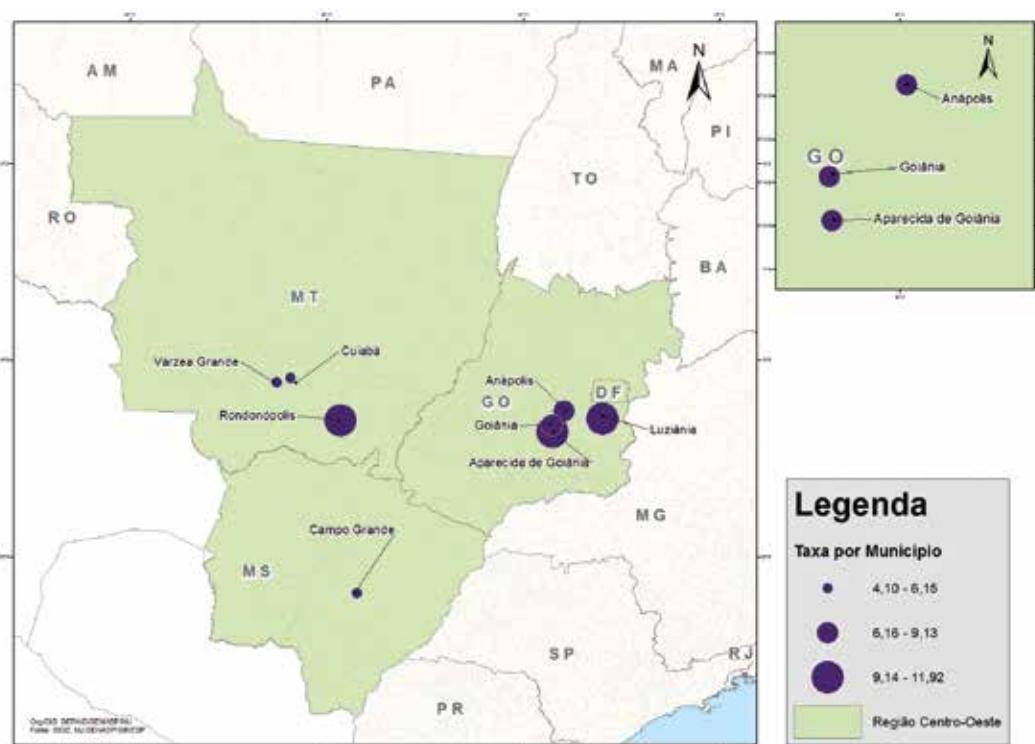
No caso dos homicídios de idosos, as taxas, em geral, são maiores. Taxas menores podem ser observadas em Várzea Grande (5,43) e Distrito Federal (7,86). Situações intermediárias, comparativamente, estão em Goiânia (10,96), Campo Grande (11,24), Aparecida de Goiânia (13,91) e Anápolis (17,63). As maiores taxas estão em Cuiabá (21,91), Rondonópolis (36,06) e Luziânia (68,94).

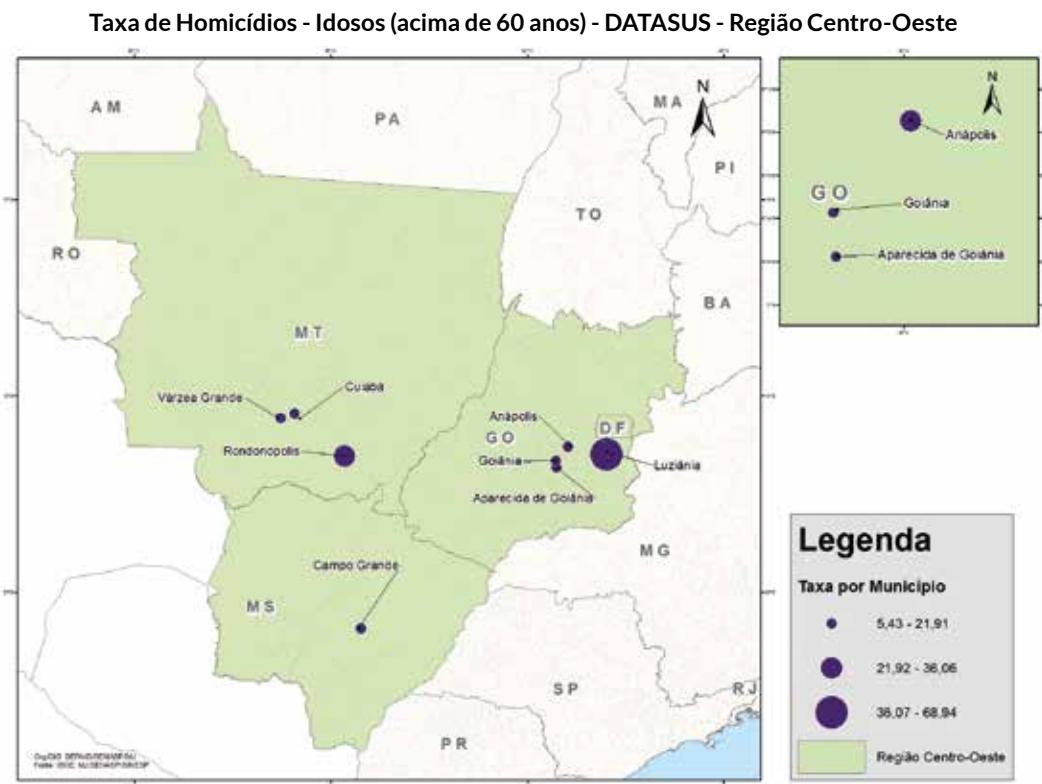
É curioso que Campo Grande concentre taxas menores de homicídios de crianças, mulheres e idosos, mas números bastante altos de violência doméstica registrada. É possível que, nesse estado, os casos de violência doméstica sejam mais comunicados ao sistema de saúde e tratados como uma questão, o que poderia se reverter em menos homicídios, mas essa é apenas uma hipótese a ser observada com um trabalho de campo mais acurado.

Taxa de Homicídios - Crianças (até 14 anos) - DATASUS - Região Centro-Oeste



Taxa de Homicídios - Mulheres - DATASUS - Região Centro-Oeste



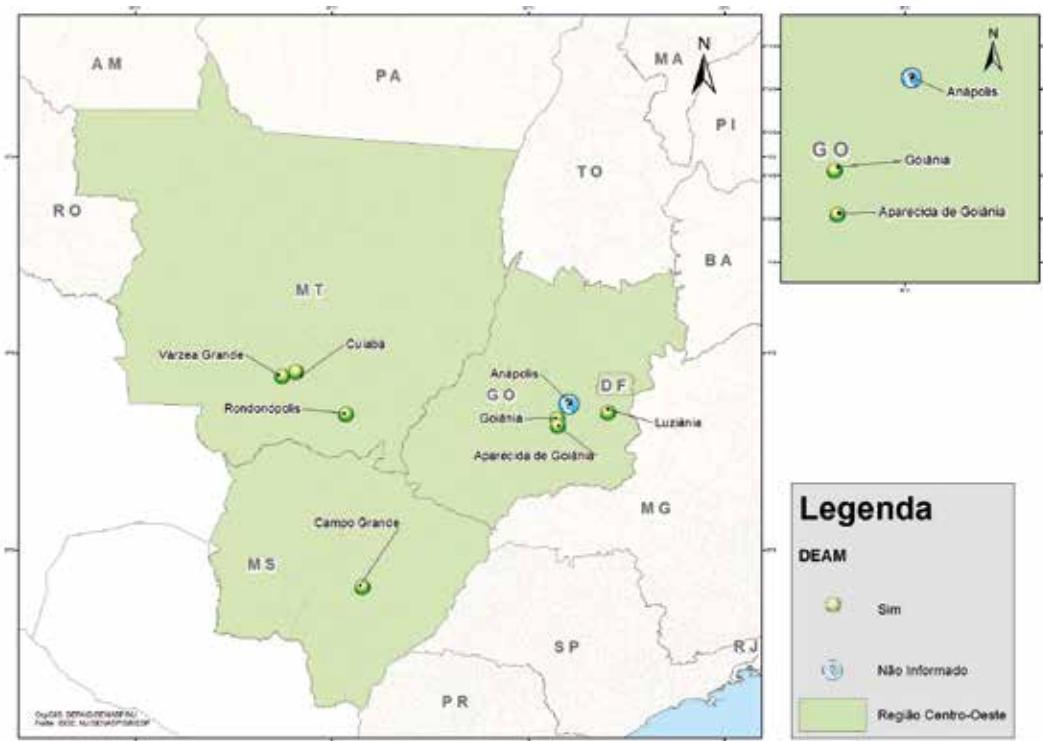


QUANTIDADE DE DEAMS E DPCAS

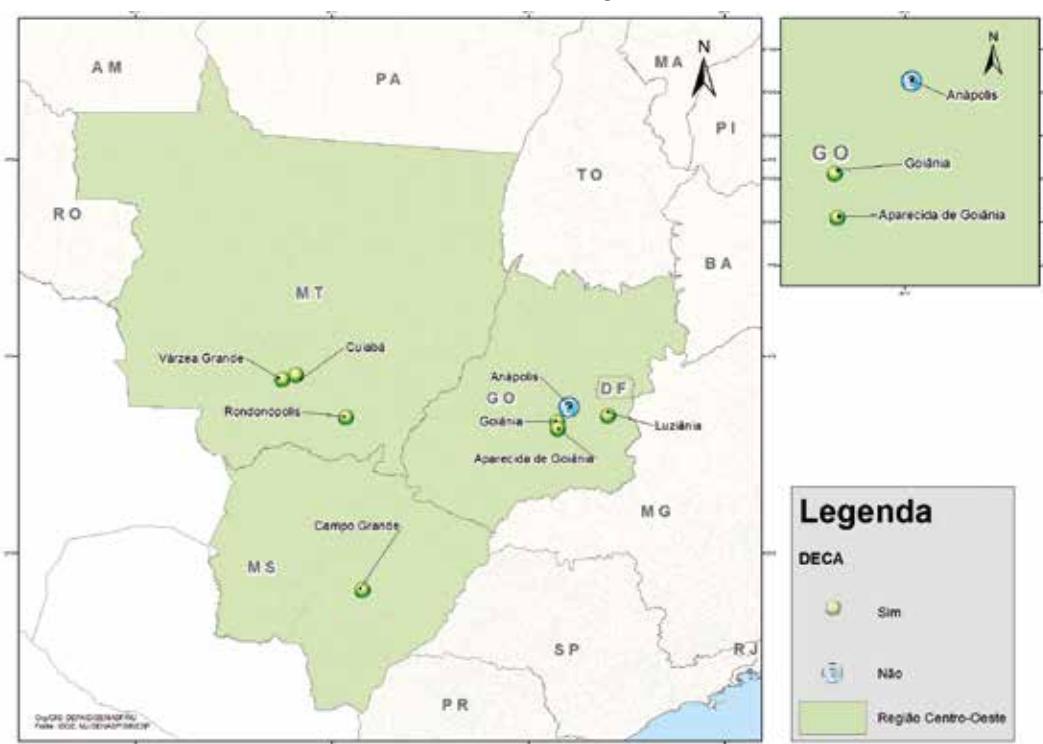
A existência de rede de proteção e atendimento específico para questões envolvendo violência doméstica pode ser um dos fatores de prevenção da ocorrência de homicídios nesses casos. De acordo com a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASA/MJ), em 2013, nenhum dos municípios escolhidos para o Pacto na Região Centro-Oeste estava desprovido da presença de Delegacias de Atendimento às Mulheres – DEAMs e de Delegacias de Proteção à Criança e Adolescente – DPCAs. Contudo, não obtivemos informações sobre Anápolis.

Não possuímos informações sistematizadas sobre delegacias do idoso nos municípios, contudo sabemos que elas existem em dois estados da região: Goiás (2) e Mato Grosso do Sul (1). O Distrito Federal e Mato Grosso não informaram esse dado.

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher nos Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



Delegacias Especializadas de Atendimento à Criança e Adolescente nos Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



QUANTIDADE DE POLICIAIS MORTOS, POR UF (PESQUISA PERFIL/MJ)

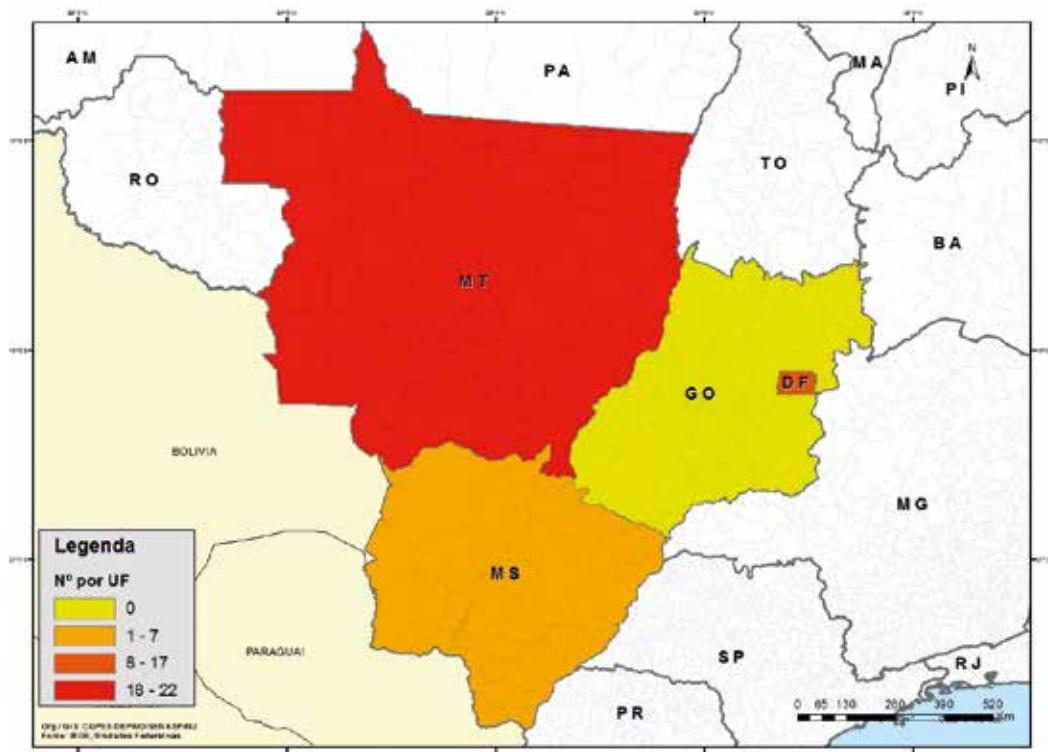
Este indicador pode nos auxiliar a perceber o quanto os policiais militares e civis estão sendo vitimados, seja em serviço ou fora de serviço, por causas naturais ou violentas, em cada estado. Nesse caso, não há informações sobre os municípios, visto que estes efetivos são estaduais.

Em 2013, o estado da Região Centro-Oeste que mais registrou mortes de seus policiais foi Mato Grosso (22), seguido do Distrito Federal (17), e Mato Grosso do Sul (7). Goiás não registrou qualquer policial morto naquele ano.

Em relação aos policiais feridos, Mato Grosso registrou também o maior número em comparação aos demais da região. Nesse caso, um número impressionante de 1.010 policiais. Esses números podem estar relacionados com as manifestações populares que tiveram lugar em várias capitais do país em junho de 2013.

No DF, houve 82 feridos e nos demais estados não houve registros de feridos naquele ano.

Número de Policiais Mortos - Nas UFs - Região Centro-Oeste



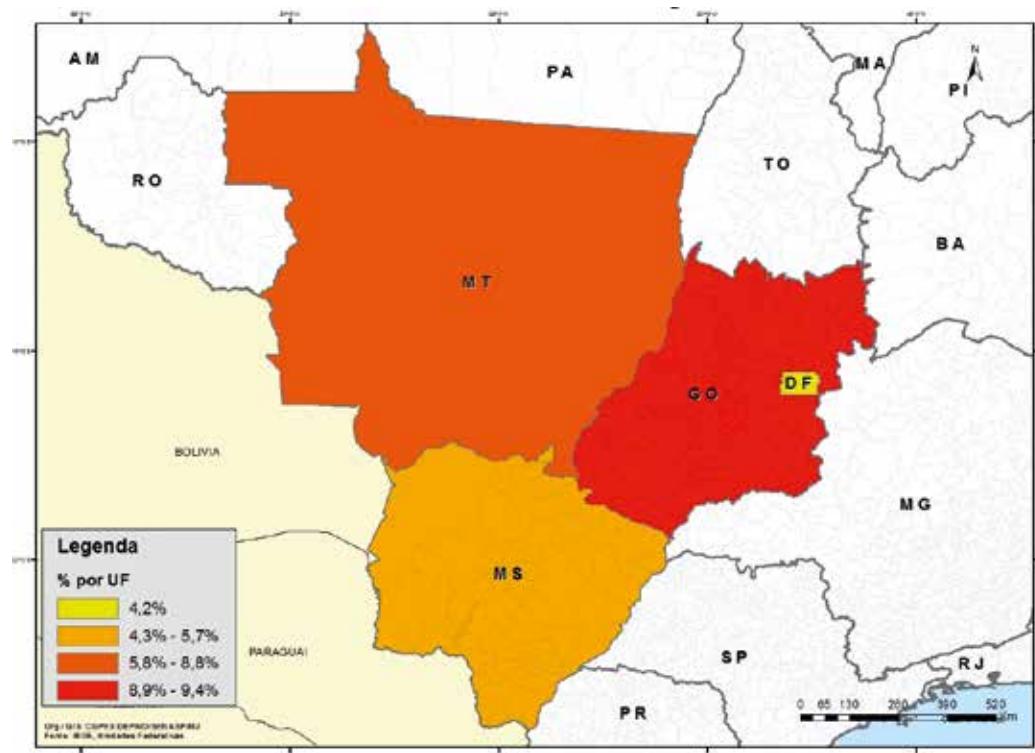
AGRESSÕES OU EXTORSÕES SOFRIDAS PELA POPULAÇÃO POR POLICIAIS, POR UF (PNV)

Esse dado vem da Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada pelo Datafolha e fomentada pela SENASP/PNUD, com dados de 2011 e 2012, publicada em 2013. A pesquisa entrevistou uma amostra representativa da população brasileira e os dados são apresentados por unidade da Federação.

Segundo a pesquisa, 9,4% das pessoas entrevistadas no estado de Goiás declararam ter sofrido agressão e/ou extorsão por policial militar e/ou civil alguma vez na vida. Em Mato Grosso, esse percentual foi de 8,8% e em Mato Grosso do Sul, de 5,7%. Já o Distrito Federal registrou o menor percentual de agressões e/ou extorsões por policiais da região (4,2%).

Devido ao fato de esses dados poderem ser extrapolados para o conjunto da população do estado, Mato Grosso e Goiás apresentam os percentuais mais graves na região. Mas considerando que os piores percentuais foram de cerca de 13% a 14% nos estados de Amazonas, Amapá, Rio de Janeiro e Pará, os números da Região Centro-Oeste não são os mais preocupantes em termos nacionais.

Percentual de Pessoas que Alegam Ter Sofrido Agressão ou Extorsão por parte de Policiais Civis e Militares - Nas UFs - Região Centro-Oeste



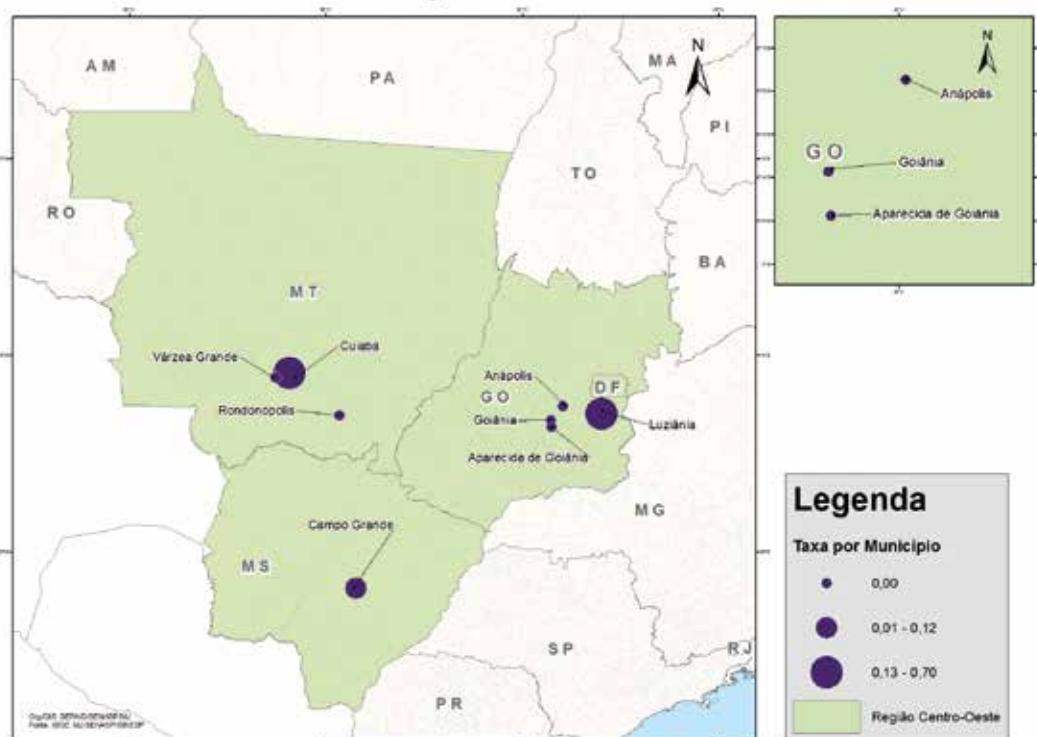
“INTERVENÇÃO LEGAL”, POR UF (DATASUS)

O sistema de informações do Sistema Unificado de Saúde (DATASUS) apresentou-se como uma fonte importante de dados relativos à letalidade policial, visto que há dificuldade de se obter esses dados. Esse sistema registra a quantidade de pessoas que morreram em 2013 por algum agente do Estado, podendo este ser policial ou não. O DATASUS classifica esse fenômeno como de “intervenção legal”. Nesse caso, o dado disponível é por município.

Na Região Centro-Oeste, somente os municípios de Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) e Luziânia (GO) registraram mortes por “intervenção legal”, resultando em taxas de 0,12, 0,70 e 0,53 pessoa morta por 100 mil habitantes nessas cidades. Mais uma vez, o estado de Mato Grosso se destaca com a maior taxa da região.

É preciso relembrar que Ceilândia, no Distrito Federal, não é um município e sim uma região administrativa (RA). Por isso, não há dados municipais para essa RA neste diagnóstico. Penso que seja o caso de analisar a necessidade da repetição desta explicação. Também neste caso, o dado apresentado é o do DF como um todo: 0,07 pessoa morta por 100 mil habitantes em 2013, a menor da região.

Intervenções Legais por 100 Mil Habitantes - Ano 2013 - Ministério da Saúde - Região Centro Oeste



REDE DE PROTEÇÃO: EFETIVO SEGURANÇA GM + PC + PM/POPULAÇÃO (PERFIL/MJ; MUNIC./IBGE)

Não há parâmetros nacionais ou mesmo internacionais para se fazer uma análise que compare a quantidade de efetivo policial e a sua eficiência em termos de combate ou prevenção à criminalidade. É muito difícil dimensionar se um determinado efetivo policial é adequado, ou não, à demanda por segurança pública num determinado território. De qualquer forma, julgamos ser uma informação que possa se mostrar relevante caso seja analisada em conjunto com outras variáveis e ao longo de um período. Assim, criamos este indicador denominado “rede de proteção”, que é a soma dos efetivos policiais (policiais militares e civis) presentes em cada município, mais o efetivo da Guarda Municipal daqueles municípios em que há Guardas, dividido pela população do município.

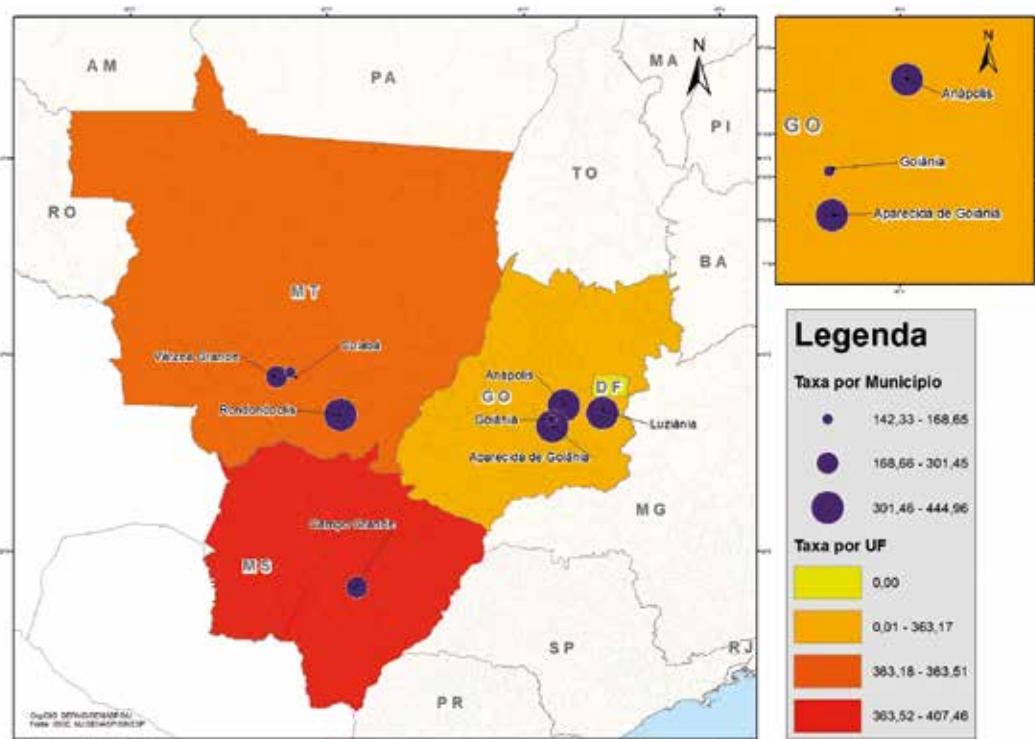
As relações menos favoráveis são aquelas em que há mais população por efetivo. Ao contrário, as situações potencialmente mais adequadas são aquelas em que há menos população por efetivo.

É possível ver no mapa que as melhores situações se encontram nos municípios de Goiânia e Cuiabá, com 180,51 e 147,17 habitantes por policial (incluindo guardas), respectivamente. Em situação oposta a esses municípios estão os de Rondonópolis (458,19), Anápolis (457,27), Aparecida de Goiânia (443,81) e Luziânia (439,68), que apresentam as piores relações entre população e efetivo policial da região. Já os municípios com relação intermediária entre população e efetivo são Várzea Grande e Campo Grande, com 300,09 e 318,91 habitantes por policial/guarda, respectivamente.

Analizando a distribuição dos efetivos estaduais em termos de capital e interior do estado, percebemos que as capitais estão em melhor situação do que as cidades do interior ou de suas respectivas regiões metropolitanas, acrescida do fato de ser mais comum haver Guardas Municipais em capitais de estado do que em cidades do interior, mesmo que grandes.

Em nível estadual, vemos pelo mapa que Mato Grosso do Sul tem a pior relação entre população e efetivo policial na Região Centro-Oeste (408,2 habitantes por policial), seguido de Mato Grosso (363,5) e Goiás (363,2). O DF tem a melhor relação população/policial não somente da Região Centro-Oeste como também do país: 139,9.

**Rede de Proteção (Habitantes/Profissionais de Segurança Pública) -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste**



SAÚDE: MÉDICOS/HABITANTE (DATASUS)

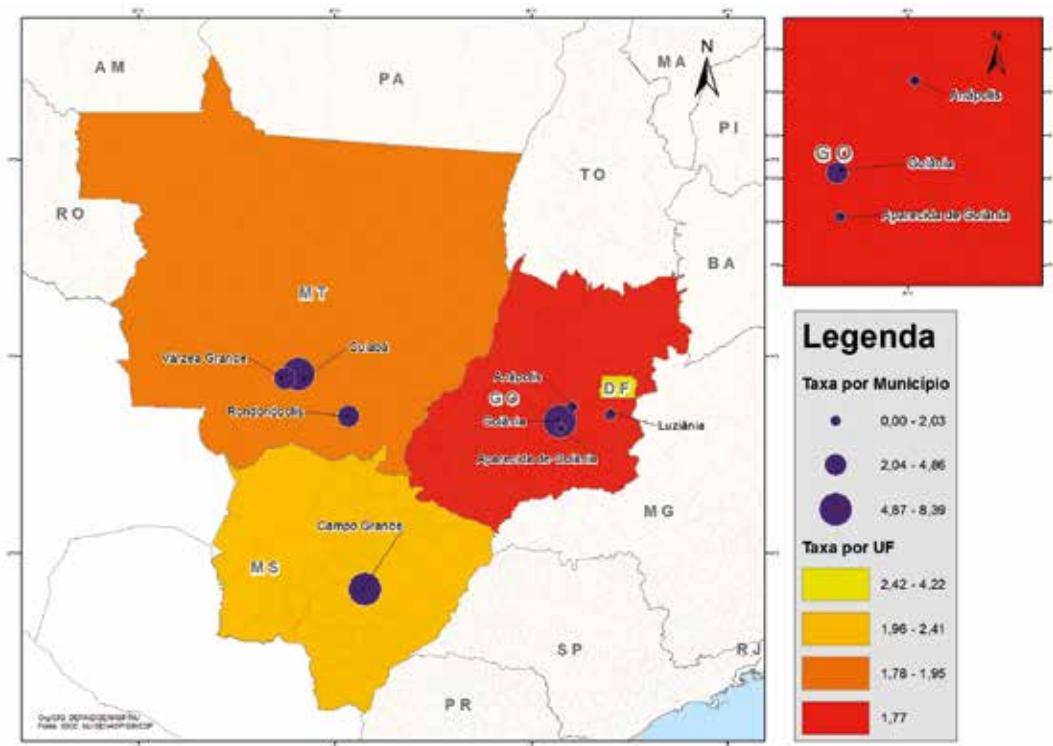
A taxa de médicos por habitante é um dado fornecido pelo DATASUS e divide a quantidade total de médicos do município por cada 1.000 habitantes desse município. É um indicador que pode nos dar parâmetros para avaliar em que medida a população está desassistida ou relativamente assistida quanto a esse quesito.

Os municípios da Região Centro-Oeste apresentam situações bem discrepantes nesse indicador, desde 1,6 médico por 1.000 habitantes em Luziânia (GO) até 8,3 médicos por 1.000 habitantes em Cuiabá (MT). As piores situações se encontram em cidades goianas, exceto a capital, tal como o caso citado de Luziânia e de Aparecida de Goiânia (2,0). Em situação intermediária está o município de Rondonópolis, com 4,8 médicos por 1.000 habitantes e Anápolis, com 6,72. As melhores taxas estão nas capitais de três estados: Goiânia (7,8), Campo Grande (8,2) e Cuiabá (8,3).

A região como um todo não está entre as piores do país quanto a esse quesito, visto que as quatro unidades da Federação que a compõem apresentam taxas entre 3 e 4 médicos por 1.000 habitantes. Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal apresentam taxas melhores, de 4,7 e 4,5 médicos por 1.000 habitantes, respectivamente,

enquanto Goiás e Mato Grosso têm taxas de 3,7 e 3,3, respectivamente. As regiões com as melhores taxas são, sem dúvida, Sudeste e Sul, com taxas de 4 a 6 médicos por 1.000 habitantes em seus estados.

Taxa de Médicos por 1.000 Habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



QUANTIDADE DE CRAS E CREAS, POR MUNICÍPIO (MDS)

A quantidade de habitantes por Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é uma forma de se avaliar a rede de proteção existente às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os CRAS organizam e oferecem os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Os CREAS têm a função de oferecer e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

No mapa abaixo, pode-se sugerir que provavelmente os CRAS que estão mais pressionados pelos seus serviços seriam aqueles onde há maior quantidade de população em relação ao número de centros disponíveis, isto é, onde os círculos estão maiores. Nesse caso, são os de Anápolis e Goiânia, com 120.664 habitantes por CRAS e 127.831, respectivamente. Em situação um pouco menos pressionada

estariam os CRAS da cidade de Goiânia (94.158). Já Luziânia (63.713) e Várzea Grande (63.713) estão numa faixa intermediária e Campo Grande, Cuiabá e Rondonópolis são os municípios com as melhores taxas de habitantes por CRAS da região, com cerca de 44.300 habitantes por centro deste tipo.

Quanto às unidades da Federação, Mato Grosso tem a melhor relação habitantes/CRAS (19.193 habitantes por CRAS), seguido de Mato Grosso do Sul e Goiás, com 21.830 e 23.381, respectivamente. O Distrito Federal detém a pior relação da região: 92.012 habitantes por CRAS.

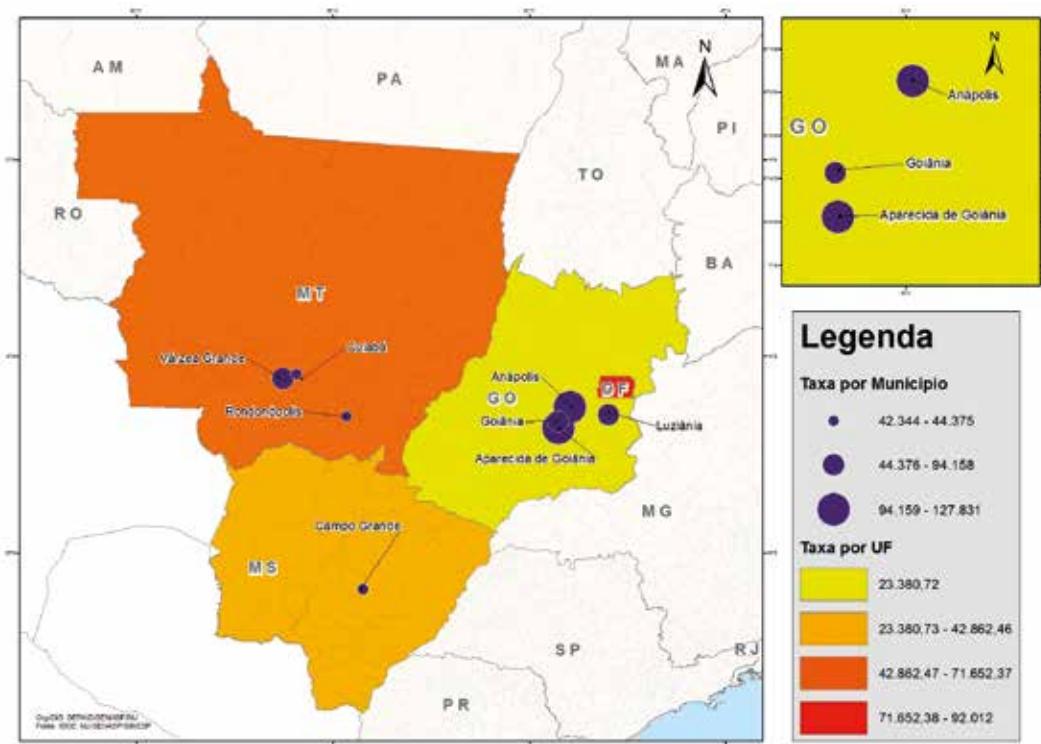
Os CREAS têm uma natureza mais específica e supostamente devem atender a menos pessoas se comparados com os CRAS. Por isso, as taxas daqueles são bem maiores do que as referentes aos desses. A menor taxa de CREAS é de 170.441 habitantes por CREAS e a maior taxa de CRAS é de 127.831 habitantes por centro desse tipo.

As melhores relações entre habitantes e CREAS estão nos municípios: Aparecida de Goiânia (170.441), Anápolis (180.996), Cuiabá (191.827) e Luziânia (191.139). Relações intermediárias são encontradas em Campo Grande e Rondonópolis, com 210.780 e 211.718 habitantes por CREAS, respectivamente. Os CREAS mais pressionados seriam o de Várzea Grande e o de Goiânia, com 265.775 e 235.394 habitantes por centro, respectivamente.

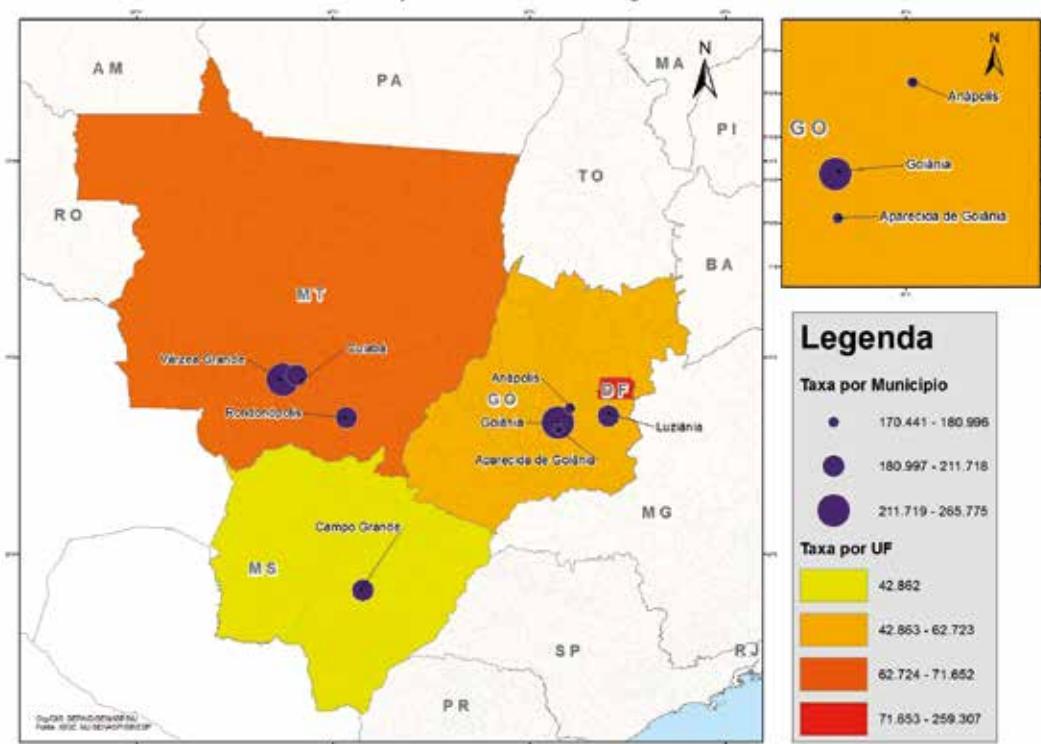
Em termos estaduais, Mato Grosso do Sul tem a melhor relação população/CREAS: 42.945. Goiás e Mato Grosso detêm situações intermediárias, com 62.723 e 71.652 habitantes por CREAS. O Distrito Federal apresenta uma situação discrepante das demais UFs da região, com 259.307 habitantes por CREAS.

Considerando que esses centros devem estar próximos de seu público, a relação por UF, e não por município, distorce o alcance deste indicador, já que taxas mais baixas em estados maiores territorialmente não são necessariamente melhores do que taxas mais altas em unidades da Federação menores, como é o caso do DF.

**Habitantes por CRAS - Centro de Referência de Assistência Social -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste**



Habitantes por CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste



QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, POR FAMÍLIAS EXISTENTES NO CADÚNICO, POR MUNICÍPIO (MDS)

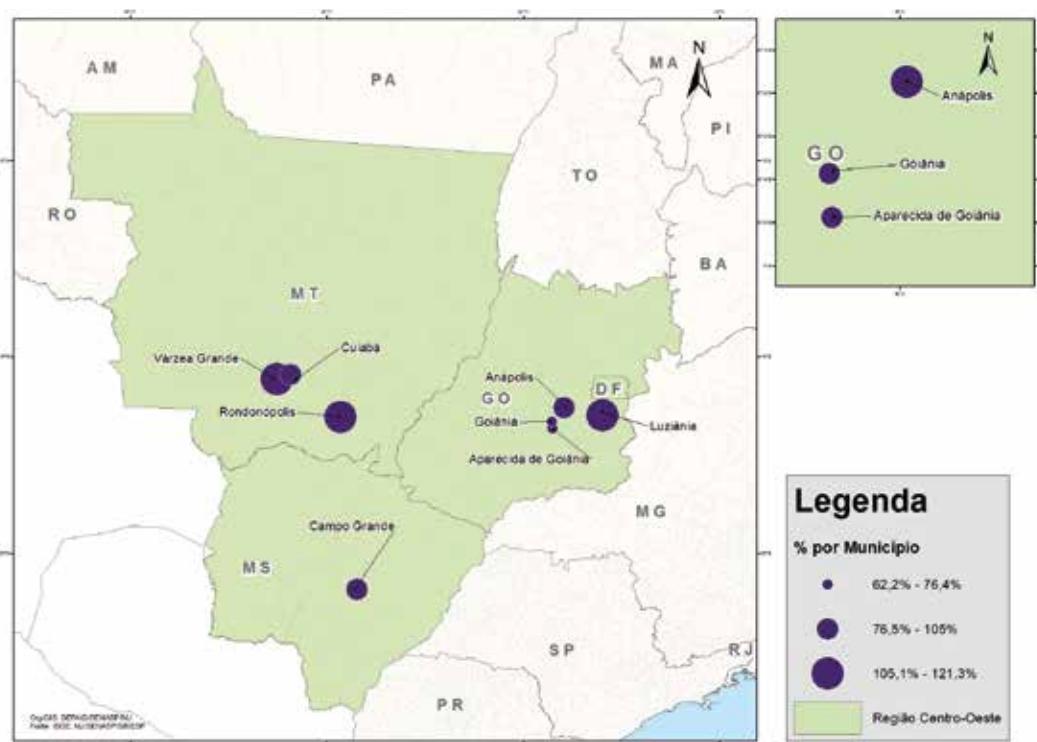
A quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em relação àquelas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), que contém um rol de famílias que se enquadram entre as famílias pobres potencialmente beneficiárias do PBF e de outros programas do Governo Federal, constitui-se em mais um indicador da cobertura dos serviços socioassistenciais.

Os dados estão dispostos por município e em termos nacionais não há cobertura inferior a 60% das famílias pobres dos municípios incluídos no Pacto pelo Programa Bolsa Família. Por outro lado, existem alguns municípios nos quais existem mais famílias beneficiárias do que as consideradas pobres e cadastradas do CadÚnico.

No mapa abaixo, os círculos menores sinalizam as piores coberturas do programa e as maiores, ao contrário, as melhores coberturas. Assim, vemos que Goiânia não é somente a cidade com a menor cobertura da Região Centro-Oeste (62,2% das famílias pobres), mas também a segunda menor do país, perdendo apenas para Campinas (SP), com 60,5% de cobertura.

Aparecida de Goiânia cobre 76,4% das famílias pobres com o Bolsa Família, seguida de 98,6% em Campo Grande, Anápolis (100,9%), Cuiabá (105,0%), Rondonópolis (112,9%), Várzea Grande (121,0%) e Luziânia (121,3%). O Distrito Federal tem um percentual de 90,2% de cobertura.

Percentual de Famílias Beneficiadas pelo Total de Famílias em Situação de Pobreza - Região Centro-Oeste



PONTOS DE CULTURA (MINC)

Os Pontos de Cultura são entidades ou coletivos culturais certificados pelo Ministério da Cultura. Eles podem ser públicos ou privados e possuem uma base social capilarizada com grande poder de penetração em comunidades e territórios, particularmente em locais mais vulneráveis socialmente. Supõe-se que uma maior disponibilidade de Pontos de Cultura pode indicar maior acesso das comunidades à cultura e ao lazer, incluindo os jovens, diminuindo um dos fatores de risco para a criminalidade e o homicídio.

Os Pontos de Cultura também representam novos arranjos econômicos e produtivos, isto é, uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada por aqueles que encontram na realização da cultura uma alternativa de trabalho, de vida e de experiência de vida.

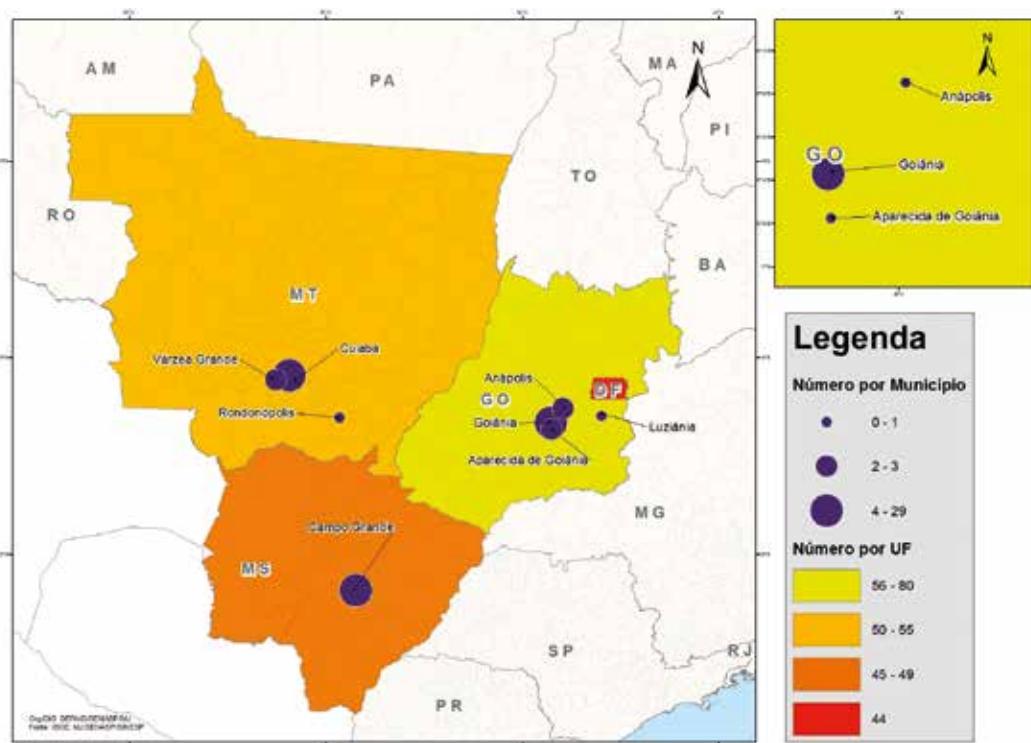
Atualmente existem 4.376 Pontos de Cultura no país, sendo 484 na Região Centro-Oeste (11,06% do Brasil). No conjunto de municípios considerados no Pacto na Região Centro-Oeste são 72.

No mapa abaixo, destacamos os municípios com maior número de Pontos de Cultura com círculos maiores e os estados com as quantidades menores de Pontos de Cultura com as cores mais suaves: laranja claro e amarelo. A quantidade de Pontos em Mato Grosso é bem maior do que nas demais UFs da região (241), contra 94 no Distrito Federal, 89 em Goiás e 60 em Mato Grosso do Sul.

Com relação aos municípios, mais uma vez as capitais de UF destacam-se com os maiores números de equipamentos deste tipo, concentrando 19 na capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 16 em Cuiabá (MT) e 29 em Goiânia (GO). Considerando a área geográfica do DF e os 94 Pontos de Cultura nele existentes, podemos considerar que o DF tem uma situação razoavelmente privilegiada nesta questão.

Já as cidades do interior contam apenas com um a três Pontos de Cultura, como é o caso de Rondonópolis (1), Várzea Grande (2), Anápolis (3) e Aparecida de Goiânia (2). Destacamos que Luziânia (GO) não tem nenhum Ponto de Cultura. Sendo essa uma das cidades com alto número de homicídios, é preciso dar alguma atenção a ela no que tange aos equipamentos culturais.

**Número de Atividades Vinculadas a Pontos de Cultura - MinC - Jan./2015
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Centro-Oeste**



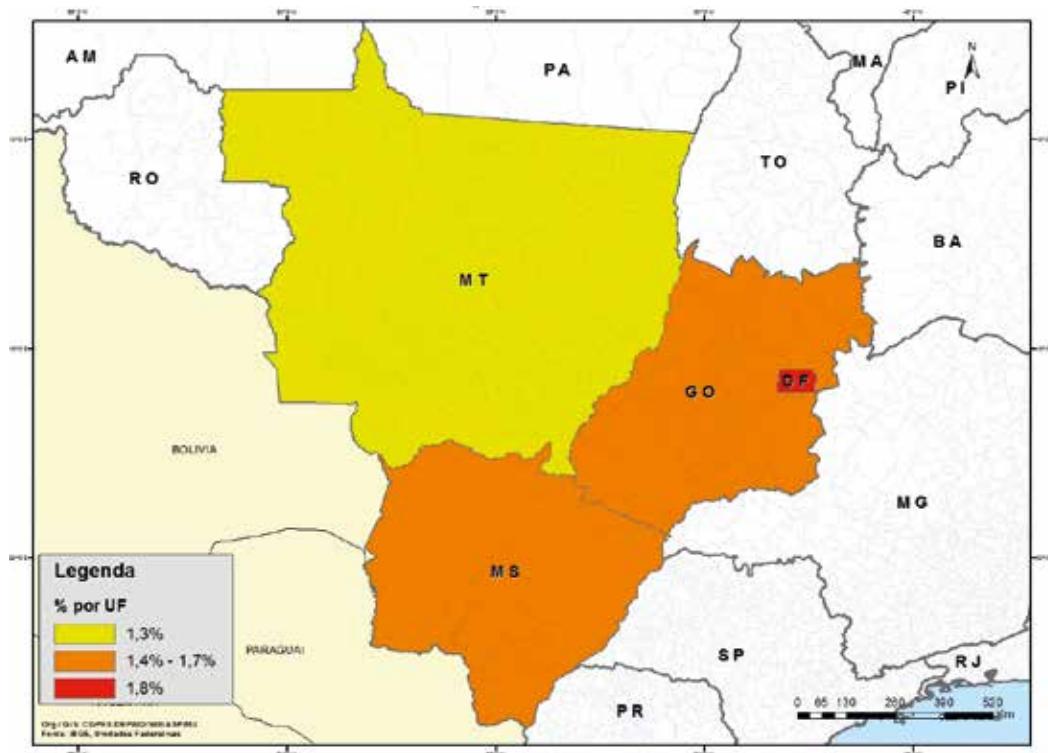
PERCENTUAL DOS ORÇAMENTOS FAMILIARES GASTO COM CULTURA (POF/IBGE), POR UF

O gasto com atividades culturais e lazer efetuado pelas famílias é um indicador que procura dar pistas em relação ao acesso à cultura e ao lazer pelas famílias, bem como do quanto de seus respectivos orçamentos é destinado a essas áreas.

Os dados provêm da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e são apresentados por unidade da Federação. O mapa nos mostra que as famílias do Distrito Federal são as que mais gastam com atividades culturais em seus respectivos orçamentos médios mensais: 1,8%. Em Mato Grosso do Sul e Goiás as famílias gastam um pouco menos de seus orçamentos com cultura: 1,6 a 1,7%, respectivamente. Mato Grosso, onde há o maior número de Pontos de Cultura da região, é onde as famílias gastam menos de seus orçamentos com cultura: 1,3% do gasto médio mensal.

Esses dados nos fazem refletir sobre o tipo de atividade cultural que é mais escolhido pelas famílias: públicos e gratuitos ou pagos e privados, assim como apontam para o custo desse tipo de atividade nas UFs em relação aos orçamentos familiares. Isto é, onde se gasta mais seria onde as atividades disponíveis seriam predominantemente pagas e relativamente caras, posto que não podem comprometer mais do que 1,8% da renda familiar mensal. Onde esse gasto é menor se pode supor que há mais disponibilidade de atividades culturais gratuitas do que pagas, não sendo necessário gastar muito com essas atividades.

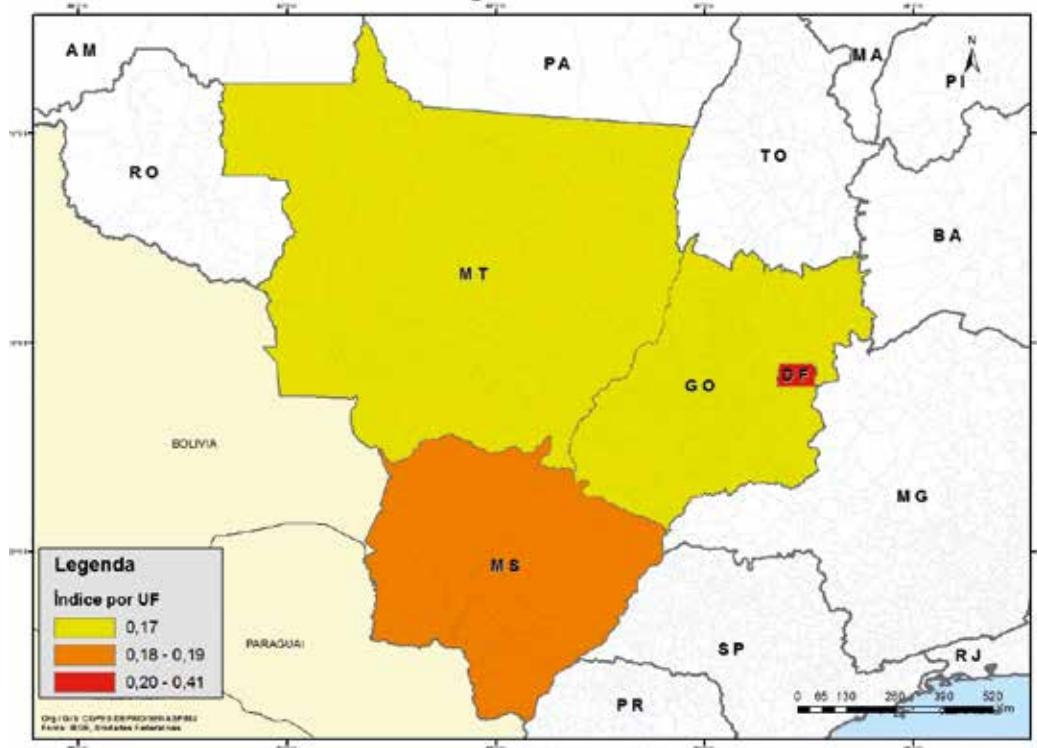
Percentual Médio das Famílias Gasto com Recreação e Cultura - Nas UFs - Região Centro-Oeste



ÍNDICE NACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA – INAJ

O Índice Nacional de Acesso à Justiça foi criado pela Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ para medir o acesso ao sistema judiciário que está disponível à população. Este índice varia de 0 a 1, sendo 1 a melhor situação de possibilidade de acesso e 0 a pior. A Região Centro-Oeste se destaca nesse índice apenas pelo Distrito Federal, que detém a maior taxa do Brasil de acesso à Justiça: 0,41. Nos outros estados da região predominam índices baixos, entre 0,17 e 0,19, comparáveis aos das regiões Nordeste e Norte. Em Mato Grosso do Sul está o índice de 0,19 e nos outros dois de 0,17.

Índice Nacional de Acesso à Justiça por 100 Mil Habitantes - INAJ - Nas UFs - Região Centro Oeste



5.2 Indicadores-síntese

Como detalhado na metodologia, os indicadores-síntese agregam os principais indicadores escolhidos para este trabalho, especialmente aqueles que pareceram dimensionar melhor determinado tipo de fenômeno e que, nesse sentido, apontam para os principais fatores de risco e vulnerabilidades de cada estado e município.

Os indicadores-síntese tratam de cada uma das macrocausas estudadas e apresentadas no capítulo. Ou seja, depois de levantar uma série de fatores de risco de cada causa, encontrar e analisar diversos indicadores quantitativos para conhecer como eles influenciam as realidades, foram escolhidos alguns desses indicadores para tratar de cada uma das macrocausas. Após essa escolha e agregação, os indicadores foram transformados em categorias contínuas, variando de 1 a 4, sendo 1 a melhor situação e 4 a pior. A seguir, o grupo de indicadores de cada macrocausa foi somado. Assim, cada macrocausa possuía um valor, sendo os mais altos aqueles que indicavam maiores problemas e fatores de risco. Esses valores foram divididos em três grupos: Bom, Médio e Ruim, representados pelos círculos verde, amarelo e vermelho, respectivamente.

Como lembrança, as macrocausas são as seguintes: transversais²⁵, gangues e drogas²⁶, violência patrimonial²⁷, violência interpessoal²⁸, violência doméstica²⁹, presença do Estado³⁰ e conflitos da polícia com a população³¹. O que estamos chamando de indicadores transversais são aqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e consequente homicídio.

Em suma, na tabela apresentada mais adiante, quando um círculo está verde, significa que a situação envolvendo a macrocausa em questão é a menos grave comparando-se todos os estados do norte e, se o círculo estiver vermelho, a situação é das mais graves e é recomendado que as ações do Pacto atentem para os fatores de risco dessa macrocausa.

Em nível estadual, os fatores de risco se comportam de forma específica em cada estado da Região Centro-Oeste. Os fatores de risco não necessariamente se concretizam em homicídios, mas indicam que caso estejam presentes no território, podem estar influenciando a ocorrência de homicídios ou criminalidade violenta. Por isso, a análise desses fatores de risco deve ser feita com cuidado e de forma compartilhada com o indicador de homicídios.

Em Mato Grosso do Sul nenhuma das macrocausas se apresenta com a situação grave. Contudo os indicadores de gangues e drogas, violência interpessoal e violência doméstica são medianos. A taxa de homicídios desse estado é a menor da Região Centro-Oeste: os piores indicadores, individualmente, em termos de violência interpessoal e violência doméstica, são de registros de atendimentos hospitalares de agressões ocorridas dentro de casa e fora de casa. As agressões sofridas, informadas na pesquisa de vitimização, também são relativamente altas. Isso indica relações potencialmente agressivas, mas que não necessariamente se concretizam em homicídios. A circulação de armas de fogo é menor em Mato Grosso do Sul, assim como os outros fatores transversais. Ademais, existe uma situação comparativamente melhor em termos de indicadores de violência patrimonial, presença do Estado e conflitos entre polícia e população.

Mato Grosso e Goiás dividem as maiores taxas de homicídios da Região Centro-Oeste, e são também aqueles que mais acumulam fatores de risco medianos e ruins – nenhum dos indicadores é tido como regionalmente bom nos dois estados. Em termos de fatores transversais, ambos apresentam uma situação ruim, com as maiores

25 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de homicídios, taxa de homicídios por 100 mil habitantes, número de óbitos causados por arma de fogo, taxa de óbitos causados por arma de fogo e IDH.

26 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: IVJ, taxa de evasão escolar, taxa de óbitos por intoxicação por drogas ilícitas, número de ocorrência de tráfico de drogas, taxa de ocorrência de tráfico por 100 mil habitantes.

27 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: % de concentração de renda entre os 20% mais ricos, taxa de latrocínio por 100 mil habitantes, número de roubos de veículos e instituições financeiras, taxa de roubos de veículos e instituições financeiras por 100 mil habitantes.

28 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: aglomerados subnormais, percentual de população residente há menos de 5 anos, registros hospitalares de violência física fora da residência, percentual de pessoas vitimadas com crimes contra a pessoa.

29 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: taxa de homicídios de crianças, idosos/as e mulheres, registros hospitalares de violência física doméstica, registros hospitalares de estupros ocorridos na residência.

30 Agrega indicadores de acesso à segurança pública, saúde, cultura/lazer e assistência social.

31 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de intervenções legais, taxa de intervenções legais por 100 mil habitantes, número de policiais mortos e feridos, percentual de pessoas que foram vitimadas pelas polícias.

taxas de homicídios e de mortes por arma de fogo da região. Mato Grosso apresenta a maior taxa de homicídios, mas Goiás possui a maior taxa de mortes por armas de fogo. Excetuando-se a coincidência dos indicadores transversais, a situação dos fatores de risco é diferenciada. Em Mato Grosso são ruins os indicadores de gangues e drogas, violência interpessoal, presença do Estado e conflitos da polícia com a população, indicando uma situação de sociabilidade violenta combinada com existência de gangues, circulação e mercado ilegal de drogas, falta de proteção do Estado e interações violentas entre polícia e população. De toda maneira, os outros fatores de risco são considerados medianos.

Em Goiás, por outro lado, a maior parte dos indicadores é tida como mediana. Com exceção dos já citados fatores de risco transversais e da violência doméstica, as taxas de homicídios de crianças, mulheres e idosos são as mais altas da região. E, apesar do indicador de violência interpessoal ser mediano, quase 30% da população sofreu algum tipo de agressão, ameaça, discriminação ou ofensa sexual, de acordo com a Pesquisa Nacional de Victimização. Como a análise é comparativa, Goiás apresenta menores índices que Mato Grosso nos outros casos, mas são também altos.

O Distrito Federal apresenta indicadores ruins em termos de violência patrimonial, o que parece ser comum em localidades mais ricas que também apresentam altas taxas de concentração de renda, o que é o caso do DF. Mas essa violência dificilmente se concretiza em homicídios. Os fatores transversais, de gangues e drogas, presença do Estado e conflitos entre polícia e população são medianos e dados de violência interpessoal e doméstica são tidos como bons, indicando, potencialmente, uma sociabilidade menos violenta.

De maneira geral, parece relevante indicar que os estados do Centro-Oeste com maiores taxas de homicídios e acúmulo de fatores de risco são Mato Grosso e Goiás, ambos com suas peculiaridades, mas nenhum dos dois apresenta situação considerada comparativamente boa em termos de fatores de risco de homicídios.

Quadro 20 - Distribuição dos indicadores por UF

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLENCIA DOMESTICA	Indicador PRESENCA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLICIA COM A POPULACAO
MS	Mato Grosso do Sul	●	●	●	●	●	●	●
MT	Mato Grosso	●	●	●	●	●	●	●
GO	Goiás	●	●	●	●	●	●	●
DF	Distrito Federal	●	●	●	●	●	●	●

Já dentre os municípios, os fatores de risco se complexificam. Campo Grande apresenta uma situação bastante parecida com a de seu estado em termos de fatores de risco, com a única diferença de que a violência doméstica aparece de forma menos agravada que a do estado. Nos três municípios de Mato Grosso a situação é variada. A maior taxa de homicídios está em Várzea Grande, apesar da maior taxa de mortes por armas de fogo se concentrar em Rondonópolis. Várzea Grande também apresenta indicadores ruins em termos de violência patrimonial, mas são medianos os indicadores de gangues e drogas, presença do Estado e conflitos entre população e polícia. São bons os indicadores de violência interpessoal e doméstica, o que pode indicar que os homicídios tenham uma ocorrência maior envolvendo a criminalidade. Vale destacar que o IVJ não é dos melhores.

Em Rondonópolis, gangues e drogas e presença do Estado são os fatores de risco que, comparados aos dos outros municípios, são tidos como ruins. Trata-se de uma das piores taxas de mortes por armas de fogo. São medianos, ainda, os fatores transversais, violência patrimonial, violência doméstica e conflitos entre polícia e população. Em Cuiabá, destacam-se negativamente os fatores de gangues e drogas, violência patrimonial e conflitos entre a polícia e população. São medianos, ainda, indicadores transversais, violência interpessoal e doméstica.

Nos municípios de Goiás, indicadores de conflitos interpessoais e violência doméstica são comparativamente ruins ou medianos, casando com a situação do estado. Em Aparecida de Goiânia são graves os fatores transversais, de violência interpessoal, violência doméstica e presença do Estado. Apesar disso, os fatores de gangues e drogas e violência patrimonial são medianos. Em Goiânia o indicador considerado grave, ao fazer a comparação entre municípios da região, é o de violência interpessoal. Além disso, são medianos os indicadores transversais, de violência patrimonial, violência doméstica e presença do Estado. Luziânia agrupa os mais graves indicadores de fatores de risco da Região Centro-Oeste. São ruins os indicadores de violência doméstica e presença do Estado, mas todos os outros são tidos como medianos. Luziânia apresenta a segunda maior taxa de homicídios da região, ficando atrás apenas de Várzea Grande.

Quadro 21 - Distribuição dos indicadores por município

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
MS	Campo Grande	●	●	●	●	●	●	●
MT	Cuiabá	●	●	●	●	●	●	●
MT	Rondonópolis	●	●	●	●	●	●	●
MT	Várzea Grande	●	●	●	●	●	●	●
GO	Anápolis	●	●	●	●	●	●	●
GO	Aparecida de Goiânia	●	●	●	●	●	●	●
GO	Goiânia	●	●	●	●	●	●	●
GO	Luziânia	●	●	●	●	●	●	●

5.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs

A atual situação dos dados sobre homicídios das Secretarias de Segurança das UFs do Centro-Oeste foi informada à SENASP pelos gestores do SINESP. Tanto o Distrito Federal, como Goiás e Mato Grosso do Sul, possuem dados sistematizados de toda a unidade federativa. Já no caso do Mato Grosso, os dados atendem a capital, a região metropolitana e parte do interior.

Quadro 22 – Os dados oficiais de homicídios da UF são sistematizados?

UF	Sim e atendem toda a Unidade Federativa	Sim, atendem a capital, a região metropolitana e parte do interior
DF	X	
GO	X	
MS	X	
MT		X

No Distrito Federal, os dados sistematizados têm como fonte apenas o boletim de ocorrência policial. Em Goiás e Mato Grosso do Sul, os dados são coletados tanto nos boletins de ocorrência, como nos inquéritos policiais. Em Mato Grosso, além dessas fontes, são utilizados também os laudos periciais.

Quadro 23 – Os dados oficiais da UF são advindos de quais fontes?

UF	Apenas dos Boletins de Ocorrência	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais e Laudos Periciais
DF	X		
GO		X	
MS		X	
MT			X

São gerados relatórios semanais com os dados coletados no Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul. Em Mato Grosso, os relatórios são mensais.

Quadro 24 – São gerados relatórios/análises dos dados oficiais da UF de quanto em quanto tempo?

UF	Toda semana	Todo mês
DF	X	
GO	X	
MS	X	
MT		X

Nos dados sistematizados pelas UFs é possível obter algumas informações sobre o perfil das vítimas. Em relação ao sexo e idade, temos essa informação na maioria dos casos no DF, MS e MT. Em Goiás esses dados existem, mas são informados raramente. Já dados sobre orientação sexual e raça/cor das vítimas existem na maioria dos casos apenas em Mato Grosso.

Quadro 25 – Dados sobre as vítimas informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos			
	Sexo da vítima	Orientação sexual da vítima	Raça/cor da vítima	Idade da vítima
DF	X			X
GO				
MS	X			X
MT	X	X	X	X

Os dados sobre os agressores apresentam coincidências com os de vítimas. Em termos de sexo e idade, os dados podem ser consultados, para a maioria dos casos, no DF, MS e MT. A raça/cor, contudo, está disponível para Mato Grosso. Em Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal esse dado é informado raramente, e em Goiás não existe o campo.

Quadro 26 - Dados sobre as agressores/infratores informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos		
	Sexo do agressor	Raça/cor do agressor/infrator	Idade do agressor/infrator
DF	X		X
GO			
MS	X		X
MT	X	X	X

A contextualização do fato ocorrido é relevante como dado, pois indica locais, dias e horários mais comuns na ocorrência de homicídios e permite maior planejamento das atividades de policiamento. Quanto ao local, apenas Goiás informou que os dados são informados raramente. Nas outras UFs o dado é frequente. Todas as UFs informaram possuir dados sobre dia da semana e horário do fato ocorrido. Já a motivação (ou aparente motivação) é informada na maioria dos casos apenas no Mato Grosso. Nas outras UFs o dado existe, mas é raro. Em termos de georreferenciamento, apenas Goiás e Mato Grosso do Sul o possuem para a maioria dos casos. No DF os dados nunca são georreferenciados e no Mato Grosso são raramente.

Quadro 27 – Dados sobre o ocorrido informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos				
	Local	Dia da semana	Horário	Motivação (aparente)	Georreferenciamento
DF	X	X	X		
GO		X	X		X
MS	X	X	X		X
MT	X	X	X	X	

6. REGIÃO SUDESTE

6.1 Indicadores e mapas comparados

Este capítulo tem o objetivo de trazer dados e análises sobre a Região Sudeste, suas UFs e os municípios que foram selecionados para o Pacto pela Redução de Homicídios. Destacamos que a Região Sudeste é a segunda em número de municípios envolvidos no Pacto: 22. Dividimos a apresentação em três partes principais: primeiro, fazemos análises descritivas sobre indicadores escolhidos a partir das causas e fatores de risco apresentadas no capítulo 1, em seguida trazemos a análise dos indicadores-síntese, que apontam para os principais problemas de cada estado e município. Na terceira parte deste capítulo, traremos informações sobre a qualidade dos dados de homicídios produzidos pelos estados da região.

TAXA DE HOMICÍDIOS - SINESP/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

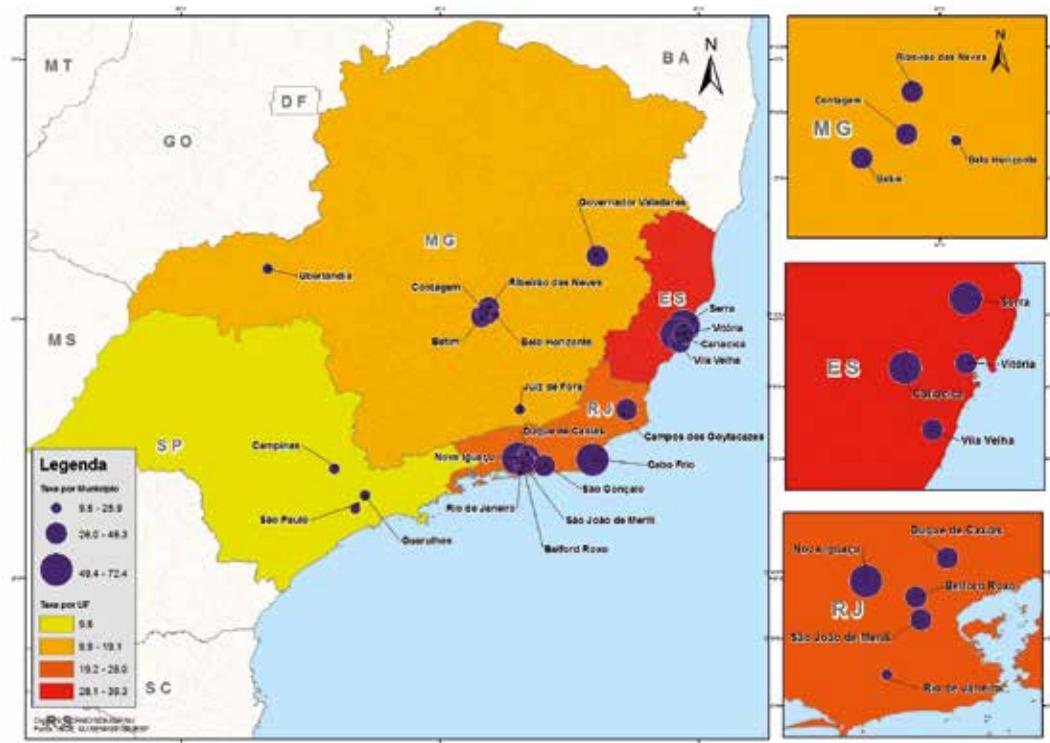
As taxas de homicídios da Região Sudeste variam de 9,8 pessoas mortas a cada 100 mil habitantes em São Paulo, estado com três municípios no Pacto, passando por 19,1 em Minas Gerais, com 7 municípios no Pacto, 28,0 no Rio de Janeiro, com 8 municípios no Pacto (número inferior ao da Bahia, somente) e chegando a 39,3 no Espírito Santo, com 4 municípios no Pacto.

Ao observarmos os municípios, notamos situações bastante diferenciadas. Dentro os com menores taxas, encontram-se São Paulo (9,5), Campinas (12,6) e Guarulhos (13,7), todos no estado de São Paulo, seguidos de três municípios de Minas Gerais e da capital do Rio de Janeiro: Uberlândia (18,3), Rio de Janeiro (18,0), Juiz de Fora (20,7) e Belo Horizonte (25,9).

Taxas intermediárias são encontradas em São Gonçalo-MG (31,6), Contagem-MG (36,1), Vitória-ES (37,2), Governador Valadares-MG (38,3) e São João de Meriti-RJ (40,2).

As maiores taxas se distribuem nos seguintes municípios: Ribeirão das Neves-MG (43,5), Belford Roxo-RJ (43,6), Campos dos Goytacazes-RJ (44,1), Duque de Caxias-RJ (48,4), Vila Velha-ES (49,2), Betim-MG (49,3), Cariacica-ES (57,5) e Nova Iguaçu-RJ (58,3). Além das altíssimas taxas de Cabo Frio-RJ (67,5) e Serra-ES (72,4).

Taxa de Homicídios por 100 Mil Habitantes - Ano 2014 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



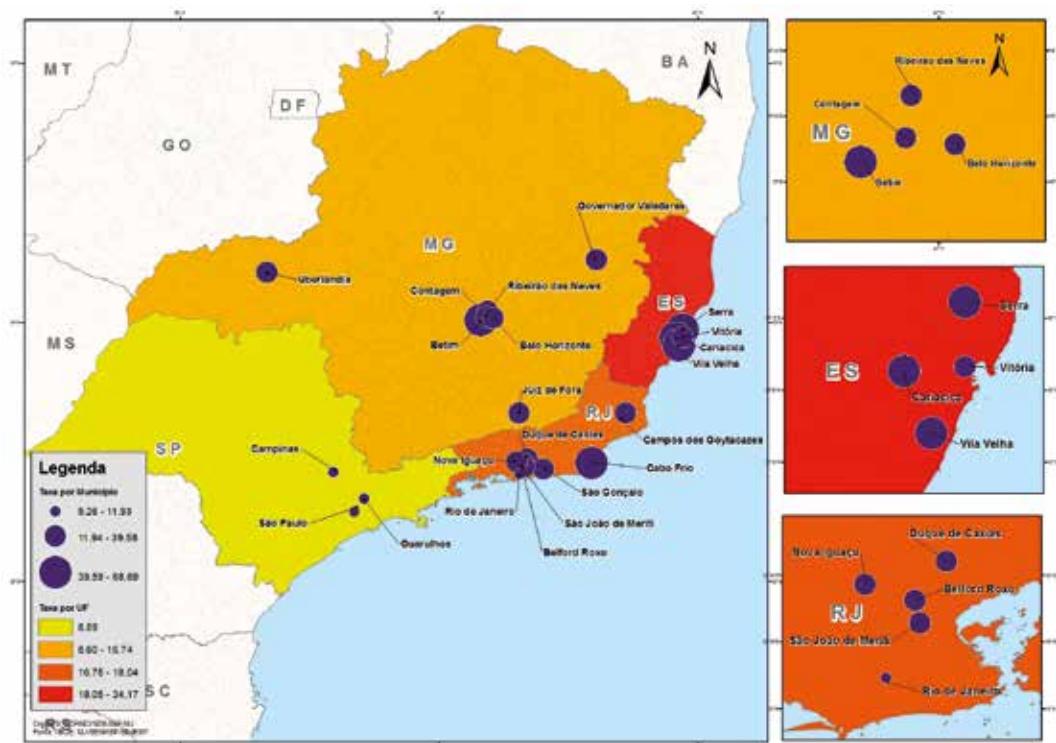
MORTES POR ARMAS DE FOGO – DATASUS

Neste trabalho, estamos utilizando a taxa de mortes por armas de fogo a cada 100 mil habitantes para dar pistas sobre a circulação de armas de fogo nas regiões. Por esse motivo são contabilizados tanto homicídios como suicídios. Na Região Sudeste, acompanhando a taxa de homicídios, a menor taxa de mortos por armas de fogo está em São Paulo, 8,7 a cada 100 mil habitantes. Em seguida, observamos as taxas de 16,8 em Minas Gerais e 18,8 no Rio de Janeiro. A maior taxa está no Espírito Santo (33,8). Esse ranqueamento é o mesmo da taxa de homicídios, indicando uma relação entre homicídios e circulação de armas de fogo na Região Sudeste.

Dentre os municípios, as menores taxas estão em Campinas (9,3), São Paulo (9,9), Rio de Janeiro (11,7), Guarulhos (11,9). Taxas intermediárias estão em Juiz de Fora (20,9), Nova Iguaçu (23,1), São João de Meriti (23,7), Uberlândia (24,4), Belford Roxo (25,5), Belo Horizonte (27,5), Duque de Caxias (28,1) e São Gonçalo (28,1).

As maiores taxas estão em Vitória (33,0), Campos dos Goytacazes (35,2), Contagem (37,1), Governador Valadares (38,1), Ribeirão das Neves (39,6), Vila Velha (42,5), Betim (48,2), Cariacica (50,0), Cabo Frio (51,9) e Serra (68,7). A situação de mortes por armas de fogo nos municípios também se assemelha à taxa de homicídios.

**Taxa de Óbitos Causados por Armas de Fogo por 100 Mil Habitantes - DATASUS
- Ano 2013 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**



AGLOMERADOS SUBNORMAIS

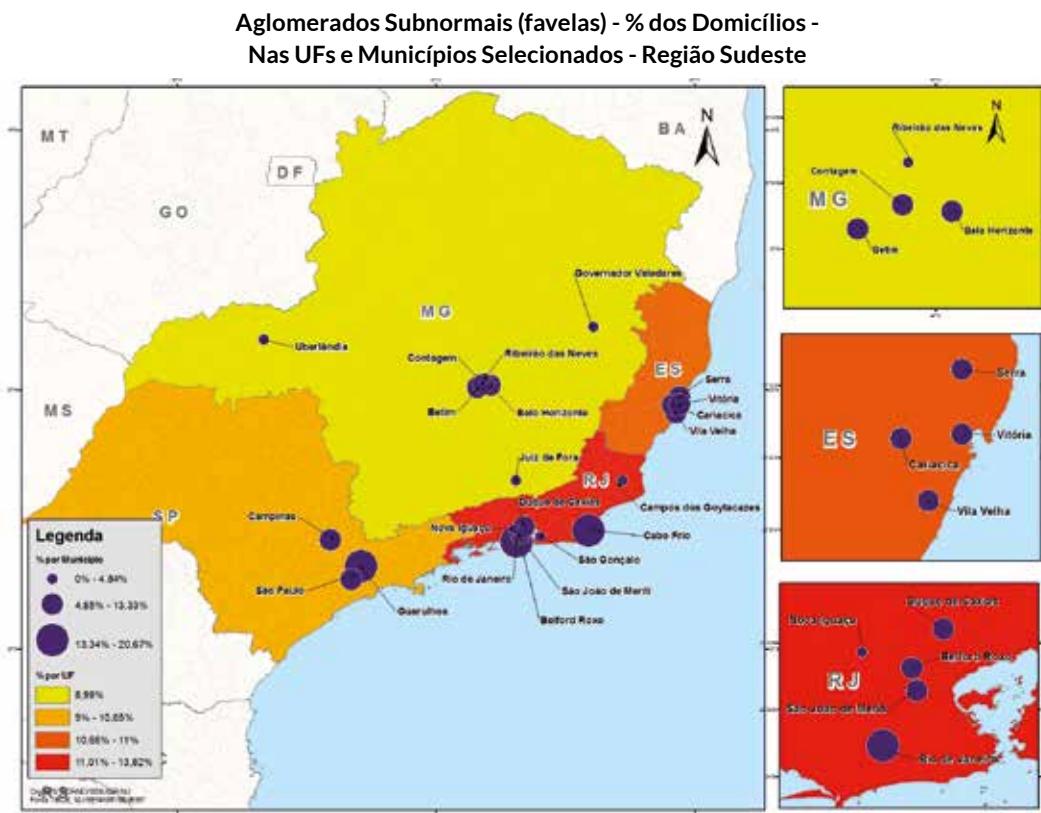
A porcentagem de pessoas vivendo em aglomerados subnormais é um dado do IBGE que informa qual é a parcela de pessoas que vivem em condições não ideais de habitação, como, por exemplo, as favelas. Tais situações de habitação se dão em condições precárias de saneamento e acesso a recursos do Estado. O acúmulo de pessoas habitando aglomerados tem sido observado como indicador de territórios inseguros que podem influenciar em sociabilidades violentas e violência interpessoal.

Ao observarmos as dinâmicas habitacionais dos estados, Minas Gerais é o que possui menos pessoas habitando em aglomerados subnormais. Trata-se de 9% da população. Em São Paulo são 10,7%, no Espírito Santo 11% e no Rio de Janeiro 13,8%.

Dentre os municípios, nem todos possuem percentual válido de pessoas habitando em aglomerados. Dentre os que possuem esse dado, destacam-se negativamente, em nível regional, os municípios de Guarulhos (16,0%), Rio de Janeiro (19,9%) e Cabo Frio (20,7%).

Porcentagens intermediárias são observadas em Vila Velha (13,3%), Campinas (11,5%), Belo Horizonte (11,5%), Betim (11,6%), São Paulo (9,9%), São João de Meriti (9,8%), Contagem (9,1%), Serra (8,4%), Cariacica (7,5%), Belford Roxo (7,1%), Duque de Caxias (6,8%) e Vitória (6,8%).

As menores porcentagens de habitações pouco adequadas estão em Ribeirão das Neves (4,8%) e Campos dos Goytacazes (3,2%).



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

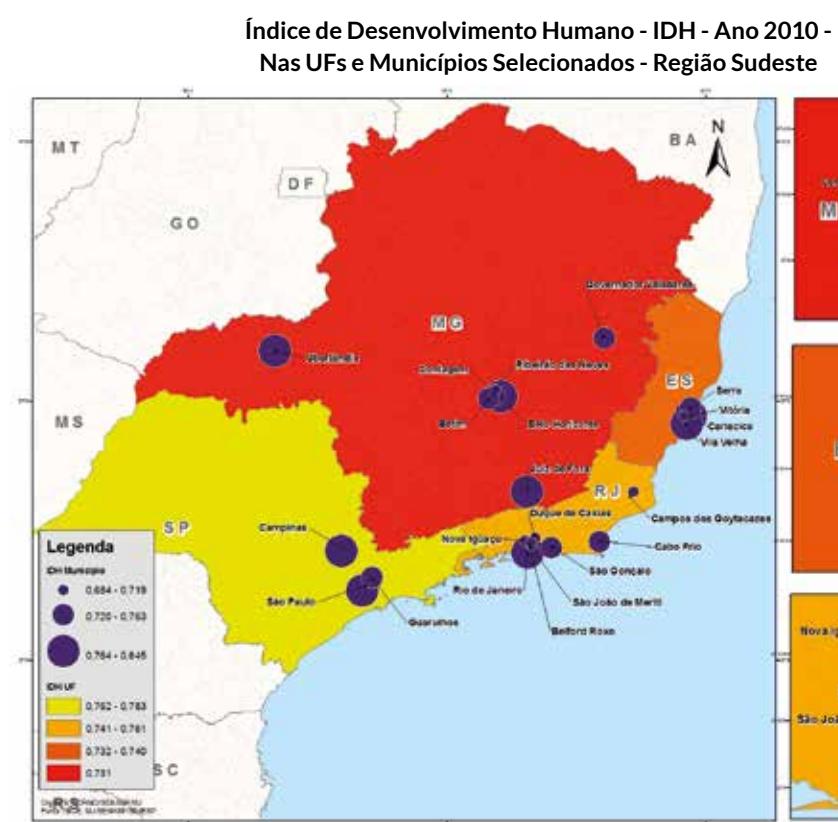
O Índice de Desenvolvimento Humano agrupa indicadores de renda, saúde e educação em um único índice, que varia de 0 a 1, sendo 0 a pior situação em termos de vulnerabilidades e desenvolvimento humano e 1 a melhor.

O IDH é parecido entre os estados da Região Sudeste, variando, de forma crescente, da seguinte maneira: Minas Gerais (0,731), Espírito Santo (0,740), Rio de Janeiro (0,761) e São Paulo (0,783).

Em nível municipal a situação é mais diversificada. A amplitude de variação é de 0,684 a 0,845. Os menores índices estão em Ribeirão das Neves (0,684), Belford Roxo (0,684), Duque de Caxias (0,711), Nova Iguaçu (0,713), Campos dos Goytacazes (0,716), Cariacica (0,718) e São João de Meriti (0,719).

Índices intermediários estão em Governador Valadares (0,727), Cabo Frio (0,735), Serra (0,739), São Gonçalo (0,739), Belford Roxo (0,749), Contagem (0,756) e Guarulhos (0,763).

Os melhores índices concentram-se em Juiz de Fora (0,778), Uberlândia (0,789), Rio de Janeiro (0,799), Vila Velha (0,800), Campinas (0,805), São Paulo (0,805), Belo Horizonte (0,810) e Vitória (0,845).



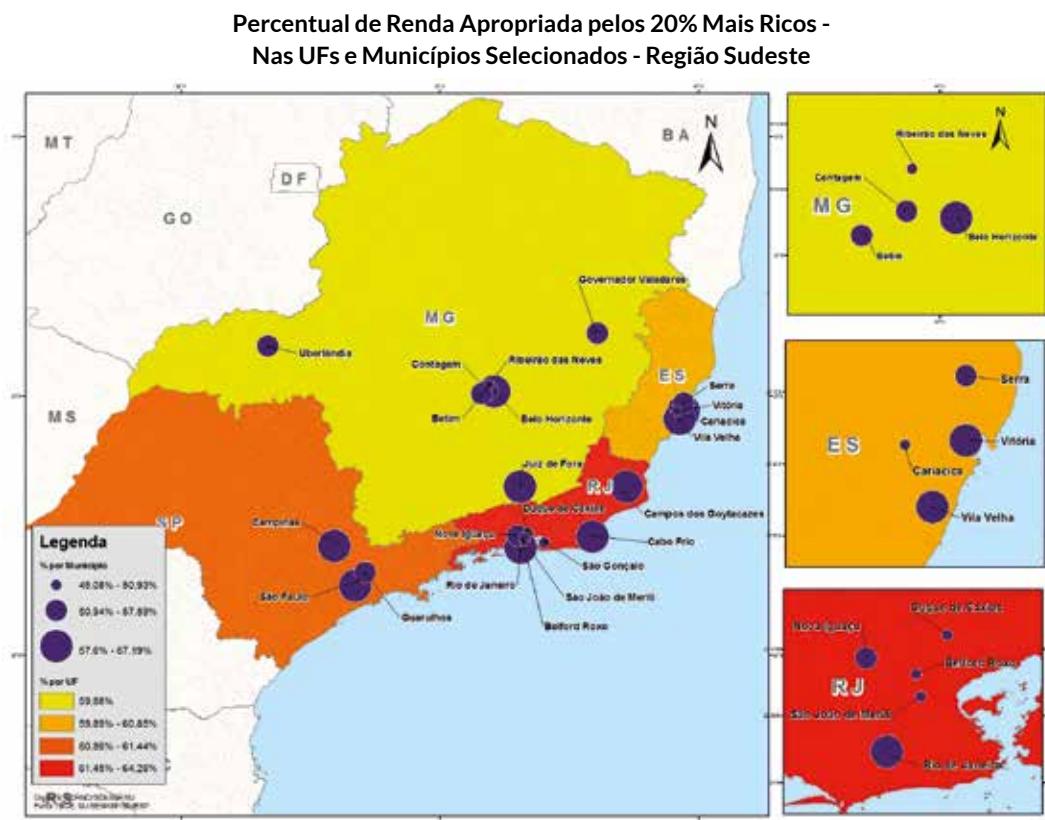
CONCENTRAÇÃO DE RENDA - IBGE (RENDA TOTAL NAS MÃOS DOS 20% MAIS RICOS)

O indicador sobre concentração de renda do IBGE indica qual porcentagem da renda dos estados e municípios está concentrada nas mãos dos 20% de famílias mais ricas. É um ótimo indicador de desigualdade social. A maior concentração de renda da região está no Rio de Janeiro. 64,44% da renda do estado está concentrada nas mãos dos 20% mais ricos. Os outros estados da região possuem valores próximos: 61,44% em São Paulo, 60,85% no Espírito Santo e 59,88% em Minas Gerais.

Dentre os municípios a variação é mais ampla. Encontramos casos nos quais menos de 50% da renda está concentrada. São eles: Ribeirão das Neves (45,1%), Belford Roxo (47,4%), São João de Meriti (48,7%) e São Gonçalo (49,3%).

Concentrações intermediárias estão em Cariacica (50,3%), Duque de Caxias (50,9%), Serra (52,6%), Betim (52,7%), Nova Iguaçu (52,8%), Contagem (53,2%), Guarulhos (55,9%), Uberlândia (56,1%), Governador Valadares (57,6%) e Cabo Frio (59,1%).

As mais altas porcentagens de concentração de renda estão em: Vila Velha (60,4%), Campos dos Goytacazes (60,5%), Campinas (60,7%), Juiz de Fora (61,2%), Vitória (63,5%), Belo Horizonte (65,0%), Rio de Janeiro (67,0%) e São Paulo (67,2%).



ROUBOS (BOLETINS DE OCORRÊNCIA – SINESP/MJ)

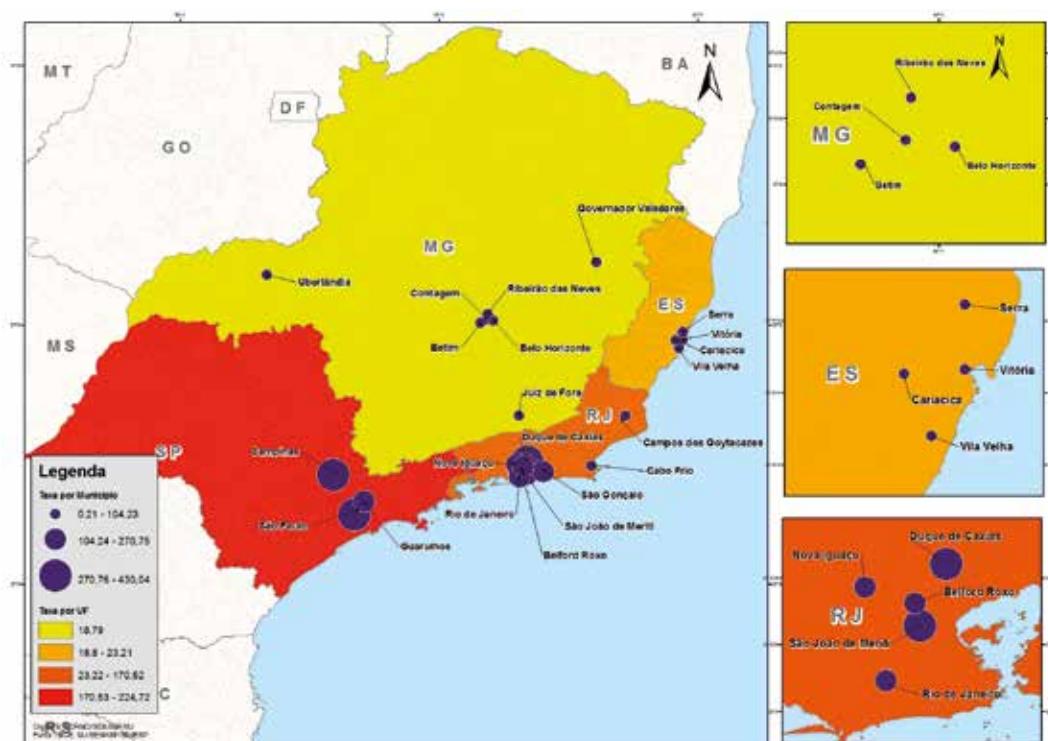
O latrocínio tem uma taxa pequena se comparada a outros crimes. Em razão disso, as taxas de ocorrência de roubos por 100 mil habitantes, associadas à alta circulação de armas, foram utilizadas como um indicativo de violência patrimonial, já que podem apresentar um risco maior para o cometimento de latrocínio. Esse indicador (roubos de veículos e a instituições financeiras) foi também utilizado: (i) porque são os tipos mais denunciados às polícias; e (ii) porque compõem os dados do SINESP de forma mais confiável.

A Região Sudeste apresenta uma grande amplitude na variação das taxas por 100 mil habitantes. A menor delas foi observada no estado de Minas Gerais (18,79), seguido pelo Espírito Santo (23,22). No Rio de Janeiro essa taxa sobe para 170,52. Entretanto, é no estado de São Paulo que se encontra a maior taxa da região, cujo valor é de 224,72, muito maior que nos estados vizinhos.

A variação da taxa nos municípios é também bastante ampla. As menores taxas foram observadas em municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais: Serra (0,21), Cariacica (0,53) e Vila Velha (0,65), Juiz de Fora (3,30), Governador Valadares (6,53) e Ribeirão das Neves (7,92).

Com taxas entre 30 e 100 estão os municípios de Betim (33,70), Campos dos Goytacazes (33,95), Cabo Frio (42,42), e os municípios mineiros de Uberlândia (46,55), Belo Horizonte (68,49) e Contagem (97,18). Taxas acima de 100 foram observadas em Vitória (104,23) e em dois municípios do estado do Rio de Janeiro, Belford Roxo (180,70) e Rio de Janeiro (192,93). Taxas ainda maiores foram registradas em Guarulhos (249,37), São Gonçalo (266,99), Nova Iguaçu (270,75), São João do Meriti (355,47) e Duque de Caxias (386,53). Por fim, os municípios com as maiores taxas da região foram Campinas (424,07) e São Paulo-SP (430,04).

Taxa de Registros de Ocorrências de Roubos de Veículos e Instituições Financeiras por 100 Mil Habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL – IVJ

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil é uma síntese dos seguintes indicadores: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e risco relativo de brancos e negros serem vítimas de homicídio. O IVJ fornece informações sobre locais em que os jovens estão mais vulneráveis

à violência e, a partir desse índice, pode-se dimensionar onde esses jovens precisam de maior atenção. Os valores do IVJ variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de “zero”, menor será a vulnerabilidade juvenil.

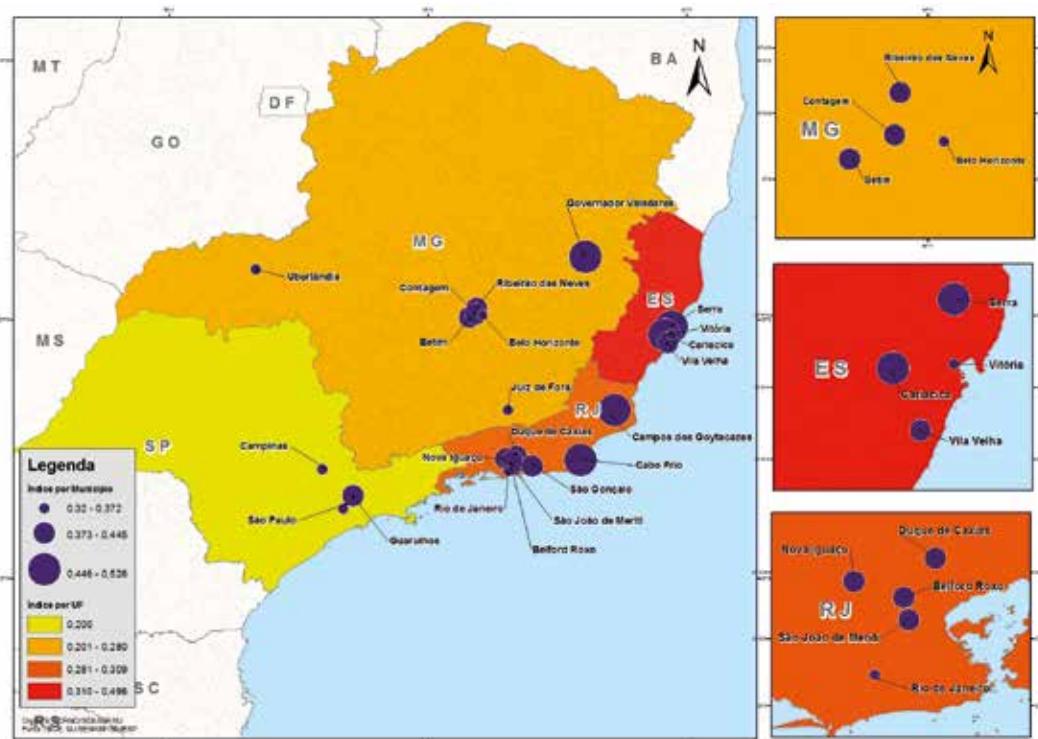
O estado de São Paulo apresenta o menor Índice de Vulnerabilidade (0,200), seguido de perto pelo estado de Minas Gerais (0,280) e um pouco depois pelo Rio de Janeiro (0,309). A mais grave situação de vulnerabilidade juvenil, no entanto, encontra-se no Espírito Santo, onde o IVJ chega a 0,496.

Nos municípios, a situação de vulnerabilidade dos jovens da Região Sudeste varia entre 0,320, em Juiz de Fora-MG, e 0,526, no município de Serra-ES, a maior da região.

Os outros municípios selecionados apresentam as seguintes taxas: Campinas (0,321), Uberlândia (0,326), São Paulo (0,331), Belo Horizonte (0,359), Vitória (0,365), Rio de Janeiro (0,372), Guarulhos (0,379), São Gonçalo (0,384) e Belford Roxo (0,388). Com índices na casa de 0,4 encontram-se Contagem (0,402), São João do Meriti (0,403), Nova Iguaçu (0,405), Ribeirão das Neves (0,4106), Vila Velha (0,420), Duque de Caxias (0,440), Betim (0,445) e Governador Valadares (0,470).

Os maiores índices, ultrapassando o valor de 0,5, estão em Cariacica (0,508), Campos dos Goytacazes (0,518) e Cabo Frio (0,519), além de Serra, como já mostrado acima.

Índice de Vulnerabilidade Juvenil - IVJ - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



EDUCAÇÃO: TAXA DE EVASÃO ESCOLAR (CENSO ESCOLAR/INEP/MEC, 2014)

As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas na 2^a etapa do Censo Escolar. Para o cálculo das taxas de rendimento e do abandono escolar é considerada a situação final das matrículas do Ensino Fundamental e Médio da modalidade regular. Nesse sentido, a taxa de abandono indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo.

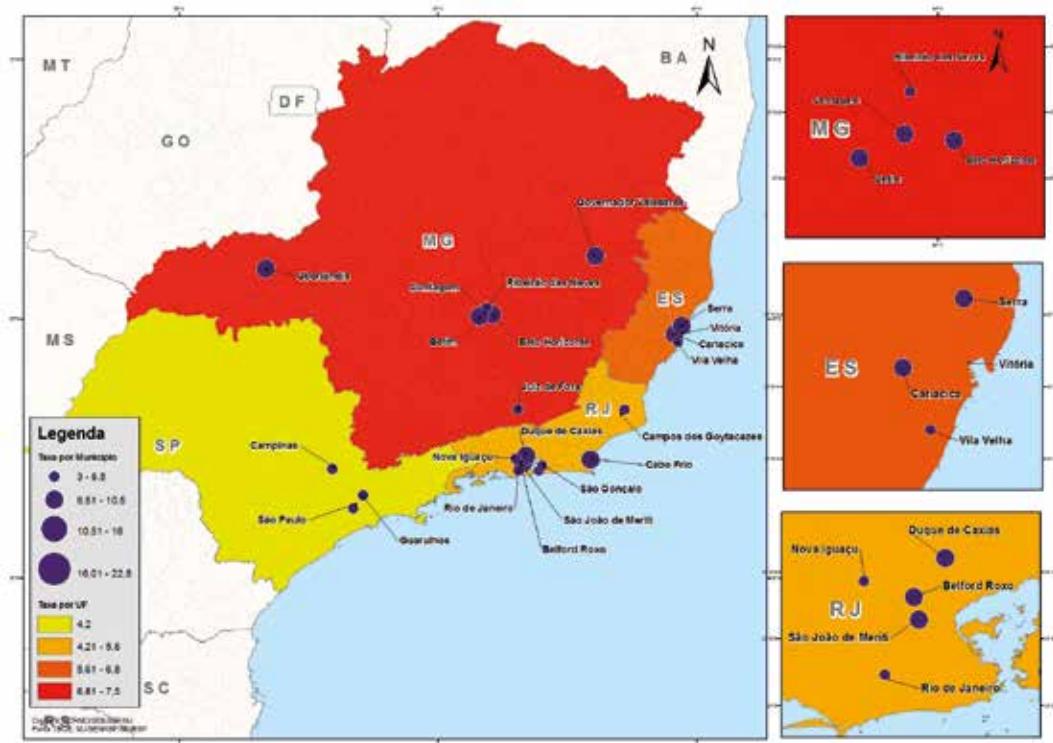
Para o propósito deste trabalho, a taxa de abandono escolar especificada no mapa é referente apenas ao Ensino Médio, já que, em tese, esta é a faixa etária com maior vulnerabilidade e a que tem sido a mais vitimada com relação aos homicídios.

Os estados da região apresentaram as seguintes as taxas de abandono no Ensino Médio: São Paulo (4,2), Rio de Janeiro (5,6), Espírito Santo (6,8) e Minas Gerais (7,5).

Quanto aos municípios selecionados, as taxas variaram entre 3,3 em Vila Velha e 10,2 em Cariacica, ambas no estado do Espírito Santo. As taxas nos outros municípios da Região Sudeste foram as seguintes: São Gonçalo (3,3), Guarulhos (4,5), Campos dos Goytacazes (4,7), São Paulo (5,1), Campinas (5,3), Vitória (5,9), Nova Iguaçu (6,1), Rio de Janeiro (6,3), Ribeirão das Neves (6,4), Juiz de Fora (6,5) e Duque de Caxias (7,0).

Taxas um pouco maiores que essas foram observadas em Cabo Frio (7,3), São João de Meriti (7,5), Belo Horizonte (7,6), Betim (7,6) e Belford Roxo (7,9). Taxas ainda maiores são as de Governador Valadares (8,3), Contagem (8,8), Serra (9,1) e Uberlândia (10,0).

Taxa de Abandono Escolar - Ano 2014 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



PERCENTUAL DE JOVENS NEGROS NA POPULAÇÃO

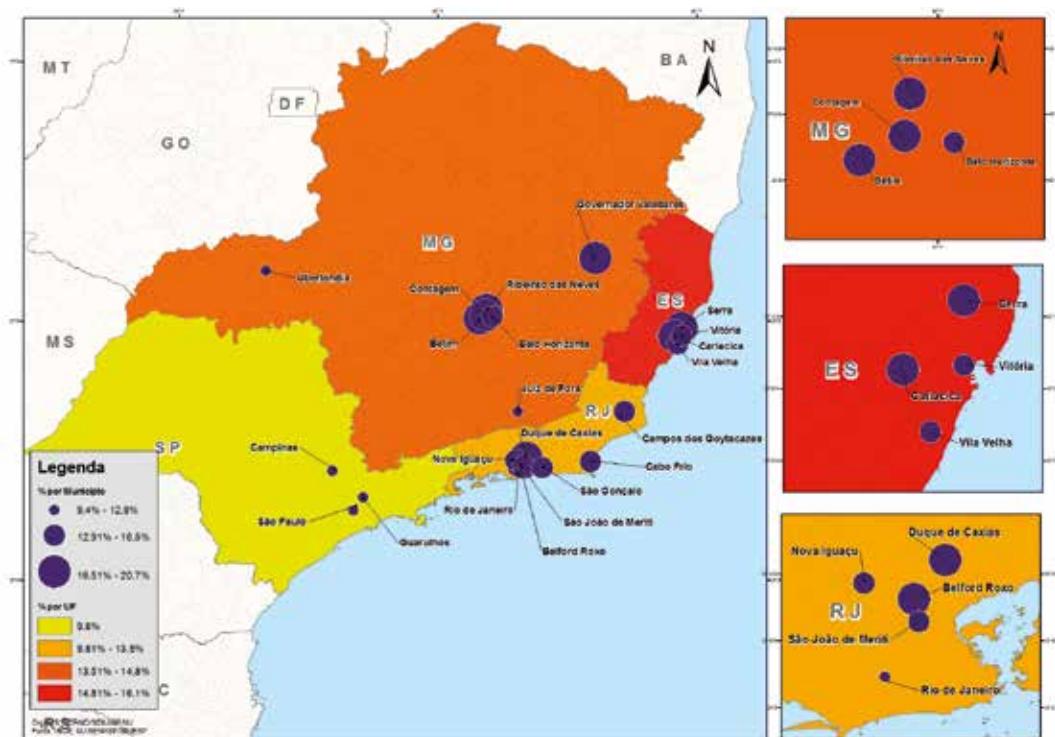
Os jovens negros são os mais afetados pela violência urbana, advinda de diversos contextos, e os mais vitimados pelos homicídios. Por esse motivo, esse é um dos indicadores discutidos neste trabalho e pode apontar locais nos quais são necessárias ações orientadas para a proteção dessa parcela da população e controle de fatores de risco associados à violência urbana.

No Brasil, o percentual de jovens negros é 14,4% da população. Em se tratando da Região Sudeste, o estado com menor porcentagem de jovens negros na população é São Paulo (9,8%), seguido do Rio de Janeiro (13,5%). Minas Gerais (14,8%) aparece com a segunda maior população de jovens negros e Espírito Santo (16,1%) tem a maior taxa de jovens negros.

No nível municipal, os menores percentuais de jovens negros na população são observados em Campinas (9,4%), São Paulo (10,5%), Juiz de Fora (11,3%), Uberlândia (12,3%), Rio de Janeiro (12,5%) e Guarulhos (12,9%). Na segunda faixa do mapa, com percentuais que variam entre 13,6% e 16,5%, encontram-se os municípios de Campos dos Goytacazes (13,6%), Cabo Frio (13,7%), São Gonçalo (14,0%), Belo Horizonte (14,5%), Vitória (14,6%), Vila Velha (15,5%), São João de Meriti (16,3%) e Nova Iguaçu (16,5%).

O terceiro bloco de municípios tem percentuais entre 16,8% e 20,7%. Nessa faixa estão os municípios de Duque de Caxias (16,8%), Contagem (16,9%), Belford Roxo (17,5%), Governador Valadares (17,8%), Cariacica (18,9%) e Betim (19,45%). Serra (20,1%) e Ribeirão das Neves (20,7%) têm os maiores percentuais.

**Percentual da População de Jovens (19 a 29 anos) Pretos e Pardos
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**



MORTES POR ABUSO DE DROGAS ILÍCITAS (DATASUS)

A taxa de mortes por intoxicação com drogas ilícitas a cada 100 mil habitantes é usada neste diagnóstico para se verificar a disponibilidade de drogas em determinados territórios, uma vez que carecemos de dados sobre esse indicador e também porque as apreensões de drogas medem bem mais a atividade policial do que a disponibilidade de drogas de *per si*.

As taxas nos estados da Região Sudeste distribuem-se com uma amplitude variando de 0,15, no estado de São Paulo, a 0,50, em Minas Gerais, maior taxa da região. Números intermediários são observados no Rio de Janeiro (0,32) e no Espírito Santo (0,36).

No que tange aos 22 municípios selecionados no Sudeste, os dados do DATASUS em 2013 apontam que não houve ocorrências nos municípios de Serra (ES), Campos dos Goytacazes, São Gonçalo e São João de Meriti (RJ) e Guarulhos (SP).

As taxas nos municípios onde foram registradas ocorrências variam entre 0,08 e 1,77. As menores taxas foram observadas em: São Paulo (0,08), Uberlândia (0,15), Betim (0,25) e Campinas (0,26). Numa faixa intermediária, os municípios de Governador Valadares (0,36), Belford Roxo (0,42), Contagem (0,47), Nova Iguaçu (0,50), Cabo Frio (0,50), Cariacica (0,53), Juiz de Fora (0,55), Rio de Janeiro (0,56), Duque de Caxias e Vitória (0,57). Taxas acima de 1,00 foram observadas em Vila Velha (1,31), Ribeirão das Neves (1,58) e Belo Horizonte (1,77).

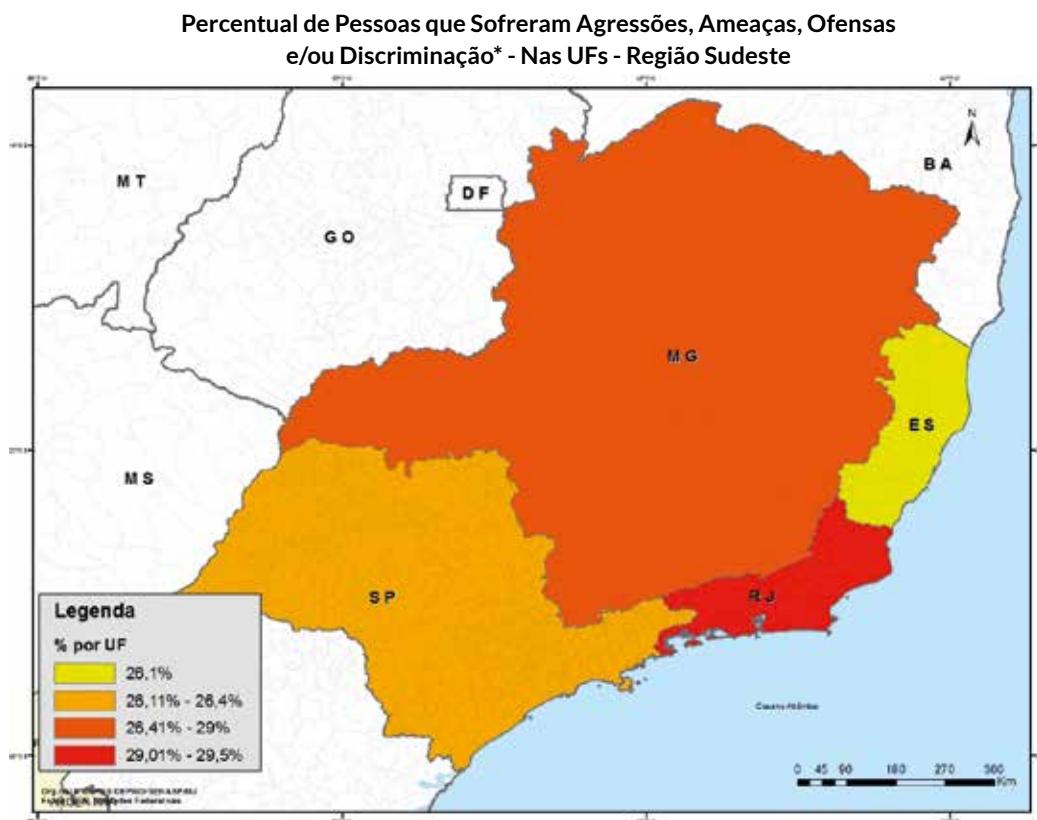
**Taxa de Óbitos por Intoxicação de Drogas Ilícitas - Ano 2013 -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**



CRIMES CONTRA A PESSOA – PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO

Fomentada pela SENASP e realizada pelo Instituto Datafolha, a Pesquisa Nacional de Vitimização levantou dados nos anos de 2011 e 2012, com divulgação em 2013. Cabe salientar que os dados apresentados pela pesquisa possuem representatividade por Unidade Federativa e, portanto, para o país como um todo. Por ter sido uma pesquisa bastante abrangente, a partir dela pode-se ter uma dimensão, mais próxima do real, do número de pessoas que foram vítimas de crimes contra a pessoa, desde ameaças, discriminação e agressões até ofensas sexuais. Embora não desçam ao nível do município, já que os dados apresentados são apenas por UF, esses dimensionam bem a cultura adversarial e o fenômeno da violência interpessoal em nosso país.

As taxas de pessoas vitimadas na Região Sudeste alcançam seu maior valor no estado do Rio de Janeiro, onde o percentual chega a 29,5%. Em ordem decrescente aparecem Minas Gerais (29,0%), São Paulo (26,4%) e Espírito Santo (26,1%).



*Para a Pesquisa Nacional de Vitimização, foi perguntado aos/as entrevistados/as se sofreram agressões ou ameaças nos últimos 12 meses. Além disso, foi perguntado se os/as entrevistados/as sofreram ofensa sexual e discriminação alguma vez na vida.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE RESIDE NO MUNICÍPIO HÁ MENOS DE 5 ANOS (IBGE)

Locais com maior concentração de pessoas com menor vínculo com o território e com as outras pessoas do local podem ser também mais propícios a violências interpessoais e homicídios. É o que apontam alguns estudos sobre esse tema. Ademais, a sensação de segurança em residentes novos pode ser menor, bem como a desconfiança e reação violenta a terceiros. Alguns autores chamam esse fenômeno de *falta de coesão social*. Nesse sentido, a taxa de residentes há menos de 5 anos nos municípios indica qual a parcela da população que habita determinado território por um tempo curto e novo, o que nos parece ser um dado relevante para este estudo.

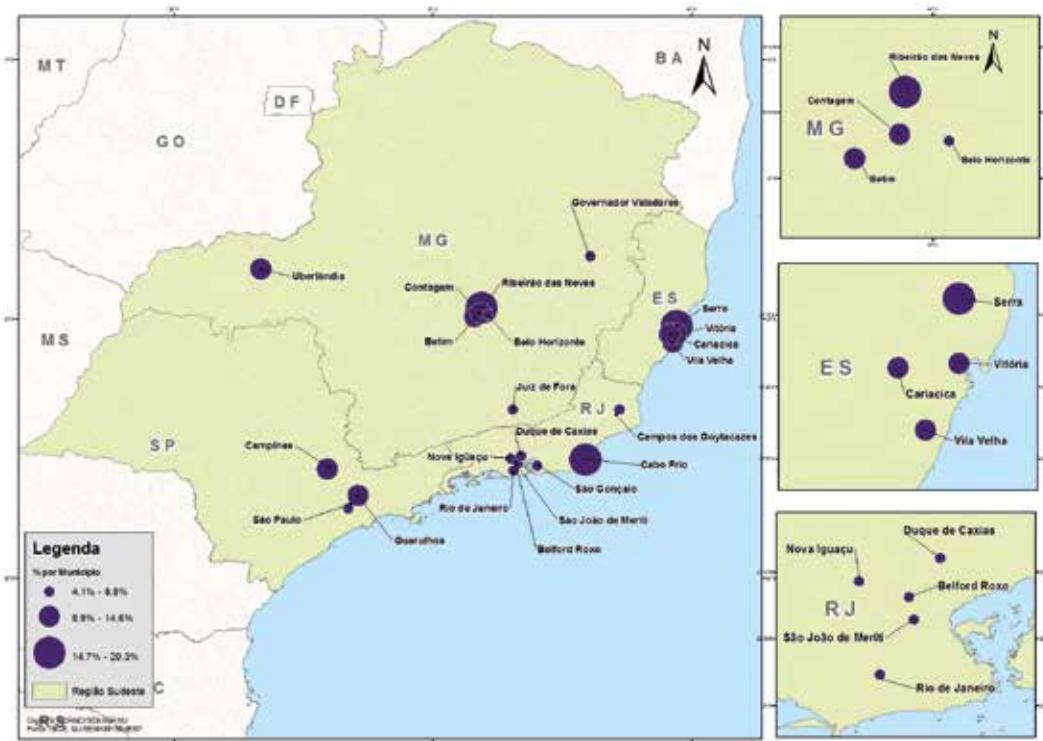
Esse indicador foi analisado apenas por município. Entre aqueles que possuem a menor porcentagem de novos moradores, variando de 4,12% a 8,76%, estão: Campos dos Goytacazes (4,12%), Rio de Janeiro (4,91%), São Paulo (6,24%), São Gonçalo (6,43%), Duque de Caxias (6,79%), São João de Meriti (7,27%), Nova Iguaçu (7,41%), Belo Horizonte (7,67%), Juiz de Fora (8,02%) e Governador Valadares (8,76%).

Em uma zona intermediária, com porcentagem de novos moradores de 10,31% a 14,65%, encontram-se os municípios de Guarulhos (10,31%), Campinas (10,58%), Cariacica (11,11%), Uberlândia (12,51%), Vitória (13,28%), Contagem (13,95%), Betim (14,41%) e Vila Velha (14,65%).

Já com as maiores parcelas de novos residentes estão os municípios de Serra (17,62%), Ribeirão das Neves (19,70%) e Cabo Frio, cujo percentual é de 20,34%.

Ressaltamos que a análise desse indicador em conjunto com outros, pode apontar para uma compreensão mais acurada da dinâmica social do lugar com relação ao mercado de trabalho, da economia local e das relações sociais que nele estão sendo estabelecidas.

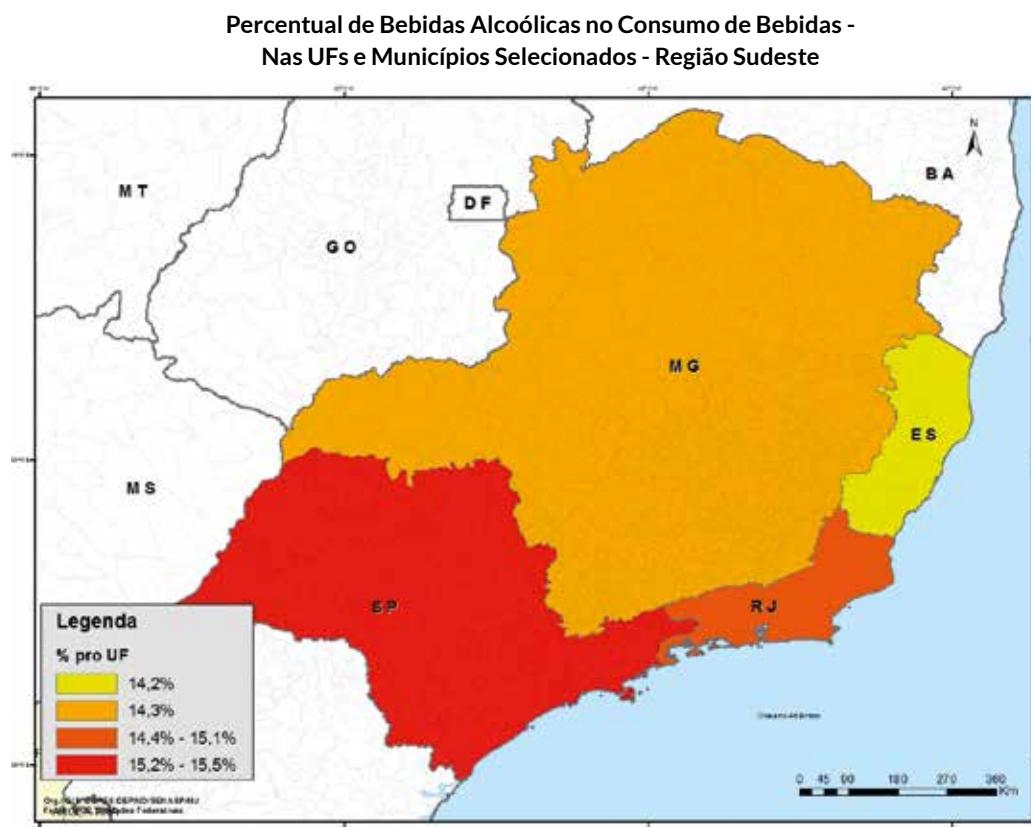
**Percentual da População Residente no Município Há Menos de 5 Anos
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**



CONSUMO DE ÁLCOOL (POF – PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES)

Este diagnóstico analisa o consumo de álcool como um agente potencializador das violências, especialmente aquelas perpetradas no contexto interpessoal e doméstico. Para tanto, usamos neste trabalho dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, a qual observa a porcentagem de orçamento familiar, destinado a bebidas, que está concentrado no gasto com bebidas alcoólicas, como uma forma de medir o consumo de bebidas alcoólicas pela população.

Os estados nos quais as famílias destinam a menor porcentagem de seu orçamento familiar com bebidas alcoólicas são Espírito Santo (14,16%) e Minas Gerais (14,28%). Depois desses estão o Rio de Janeiro (15,10%) e São Paulo, com 15,47% da renda familiar dedicada a bebidas alcoólicas.

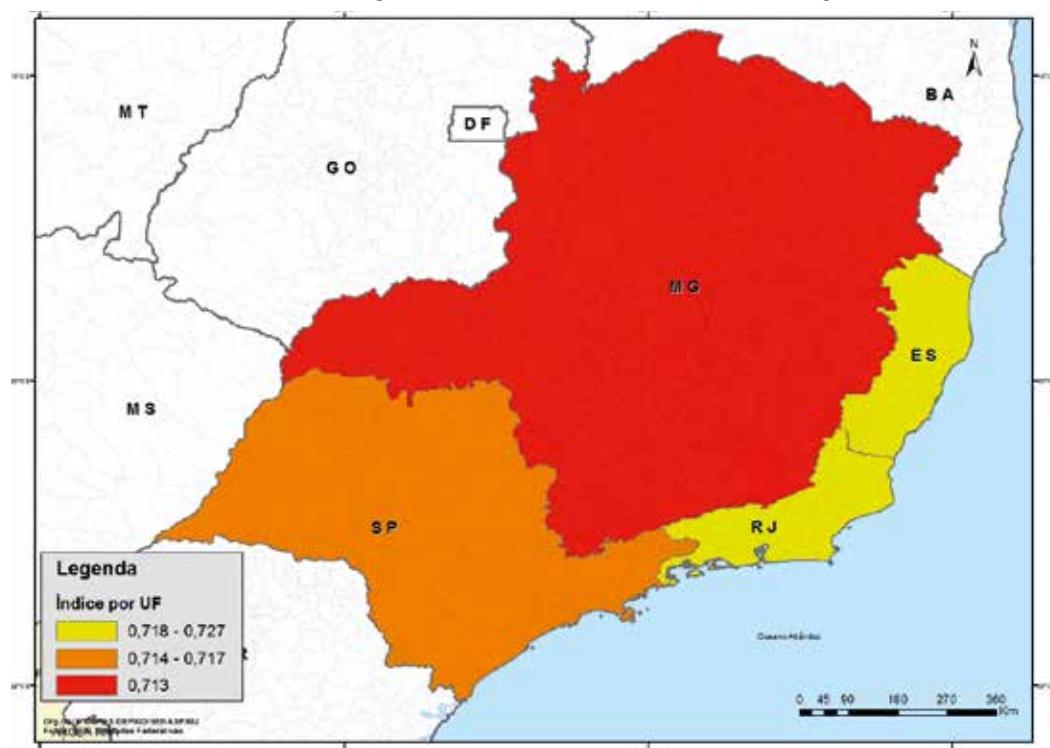


ÍNDICE NACIONAL DE DESIGUALDADE DE GÊNERO – INDG

O Índice Nacional de Desigualdade de Gênero foi construído para dimensionar as desigualdades entre homens e mulheres em termos de saúde, educação, trabalho e participação política. Da mesma forma que o IDH, esse índice varia de 0 a 1, sendo que 1 representaria uma sociedade plenamente igualitária em termos de gênero. As menores taxas brasileiras variam de 0,67 a 0,69.

Os estados do Sudeste apresentam índices intermediários no contexto brasileiro e parecidos entre si, variando da seguinte maneira: Minas Gerais (0,713), São Paulo (0,717), Espírito Santo (0,726) e Rio de Janeiro (0,727).

Índice Nacional de Desigualdade de Gênero - INDG - Nas UFs - Região Sudeste



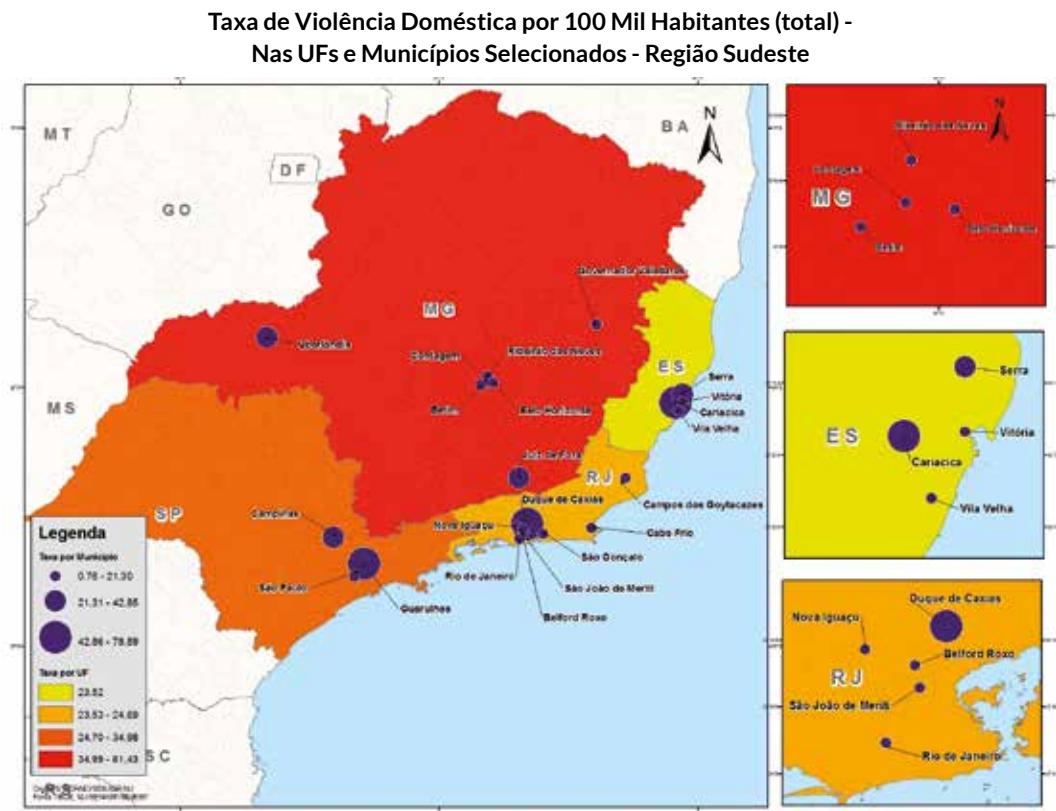
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – AGRESSÕES OCORRIDAS NA RESIDÊNCIA

Os dados de violência doméstica são advindos do Sistema de Nacional de Agravamento de Notificação, do DATASUS, ou seja, trata-se de agressões que chegaram ao hospital. Nesse sentido, não dimensionam por completo a violência doméstica, mas são os melhores dados disponíveis e indicam uma tendência. No mapa adiante são apresentadas as taxas de notificação de violência doméstica por 100 mil habitantes.

As menores taxas estão no Espírito Santo (23,53) e no Rio de Janeiro (24,69). Em São Paulo a taxa é maior. São 34,98 notificações de violência doméstica para cada 100 mil habitantes. A maior taxa está em Minas Gerais (61,31).

Dentre os municípios a amplitude de variação é grande - 0,76 a 78,89 casos por 100 mil habitantes. As menores taxas estão em São Paulo (0,76), Cabo Frio (2,45), Vila Velha (4,08), São Gonçalo (5,72), Governador Valadares (7,94), Belo Horizonte (8,03), Belford Roxo (8,97), Ribeirão das Neves (10,02), Betim (11,65), Contagem (12,43), São João de Meriti (12,81), Campos dos Goytacazes (17,06), Rio de Janeiro (17,40), Nova Iguaçu (19,60) e Vitória (21,30).

Taxas mais altas estão em Uberlândia (31,47), Campinas (32,22) e Serra (35,26). Já as maiores taxas de violência doméstica estão em Juiz de Fora (42,85), Guarulhos (59,06), Cariacica (76,80) e Duque de Caxias (78,89).



TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES, IDOSOS E CRIANÇAS (DATASUS)

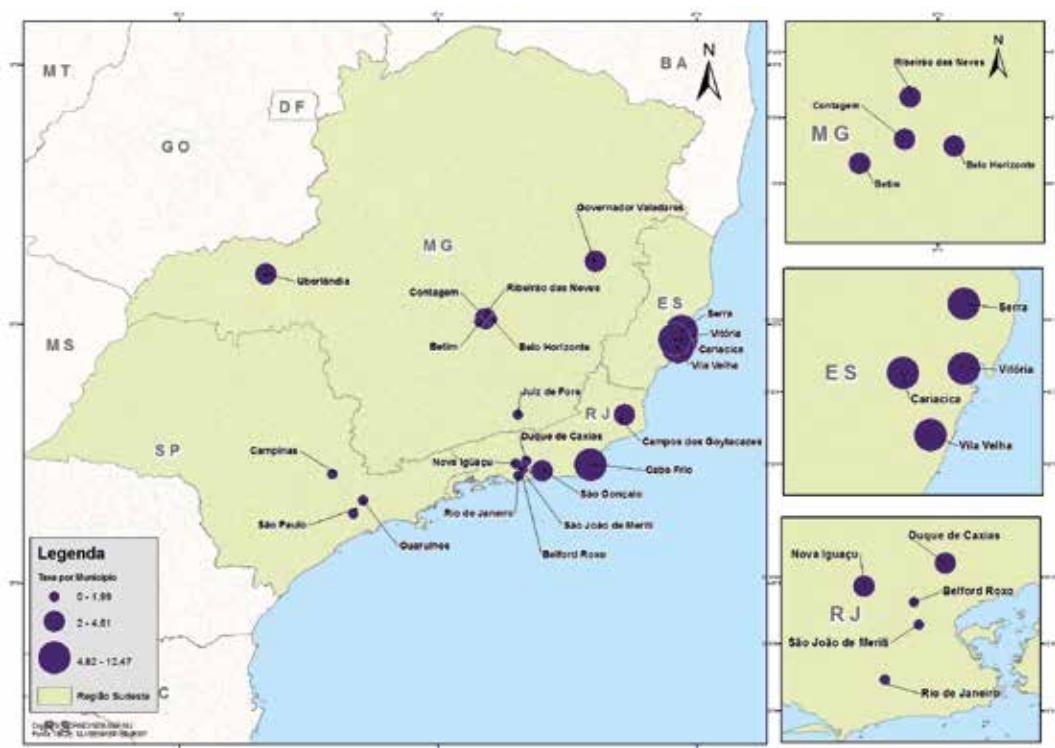
As taxas de homicídios de mulheres, idosos e crianças permitem observar como cada um desses fenômenos de homicídio se distribui nos municípios pesquisados e, além disso, em quais locais existe a maior possibilidade de homicídios perpetrados por violência doméstica, os quais exigem determinadas ações de prevenção e repressão. Esse dado é apresentado em nível municipal.

Em termos de homicídios de crianças, as taxas variam de 0, em Nova Iguaçu, a 12,47, em Vitória. Taxas menores são observadas em: Belford Roxo (0,85), Guarulhos (0,99), Betim (1,03), Ribeirão das Neves (1,28), Campinas (1,42), Duque de Caxias (1,44), Rio de Janeiro (1,45), Belo Horizonte (1,54), São Paulo (1,74), São João de Meriti (1,91), Juiz de Fora (1,99). Taxas intermediárias estão em Contagem (3,04), Uberlândia (3,11), Campos dos Goytacazes (3,66), São Gonçalo (3,81) e Governador Valadares (4,81). Taxas maiores foram observadas em Cariacica (8,16), Cabo Frio (8,60), Vila Velha (8,98) e Serra (9,42).

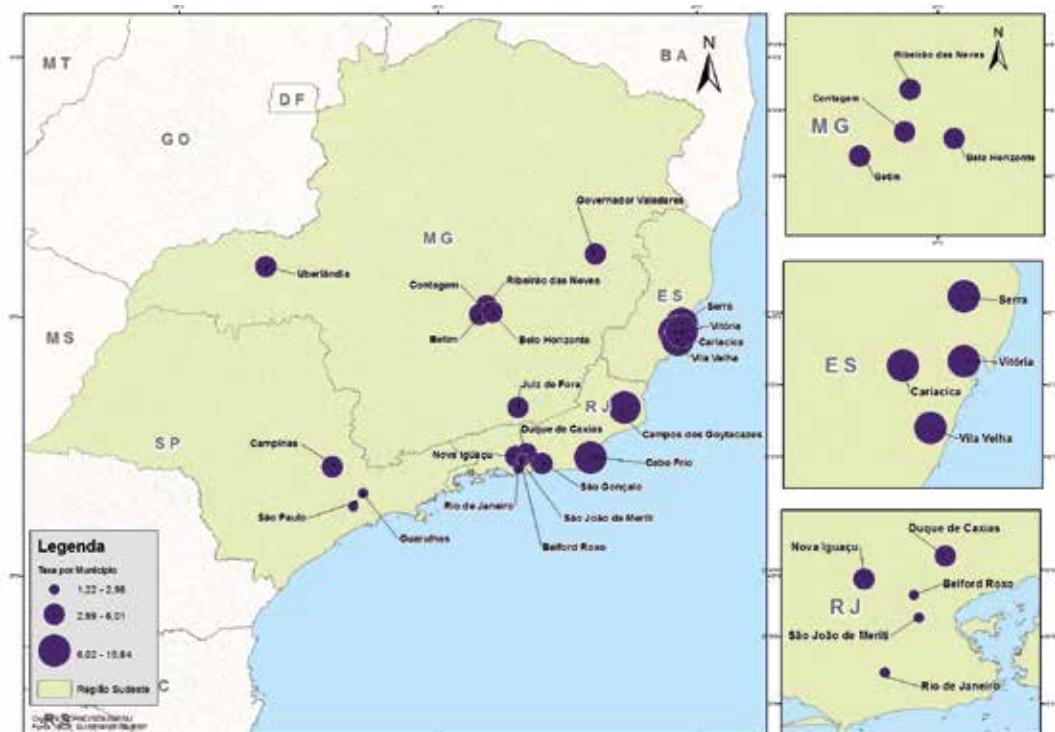
Os homicídios de mulheres também apresentam uma variação grande. As menores taxas estão em Belford Roxo (1,22), Rio de Janeiro (1,91), São Paulo (2,70), São João de Meriti (2,90), Guarulhos (2,98), Campinas (3,52), São Gonçalo (3,56), Nova Iguaçu (3,59), Juiz de Fora (3,61). Taxas maiores estão em Duque de Caxias (4,00), Belo Horizonte (4,01), Governador Valadares (4,29), Uberlândia (4,42), Betim (4,56), Ribeirão das Neves (5,89) e Contagem (6,01). As taxas mais altas estão em Cabo Frio (8,00), Campos dos Goytacazes (8,17), Vitória (8,49), Vila Velha (9,06), Cariacica (12,73) e Serra (15,84).

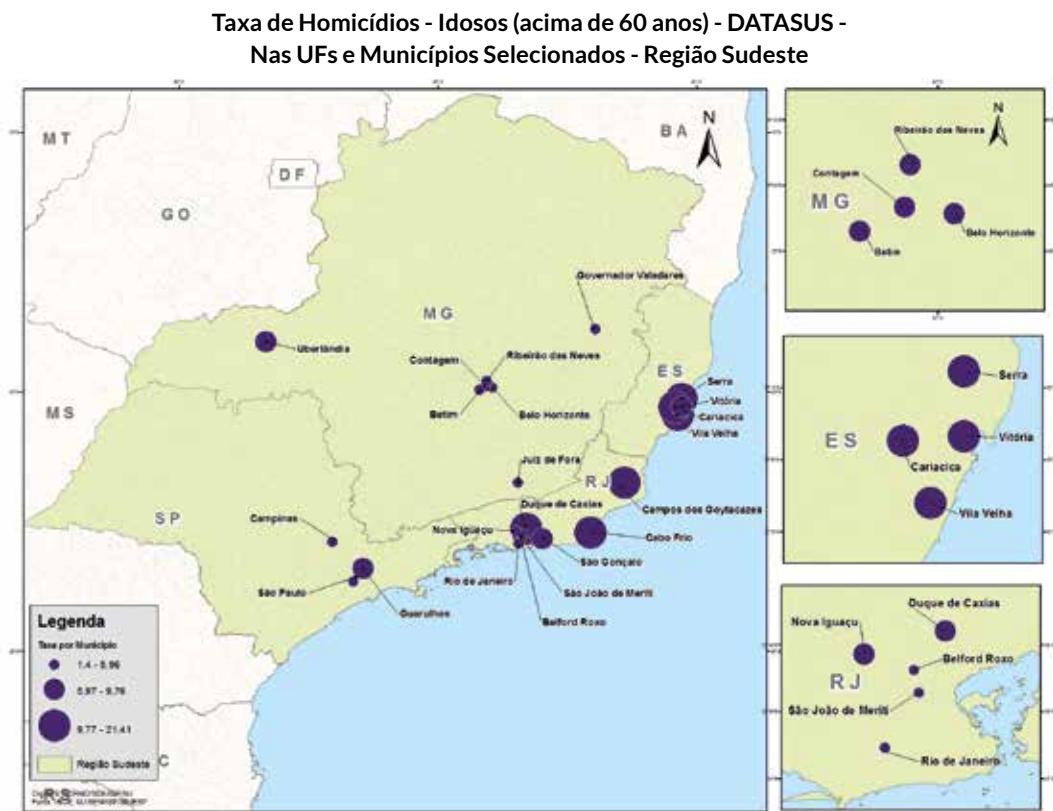
No caso dos homicídios de idosos a amplitude de variação se dá entre 1,4 e 21,41. Nesse caso, as menores taxas estão em Juiz de Fora (1,40), Rio de Janeiro (2,21), Governador Valadares (3,22), Nova Iguaçu (3,54) e Betim (3,64). Taxas intermediárias foram observadas em Campinas (4,41), Belford Roxo (4,43), Ribeirão das Neves (4,65), São Paulo (5,03), Contagem (5,29), São João de Meriti (5,75) e Belo Horizonte (5,96). As maiores taxas estão em São Gonçalo (7,36), Vitória (7,48), Uberlândia (9,48), Guarulhos (9,76), Cariacica (12,57), Duque de Caxias (13,73), Cabo Frio (14,23), Vila Velha (15,35), Serra (16,68) e Campos dos Goytacazes (21,41). Destaca-se que Cabo Frio, Vila Velha, Cariacica e Serra apresentam altas taxas em todos os casos.

**Taxa de Homicídios - Crianças (até 14 anos) - DATASUS -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**



Taxa de Homicídios - Mulheres - DATASUS - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste





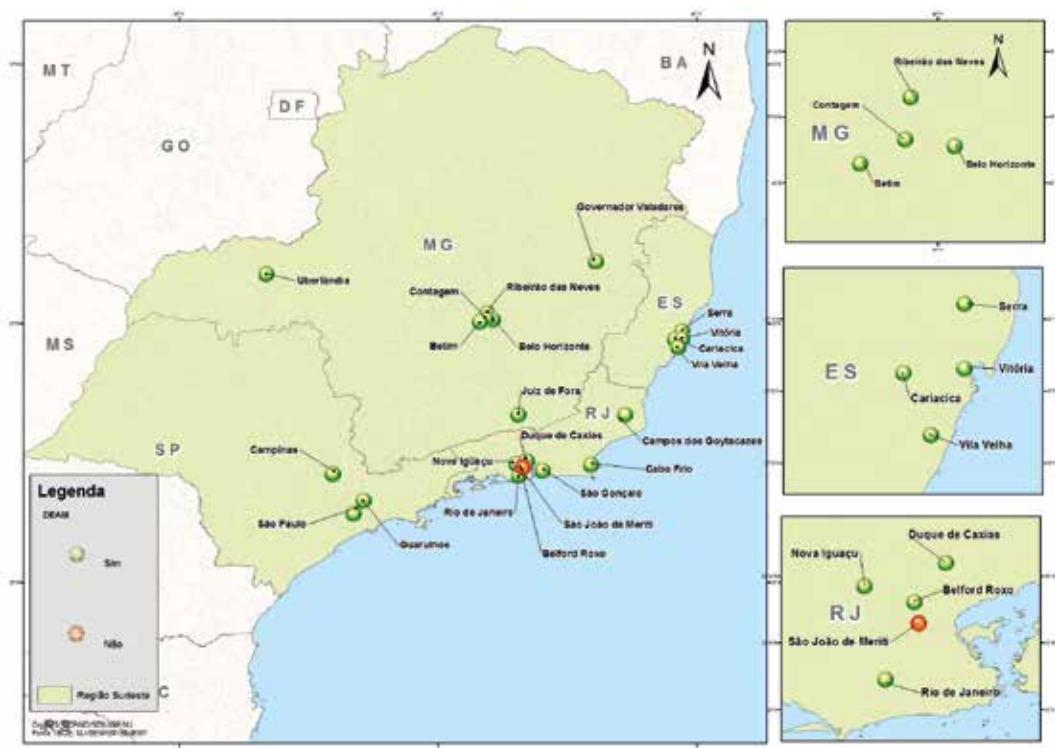
QUANTIDADE DE DEAMS E DPCAS

A existência de rede de proteção e atendimento específico para questões envolvendo violência doméstica pode ser um dos fatores de prevenção da ocorrência de homicídios nesses casos. De acordo com a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASA/P MJ), de 2013, os municípios do Pacto na Região Sudeste estão com uma situação boa em termos de delegacias de mulheres. O único que não possui esse atendimento especializado é São João de Meriti, no estado do Rio de Janeiro.

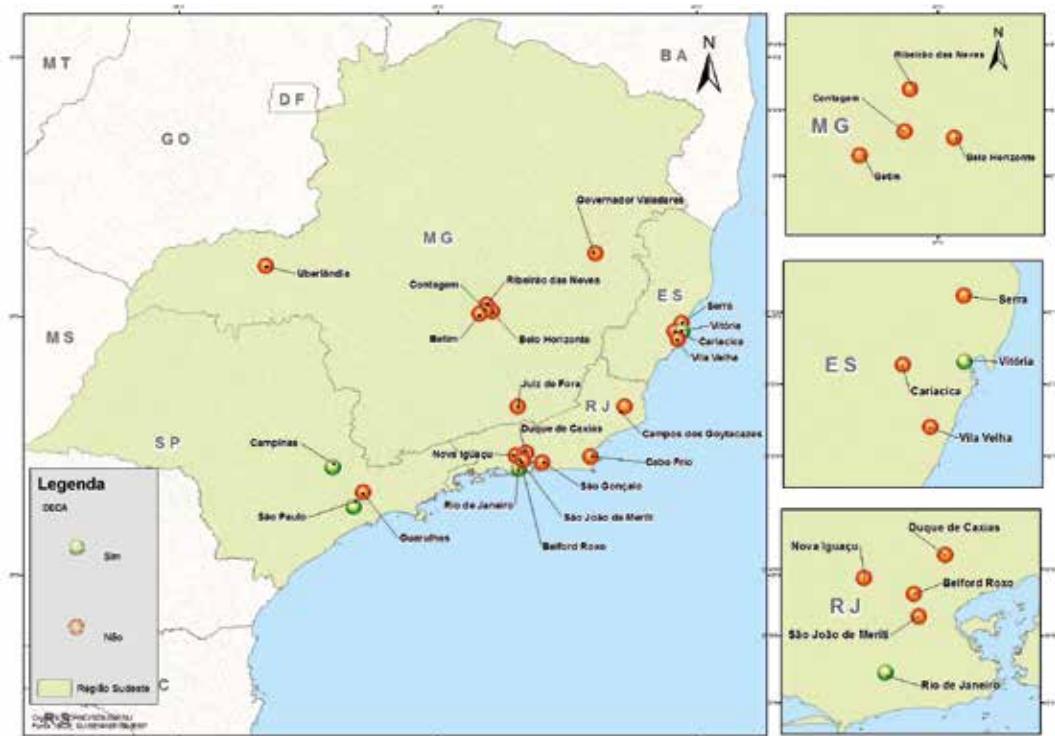
Contudo, a situação é oposta quando se trata de delegacias de proteção de crianças e adolescentes. Essas existem apenas em três capitais e em Campinas.

Não possuímos informações sistematizadas sobre delegacias do idoso nos municípios, contudo sabemos que existem delegacias nos estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro, uma em cada e 23 delegacias no estado de São Paulo.

**Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**



**Delegacias Especializadas da Criança e Adolescente -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**

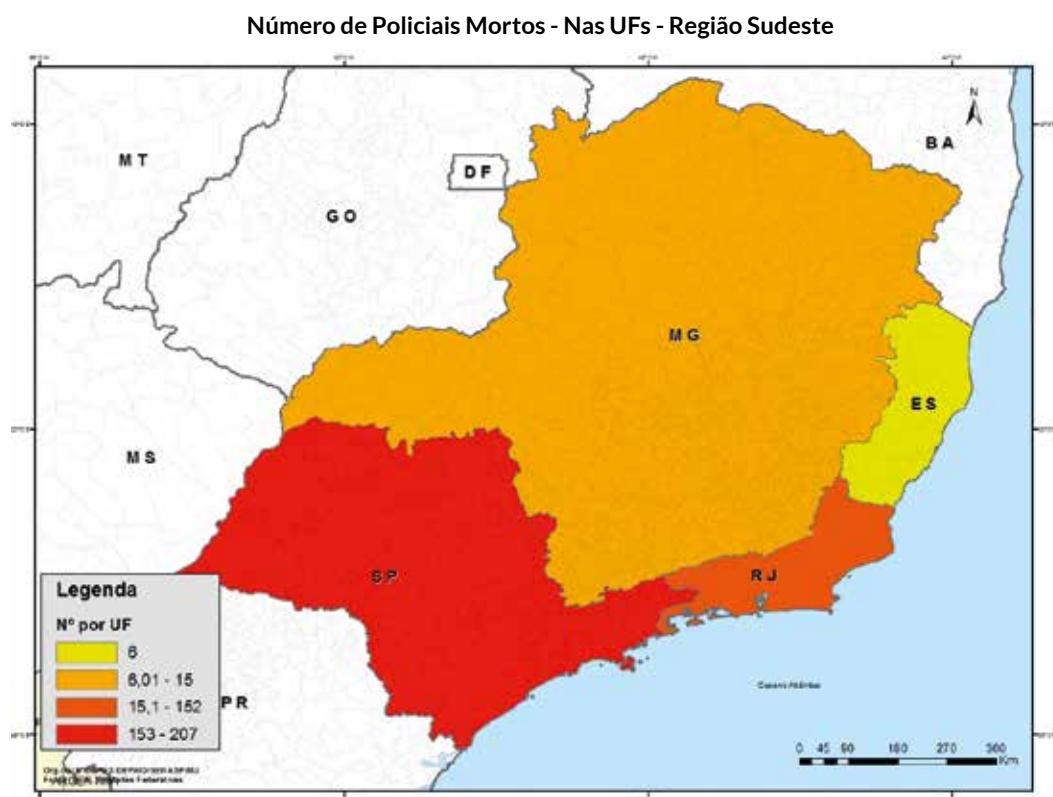


QUANTIDADE DE POLICIAIS MORTOS, POR UF (PESQUISA PERFIL/MJ)

A quantidade de policiais mortos por ano e por Unidade da Federação constitui-se num indicador que pode nos auxiliar a perceber quanto os policiais militares e civis estão sendo vitimados, seja em serviço ou fora dele, por causas naturais ou violentas, em cada UF. Nesse caso, não há informações sobre os municípios, visto que estes efetivos são estaduais.

Em 2013, os estados da Região Sudeste que mais registraram mortes de seus policiais foram São Paulo (207) e Rio de Janeiro (152). Esses dois estados também foram os que mais registraram policiais mortos no Brasil, respondendo, juntos, por cerca de 42% dos registros em todo o país em 2013. Os outros dois estados do Sudeste registraram menos que duas dezenas de policiais mortos, o que contrasta com os primeiros citados. Em Minas Gerais, foram 15 policiais e no Espírito Santo 6.

Em relação aos policiais feridos, São Paulo também se destacou na região, com 98 feridos. Depois vem o Espírito Santo, com 47 feridos. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro não foram registrados policiais feridos em 2013.



AGRESSÕES OU EXTORSÕES SOFRIDAS PELA POPULAÇÃO POR POLICIAIS, POR UF (PNV)

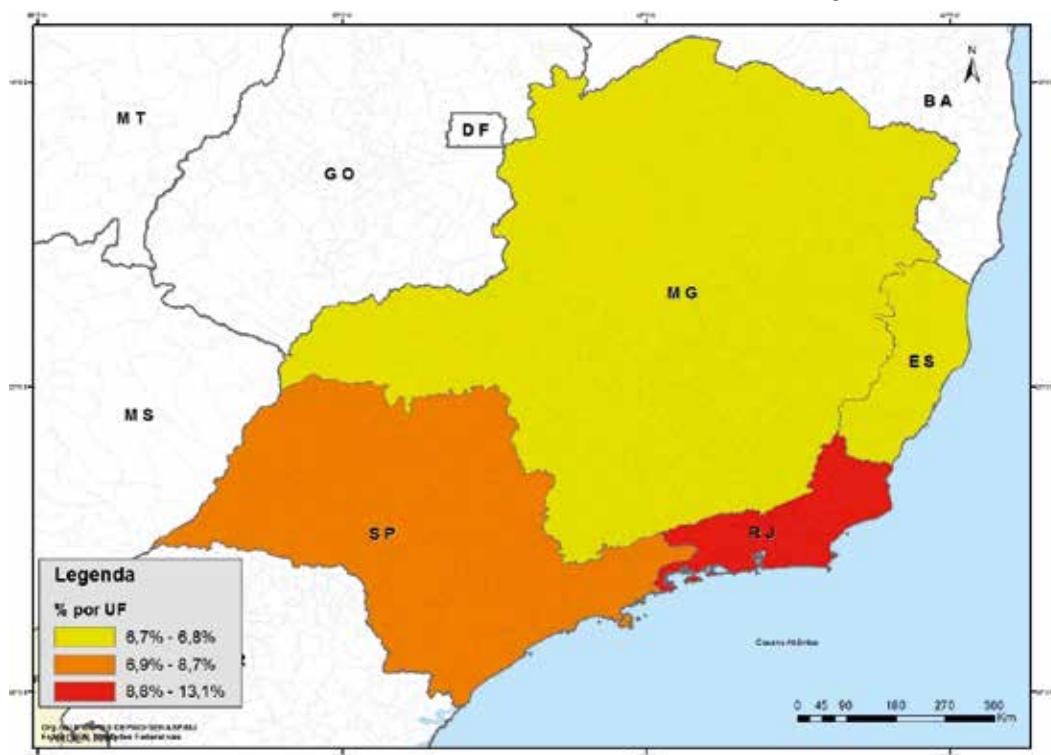
Esse dado vem da Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada pelo Datafolha, e fomentada pela SENASP/PNUD, com dados de 2011 e 2012, publicada em 2013. A pesquisa entrevistou uma amostra representativa da população brasileira e os dados são apresentados por Unidade da Federação.

Segundo essa pesquisa, 13,1% das pessoas entrevistadas no estado do Rio de Janeiro declararam ter sofrido agressão e/ou extorsão por policial militar e/ou civil alguma vez na vida. Em São Paulo, foram 8,7% e nos outros dois estados cerca de 6%, sendo 6,8% em Minas Gerais e 6,7% no Espírito Santo.

Devido ao fato de esses dados poderem ser extrapolados para o conjunto da população do estado, o percentual do Rio de Janeiro se destaca não somente na Região Sudeste, mas também no país, sendo o quarto mais alto, depois do Pará (14,7%), Amapá (13,8%), e Amazonas (13,4%).

As Unidades da Federação que apresentam percentuais iguais ou superiores a 10% nesse indicador devem estar atentas ao monitoramento de seus profissionais, bem como de suas políticas de pessoal, seja por meio de capacitações, de melhoria das condições de trabalho, de respeito aos direitos humanos, profissionais e trabalhistas de seu quadro, seja por meio das políticas de correição.

Percentual de Pessoas que Alegam ter Sofrido Agressão ou Extorsão por parte de Policiais Civis ou Militares - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



"INTERVENÇÃO LEGAL", POR UF (DATASUS)

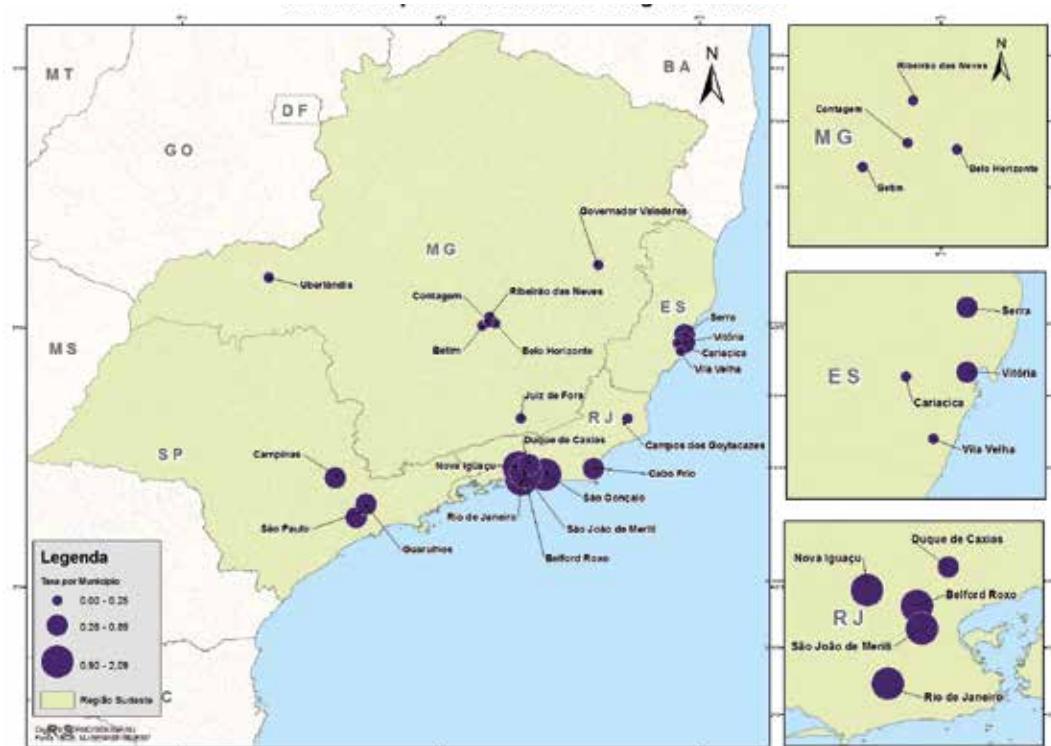
O Sistema Unificado de Saúde (DATASUS) apresentou-se como uma fonte importante de dados relativos à letalidade policial, visto que há dificuldade de se obter esse dado. Esse sistema registra a quantidade de pessoas que morreram em 2013 por algum agente do Estado, podendo este agente ser policial ou não. O DATASUS classifica esse fenômeno como de "intervenção legal". Nesse caso, o dado disponível é por município.

Na Região Sudeste, os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo foram os que registraram os maiores números de "intervenções legais" por parte dos agentes estatais: 129 e 105, respectivamente, resultando em taxas de 2,01 e 0,89 intervenções por 100 mil habitantes. Outros três municípios do Rio de Janeiro também apresentaram uma taxa relativamente alta de intervenção legal, comparados tanto à região como nacionalmente: São Gonçalo (20 intervenções e taxa de 1,95), Nova Iguaçu (12 e 1,49 de taxa) e Belford Roxo (10 e 2,09 de taxa). Os municípios comparáveis a esses seriam alguns da Bahia, que apresentam taxas de 1,78 a 7,59 intervenções por cada 100 mil habitantes, tais como Vitória da Conquista, Simões Filho, Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari.

Esse dado não existe para todos os municípios da região. Não há registro de intervenções legais nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Uberlândia, em Minas Gerais. No Espírito Santo, os municípios de Cariacica e Vila Velha também não têm registros. No Rio de Janeiro, apenas no município de Campos dos Goytacazes não há qualquer registro. No estado de São Paulo, há registros de intervenções legais nas três cidades incluídas no Pacto, sendo relativamente reduzidas se comparadas à capital do estado: 0,46 em Guarulhos (6 intervenções) e 0,35 em Campinas (4 intervenções).

Os municípios de Duque de Caxias (0,57 intervenção por 100 mil habitantes), Cabo Frio (0,50) e Serra (0,43) apresentam taxas intermediárias desse indicador. Taxas mais baixas são encontradas em Betim (0,25); e Vitória (0,29).

Intervenções Legais por 100 Mil Habitantes - Ano 2013 - Ministério da Saúde - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



REDE DE PROTEÇÃO: EFETIVO SEGURANÇA GM + PC + PM/POPULAÇÃO (PERFIL/MJ; MUNIC./IBGE)

É muito difícil dimensionar se um determinado efetivo policial é adequado, ou não, à demanda por segurança pública num dado território. Não há parâmetros nacionais ou mesmo internacionais para se fazer uma análise que compare a quantidade de efetivo policial e a sua eficiência em termos de combate ou prevenção à criminalidade.

Mesmo assim, julgamos ser uma informação que possa se mostrar relevante caso seja analisada em conjunto com outras variáveis e ao longo de um período. Dessa forma, criamos o indicador denominado “rede de proteção”, que nada mais é do que a soma dos efetivos policiais (policiais militares e civis) presentes em cada município, mais o efetivo da Guarda Municipal daqueles municípios em que há Guardas, dividido pela população do município.

As “melhores” relações são aquelas em que há menos população por efetivo. Ao contrário, as “piores” são aquelas em que há mais população por efetivo. É preciso relativizar, todavia, o julgamento de “pior” e “melhor” situação, posto que o desempenho das forças policiais não pode ser dimensionado unicamente por este indicador.

É possível ver no mapa que há uma aparente contradição entre as situações dos municípios e a dos estados desses municípios: enquanto o estado do Rio de Janeiro apresenta a melhor relação entre população por policial/guarda, a maior parte dos municípios do mesmo estado incluídos no Pacto apresenta as piores relações. No estado de Minas Gerais ocorre o contrário: o estado apresenta a pior razão dentre os estados da região, mas metade de seus municípios apresenta as melhores relações e a outra metade, relações intermediárias entre habitantes por policial/guarda. Entretanto, isso pode estar ocorrendo em função de uma série de hipóteses: a) existem Guardas Municipais nas capitais e não em todas as cidades pesquisadas, o que muda radicalmente a relação população/efetivo; b) os efetivos policiais (estaduais) nas cidades que apresentam taxas piores são bem menores do que aqueles presentes nas capitais.

Vitória-ES é a cidade que tem a melhor taxa dentre as cidades do Sudeste pesquisadas: 78,54 habitantes por efetivo. As outras cidades classificadas com uma taxa baixa são: Belo Horizonte (143,49), Contagem (301,31), Governador Valadares (226,43), Cabo Frio (268,97), Campos dos Goytacazes (224,67), Rio de Janeiro (188,75), Campinas (292,65) e São Paulo (215,48).

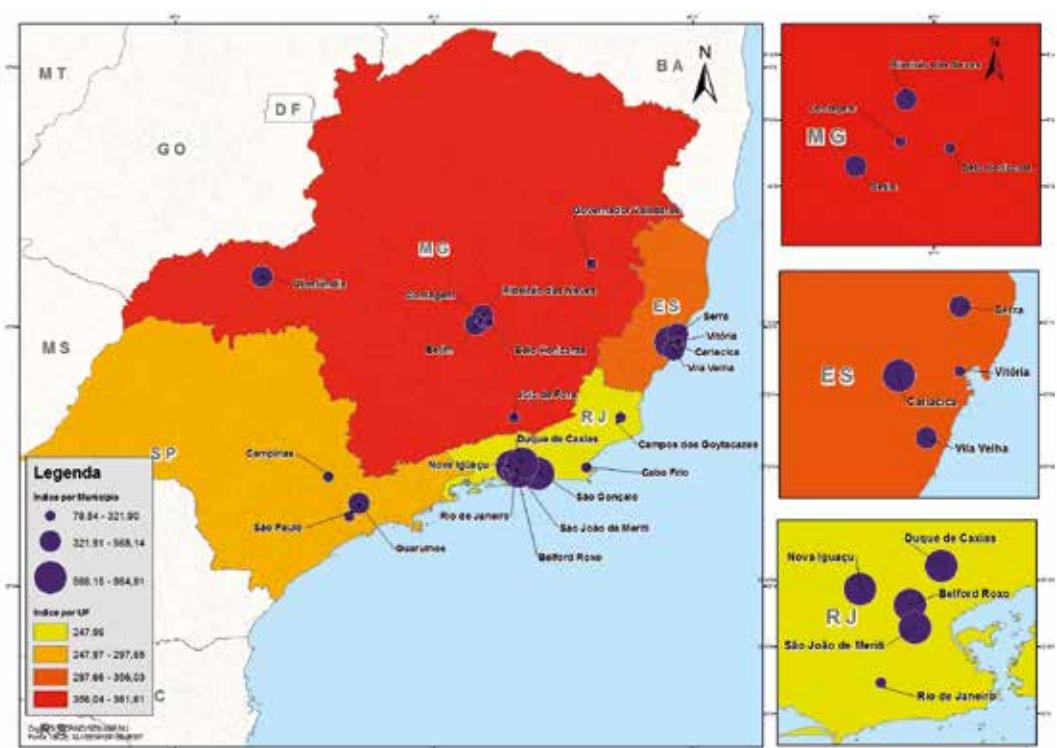
As cidades que têm taxas intermediárias são: Betim (491,50), Juiz de Fora (321,90), Ribeirão das Neves (501,30), Uberlândia (362,69), Serra (462,23) e Guarulhos (387,37).

Os municípios que apresentam as piores taxas são os de: Cariacica (723,03), Vila Velha (568,14), Belford Roxo (964,81), Duque de Caxias (676,93), Nova Iguaçu (926,14), São Gonçalo (918,09) e São João de Meriti (783,67). É preciso dar uma olhada cuidadosa nos municípios fluminenses de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São Gonçalo, os piores da região nesse indicador.

Em nível estadual, como já citamos acima, o estado do Rio de Janeiro tem a melhor relação dentre os estados da região, 248,0 habitantes por policial/guarda. Depois vem o estado de São Paulo, com 297,7, seguido do Espírito Santo (356,0) e de Minas Gerais (361,6). As diferenças entre os estados não são muito significativas.

Esse indicador pode apontar para a necessidade de incremento ou não dos efetivos policiais nos municípios pesquisados, ou seu remanejamento entre eles no caso dos efetivos estaduais, constituindo-se em elemento para o planejamento logístico das instituições de segurança pública. De qualquer forma, seria interessante comparar a taxa de homicídios nas cidades pesquisadas e esse indicador para verificar se há alguma relação entre esses, juntamente com as demais variáveis presentes neste diagnóstico.

Rede de Proteção (Habitantes/Profissionais de Segurança Pública)
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



SAÚDE: MÉDICO/HABITANTE (DATASUS)

A taxa de médico por habitante é um dado fornecido pelo DATASUS e divide a quantidade total de médicos do município por cada 1.000 habitantes desse município. É um indicador que pode nos dar parâmetros para avaliar em que medida a população está desassistida ou relativamente assistida quanto a esse quesito.

A maior parte dos municípios da Região Sudeste vive situações bem mais confortáveis em relação a essa taxa, já que em 11 deles as taxas vão de 5 a 22 médicos por mil habitantes, as melhores do país. Destacamos o município de Vitória-ES, que detém a maior taxa do país: 22,2 médicos por mil habitantes. Outros três municípios têm taxas boas: Belo Horizonte (13,9), Juiz de Fora (11,5) e Campinas (10,7).

Ainda com uma situação razoável, estão os municípios de: Governador Valadares (5,9), Uberlândia (7,7), Vila Velha (6,3), Cabo Frio (5,0), Campos dos Goytacazes (7,3), Rio de Janeiro (5,4) e São Paulo (7,1).

Já os municípios que têm de 3 a 4 médicos por mil habitantes poderiam ser classificados como numa situação ruim. São eles: Betim (3,4), Contagem (3,4), Serra (4,5), Duque de Caxias (3,5), Nova Iguaçu (3,1) e Guarulhos (3,7).

Nas piores situações estão os municípios de Ribeirão das Neves (1,1), Cariacica (2,7), Belford Roxo (1,3), São Gonçalo (2,3) e São João de Meriti (1,9).

Com relação às taxas estaduais, há certa congruência com as dos municípios pesquisados: Espírito Santo tem a melhor taxa (6,1 médicos por 1.000 habitantes) e o Rio de Janeiro a pior (4,7). Minas Gerais e São Paulo apresentam taxas intermediárias: 5,4 e 5,8 médicos por mil habitantes, respectivamente.

Taxa de Médico por 1.000 Habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



QUANTIDADE DE CRAS E CREAS, POR MUNICÍPIO (MDS)

A quantidade de habitantes por Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS é uma forma de se avaliar a rede de proteção existente às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os CRAS organizam e oferecem os serviços socioassistenciais da Proteção Social

Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Os CREAS têm a função de ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

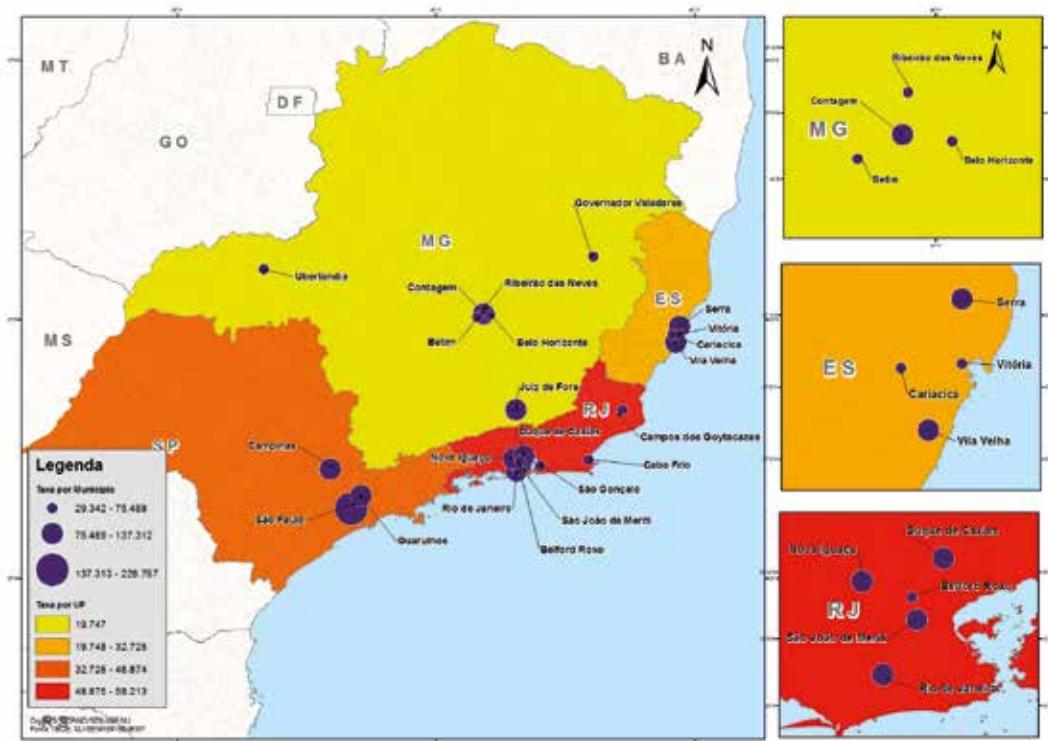
No mapa abaixo, pode-se sugerir que provavelmente os CRAS que estão mais pressionados pelos seus serviços seriam aqueles onde há maior quantidade de população em relação ao número de centros disponíveis, isto é, onde as bolinhas estão maiores. Nesse caso, são os dos municípios do Rio de Janeiro (137.312 habitantes por CRAS), São Gonçalo (115.178), Campinas (104.965), Guarulhos (100.938) e São Paulo (228.767), esse último o município mais pressionado do país e da região com relação aos CRAS.

Em situação um pouco menos pressionada, estão os CRAS dos seguintes municípios: Belo Horizonte (75.488), Contagem (80.435), Juiz de Fora (91.785), Serra (79.405), Vila Velha (93.138), Duque de Caxias (79.855), Nova Iguaçu (80.618) e São Gonçalo (73.707).

Os municípios de Betim (51.500), Governador Valadares (69.249), Ribeirão das Neves (45.616), Uberlândia (65.468), Cariacica (63.153), Belford Roxo (47.939), Cabo Frio (51.122), Campos dos Goytacazes (53.405) e Vitória (29.342) são aqueles com os CRAS menos pressionados da região, destacando-se esse último município como aquele com a melhor relação entre CRAS e população da região.

Com relação aos estados da região, o Rio de Janeiro detém a pior relação (59.213 hab./CRAS), seguido de São Paulo (48.874), e Espírito Santo (32.375). Minas Gerais é o estado que apresenta a melhor relação devido ao grande número de CRAS existentes (1.050), resultando numa taxa de 19.747 habitantes por Centro.

**Habitantes por CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**



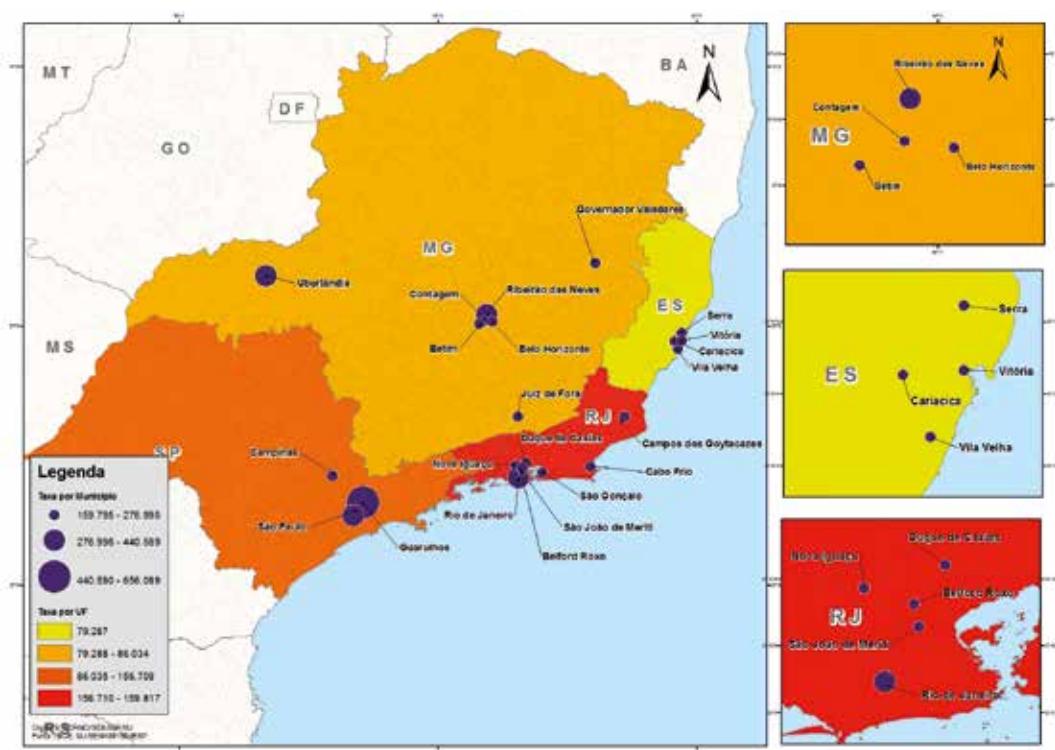
Já os CREAS têm uma natureza mais específica e, supostamente, devem atender a menos pessoas se comparados com os CRAS. O critério principal de instalação de um CREAS é o populacional: a cada grupo de 200 mil habitantes deve haver um CREAS para atender. Por isso, as taxas daqueles são bem maiores do que as referentes aos desses. A menor taxa de CREAS na região é de 159.795 habitantes por CREAS (em Belford Roxo) e a menor taxa de CRAS é de 29.342 habitantes por Centro desse tipo (em Vitória).

Predominam na região as taxas médias ou baixas, visto que em 17 municípios dos 22 pesquisados as taxas estão entre 159.795 e 276.995 habitantes por CREAS. As melhores relações estão nos municípios de Belford Roxo, como já dito, Vitória (176.052), Juiz de Fora (183.570) e Cariacica (189.458). Com cerca de 200 mil habitantes por CREAS estão os seguintes municípios: Belo Horizonte (207.592), Betim (206.002), Contagem (214.492) e Governador Valadares (276.995), em Minas Gerais, Serra e Vila Velha, no Espírito Santo, com 238.214 e 232.845, respectivamente, Cabo Frio (204.486), Campos dos Goytacazes (240.324), Duque de Caxias (219.601), Nova Iguaçu (201.544), São Gonçalo (206.381) e São João de Meriti (230.356), no Rio de Janeiro, e Campinas (230.923), em São Paulo. Situações intermediárias se encontram em dois municípios de Minas Gerais e na capital fluminense, com 319.310 habitantes por CREAS em Ribeirão das Neves, 327.341 em Uberlândia, e 379.628 na cidade do Rio de Janeiro.

As duas piores situações estão no estado de São Paulo e merecem uma atenção especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, visto que ultrapassam pelo dobro ou triplo a quantidade populacional por CREAS estipulada como critério do órgão. A capital paulista tem uma relação de 440.589 pessoas por CREAS e a cidade de Guarulhos de 656.089 habitantes por CREAS.

Em termos estaduais, São Paulo e Rio de Janeiro têm as piores situações, com 156.709 e 159.817 habitantes por CREAS. Minas Gerais está em um nível intermediário, com 86.034 habitantes/CREAS, e o Espírito Santo tem a melhor situação da região, com 79.287.

Habitantes por CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste



QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, POR FAMÍLIAS EXISTENTES NO CADÚNICO, POR MUNICÍPIO (MDS)

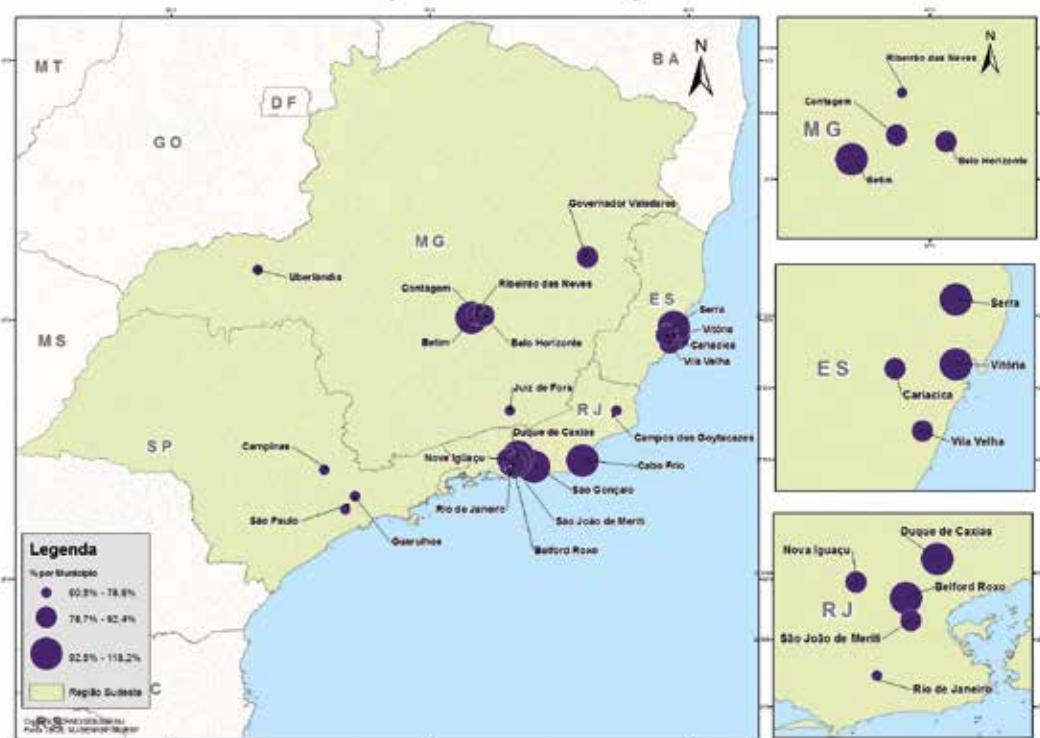
A quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em relação àquelas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), que contém um rol de famílias que se enquadram entre as famílias pobres potencialmente beneficiárias do PBF e de outros programas do Governo Federal, constitui-se em mais um indicador da cobertura dos serviços socioassistenciais.

Os dados estão dispostos por município e, em termos nacionais, não há cobertura inferior a 60% das famílias pobres dos municípios incluídos no Pacto pelo Programa Bolsa Família. Por outro lado, em alguns casos existem mais famílias beneficiárias do que as categorizadas como pobres e cadastradas do CadÚnico.

No mapa abaixo, as bolinhas menores sinalizam as piores coberturas do programa e as maiores, ao contrário, as melhores coberturas. O município de Campinas aparece como aquele que apresenta não somente a menor cobertura da Região Sudeste, mas também do país, com 60,5% de cobertura. Outras duas cidades do estado de São Paulo, duas do Estado do Rio de Janeiro e três de Minas Gerais, têm uma cobertura relativamente ruim desse benefício, entre 64 a 77% de famílias pobres beneficiárias do Bolsa Família. São elas: Guarulhos e São Paulo, com 76,3% e 76,4%, respectivamente, Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes, com 77,7% e 77,3%, nessa ordem, e Uberlândia, Ribeirão das Neves e Juiz de Fora, com 64,2%, 78,6% e 77,3%, respectivamente.

Com coberturas entre 78,7% e 92,4% de famílias pobres pelo PBF estão os seguintes municípios: Belo Horizonte (81,1%), Contagem (82,9%), Governador Valadares (92,4%), Cariacica (80,6%), Vila Velha (92,4%), Nova Iguaçu (89,8%) e São João de Meriti (80,6%). Por fim, os municípios que têm cobertura total ou quase total das famílias pobres pelo Bolsa Família são: Betim (100,9%), Serra (98,9%), Vitória (105,5%), Belford Roxo (99,5%), Cabo Frio (108,3%), Duque de Caxias (103,6%) e São Gonçalo (118,2%).

Percentual de Famílias Beneficiárias pelo Total de Famílias em Situação de Pobreza - Nos Municípios Selecionados - Região Sudeste



PONTOS DE CULTURA (MINC)

Os Pontos de Cultura são entidades ou coletivos culturais certificados pelo Ministério da Cultura. Eles podem ser públicos ou privados e possuem uma base social capilarizada com grande poder de penetração em comunidades e territórios, particularmente em locais mais vulneráveis socialmente. Supõe-se que uma maior disponibilidade de Pontos de Cultura pode indicar maior acesso das comunidades à cultura e ao lazer, incluindo os jovens, diminuindo um dos fatores de risco para a criminalidade e o homicídio. Os Pontos de Cultura também são novos arranjos econômicos e produtivos: uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada por aqueles que encontram na realização da cultura uma alternativa de trabalho, de vida e de experiência de vida.

Devido a isso, a SENASP considerou importante utilizar a quantidade de Pontos de Cultura presentes nos municípios, pressupondo que esse pode ser um indicador viável para se relacionar com as taxas de homicídios.

Atualmente existem 4.376 Pontos de Cultura no país, sendo 1.886 na Região Sudeste (43% do Brasil). No conjunto de municípios considerados no Pacto na Região Sudeste são 433.

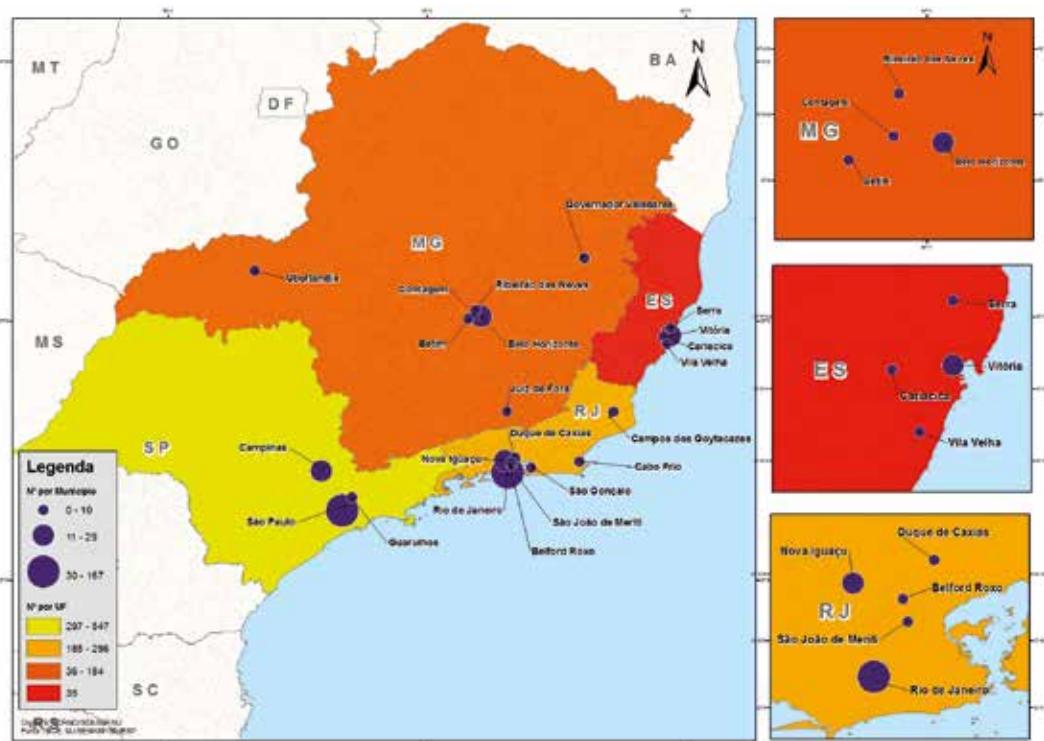
No mapa abaixo, os municípios com maior número de Pontos de Cultura têm bolinhas maiores. Os estados com as quantidades menores de Pontos de Cultura têm cores vermelhas. A quantidade de Pontos no estado de São Paulo é, de longe, a maior do país (1.187), representando 27,1% do Brasil e 62,9% dos existentes na Região Sudeste. Em seguida, vem o Rio de Janeiro, com 466 Pontos (24,7% da região e 10,6% do país). Minas Gerais está em terceiro lugar, com 200 Pontos de Cultura (10,6% da região e 4,5% do país). Finalmente, o Espírito Santo tem 33 Pontos, representando apenas 1,7% dos existentes na região e 0,7% do país.

Nos municípios, as capitais de estado destacam-se com os maiores números de Pontos de Cultura, concentrando 167 em São Paulo, 130 no Rio, 29 em Belo Horizonte e 13 em Vitória. Exetuando-se Guarulhos, que se situa na região metropolitana de São Paulo, Campinas, que constitui no seu entorno uma região metropolitana própria, e Nova Iguaçu, todas as demais cidades pesquisadas situadas no interior contam com poucos Pontos de Cultura ou nenhum (0 a 8). A primeira tem 10 Pontos, a segunda 17 e a terceira 18. A quantidade de Pontos das demais cidades é a seguinte: Betim, Contagem e Campos têm 1 cada; Cariacica, Vila Velha, Belford Roxo têm 2 cada; Cabo Frio conta com 3; São João de Meriti com 4; Juiz de Fora com 5; Governador Valadares e São Gonçalo com 6 e Uberlândia e Duque de Caxias contam com 8 Pontos cada uma. Por fim, Ribeirão das Neves (MG) e Serra (ES) não contam com nenhum equipamento cultural desse tipo.

Também analisamos a relação entre a quantidade de Pontos de Cultura e a população do município onde se encontram, para termos parâmetros para avaliar se esses Pontos podem ou não estar acessíveis ao seu público. Obviamente, naqueles municípios onde há uma pequena quantidade de Pontos e uma população numerosa, esses Pontos estão mais “pressionados”, apresentando uma relação alta. Esse é o caso dos municípios de Guarulhos (131.220 habitantes por Ponto de Cultura), São João de Meriti (115.178 hab./Ponto), São Gonçalo (171.984), Duque de Caxias (109.800), Belford Roxo (239.693), Vila Velha (232.845), Cariacica (189.458) e Juiz de Fora (110.142). Além desses, há um grupo de três municípios que têm uma relação muito mais alta do que essas apresentadas, e podemos inferir que são insuficientes para atender as demandas culturais dessas regiões: Betim, com 412.003 habitantes por Ponto de Cultura, Contagem, com 643.476 hab./Ponto, e Campos de Goytacazes, com 480.648 hab./Ponto.

Os municípios que têm relações melhores são aqueles que atendem de 27 a 85 mil pessoas por Ponto. Vitória é um dos municípios do país que apresenta a melhor relação entre habitantes e Pontos de Cultura: 27.085. Depois vêm municípios com atendimentos médios de 40 a 60 mil pessoas por Ponto: Governador Valadares (46.166), Nova Iguaçu (44.788), Rio de Janeiro (49.644), Campinas (67.919) e Cabo Frio (68.162). Um terceiro grupo teria relações entre 70 e 80 mil pessoas a cada Ponto. São os municípios de São Paulo (71.233), Uberlândia (81.835) e Belo Horizonte (85.900).

**Número de Atividades Vinculadas a Pontos de Cultura - MinC - Jan. 2015 -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sudeste**



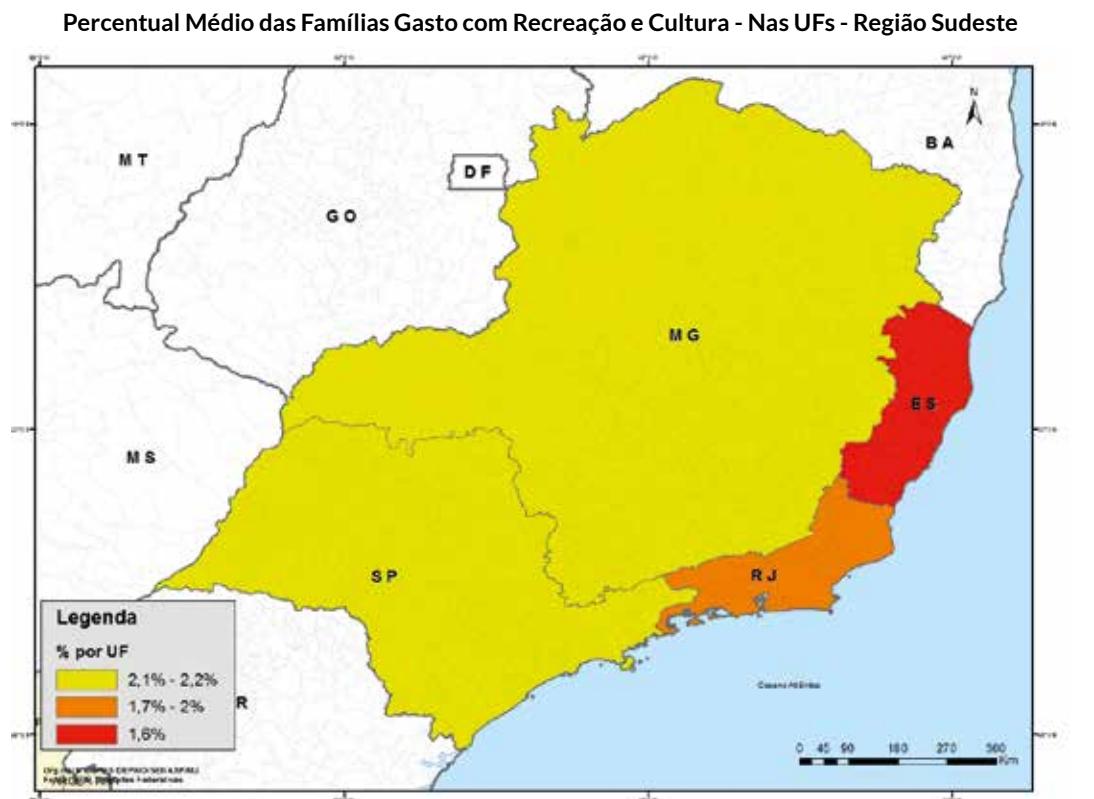
PERCENTUAL DOS ORÇAMENTOS FAMILIARES GASTO COM CULTURA (POF/IBGE), POR UF

O gasto com atividades culturais e de lazer efetuado pelas famílias é um indicador que procura dar pistas em relação ao acesso à cultura e ao lazer pelas famílias, bem como do quanto de seus respectivos orçamentos são destinados a estas áreas.

Os dados provêm da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e são por Unidade da Federação.

As famílias de Minas Gerais são as que mais gastam com atividades culturais em seus respectivos orçamentos médios mensais na Região Sudeste: 2,2%. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os gastos com atividades culturais são em torno de 2,1% e 2,0%, respectivamente. No Espírito Santo, as famílias gastam bem menos do que os outros estados da região com cultura: 1,6%.

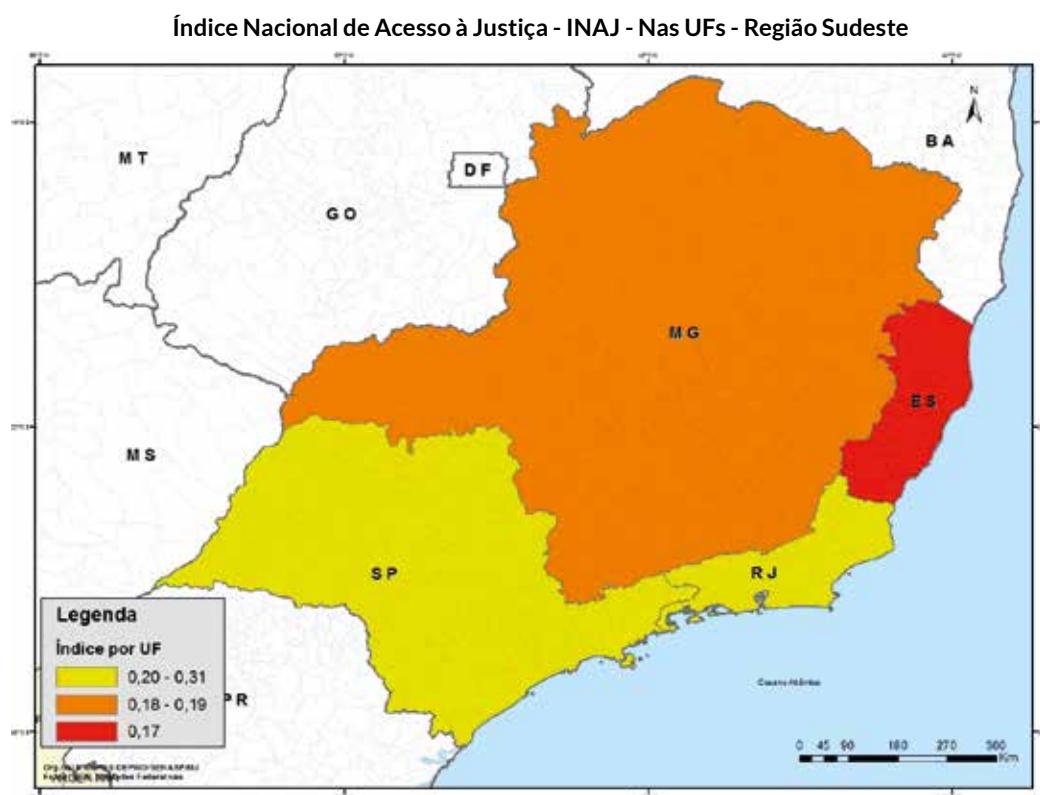
Gastos em torno de 2,0% do orçamento familiar médio mensal é o máximo que as famílias brasileiras se propõem a comprometer em seus respectivos gastos com atividades culturais. Essa faixa de gastos está presente em alguns estados de quase todas as regiões do país, menos na Região Centro-Oeste, onde predominam gastos da ordem de 1,5%. Pará e Amapá, na Região Norte, Pernambuco, na Nordeste, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, na Sudeste e Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na Região Sul.



ÍNDICE NACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA - INAJ

O Índice Nacional de Acesso à Justiça foi criado pela Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ para medir a taxa de acesso do sistema judiciário que está disponível à população. Esse índice varia de 0 a 1, sendo 1 a melhor situação de possibilidade de acesso e 0 a pior. O dado está disposto por Unidade da Federação.

Na região e no país, destacamos o estado do Rio de Janeiro (0,31), que detém a segunda melhor taxa de acesso à Justiça no Brasil, vindo depois do DF (0,41). Os demais estados da Região Sudeste apresentam taxas menores: São Paulo com 0,25, Minas Gerais com 0,19 e o Espírito Santo com 0,17.



6.2 Indicadores-síntese

Como detalhado na metodologia, os indicadores-síntese agregam os principais indicadores escolhidos para este trabalho, especialmente aqueles que pareceram dimensionar melhor determinado tipo de fenômeno e que, nesse sentido, apontam para os principais fatores de risco e vulnerabilidades de cada estado e município.

Os indicadores-síntese tratam de cada uma das macrocausas estudadas e apresentadas no capítulo 1. Ou seja, depois de levantar uma série de fatores de risco de cada causa, encontrar e analisar diversos indicadores quantitativos para conhecer como eles influenciam as realidades, foram escolhidos alguns desses indicadores para tratar de cada uma das macrocausas. Após essa escolha e agregação, os indicadores foram transformados em categorias contínuas, variando de 1 a 4, sendo 1 a melhor situação e 4 a pior. Após, o grupo de indicadores de cada macrocausa foi somado. Assim, cada macrocausa possuía um valor, sendo os mais altos aqueles que indicavam maiores problemas e fatores de risco. Esses valores foram divididos em três grupos: Bom, Médio e Ruim, representados pelos círculos verde, amarelo e vermelho, respectivamente.

Como lembrança, as macrocausas são as seguintes: transversais³², gangues e drogas³³, violência patrimonial³⁴, violência interpessoal³⁵, violência doméstica³⁶, presença do Estado³⁷ e conflitos da polícia com a população³⁸. O que estamos chamando de indicadores transversais são aqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e consequente homicídio.

Em suma, na tabela apresentada mais adiante, quando um círculo está verde, significa que a situação envolvendo a macrocausa em questão é a menos grave comparando-se todos os estados do Sudeste e, se o círculo estiver vermelho, a situação é das mais graves e é recomendado que as ações do Pacto atentem para os fatores de risco dessa macrocausa.

Os quatro estados no Sudeste apresentam uma situação parecida e acumulam vários fatores de risco de causas e fenômenos diversos. Quando os estados do Sudeste são comparados com todos os estados brasileiros, os indicadores-síntese de gangues e drogas são considerados graves (com exceção de São Paulo, que é mediano). Conflitos com a polícia são graves no Rio de Janeiro e em São Paulo, e medianos nos outros dois estados. Em compensação, a presença do Estado é tida como mediana em Minas Gerais e Espírito Santo, ou boa em São Paulo e Rio de Janeiro. Em termos nacionais, então, pode-se afirmar que o Sudeste concentra problemas associados a gangues e drogas e conflitos com a polícia, mas possui um aparato do Estado mais bem equipado. Contudo, ao realizar essa análise regionalmente, ou seja, ao dividir os quartis a partir do que é alto ou baixo comparando-se apenas os quatro estados do Sudeste, observamos casos mais ou menos graves de cada indicador-síntese³⁹.

Na comparação regional, o Rio de Janeiro apresenta a situação mais grave em termos de indicadores transversais e, especialmente, pelo número absoluto de mortes e mortes por armas de fogo. Minas Gerais e Espírito Santo apresentam situações medianas. No caso daquele o número de mortes, assim como as taxas, é alto, mas menores que as de outros estados. No Espírito Santo, por sua vez, as taxas de homicídios e mortes por armas de fogo são as mais altas, apesar do número absoluto ser menor. São Paulo, como era de se esperar, apresenta bons indicadores transversais, isso porque suas taxas e números de homicídios e mortes por armas de fogo são relativamente

32 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de homicídios, taxa de homicídios por 100 mil habitantes, número de óbitos causados por armas de fogo, taxa de óbitos causados por armas de fogo e IDH.

33 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: IVJ, taxa de evasão escolar, taxa de óbitos por intoxicação por drogas ilícitas, número de ocorrência de tráfico de drogas, taxa de ocorrência de tráfico por 100 mil habitantes.

34 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: % de concentração de renda entre os 20% mais ricos, taxa de latrocínios por 100 mil habitantes, número de roubos de veículos e instituições financeiras, taxa de roubos de veículos e instituições financeiras por 100 mil habitantes.

35 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: aglomerados subnormais, percentual de população residente há menos de 5 anos, registros hospitalares de violência física fora da residência, percentual de pessoas vitimadas com crimes contra a pessoa.

36 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: taxa de homicídios de crianças, idosos/as e mulheres, registros hospitalares de violência física doméstica, registros hospitalares de estupros ocorridos na residência.

37 Agrega indicadores de acesso à segurança pública, saúde, cultura/lazer e assistência social.

38 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de intervenções legais, taxa de intervenções legais por 100 mil habitantes, número de policiais mortos e feridos, percentual de pessoas que foram vitimadas pelas polícias.

39 Para a melhor visualização das diferenças de agravamento dos indicadores-síntese se a comparação é realizada com todos os estados brasileiros, consultar seção 1.8.

menores que a dos outros estados e o IDH é mais alto. Talvez por essa razão, o fato de São Paulo também possuir altos fatores de risco em outros indicadores transversais, assim como os outros estados, não se concretize, necessariamente, em homicídios.

O estado do Espírito Santo, cuja taxa de homicídios é a mais alta da região, apresenta um indicador grave de violência doméstica, sendo um dos estados com a maior taxa de mortes de mulheres, idosos e crianças do Brasil, o segundo. A situação é mais grave em Roraima e comparável em Alagoas. Todos os outros indicadores estão presentes em gravidade mediana. Não há nenhum grupo de fatores de risco considerados pouco graves.

Rio de Janeiro, que concentra o maior número de mortes da região, 9,83% das mortes do Brasil e que possui oito municípios no Pacto, possui indicadores bons de violência doméstica, mas concentra indicadores graves de violência interpessoal e patrimonial, além de situações medianas de gangues e drogas, presença do Estado e conflitos da polícia com a população.

Em Minas Gerais, o indicador de violência patrimonial é bom. Já os indicadores de gangues e drogas, violência doméstica e presença do Estado são ruins. Nos outros casos, temos uma situação mediana. Em São Paulo, são graves os indicadores patrimoniais, de violência interpessoal, presença do Estado e conflitos da polícia com a população. Quanto à presença do Estado, como boa parte dos indicadores é relacionada com a população, mesmo que São Paulo possua uma boa estrutura de atendimento, essa parece insuficiente para atender à sua imensa população.

Em termos de conflitos com a polícia, há que se fazer uma ressalva sobre a Região Sudeste e, especialmente, São Paulo. Os dados de letalidade e vitimização policial são mais bem preenchidos nesses estados, o que pode ocultar que se trata de um fenômeno agravado também em outros locais.

Quadro 28 - Distribuição dos indicadores por UF

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
MG	Minas Gerais	●	●	●	●	●	●	●
ES	Espírito Santo	●	●	●	●	●	●	●
RJ	Rio de Janeiro	●	●	●	●	●	●	●
SP	São Paulo	●	●	●	●	●	●	●

Em termos municipais, a situação é variada. Nos municípios de Minas Gerais, escolhidos para o Pacto, os indicadores transversais são graves em Betim, que possui a maior taxa de homicídios, médios em Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves e bons em Governador Valadares, Juiz de Fora e Uberlândia. No caso de gangues e drogas, com exceção de Uberlândia, os indicadores são médios ou ruins. Destacam-se negativamente Governador Valadares e Ribeirão das Neves. Os indicadores de violência patrimonial são ruins em Belo Horizonte e Contagem, médios em Betim e Uberlândia e bons nos outros municípios. Violência interpessoal é grave em Belo Horizonte, Betim e Contagem, média em Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Uberlândia e boa em Governador Valadares. Violência doméstica varia entre média e boa, sendo boa apenas em Betim. A presença do Estado é considerada boa em Belo Horizonte, ruim em Contagem e média nos outros municípios.

No Espírito Santo, apenas Vitória apresenta uma situação boa em termos de indicadores transversais. Os outros municípios todos apresentam situações graves, incluindo-se aí altas taxas de homicídios e mortes por armas de fogo, além de menor IDH. Destaca-se que todos os municípios apresentam situação grave de violência doméstica. Em termos de gangues e drogas, a situação é boa em Serra, mas mediana em todos os outros municípios. Os indicadores de violência patrimonial são bons em Cariacica, Serra e Vila Velha e medianos em Vitória. A violência interpessoal é considerada de gravidade comparativamente baixa em Cariacica e Vitória e mediana nos outros municípios. A presença do Estado é ruim em Cariacica, boa em Serra e Vitória e mediana em Vila Velha.

No Rio de Janeiro, os indicadores transversais são graves em Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias e Nova Iguaçu e medianos nos outros municípios. Observando comparativamente a situação de gangues e drogas, ela é grave em Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias e Rio de Janeiro, sendo mediana nos outros municípios. Violência patrimonial é grave em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e São João do Meriti, contudo, é mediana em todos os outros. Violência interpessoal é pouco grave em São Gonçalo, grave em Rio de Janeiro e mediana nos outros municípios. Violência doméstica é pouco grave em Belford Roxo e Nova Iguaçu, grave em Cabo Frio e Campos dos Goytacazes e mediana nos outros municípios. A presença do Estado é boa em Cabo Frio, mediana em Campos dos Goytacazes e Nova Iguaçu e ruim em Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João do Meriti.

No estado de São Paulo, os indicadores transversais são bons em Campinas e Guarulhos e mediano em São Paulo. Os indicadores de gangues são medianos nos três municípios, já violência patrimonial é grave em todos os três. A violência interpessoal é grave em Guarulhos e mediana em São Paulo e Campinas. Violência doméstica é comparativamente boa em Campinas e mediana nos outros dois municípios. A presença

do Estado é tida como boa em São Paulo e Campinas e ruim em Guarulhos. Como esse indicador é ruim no Estado, é possível que, além do fator populacional, os aparatos do Estado estão mal distribuídos no território do estado de São Paulo.

Quadro 29 - Distribuição dos indicadores por município

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITO DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
MG	Belo Horizonte	🟡	🟡	🔴	🔴	🟡	🟢	🟡
MG	Betim	🔴	🟡	🟡	🔴	🟢	🟡	🟡
MG	Contagem	🟡	🟡	🔴	🔴	🟡	🔴	🟡
MG	Governador Valadares	🟢	🔴	🟢	🟢	🟡	🟡	🟡
MG	Juiz de Fora	🟢	🟡	🟢	🟡	🟡	🟡	🟡
MG	Ribeirão das Neves	🟡	🔴	🟢	🟡	🟢	🟡	🟡
MG	Uberlândia	🟢	🟢	🟡	🟡	🟡	🟡	🟡
ES	Cariacica	🔴	🟡	🟢	🟢	🔴	🔴	🟢
ES	Serra	🔴	🟢	🟢	🟡	🔴	🟢	🟡
ES	Vila Velha	🔴	🟡	🟢	🟡	🔴	🟡	🟢
ES	Vitória	🟢	🟡	🟡	🟢	🔴	🟢	🟢
RJ	Belford Roxo	🟡	🟢	🟡	🟡	🟢	🔴	🔴
RJ	Cabo Frio	🟡	🔴	🟡	🔴	🔴	🟢	🟡
RJ	Campos dos Goytacazes	🔴	🔴	🟡	🟡	🔴	🟡	🟡
RJ	Duque de Caxias	🔴	🔴	🔴	🟡	🟡	🔴	🟡
RJ	Nova Iguaçu	🔴	🟡	🔴	🟡	🟢	🔴	🔴
RJ	Rio de Janeiro	🟡	🔴	🔴	🔴	🟡	🟡	🔴
RJ	São Gonçalo	🟡	🟡	🟡	🟢	🟡	🔴	🔴
RJ	São João de Meriti	🟡	🟡	🔴	🟡	🟢	🔴	🟡
SP	Campinas	🟢	🟡	🔴	🟡	🟢	🟢	🟡
SP	Guarulhos	🟢	🟡	🔴	🔴	🟡	🔴	🔴
SP	São Paulo	🟡	🟡	🔴	🟡	🟡	🟢	🔴

6.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs

A atual situação dos dados sobre homicídios das Secretarias de Segurança das UFs do Sudeste foi informada à SENASP pelos gestores do SINESP. Em todos os casos as secretarias de Segurança Pública possuem dados oficiais que atendem a toda a Unidade Federativa, destacando que pode ser mais acurado o acompanhamento dos indicadores do Pacto na nessa região.

Quadro 30 – Os dados oficiais de homicídios da UF são sistematizados?

UF	Sim, e atendem a toda a Unidade Federativa	Sim, atendem a capital, a região metropolitana e parte do interior
ES	X	
MG	X	
RJ	X	
SP	X	

Os dados dos quatro estados são coletados exclusivamente nos boletins de ocorrência, o que pode limitar as informações, especialmente sobre motivação e autores dos homicídios. De toda maneira, parece haver um alinhamento na produção de dados dentre os estados da região.

Quadro 31 – Os dados oficiais da UF são advindos de quais fontes?

UF	Apenas dos Boletins de Ocorrência	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais e Laudos Periciais
ES	X		
MG	X		
RJ	X		
SP	X		

São gerados relatórios semanalmente no Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, os relatórios são gerados mensalmente.

Quadro 32 – São gerados relatórios/análises dos dados oficiais da UF de quanto em quanto tempo?

UF	Toda semana	Todo mês
ES	X	
MG	X	
RJ	X	
SP		X

Os dados sobre vítimas de homicídios são informados na maior parte dos casos em todos os estados para os casos de sexo, raça/cor e idade. A informação sobre orientação sexual da vítima pode ser consultada na maioria dos casos apenas no Espírito Santo. Em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo esse dado não existe.

Quadro 33 – Dados sobre as vítimas informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos			
	Sexo da vítima	Orientação sexual da vítima	Raça/cor da vítima	Idade da vítima
ES	X	X	X	X
MG	X		X	X
RJ	X		X	X
SP	X		X	X

Como era esperado, os dados sobre agressores são raros no Sudeste, isso porque são consultados apenas nos boletins de ocorrência. Os dados de sexo, raça/cor e idade do agressor podem ser consultados raramente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, provavelmente nos casos que envolvem flagrante. No Espírito Santo esses campos não existem e os dados não podem ser fornecidos pela Secretaria.

Quadro 34 – Dados sobre as agressores/infratores informados raramente

UF	Existe o dado e é informado raramente		
	Sexo do agressor	Raça/cor do agressor	Idade do agressor
ES			
MG	X	X	X
RJ	X	X	X
SP	X	X	X

Os dados que contextualizam o fato são frequentes no Sudeste. Todos os estados possuem informações para local, dia da semana e horário. Além disso, em todos os estados as ocorrências de homicídios são georreferenciadas. Já a aparente motivação é informada apenas no caso de São Paulo. Esse campo não existe no Espírito Santo e Rio de Janeiro e é informado raramente em Minas Gerais.

Quadro 35 – Dados sobre o ocorrido informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos				
	Local	Dia da semana	Horário	Motivação (aparente)	Georreferenciamento
ES	X	X	X		X
MG	X	X	X		X
RJ	X	X	X		X
SP	X	X	X	X	X

7. REGIÃO SUL

7.1 Indicadores e mapas comparados

Este capítulo tem o objetivo de trazer dados e análises sobre a Região Sul, suas UFs e os seis municípios que foram selecionados para o Pacto. Dividimos a apresentação em três partes principais: primeiro, fazemos análises descritivas sobre indicadores escolhidos a partir das causas e fatores de risco apresentadas no capítulo 1, em seguida trazemos a análise dos indicadores-síntese, que apontam para os principais problemas de cada estado e município. Na terceira parte deste capítulo, traremos informações sobre a qualidade dos dados de homicídios produzidos pelos estados da região.

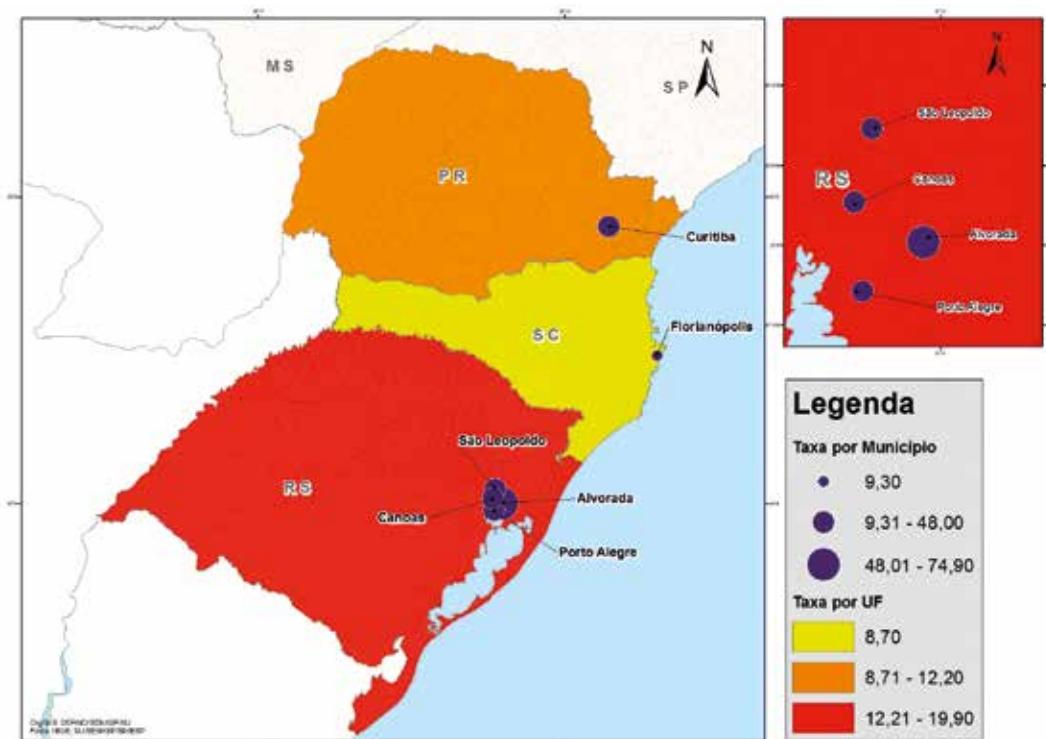
TAXA DE HOMICÍDIOS – SINESP/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A taxa de homicídios da Região Sul é a menor, quando comparada ao restante do país. Internamente à região, as UFs apresentam algumas diferenças. A menor taxa é a de Santa Catarina, 8,7 homicídios para cada 100 mil habitantes, a menor taxa do Brasil. A capital, Florianópolis, também apresenta uma taxa relativamente baixa (9,3).

O Paraná apresenta uma taxa um pouco maior, de 12,2 homicídios a cada 100 mil habitantes e sua Capital, Curitiba, possui a taxa de 28,2.

Já o Rio Grande do Sul apresenta a maior taxa de homicídios da região, 19,9, a qual se compara a outros estados de outras regiões, como Minas Gerais, Maranhão e Rio Grande do Norte. É o estado do Sul com o maior número de municípios no Pacto, os quais possuem taxas altas de homicídios, mesmo no contexto nacional. São eles: Alvorada (74,9), São Leopoldo (48,0), Porto Alegre (37,1) e Canoas (30,0).

Taxa de Homicídios por 100 Mil Habitantes - Ano 2014 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



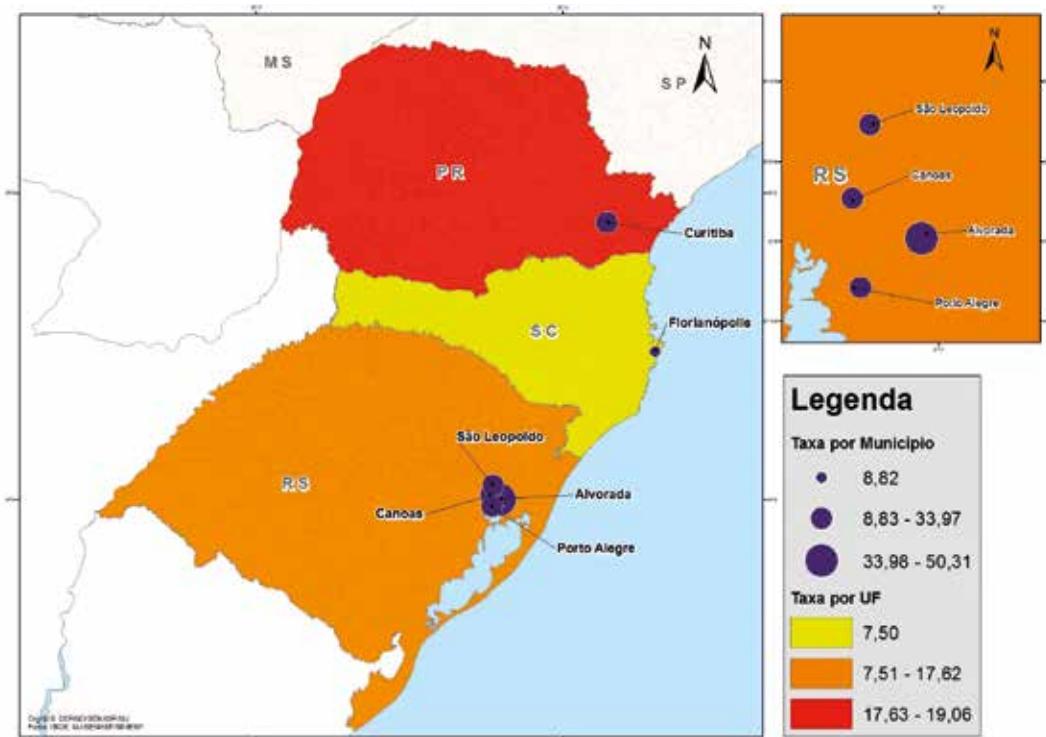
MORTES POR ARMAS DE FOGO – DATASUS

Neste trabalho, estamos utilizando a taxa de mortes por armas de fogo a cada 100 mil habitantes para dar pistas sobre a circulação de armas de fogo nas regiões. Por esse motivo são contabilizados tanto homicídios como suicídios. Na Região Sul observamos alguma diferença entre as taxas de homicídios das UFs com a taxa de mortes por arma de fogo. Em Santa Catarina, existe uma coincidência das menores taxas. São 7,4 mortes por armas de fogo a cada 100 mil habitantes (enquanto são 8,7 homicídios a cada 100 mil).

A situação de mortes por armas de fogo, contudo, é mais agravada no Paraná (19,3) que no Rio Grande do Sul (17,6). O que poderia indicar que existe maior circulação de armas no estado do Paraná, apesar de que a circulação no Rio Grande do Sul se parece com a taxa de homicídios (19,9).

Dentre os municípios, a situação é mais grave nos municípios do RS: Alvorada (50,3), Canoas (34,0), São Leopoldo (32,4), Porto Alegre (32,0), Curitiba (23,6) e Florianópolis (8,8).

**Taxa de Óbitos por Armas de Fogo por 100 Mil Habitantes - 2013 -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul**



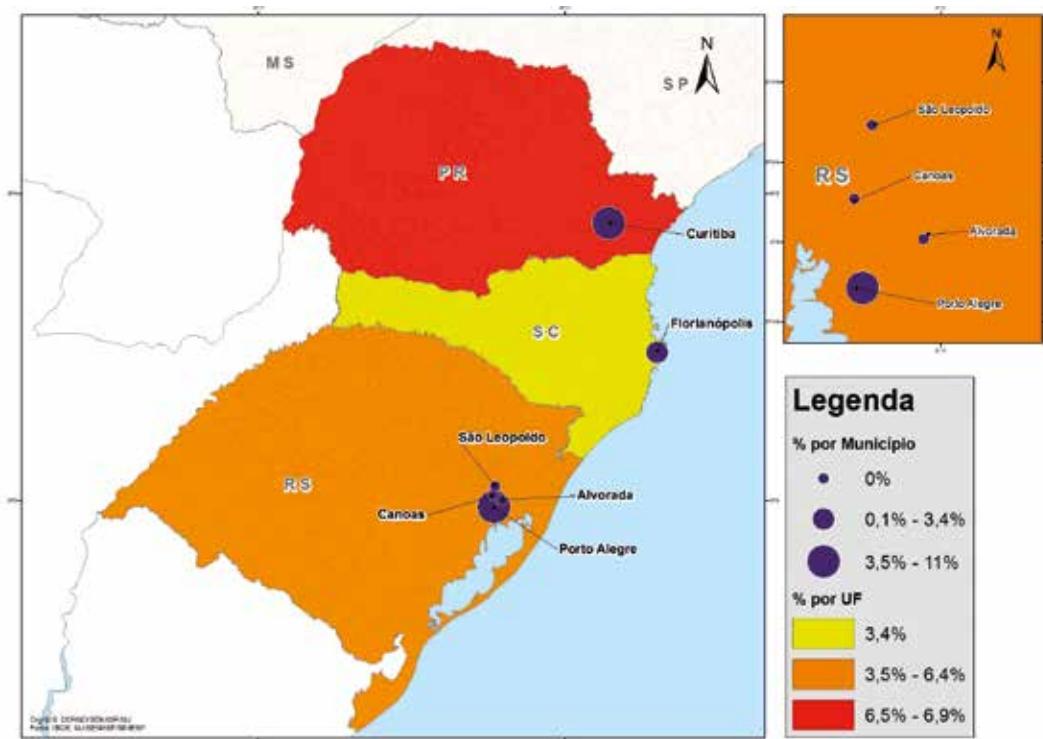
AGLOMERADOS SUBNORMAIS

A porcentagem de pessoas vivendo em aglomerados subnormais é um dado do IBGE que informa qual é a parcela de pessoas que vivem em condições não ideais de habitação, como, por exemplo, as favelas. Tais situações de habitação se dão em condições precárias de saneamento e acesso a recursos do Estado. O acúmulo de pessoas habitando aglomerados tem sido observado como indicador de territórios inseguros que podem influenciar em sociabilidades violentas e violência interpessoal.

O local com a menor concentração de aglomerados subnormais é Santa Catarina, onde 3,4% das famílias habitam nessas condições. No Rio Grande do Sul a porcentagem é de 6,4% e no Paraná de 6,9%. São porcentagens baixas ao se comparar ao contexto nacional, maiores apenas que a dos estados do Centro-Oeste, com exceção de Mato Grosso.

Em termos dos municípios, os únicos que possuem porcentagens maiores que o de aglomerados subnormais são as capitais. A menor porcentagem é a de Florianópolis (3,4%), seguida por Curitiba (8,1%) e Porto Alegre (11%).

**Aglomerados Subnormais (favelas) - % dos domicílios -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul**



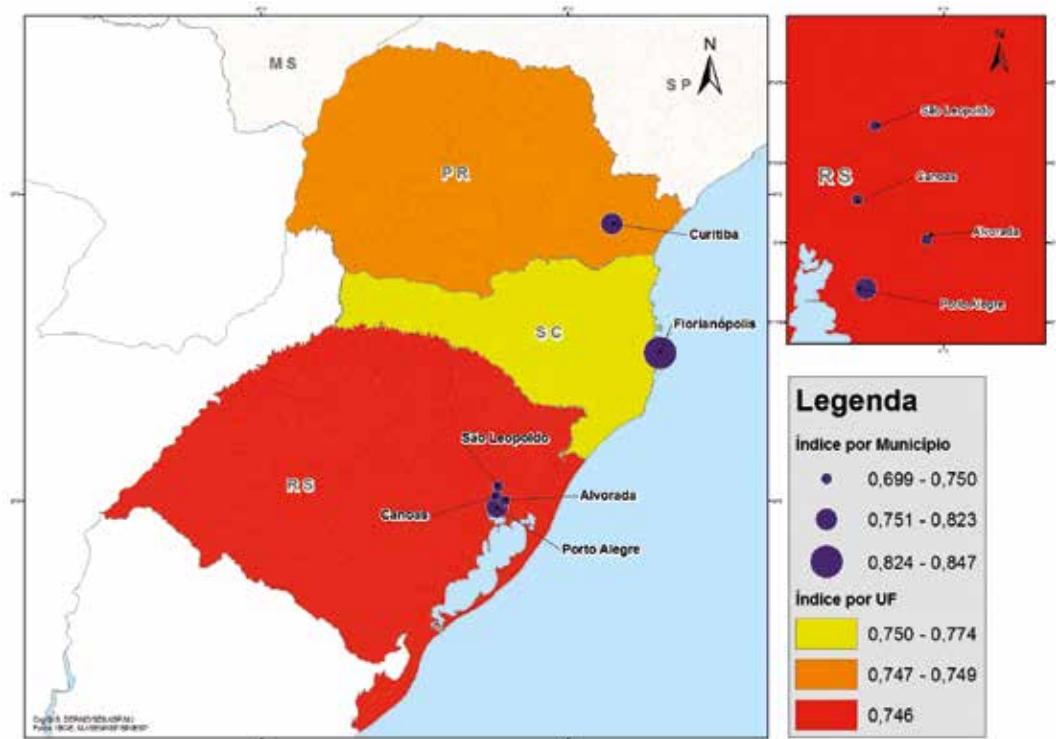
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano agrega indicadores de renda, saúde e educação em um único índice, que varia de 0 a 1, sendo zero a pior situação em termos de vulnerabilidades e desenvolvimento humano e 1 a melhor.

O IDH varia, na Região Sul, de 0,774 em Santa Catarina a 0,746 no Rio Grande do Sul e 0,749 no Paraná.

Nos municípios, o índice varia da seguinte maneira: Alvorada (0,699), São Leopoldo (0,739), Canoas (0,750), Porto Alegre (0,805), Curitiba (0,823), Florianópolis (0,847).

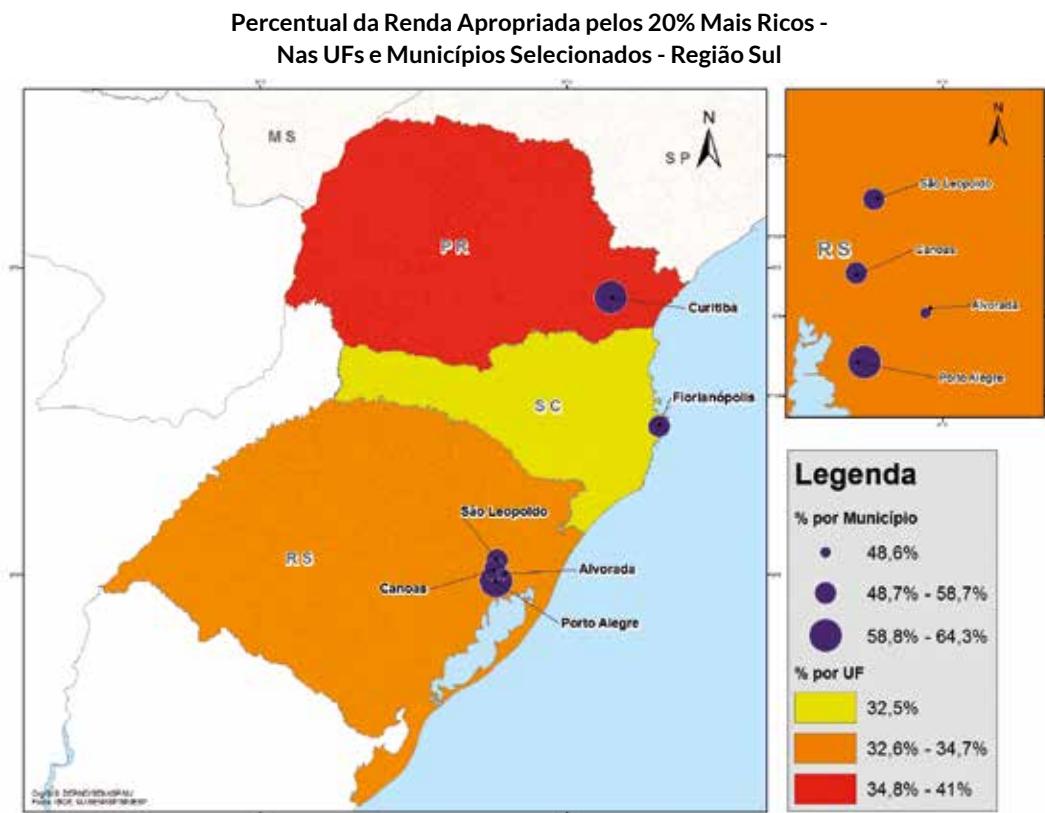
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



CONCENTRAÇÃO DE RENDA - IBGE (RENDA TOTAL NAS MÃOS DOS 20% MAIS RICOS)

O indicador sobre concentração de renda do IBGE indica qual porcentagem da renda dos estados e municípios está concentrada nas mãos dos 20% de famílias mais ricas. É um ótimo indicador de desigualdade social. A maior concentração de renda da região está no Rio Grande do Sul, com 58,7% da renda acumulada pelos 20% mais ricos. Em seguida, está o Paraná, com 58,5%, e depois Santa Catarina, com 54%.

Já nos municípios a concentração de renda varia da seguinte maneira: Porto Alegre (64,35%), Curitiba (60,6%), Florianópolis (58,7%), São Leopoldo (57,8%), Canoas (55,8%) e Alvorada (48,6%).



ROUBO (BOLETINS DE OCORRÊNCIA – SINESP/MJ)

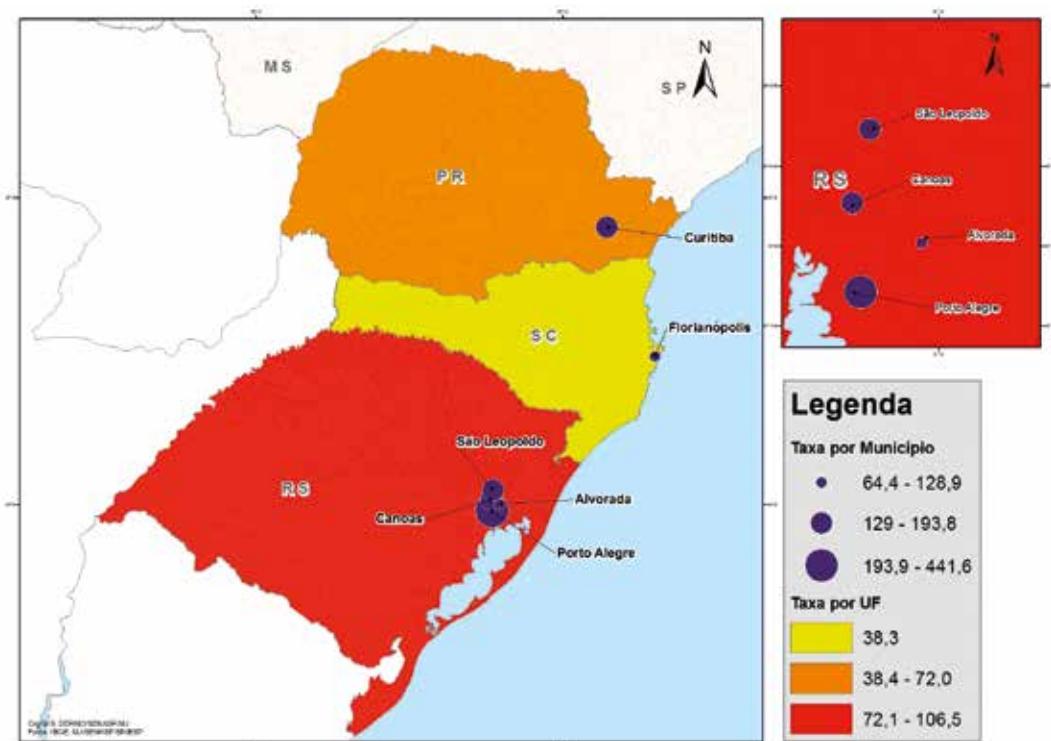
Utilizou-se neste diagnóstico o indicador de roubos de veículos e a instituições financeiras pelas razões a seguir: (i) são os tipos mais denunciados às polícias; e (ii) compõem os dados do SINESP de forma mais confiável.

As taxas de cada uma das UFs da Região Sul distribuíram-se da seguinte forma: o estado de Santa Catarina teve a menor taxa, 38,3 para cada 100 mil habitantes. O Paraná, com taxa de 72,0, ficou em situação intermediária. Já o Rio Grande do Sul, estado com mais municípios selecionados, apresentou a taxa de 106,5.

Em consonância com os números apresentados para os estados, Florianópolis (64,4), em Santa Catarina, foi o município que apresentou a menor taxa, seguida de Alvorada (128,9), no Rio Grande do Sul.

Em situação intermediária, embora com taxas altas, aparecem os municípios de São Leopoldo-RS (176,9), Curitiba (191,5) e Canoas-RS (193,8). Por fim, a situação mais crítica no que se refere a roubos de veículos e a instituições financeiras ficou com o município de Porto Alegre, cuja taxa por 100 mil habitantes foi de 441,6.

Taxa de Registro de Roubos de Veículos e Instituições Financeiras por 100 Mil Habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



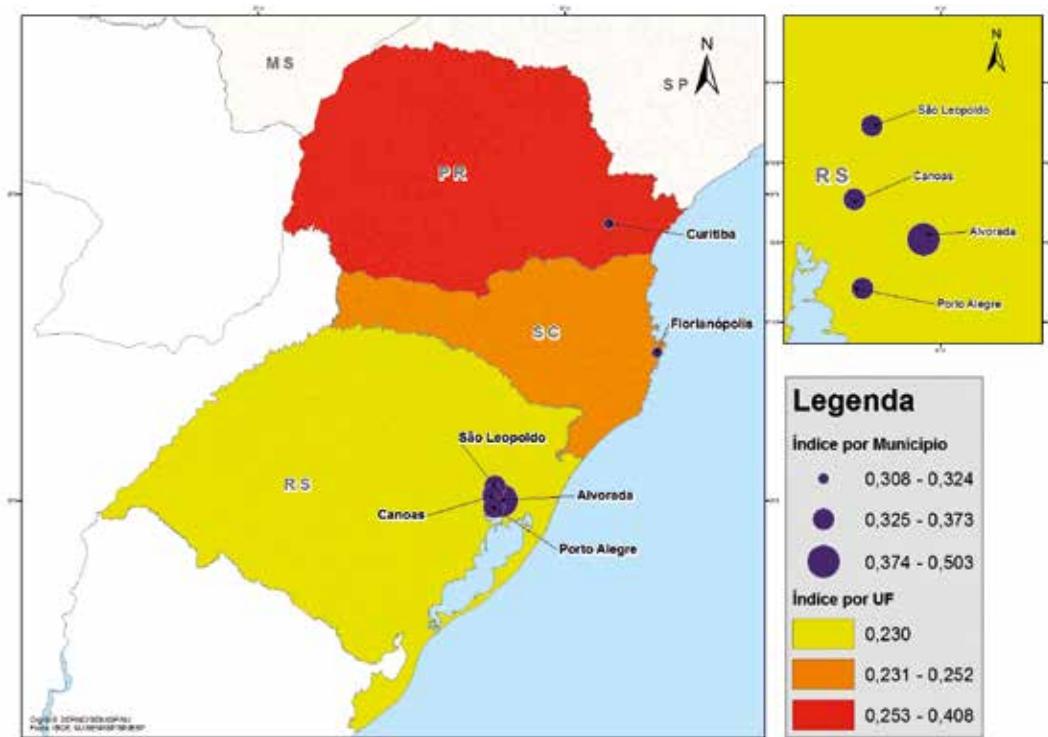
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL – IVJ

Síntese dos indicadores de taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas externas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar mensal e risco relativo de brancos e negros serem vítimas de homicídio, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil é uma forma de fornecer informações sobre locais em que os jovens estão mais vulneráveis à violência. A partir desse índice, é possível ter noção dos locais onde esses jovens precisam de maior atenção. Os valores do IVJ variam entre 0 (menor vulnerabilidade) e 1 (maior vulnerabilidade).

Os valores desse índice na Região Sul são muito parecidos com os do Centro-Oeste, que variam entre 0,294 e 0,439. Assim, o estado do Rio Grande do Sul (0,230) tem o menor índice, seguido por Santa Catarina (0,252). Com situação de maior vulnerabilidade juvenil encontra-se o estado do Paraná (0,408).

No tocante aos municípios, exceto Alvorada (0,503), que tem a situação de maior vulnerabilidade, todos os outros selecionados apresentam índices entre 0,308 e 0,373, em ordem crescente: Florianópolis (0,308), Curitiba (0,324), Porto Alegre (0,365), Canoas (0,369) e São Leopoldo (0,373).

Índice de Vulnerabilidade Juvenil - IVJ - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



EDUCAÇÃO: TAXA DE EVASÃO ESCOLAR (CENSO ESCOLAR/INEP/MEC, 2014)

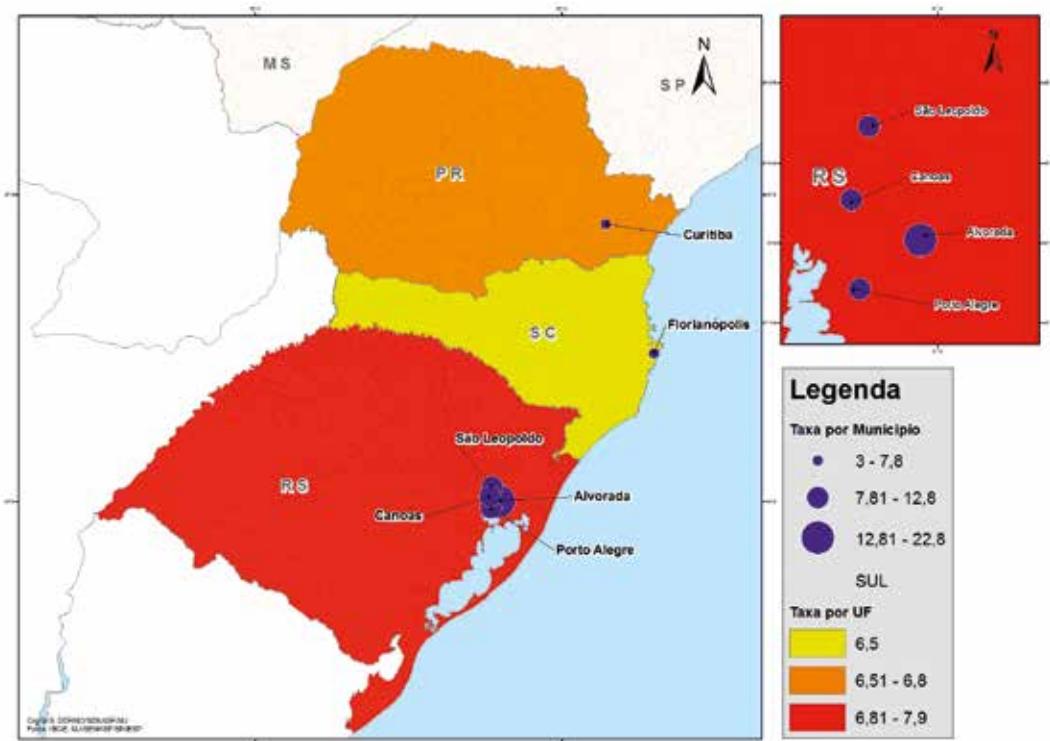
As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas na 2^a etapa do Censo Escolar. Para o cálculo das taxas de rendimento e de abandono escolar é considerada a situação final das matrículas do Ensino Fundamental e Médio da modalidade regular. Nesse sentido, a taxa de abandono indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo.

Para o propósito deste trabalho, a taxa de abandono escolar especificada no mapa é referente apenas ao Ensino Médio, já que, em tese, essa é a faixa etária com maior vulnerabilidade e a que tem sido a mais vitimada com relação aos homicídios.

Os estados da região apresentaram as seguintes taxas de abandono no Ensino Médio: Santa Catarina (6,5), Paraná (6,8) e Rio Grande do Sul (7,9).

Quanto aos municípios selecionados, as taxas seguiram a tendência apresentada pelas UFs. Assim, as menores taxas foram observadas em Curitiba (4,8) e Florianópolis (5,6). Taxas intermediárias para a região foram observadas em Canoas (8,4) e Porto Alegre (8,9). As maiores taxas da região foram observadas nos municípios de São Leopoldo (10,2) e Alvorada (15,5), ambos na região metropolitana de Porto Alegre-RS.

Taxa de Reprovação Escolar - Ano 2014 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul

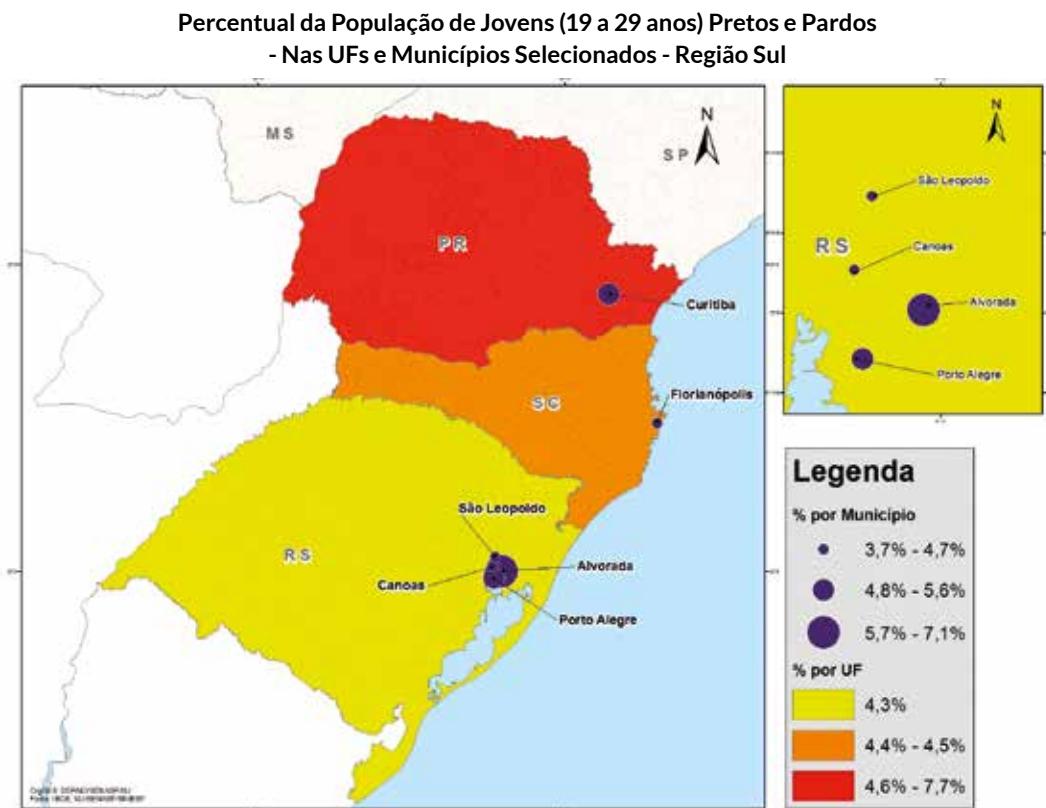


PERCENTUAL DE JOVENS NEGROS NA POPULAÇÃO

O percentual de jovens negros na população é também um indicador de vulnerabilidades, uma vez que os jovens negros são os mais afetados pela violência urbana advinda de diversos contextos, assim como são os mais vitimados pelos homicídios. Nesse sentido, esse é um dos indicadores usados neste trabalho porquanto pode apontar locais nos quais são necessárias ações orientadas para a proteção dessa parcela da população e controle de fatores de risco associados à violência urbana.

No Brasil, o percentual de jovens negros é 14,4% da população. Já na Região Sul os percentuais são bem menores e se distribuem da seguinte forma: os jovens negros do Rio Grande do Sul (4,3%) e de Santa Catarina (4,5%) compõem os menores percentuais da região. O estado do Paraná (7,7%) é o que apresenta o maior percentual de jovens negros no total da população.

No tocante aos municípios, os menores percentuais de jovens negros na população encontram-se em São Leopoldo (3,7%) e Canoas (3,8%), ambos no estado do Rio Grande do Sul. As capitais Florianópolis (4,7%), Porto Alegre (5,5%) e Curitiba (5,6%) aparecem em situação intermediária. O percentual de jovens negros no total da população é um pouco mais acentuado em Alvorada-RS, onde a parcela de jovens negros alcança 7,1% da população daquele município.



MORTE POR ABUSO DE DROGAS ILÍCITAS (DATASUS)

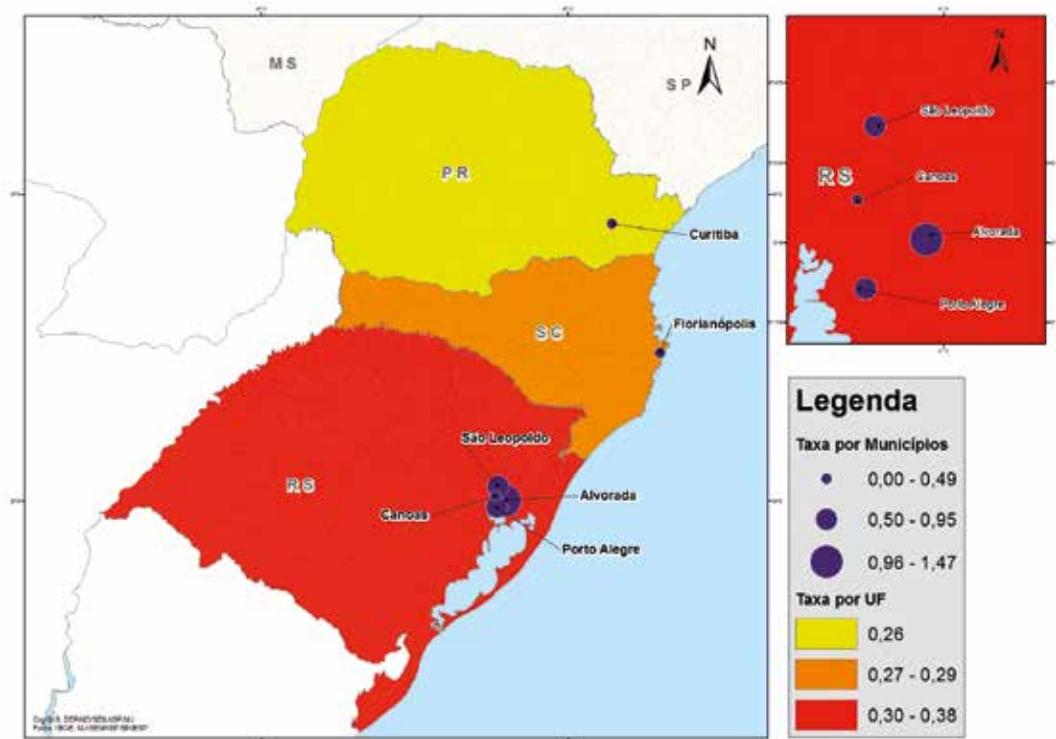
A taxa de morte por intoxicação com drogas ilícitas tem se mostrado baixa nos estados e municípios analisados e é usada neste diagnóstico como forma de se verificar a disponibilidade de drogas nesses locais, tendo em vista a escassez de dados acerca deste indicador.

As taxas nos estados da Região Sul têm uma amplitude que varia de 0,26 a 0,38 de mortes para cada 100 mil habitantes. Assim, a menor taxa da região (0,26) é observada no estado do Paraná. Uma taxa muito próxima dessa foi apresentada pelo estado de Santa Catarina (0,29). Rio Grande do Sul, por sua vez, registrou 0,38, maior taxa verificada.

No que concerne aos municípios selecionados para o Pacto nessa região, os dados do DATASUS em 2013 apontam o município de Canoas sem ocorrências desse tipo de morte.

Dos municípios que apresentaram alguma taxa, temos em ordem crescente: Florianópolis (0,22) e Curitiba (0,49). Taxas maiores foram observadas em São Leopoldo (0,89) e Porto Alegre (0,95). A maior taxa dentre os municípios selecionados ficou com Alvorada (1,47).

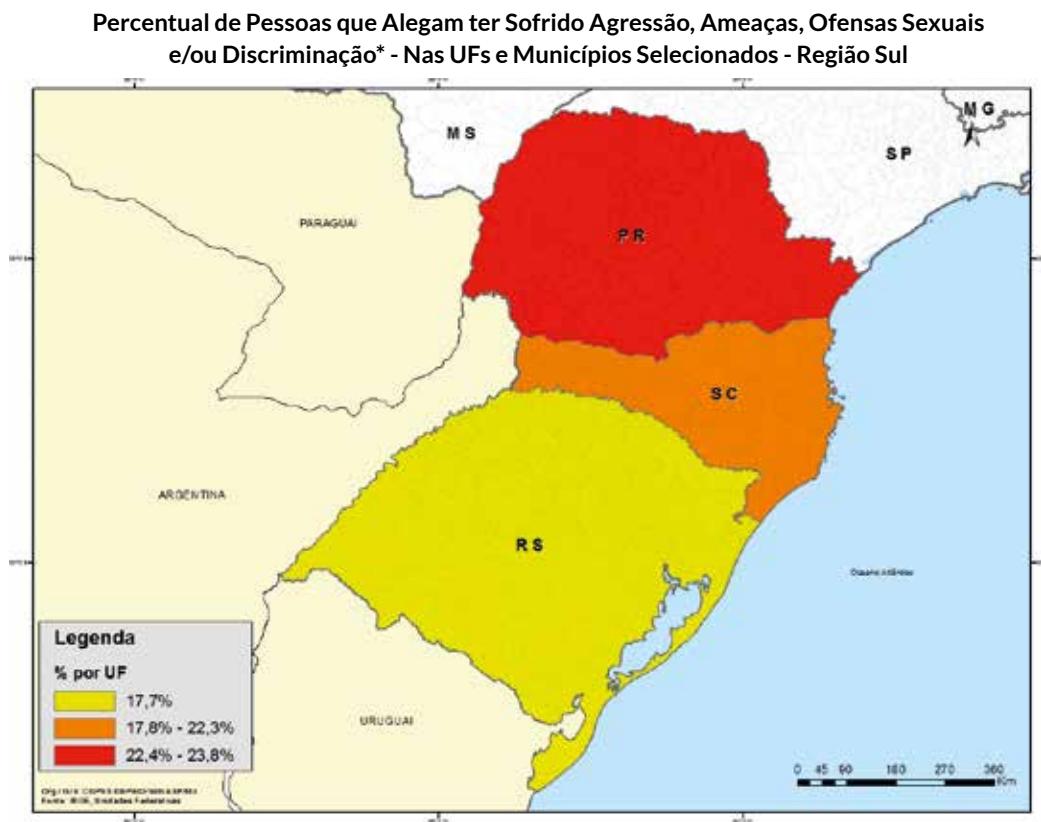
Taxa de Óbitos por Intoxicação de Drogas Ilícitas - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



CRIMES CONTRA A PESSOA – PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO

A Pesquisa Nacional de Vitimização, fomentada pela SENASP e realizada pelo Instituto Datafolha, foi divulgada em 2013 e apresenta dados (de 2011 e 2012) sobre o número de pessoas que foram vítimas de crimes, desde ameaças, discriminação e agressões até ofensas sexuais. Para esse indicador, que pode mostrar, de forma mais abrangente, a dimensão da cultura adversarial entranhada nas relações interpessoais da população, os dados são apresentados somente em nível estadual.

Na Região Sul, o menor percentual de pessoas vitimadas foi observado no estado do Rio Grande do Sul, cujo valor é de 17,7%. Já Santa Catarina e Paraná apresentaram percentuais de 22,3% e 23,8%, respectivamente.



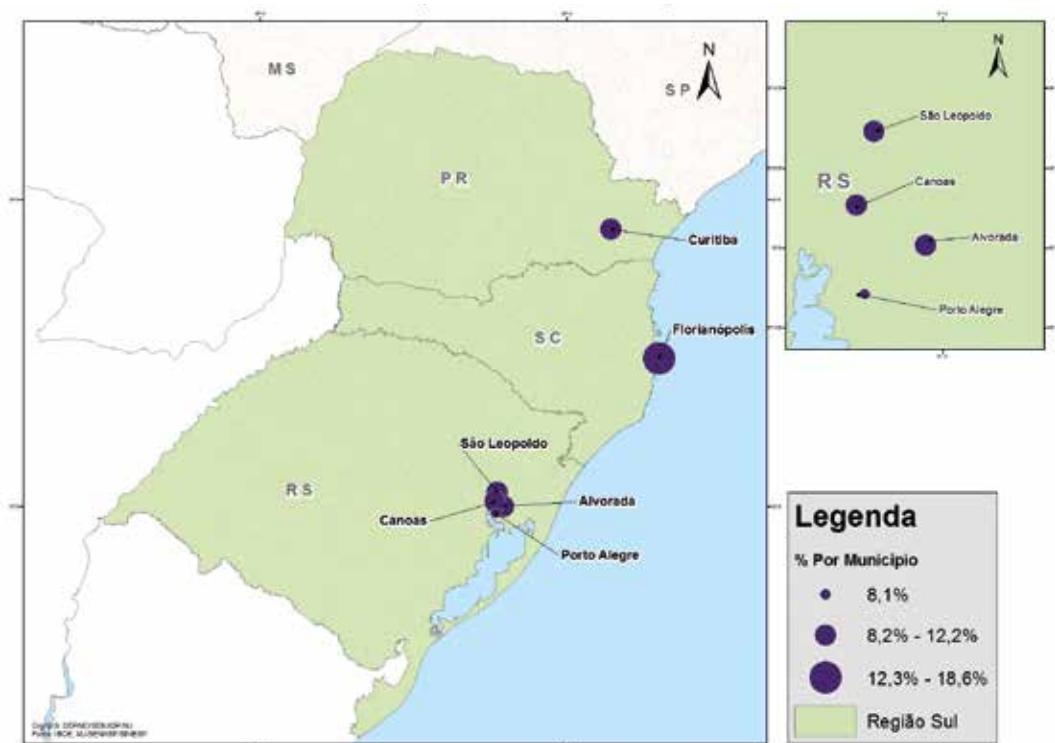
*Para a Pesquisa Nacional de Victimização, foi perguntado aos/as entrevistados/as se sofreram agressões ou ameaças nos últimos 12 meses. Além disso, foi perguntado se os/as entrevistados/as sofreram ofensa sexual e discriminação alguma vez na vida.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE RESIDE NO MUNICÍPIO HÁ MENOS DE 5 ANOS (IBGE)

Segundo alguns autores, o fenômeno da *falta de coesão social* pode estar associado à moradia recente em determinado local, por haver menor ou nenhum vínculo com o território e com as outras pessoas do local. Locais com altas concentrações de moradores recentes poderiam ser, assim, mais propícios a vários tipos de violências interpessoais, inclusive homicídios. Além disso, a sensação de segurança desses novos residentes é também menor, tal qual a confiança social. É importante ressaltar desse indicador, em conjunto com outros, que pode apontar para uma compreensão mais acurada da dinâmica social do lugar com relação ao mercado de trabalho, da economia local e das relações sociais nele estabelecidas. A análise desse indicador foi feita apenas por município.

O município com o menor percentual de novos moradores é Porto Alegre (8,1%). Em uma zona intermediária aparecem, em ordem crescente, Curitiba (10,1%), Canoas (10,7%), Alvorada (10,9%) e São Leopoldo (12,2%). A maior taxa de novos residentes está na capital Florianópolis, cujo percentual é de 18,6%.

Percentual da População Residente no Município Há Menos de 5 Anos - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul

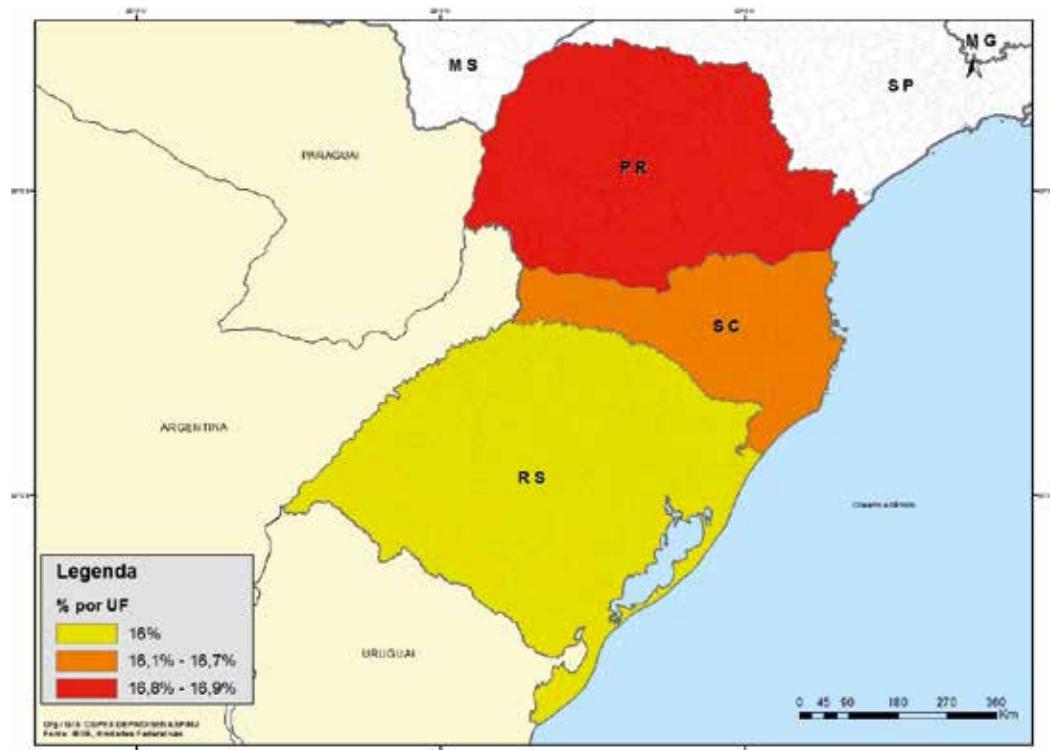


CONSUMO DE ÁLCOOL (POF – PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES)

O consumo de álcool, embora não seja um indicador de violência de *per si*, é analisado neste trabalho como um agente potencializador das violências, especialmente perpetradas no contexto interpessoal e doméstico. Nesse sentido, foram usados neste diagnóstico dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, a qual observa a porcentagem de orçamento familiar destinado a bebidas, que está concentrado no gasto com bebidas alcoólicas, como uma forma de medir o seu consumo pela população. Esse indicador é apresentado apenas para os estados.

As porcentagens do orçamento familiar com bebidas alcoólicas são muito próximas nos três estados da Região Sul. Assim, no Rio Grande do Sul o percentual é de 16,0%, seguido de Santa Catarina, com 16,7% e Paraná, com 16,9%.

**Percentual de Bebidas Alcoólicas no Consumo de Bebidas -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul**

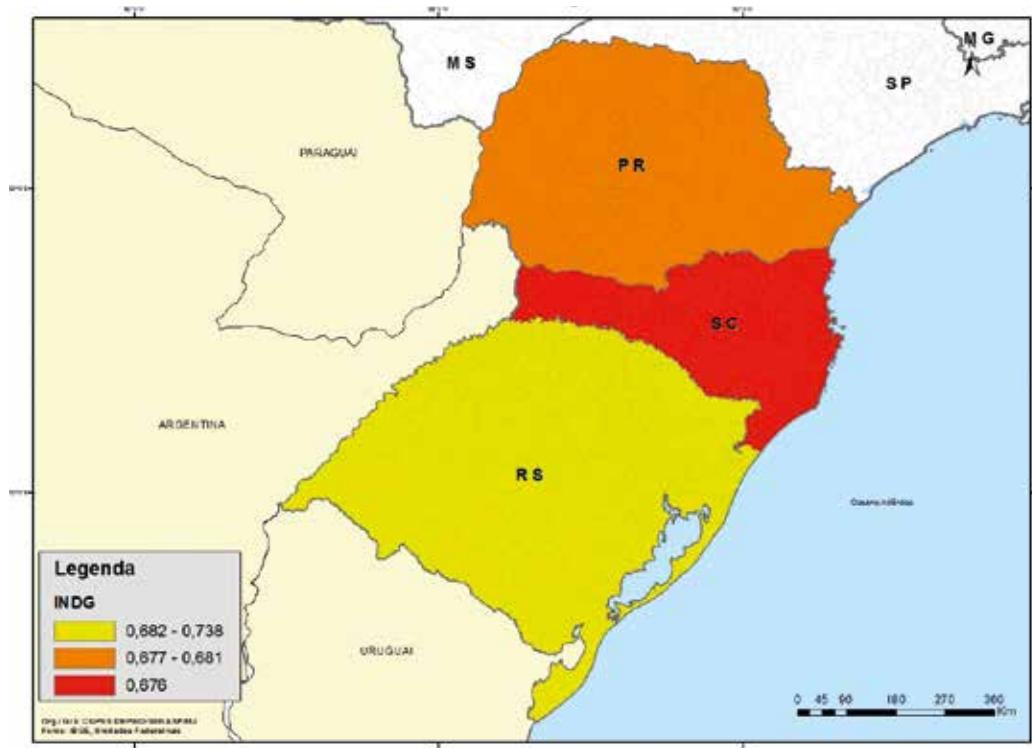


ÍNDICE NACIONAL DE DESIGUALDADE DE GÊNERO – INDG

O Índice Nacional de Desigualdade de Gênero foi construído para dimensionar as desigualdades entre homens e mulheres em termos de saúde, educação, trabalho e participação política. Da mesma forma que o IDH, esse índice varia de 0 a 1, sendo que 1 representaria uma sociedade plenamente igualitária em termos de gênero. As menores taxas brasileiras variam de 0,67 a 0,69.

Os índices de dois estados do Sul são os dois piores do Brasil. São eles Santa Catarina (0,676) e Paraná (0,681). O índice do Rio Grande do Sul (0,738) é médio no contexto nacional.

**Índice Nacional de Desigualdade de Gênero - INDG -
Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul**



VIOLENCIA DOMÉSTICA – AGRESSÕES OCORRIDAS NA RESIDÊNCIA

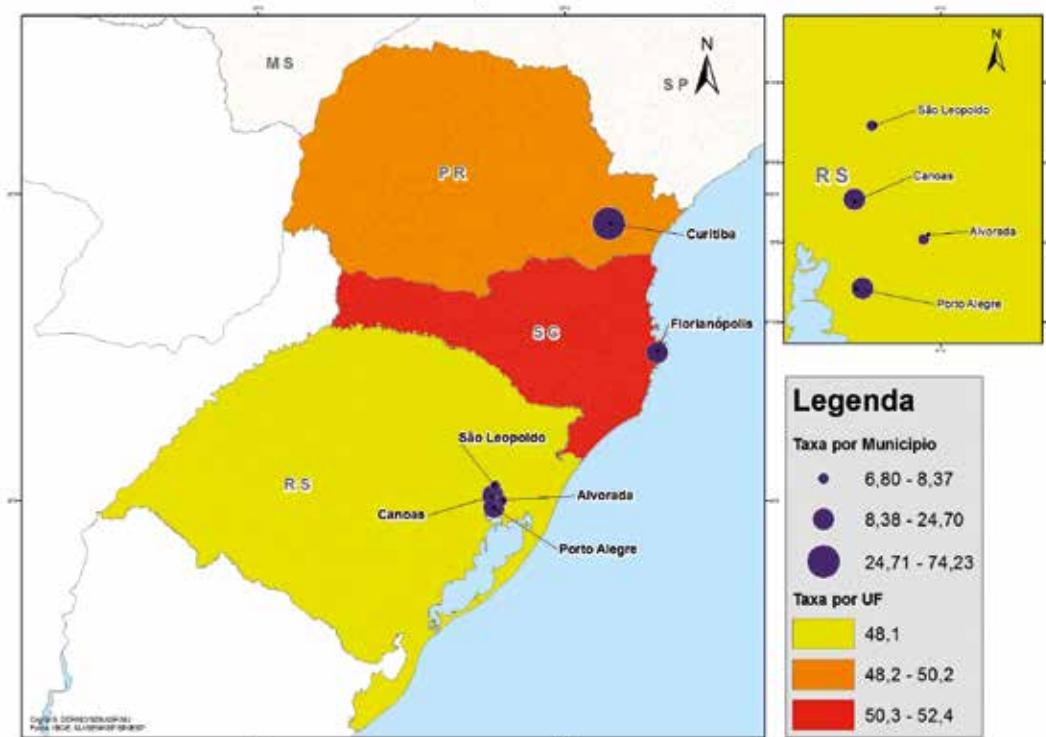
Os dados de violência doméstica são advindos do Sistema de Nacional de Agravamento de Notificação, do DATASUS, ou seja, trata-se de agressões que chegaram ao hospital. Nesse sentido, não dimensionam por completo a violência doméstica, mas são os melhores dados disponíveis e indicam uma tendência. No mapa adiante são apresentadas as taxas de notificação de violência doméstica por 100 mil habitantes.

As taxas são altas nos estados do Sul, dentre as maiores do Brasil. A maior delas está em Santa Catarina (52,35), seguida por Paraná (50,19) e Rio Grande do Sul (48,14).

Nos municípios as taxas variam da seguinte forma: Curitiba (74,23), Canoas (24,70), Florianópolis (19,50), Porto Alegre (16,43), São Leopoldo (8,37) e Alvorada (6,80).

Com exceção de Curitiba, capital com uma taxa consideravelmente elevada de violência doméstica, os outros municípios apresentam taxas menores, se compararmos essas com as taxas de seus estados, o que pode indicar, dado que são capitais ou regiões metropolitanas que estão sendo analisadas, que os municípios do interior podem concentrar as maiores taxas.

Taxa de Violência Doméstica (total) - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES, IDOSOS E CRIANÇAS (DATASUS)

As taxas de homicídios de mulheres, idosos e crianças permitem observar como cada um desses fenômenos de homicídio se distribui nos municípios pesquisados e, além disso, em quais locais existe a maior possibilidade de homicídios perpetrados por violência doméstica, os quais exigem determinadas ações de prevenção e repressão. Esse dado é apresentado em nível municipal.

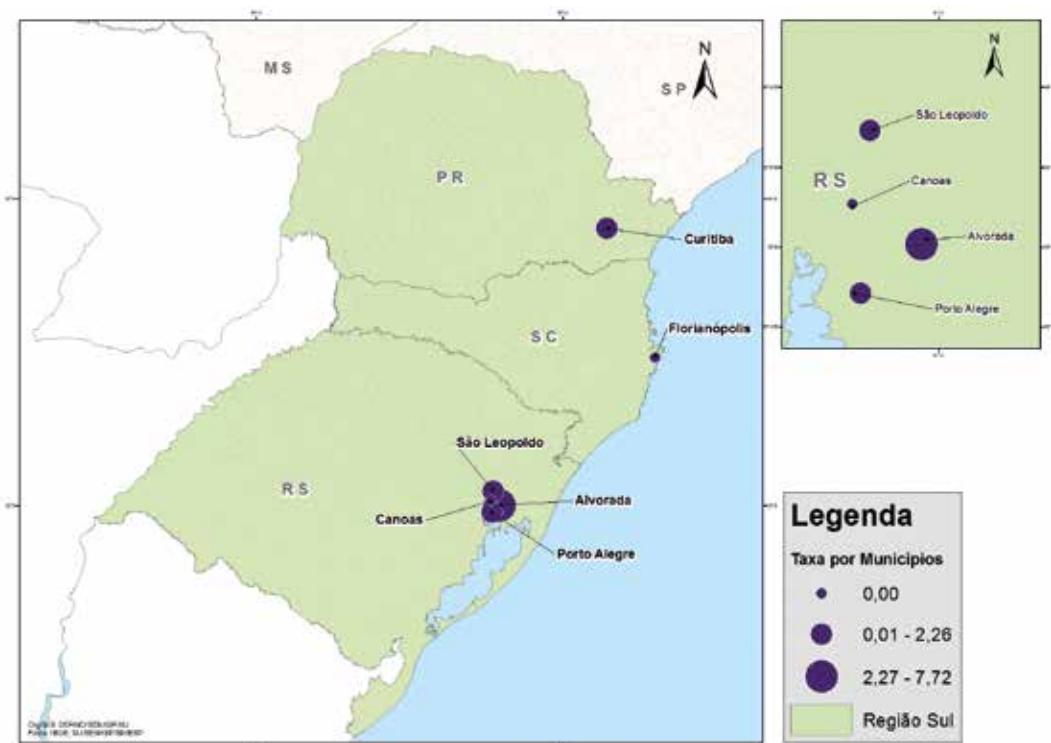
Apesar das taxas de violência serem das mais altas, as taxas de mortes não são, o que pode indicar que existem maiores estratégias preventivas a esse tipo de homicídios na região.

Acerca dos homicídios de crianças, a taxa é maior e destoante do restante em Alvorada (7,72). Taxas menores foram encontradas em Porto Alegre (2,26), São Leopoldo (2,05) e Curitiba (1,41). Em Florianópolis e Canoas a taxa foi zero.

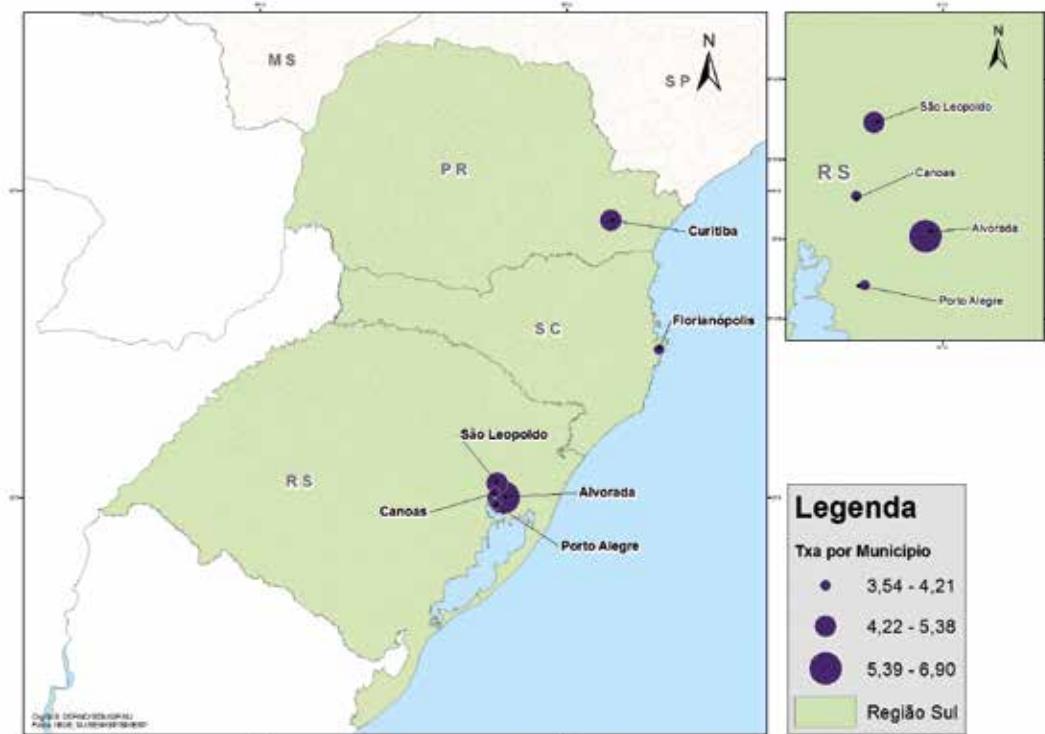
Em termos dos homicídios de mulheres, as taxas são maiores e mais parecidas entre os municípios, variando da seguinte maneira: Alvorada (6,90), São Leopoldo (5,38), Curitiba (5,05), Porto Alegre (4,21), Florianópolis (3,57) e Canoas (3,54).

As taxas de homicídios de idosos são mais altas e apresentam uma variação maior: Alvorada (16,92), Canoas (10,68), Florianópolis (8,03), Porto Alegre (7,98), São Leopoldo (4,46) e Curitiba (3,48).

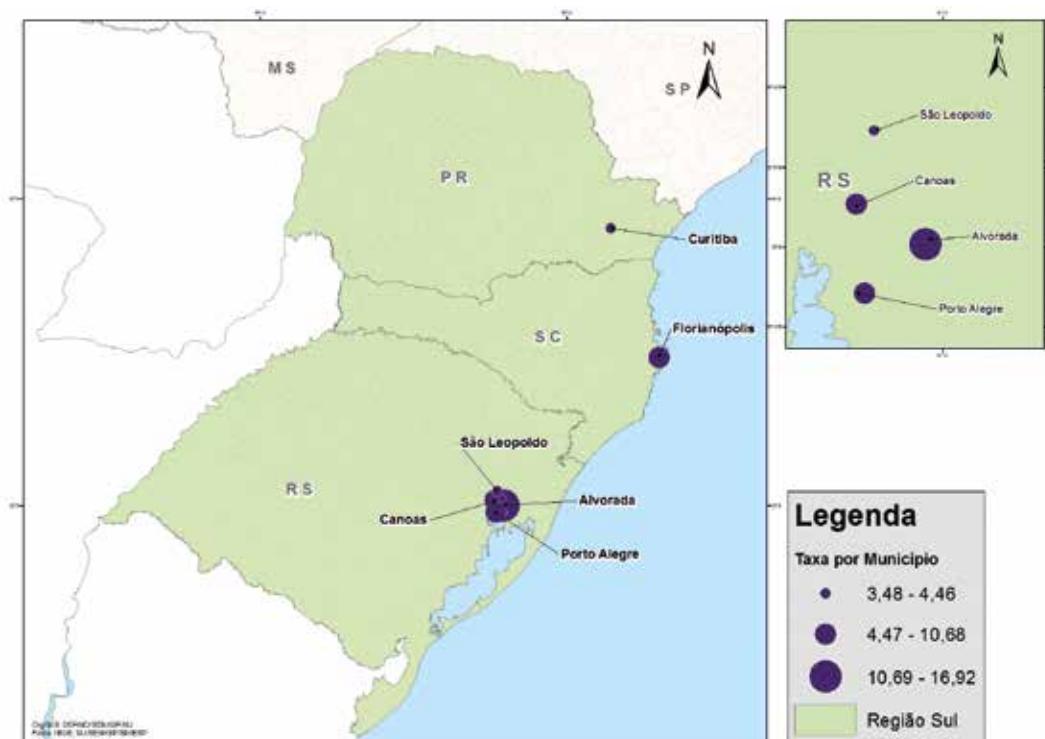
Taxa de Homicídios - Crianças (até 14 anos) - DATASUS - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



Taxa de Homicídios - Mulheres - DATASUS - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



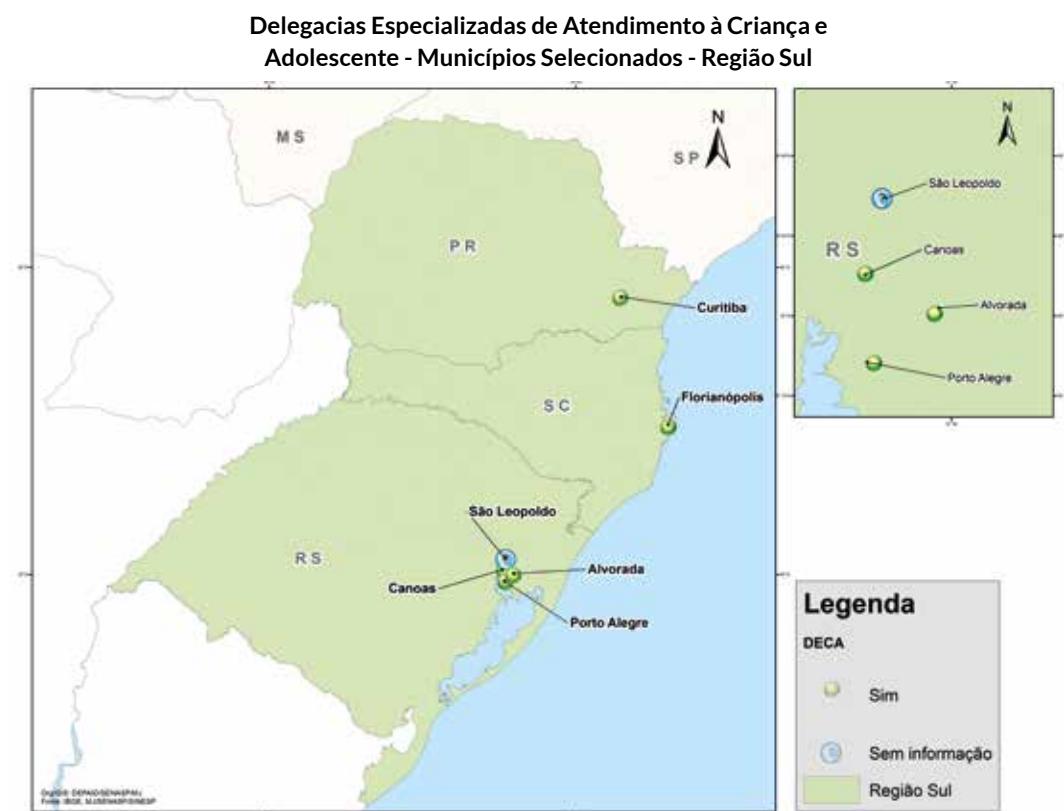
Taxa de Homicídios - Idosos (acima de 60 anos) - DATASUS - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



QUANTIDADE DE DEAMS E DPCAS

A existência de rede de proteção e atendimento específico para questões envolvendo violência doméstica pode ser um dos fatores de prevenção da ocorrência de homicídios nesses casos. De acordo com a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASA/P/MJ), de 2013, com exceção de São Leopoldo, sobre o qual não possuímos informações, todos os municípios do Pacto no Sul contam com DEAMs e DPCAs, confirmando a hipótese de que existe uma rede de proteção bem estabelecida.

Quanto à delegacias de idosos, possuímos essa informação apenas por estado, elas existem apenas no Rio Grande do Sul e são duas.



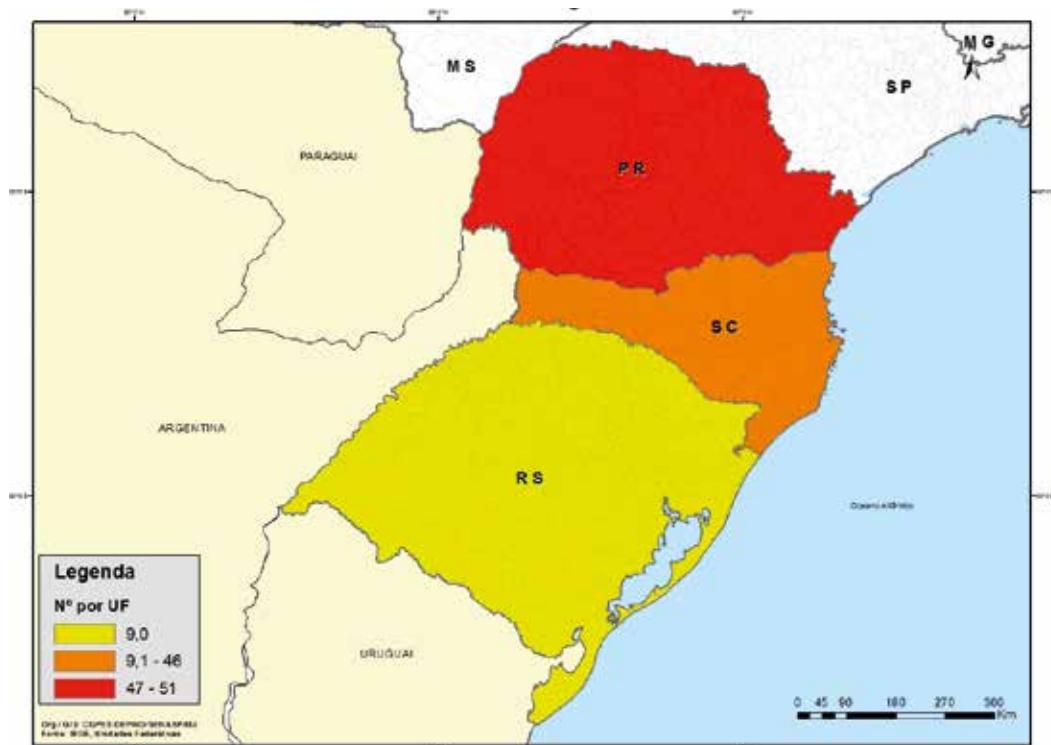
QUANTIDADE DE POLICIAIS MORTOS, POR UF (PESQUISA PERFL/MJ)

Um indicador que pode nos auxiliar a perceber o quanto os policiais militares e civis estão sendo vitimados em serviço ou fora de serviço, por causas naturais ou violentas, em cada UF, é a quantidade de policiais mortos por ano e por Unidade da Federação. As informações, nesse caso, são estaduais, visto que esses efetivos dessas polícias são das Unidades Federadas.

Em 2013, o Rio Grande do Sul e o Paraná registraram um alto número de mortes de seus policiais: 51 e 46, respectivamente, embora bem menos do que os estados de São Paulo (207) e Rio de Janeiro (152). Essa quantidade registrada nesses dois estados da Região Sul corresponde a cerca de 11% das mortes de policiais do país. Já em Santa Catarina houve 9 registros desse tipo em 2013.

Em relação aos policiais feridos, o estado do Paraná registrou o maior número do país, com 2.494 policiais. Isso representou 61,1% de todos os policiais feridos do país naquele ano. Talvez as manifestações de junho de 2013 possam explicar parte desses números. O outro estado do Brasil que também teve um número significativo de feridos foi o Mato Grosso, com 1.010 feridos (24,7% do país).

Número de Policiais Mortos - Nas UFs - Região Sul



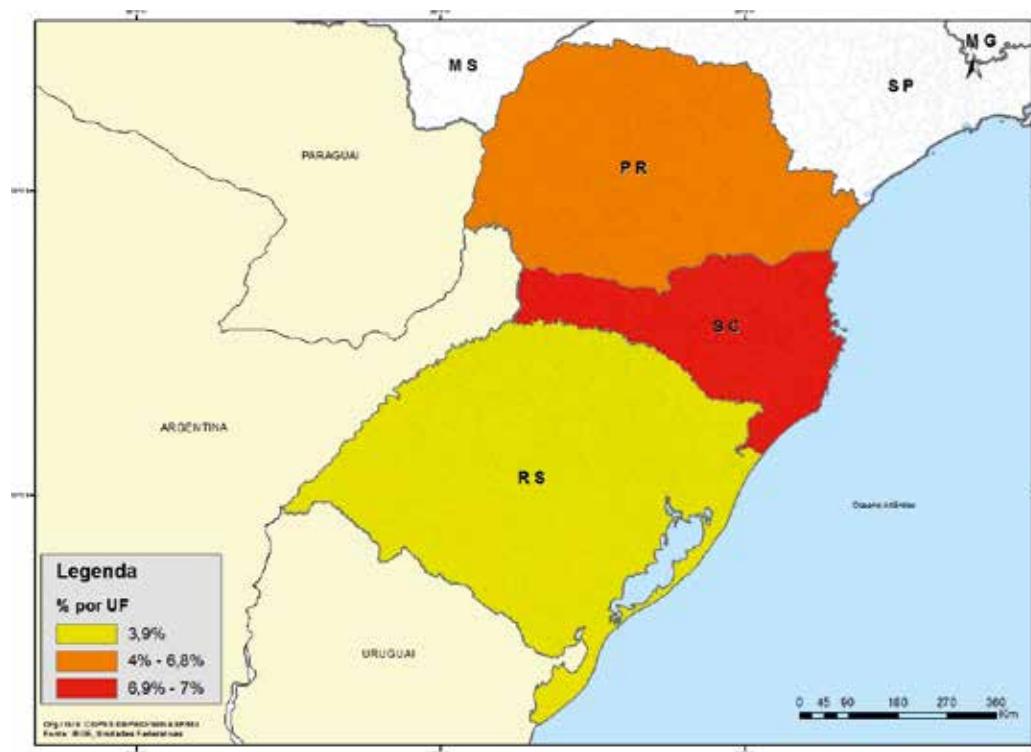
AGRESSÕES OU EXTORSÕES SOFRIDAS PELA POPULAÇÃO POR POLICIAIS, POR UF (PNV)

Esse dado vem da Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada pelo Datafolha, e fomentada pela SENASP/PNUD, com dados de 2011 e 2012, publicada em 2013. A pesquisa entrevistou uma amostra representativa da população brasileira e os dados são apresentados por Unidade da Federação.

Segundo essa pesquisa, o Rio Grande do Sul apresenta o menor percentual de pessoas que alegaram ter sofrido algum tipo de agressão e/ou extorsão por parte de policiais militares e/ou civis: 3,9%. Esse é o segundo menor percentual do país, perdendo apenas para o Tocantins, com 3,5%. Já os outros dois estados da Região Sul têm percentuais mais altos. O Paraná, com 6,8% e Santa Catarina, com 7,0%.

Observando o resto do país, a Região Sul pode ser considerada uma das melhores nesse indicador, apresentando percentuais médios (5 a 8%) e baixos (abaixo de 5%), enquanto em outras regiões há prevalência de percentuais médios e altos (acima de 9%), como é o caso, por exemplo, da Região Norte.

Percentual de Pessoas que Alegam ter Sofrido Agressão ou Extorsão por parte de Policiais Civis e Militares - Nas UFs - Região Sul



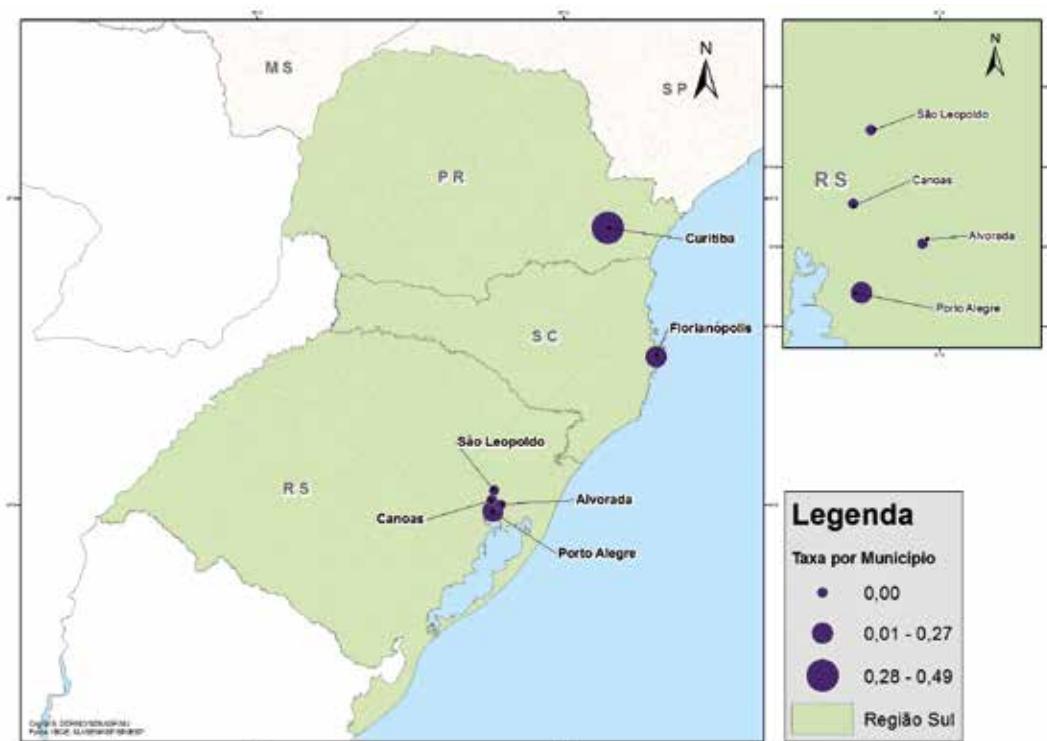
"INTERVENÇÃO LEGAL", POR UF (DATASUS)

O sistema de informações do Sistema Unificado de Saúde (DATASUS) apresentou-se como uma fonte importante de dados relativos à letalidade policial, visto que há dificuldade de se obter esses dados. Esse sistema registra a quantidade de pessoas que morreram em 2013 por algum agente do Estado, podendo este ser policial ou não. O DATASUS classifica esse fenômeno como de "intervenção legal". Nesse caso, o dado disponível é por município.

Na Região Sul, não foram todos os municípios pesquisados que registraram “intervenções legais”, como foi o caso de Alvorada, Canoas e São Leopoldo. Em Curitiba houve o registro de um maior número de intervenções legais (9) da região, resultando em uma taxa de 0,49 intervenção por 100 mil habitantes. Em seguida, vem Porto Alegre, com 0,27 intervenção por 100 mil habitantes e, por último, Florianópolis, com 0,22 intervenção por 100 mil habitantes.

Comparando-se a Região Sul com as demais regiões, essa apresenta uma situação melhor nesse indicador. As regiões Nordeste e Sudeste concentram um maior número de municípios com taxas altas, especialmente nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro.

Intervenções Legais por 100 Mil Habitantes - Ano 2013 - Ministério da Saúde - Nos Municípios Selecionados - Região Sul



REDE DE PROTEÇÃO: EFETIVO SEGURANÇA GM + PC + PM/POPULAÇÃO (PERFIL/MJ; MUNIC./IBGE)

Embora não haja parâmetros nacionais ou mesmo internacionais para se fazer uma análise que compare a quantidade de efetivo policial e a sua eficiência em termos de combate ou prevenção à criminalidade, sendo muito difícil dimensionar se um determinado efetivo policial é adequado, ou não, à demanda por segurança pública num determinado território, julgamos ser uma informação que possa se mostrar relevante

caso seja analisada em conjunto com outras variáveis e ao longo de um período. Dessa forma, criamos o indicador denominado “rede de proteção”, que nada mais é do que a soma dos efetivos policiais (policiais militares e civis) presente em cada município, mais o efetivo da Guarda Municipal daqueles municípios em que há Guardas, dividido pela população do município.

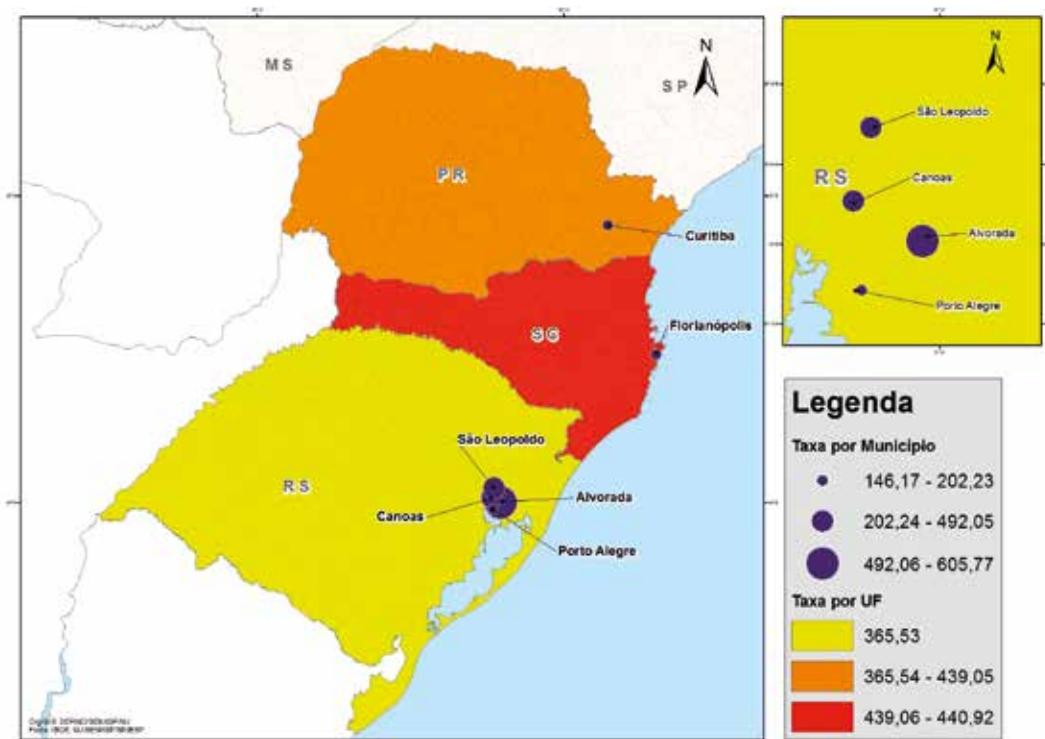
As “piores” relações são aquelas em que há mais população por efetivo. Ao contrário, as “melhores” relações são aquelas em que há menos população por efetivo. Todavia, é preciso relativizar o julgamento de “pior” e “melhor” situação, posto que o desempenho das forças policiais não pode ser dimensionado unicamente por esse indicador.

No mapa observamos que há uma aparente contradição entre as situações dos municípios e a dos estados desses municípios: enquanto o estado do Rio Grande do Sul apresenta a melhor relação entre população por policial/guarda, a maior parte dos municípios incluídos no Pacto apresenta as piores relações, com exceção da capital, cuja taxa é de 152,55 pessoas por efetivo policial/guarda. Em Santa Catarina, ao contrário, o estado está apresentando a pior relação entre população e efetivos policiais da região, mas o único município incluído no Pacto, a capital, apresenta a menor taxa dentre os municípios da região (146,17 pessoas por efetivo policial), e, portanto, a melhor situação. No Paraná, a situação é parecida com a de Santa Catarina: taxas médias e município com taxa baixa: Curitiba (202,23).

Alvorada é o município do Rio Grande do Sul e da região com a pior relação entre população e quantidade de policiais/guardas: 605,77. Em seguida, vêm os municípios de Canoas (492,05) e São Leopoldo (483,95).

Em termos nacionais, a Região Sul poderia ser classificada como aquela que apresenta taxas médias e baixas nesse quesito, podendo-se concluir que os efetivos disponíveis nesses municípios são razoáveis, com a única exceção de Alvorada, onde seria necessário um olhar mais detido.

Rede de Proteção (Habitantes/Profissionais de Segurança Pública)
- Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



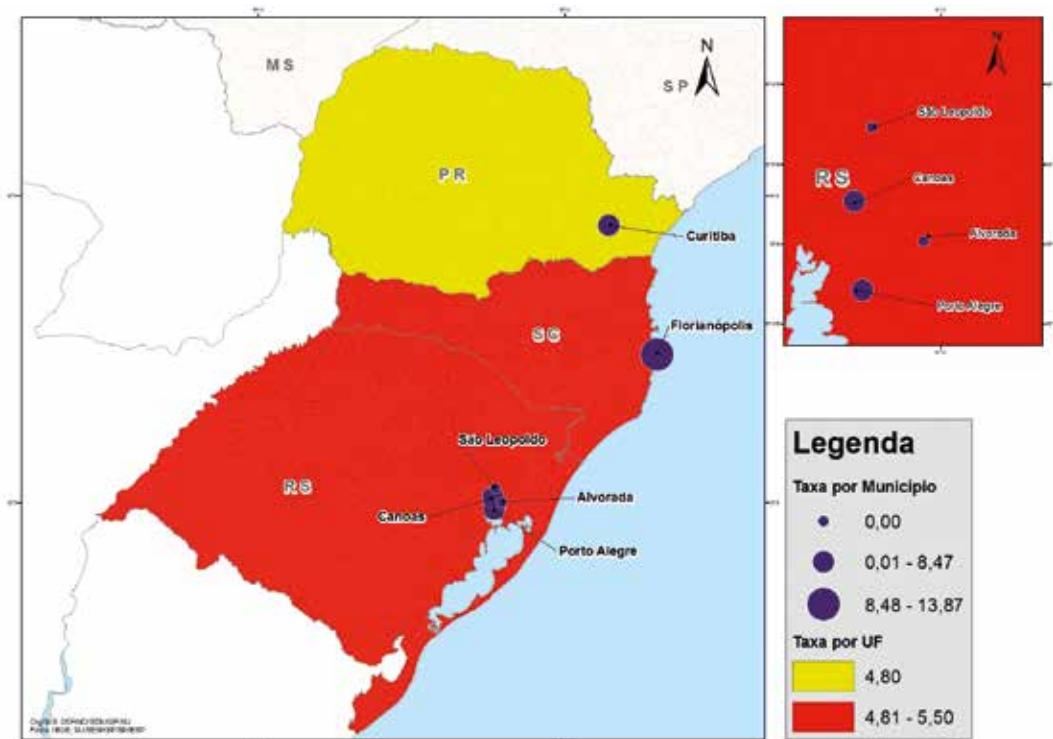
SAÚDE: MÉDICOS/HABITANTE (DATASUS)

A taxa de médicos por habitante é um dado fornecido pelo DATASUS e divide a quantidade total de médicos do município por cada 1.000 habitantes. É um indicador que pode nos dar parâmetros para avaliar em que medida a população está desassistida ou relativamente assistida quanto a esse quesito.

A Região Sul apresenta uma situação bem variada entre os municípios pesquisados, havendo desde taxas muito boas (13,8 médicos por 1.000 habitantes) até taxas menores (1,3 médico por 1.000 habitantes). Florianópolis é o município com a melhor taxa da região e Alvorada o município com a pior. Curitiba e Porto Alegre, as outras duas capitais da região, têm taxas boas, de 7,8 médicos/1.000 hab. e 8,4 médicos/1.000 hab., respectivamente. Já Canoas tem uma taxa média. São 5,4 médicos a cada 1.000 habitantes. Por fim, São Leopoldo tem uma taxa baixa, de 3,4 médicos por 1.000 habitantes.

No mapa, salta aos olhos o vermelho no Rio Grande do Sul (5,4) e em Santa Catarina (5,5), mas as taxas desses estados podem ser consideradas médias e altas em relação ao país, de 5 médicos por 1.000 habitantes, considerando-se as Unidades da Federação. No Paraná a taxa é um pouco menor, de 4,8 médicos por cada 1.000 habitantes, ficando em amarelo.

Taxa de Médicos por Mil Habitantes - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



QUANTIDADE DE CRAS E CREAS, POR MUNICÍPIO (MDS)

Para avaliarmos a cobertura da rede de proteção existente às pessoas em situação de vulnerabilidade social, elegemos como indicadores a quantidade de habitantes por Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e por Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Os CRAS organizam e ofertam os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Os CREAS têm a função de ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Os dados estão dispostos para os municípios e estados, embora por se tratem de serviços que devem ser oferecidos em áreas com uma determinada quantidade de pessoas e de situações de vulnerabilidades, portanto, o mais próximo do seu público potencial, seja melhor o indicador por município.

No mapa abaixo, pode-se sugerir que provavelmente os CRAS que estão mais pressionados pelos seus serviços seriam aqueles onde há maior quantidade de população em relação ao número de Centros disponíveis, isto é, onde as bolinhas estão maiores. Nesse caso, são os dos municípios de Porto Alegre e de Canoas (86.617 pessoas por CRAS e 67.996, respectivamente).

Em situação menos pressionada, estão os CRAS dos seguintes municípios: Curitiba (49.064), Florianópolis (46.152), São Leopoldo (45.398) e Alvorada (41.137).

Com relação aos estados da região, todos apresentam situações relativamente confortáveis, se comparados aos demais do país, visto que cada CRAS serve a cerca de 19 a 21 mil pessoas, enquanto que as piores situações são aquelas em que cada Centro atende mais de 40 mil pessoas.

Os CREAS, por sua vez, têm uma natureza mais específica e supostamente devem atender a menos pessoas se comparados aos CRAS. O critério principal de instalação de um CREAS é o populacional: a cada grupo de 200 mil habitantes deve haver um CREAS para atender. Por isso, as taxas daqueles são bem maiores do que as referentes aos desses. A menor taxa de CREAS na região é de 159.795 habitantes por CREAS (em Belford Roxo) e a menor taxa de CRAS é de 29.342 habitantes por Centro desse tipo (em Vitória).

Predominam na região as taxas baixas, visto que nos seis municípios pesquisados as taxas estão entre 169.990 e 230.762 habitantes por CREAS, ou seja, dentro do que é estabelecido pelo MDS. A melhor relação está no município de Canoas (169.990). A “pior” na região seria a de Florianópolis (230.762). Nesse intervalo estão: Alvorada (205.683), Curitiba (201.157), Porto Alegre (210.355) e São Leopoldo (226.988).

As duas piores situações estão no estado de São Paulo e merecem uma atenção especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, visto que ultrapassam pelo dobro ou triplo a quantidade populacional por CREAS estipulada como critério do órgão. A capital paulista tem uma relação de 440.589 pessoas por CREAS e a cidade de Guarulhos de 656.089 habitantes por CREAS.

Em termos estaduais, Santa Catarina tem a melhor situação da região, com 77.075 pessoas por CREAS. Depois vem o Paraná, com 83.952 habitantes por Centro e, por fim, o Rio Grande do Sul, com 96.590 habitantes/CREAS.

Comparando a Região Sul com as demais, essa região está em situação intermediária, visto que há regiões em que predominam boas relações, como a Nordeste, assim como regiões onde predominam ou há mais estados com relações ruins ou médias, tais como a Sudeste e a Norte. No Centro-Oeste, somente o DF destaca-se com a pior relação, não somente da sua região, mas do país: 259.307 habitantes por CREAS, contrastando com o Mato Grosso do Sul, que apresenta a melhor relação do país: 42.862.

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, POR FAMÍLIAS EXISTENTES NO CADÚNICO, POR MUNICÍPIO (MDS)

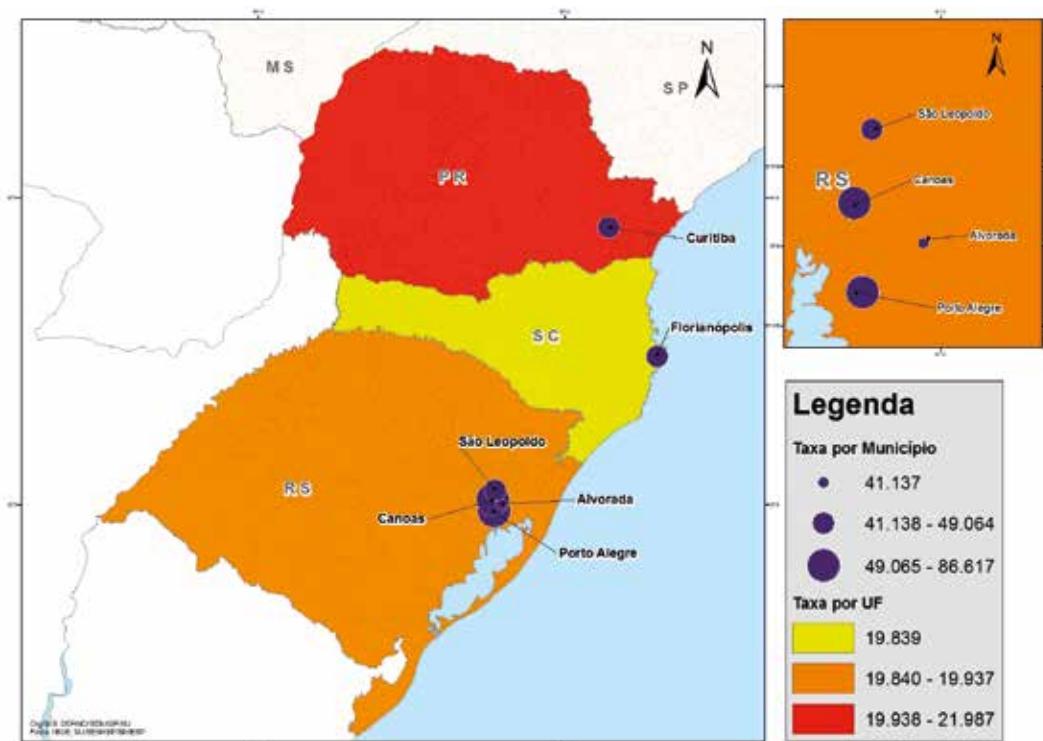
A quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em relação àquelas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), que contém um rol de famílias que se enquadram entre as famílias pobres potencialmente beneficiárias do PBF e de outros programas do Governo Federal, constitui-se em mais um indicador da cobertura dos serviços socioassistenciais.

Os dados estão dispostos por município e em termos nacionais, não há cobertura inferior a 60% das famílias pobres dos municípios incluídos no Pacto pelo Programa Bolsa Família. Entretanto, há uma discrepância nessa relação encontrada em alguns municípios, sinalizando que haveria mais famílias beneficiárias do que as consideradas pobres e cadastradas do CadÚnico, sinalizando coberturas acima de 100%. Esse é o caso apenas do município de Porto Alegre, o único da região com cobertura acima de 100%, de 114,4%.

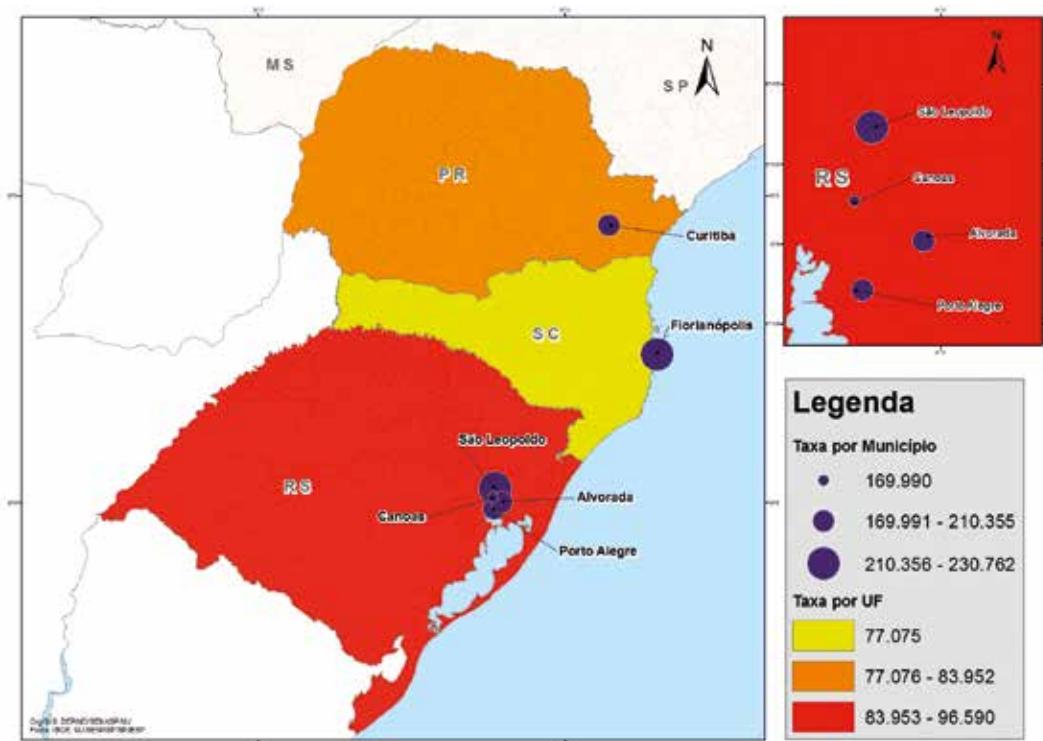
No mapa abaixo, as bolinhas menores sinalizam as piores coberturas do programa e as maiores, ao contrário, as melhores coberturas. Vê-se que apenas Porto Alegre e Canoas apresentam cobertura total ou praticamente total das famílias pobres do município com o PBF, esse último com 95,4% de cobertura. Já as demais capitais apresentam percentuais baixos, comparáveis a outros municípios da Região Sudeste, situados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Curitiba, São Leopoldo e Florianópolis têm percentuais de cobertura de 74,8%, 73,3% e 70,9%, respectivamente. Essa última é a terceira pior dentre as cidades pesquisadas no país nesse indicador, atrás somente de Goiânia (62,2%) e Campinas (60,5%). Alvorada cobre quase 90% das famílias pobres com o Bolsa Família (87,7%).

No intuito de complementar esse indicador, sugere-se a verificação *in loco* se há outros programas de fornecimento de renda por parte dos municípios ou estados, ou alguma outra política que esteja cobrindo as famílias pobres que não estão se beneficiando do PBF.

Taxa de Habitantes por CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



Taxa de Habitantes por CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



PONTOS DE CULTURA (MINC)

Os Pontos de Cultura são entidades ou coletivos culturais certificados pelo Ministério da Cultura. Eles podem ser públicos ou privados e possuem uma base social capilarizada com grande poder de penetração em comunidades e territórios, especialmente em locais mais vulneráveis socialmente. Supomos que uma maior disponibilidade de Pontos de Cultura pode indicar maior acesso das comunidades à cultura e ao lazer, incluindo os jovens, diminuindo um dos fatores de risco para a criminalidade e o homicídio. Devido a isso, consideramos importante utilizar a quantidade de Pontos de Cultura presentes nos municípios, pressupondo que esse pode ser um indicador viável para se relacionar com as taxas de homicídios.

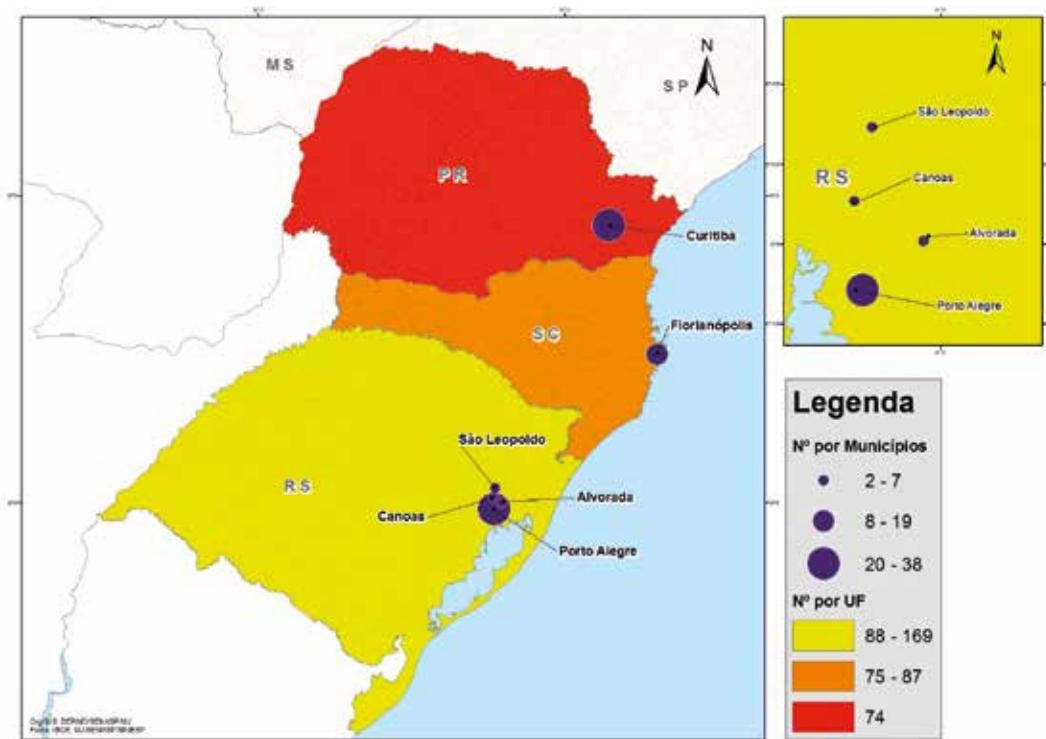
Atualmente existem 4.376 Pontos de Cultura no país, sendo 465 na Região Sul (10,6% do Brasil). No conjunto de municípios considerados no Pacto na Região Sul são apenas 99. Isso pode significar que esses equipamentos estão melhor distribuídos pelos municípios da região, não se concentrando apenas nas capitais.

Os municípios com maior número de Pontos de Cultura têm bolinhas maiores. Os estados com as quantidades menores de Pontos de Cultura têm cores mais gritantes, e vice-versa. Curitiba é o município que oferece um número maior de Pontos, em relação aos demais pesquisados: 39. Em seguida, vem Porto Alegre, com 29. Florianópolis tem 19. Como era de se esperar, há mais Pontos de Cultura nas capitais do que nas cidades do interior. Canoas dispõe de 7 Pontos, São Leopoldo de 4 e Alvorada de apenas 2. É por essa razão que, quando olhamos para o outro indicador, a quantidade de pessoas que cada Ponto de Cultura “atenderia”, essa última cidade apresenta a pior relação dentre todas as demais: 102.842 pessoas por Ponto de Cultura.

Florianópolis, ao contrário, apresenta a melhor relação entre a quantidade de Pontos de Cultura e a população do município: 24.291 pessoas por Ponto. Esse fato deve-se à baixa população desse município comparada a outras. Curitiba, Canoas, Porto Alegre e São Leopoldo apresentam taxas próximas entre si, entre 48 mil e 56 mil pessoas por Ponto de Cultura, sendo: 49.064, 48.568, 50.775 e 56.747, respectivamente.

O estado do Rio Grande do Sul é aquele que oferece a maior quantidade de Pontos de Cultura em relação aos demais estados da região: 261 (56,1% da região e 5,9% do país). O Paraná tem 116 (24,9% da região e apenas 2,6% do país) e Santa Catarina, 88 (18,9% da região e 2,0% dos existentes no país).

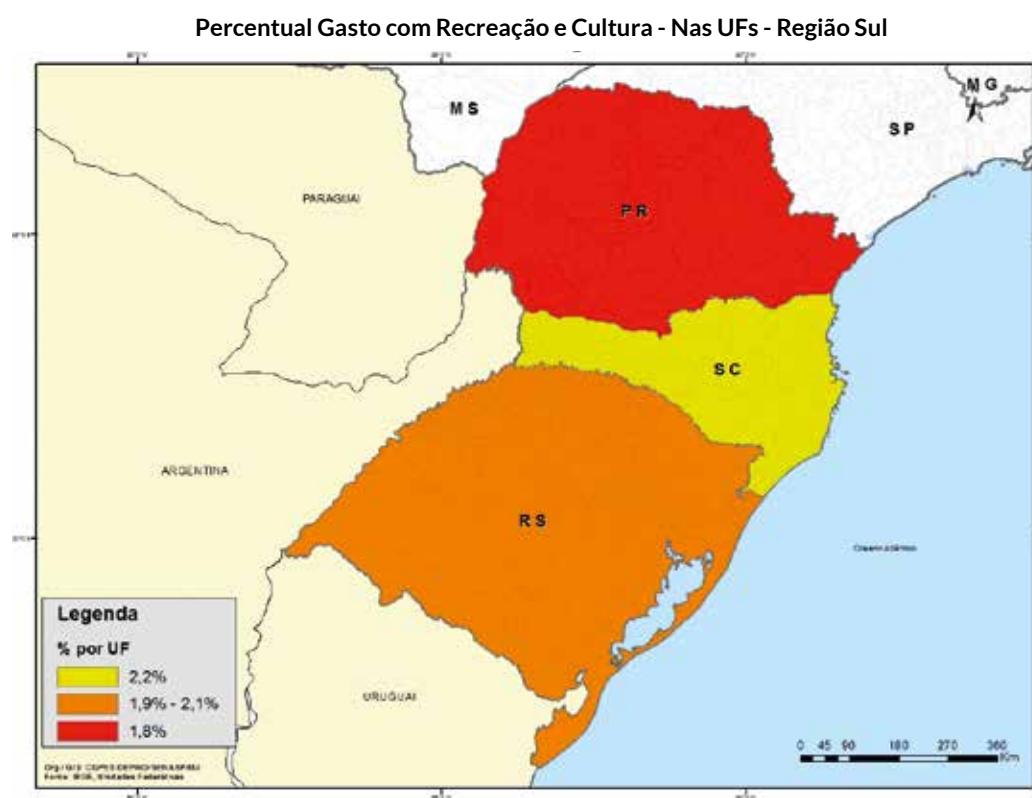
Número de Atividades Vinculadas a Pontos de Cultura - MinC - Jan. 2015
 - Nas UFs e Municípios Selecionados - Região Sul



PERCENTUAL DOS ORÇAMENTOS FAMILIARES GASTO COM CULTURA (POF/IBGE), POR UF

Outro indicador em relação ao acesso à cultura e ao lazer pelas famílias é o gasto com atividades culturais e lazer efetuado por essas, bem como quanto de seus respectivos orçamentos são destinados a estas áreas. Os dados são da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e estão dispostos por Unidade da Federação.

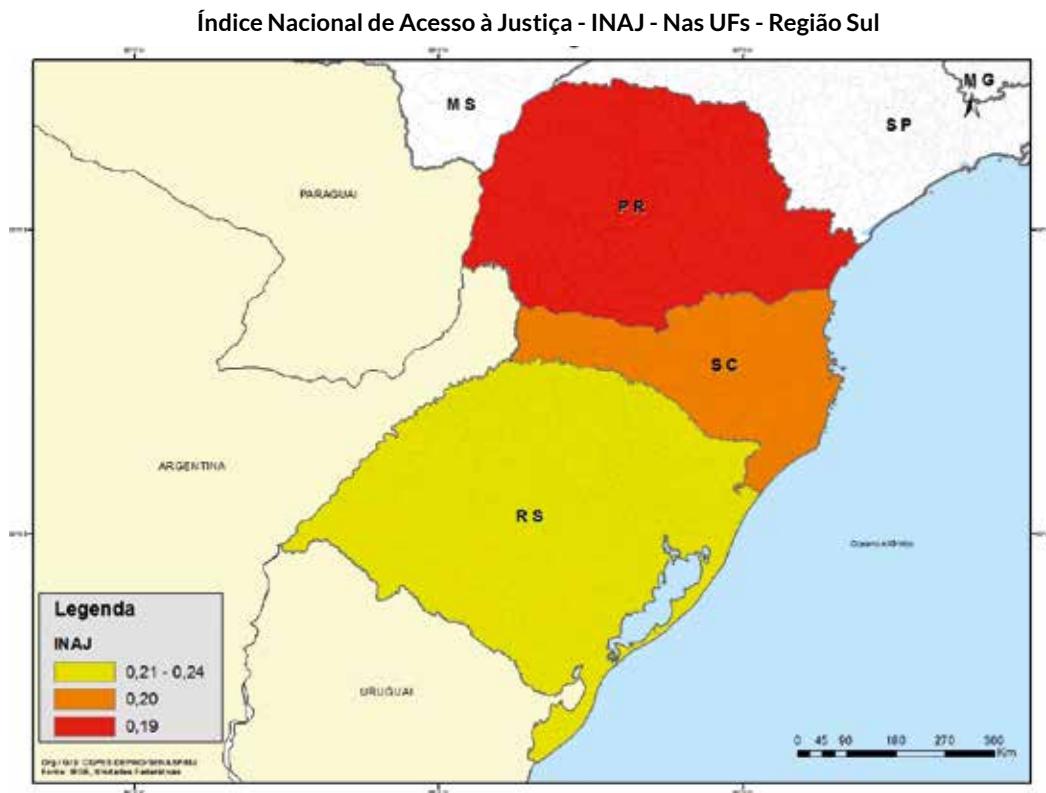
As famílias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina estão entre aquelas do país que mais gastam com cultura e lazer em seus orçamentos familiares: 2,18% e 2,13%, respectivamente. Junto com elas estão as famílias do Pará (2,16%), Amapá (2,11%), Pernambuco (2,43%), Minas Gerais (2,21%), São Paulo (2,14%) e Rio de Janeiro (2,01%). Ao que parece, gastos em torno de 2,0% do orçamento familiar médio mensal é o máximo que as famílias brasileiras se propõem a comprometer em seus respectivos gastos com atividades culturais.



ÍNDICE NACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA – INAJ

A Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ criou o Índice Nacional de Acesso à Justiça para medir a taxa de acesso da população ao sistema judiciário. Este índice varia de 0 a 1, sendo 1 a melhor situação de possibilidade de acesso e 0 a pior. O dado está disposto por Unidade da Federação.

Esse índice é bastante baixo em todo o país, especialmente nas regiões Nordeste e Norte, que têm taxas que variam de 0,06 a 0,18. Na Região Sul, o Paraná tem um índice de 0,19, Santa Catarina de 0,20 e o Rio Grande do Sul de 0,24. O índice desse último estado é o terceiro melhor do país, ficando atrás somente do Rio de Janeiro (0,31) e do Distrito Federal (0,41).



7.2 Indicadores-síntese

Como detalhado na metodologia, os indicadores-síntese agregam os principais indicadores escolhidos para este trabalho, especialmente aqueles que pareceram dimensionar melhor determinado tipo de fenômeno e que, nesse sentido, apontam para os principais fatores de risco e vulnerabilidades de cada estado e município.

Os indicadores-síntese tratam de cada uma das macrocausas estudadas e apresentadas no capítulo. Ou seja, depois de levantar uma série de fatores de risco de cada causa, encontrar e analisar diversos indicadores quantitativos para conhecer como eles influenciam as realidades, foram escolhidos alguns desses indicadores para tratar de cada uma das macrocausas. Após essa escolha e agregação, os indicadores foram transformados em categorias contínuas, variando de 1 a 4, sendo 1 a melhor situação e 4 a pior. Após, o grupo de indicadores de cada macrocausa foi somado. Assim, cada macrocausa possuía um valor, sendo os mais altos aqueles que indicavam maiores problemas e fatores de risco. Esses valores foram divididos em três grupos: Bom, Médio e Ruim, representados pelos círculos verde, amarelo e vermelho, respectivamente.

Como lembrança, as macrocausas são as seguintes: transversais⁴⁰, gangues e drogas⁴¹, violência patrimonial⁴², violência interpessoal⁴³, violência doméstica⁴⁴, presença do Estado⁴⁵ e conflitos da polícia com a população⁴⁶. O que estamos chamando de indicadores transversais são aqueles que se constituem como fatores de risco para qualquer tipo de violência e consequente homicídio.

Em suma, na tabela apresentada mais adiante, quando um círculo está verde, significa que a situação envolvendo a macrocausa em questão é a menos grave comparando-se todos os estados do Norte e, se o círculo estiver vermelho, a situação é das mais graves e é recomendado que as ações do Pacto atentem para os fatores de risco dessa macrocausa.

Como a comparação com a Região Sul é feita entre apenas três estados, é comum que eles se diferenciem bastante um do outro. Quando a comparação é realizada com todos os estados brasileiros, notamos a baixa ocorrência de círculos vermelhos. Esses ocorrem no caso de gangues e drogas e conflitos entre polícia e população no Paraná e Rio Grande do Sul e presença do estado no Paraná. Tomando-se em conta o contexto nacional, esses são os fatores de risco que se destacam. Já internamente a situação muda um pouco.

Em relação à Região Sul, o Paraná apresenta os mais graves indicadores de conflitos entre polícia e população, presença do Estado, violência doméstica e violência interpessoal, enquanto os outros indicadores são tidos como medianos, o que sugere que mais fatores de risco estejam presentes nessa UF. Santa Catarina não apresenta nenhum dos indicadores-síntese como grave. São medianos os indicadores de violência interpessoal, presença do Estado e conflitos da polícia com a população. No Rio Grande do Sul são regionalmente graves os indicadores transversais, de gangues e drogas e de violência patrimonial. É ainda mediano o indicador de violência doméstica.

40 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de homicídios, taxa de homicídios por 100 mil habitantes, número de óbitos causados por armas de fogo, taxa de óbitos causados por arma de fogo e IDH.

41 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: IVJ, taxa de evasão escolar, taxa de óbitos por intoxicação por drogas ilícitas, número de ocorrências de tráfico de drogas, taxa de ocorrências de tráfico por 100 mil habitantes.

42 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: % de concentração de renda entre os 20% mais ricos, taxa de latrocínios por 100 mil habitantes, número de roubos de veículos e instituições financeiras, taxa de roubos de veículos e instituições financeiras por 100 mil habitantes.

43 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: aglomerados subnormais, percentual de população residente há menos de 5 anos, registros hospitalares de violência física fora da residência, percentual de pessoas vitimadas com crimes contra a pessoa.

44 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: taxa de homicídios de crianças, idosos/as e mulheres, registros hospitalares de violência física doméstica, registros hospitalares de estupros ocorridos na residência.

45 Agrega indicadores de acesso à segurança pública, saúde, cultura/lazer e assistência social.

46 Compõem esse indicador-síntese os seguintes indicadores: número de intervenções legais, taxa de intervenções legais por 100 mil habitantes, número de policiais mortos e feridos, percentual de pessoas que foram vitimadas pelas polícias.

Quadro 36 - Distribuição dos indicadores por UF

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLENCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITOS DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
PR	Paraná	●	●	●	●	●	●	●
SC	Santa Catarina	●	●	●	●	●	●	●
RS	Rio Grande do Sul	●	●	●	●	●	●	●

No caso dos municípios da Região Sul escolhidos para o Pacto e comparados entre si, Curitiba apresenta indicadores graves de violência patrimonial, interpessoal e doméstica. A presença do Estado é considerada média. Em Florianópolis, é grave o indicador de violência interpessoal e médios os de violência patrimonial e gangues e drogas. Porto Alegre agrega o maior número de fatores de risco graves e medianos. Dentre os graves estão os transversais, de gangues e drogas, de violência patrimonial e doméstica. É mediano o indicador de violência interpessoal.

Nos três outros municípios do Rio Grande do Sul, existe um alto indicador transversal em Alvorada, o que se deve à alta taxa de homicídios e mortes por armas de fogo nesse município. Além disso, são graves os indicadores de gangues e drogas, violência doméstica e presença do Estado. Violência interpessoal é mediano. Em Canoas são medianos os indicadores transversais, de violência patrimonial, doméstica e de presença do Estado. Já em São Leopoldo são graves os indicadores de gangues e drogas e presença do Estado e medianos os transversais e de violência interpessoal.

Quadro 37 - Distribuição dos indicadores por município

UF	Unidade da Federação	Indicadores TRANSVERSAIS	Indicador GANGUES E DROGAS	Indicador PATRIMONIAL	Indicador INTERPESSOAL	Indicador VIOLENCIA DOMÉSTICA	Indicador PRESENÇA DO ESTADO	Indicador CONFLITOS DA POLÍCIA COM A POPULAÇÃO
PR	Curitiba	●	●	●	●	●	●	●
SC	Florianópolis	●	●	●	●	●	●	●
RS	Alvorada	●	●	●	●	●	●	●
	Canoas	●	●	●	●	●	●	●
	Porto Alegre	●	●	●	●	●	●	●
	São Leopoldo	●	●	●	●	●	●	●

7.3 Qualidade dos dados de homicídios nas UFs

A atual situação dos dados sobre homicídios das Secretarias de Segurança das UFs do Sul foi informada à SENASP pelos gestores do SINESP. Em todos os casos as Secretarias de Segurança Pública possuem dados oficiais que atendem a toda a Unidade Federativa, destacando que pode ser mais acurado o acompanhamento dos indicadores do Pacto na região.

Quadro 38 - Os dados oficiais de homicídios da UF são sistematizados?

UF	Sim e atendem a toda a Unidade Federativa	Sim, atendem a capital, a região metropolitana e parte do interior
PR	X	
RS	X	
SC	X	

Os dados oficiais sistematizados pelos estados são coletados tanto de boletins de ocorrência, como de inquéritos policiais e laudos periciais. No caso do Paraná e Rio Grande do Sul, são ainda complementados por notícias divulgadas na mídia. Nesses estados, assim, temos a possibilidade de conhecer mais a fundo informações sobre os homicídios coletadas no processo investigativo.

Quadro 39 – Os dados oficiais da UF são advindos de quais fontes?

UF	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais e Laudos Periciais	Tanto de Boletins de Ocorrência, como de Inquéritos Policiais, Laudos Periciais e notícias divulgadas na mídia
PR		X
RS		X
SC	X	

São gerados relatórios mensais sobre os dados coletados tanto no Paraná, como no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina os relatórios são semanais.

Quadro 40 – São gerados relatórios/análises dos dados oficiais da UF de quanto em quanto tempo?

UF	Toda semana	Todo mês
PR		X
RS		X
SC	X	

Temos informações variadas sobre o perfil das vítimas nas UFs do Sul. O sexo da vítima pode ser consultado na maioria dos casos em todas elas, assim como a idade. Já a raça/cor é informada na maioria das vezes no Rio Grande do Sul e em Santa

Catarina. No Paraná esse dado não existe. A orientação sexual das vítimas é um dado mais raro. Ele não existe em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e é raramente informado no Paraná.

Quadro 41 – Dados sobre as vítimas informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos			
	Sexo da vítima	Orientação sexual da vítima	Raça/cor da vítima	Idade da vítima
PR	X			X
RS	X		X	X
SC	X		X	X

Os estados do Sul apresentam dados bastante completos sobre agressores e infratores, provavelmente porque coletam as informações dos inquéritos e laudos, além dos boletins de ocorrência. Existem informações, na maioria dos casos, sobre sexo, raça/cor e idade dos agressores.

Quadro 42 – Dados sobre os agressores/infratores informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado na maioria dos casos		
	Sexo do agressor	Raça/cor do agressor	Idade do agressor
PR	X	X	X
RS	X	X	X
SC	X	X	X

Sobre o contexto do fato ocorrido, temos informações para a maior parte dos casos sobre o local, dia da semana e horário nas três UFs. Já a motivação, ou aparente motivação, é informada na maioria dos casos no Paraná e Santa Catarina. No Rio Grande do Sul existe o dado, mas ele é informado raramente. Os dados são georreferenciados para a maior parte das ocorrências no Paraná. Já em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul essa informação é rara.

Quadro 43 – Dados sobre o ocorrido informados na maioria dos casos

UF	Existe o dado e é informado para a maioria dos casos				
	Local	Dia da semana	Horário	Motivação (aparente)	Georreferenciamento
PR	X	X	X	X	X
RS	X	X	X		
SC	X	X	X	X	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este diagnóstico teve como principal objetivo organizar e sistematizar dados que pudessem tratar da criminalidade violenta nos territórios brasileiros, especialmente no nível dos estados e dos municípios escolhidos para compor o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Com o acúmulo de informações produzidas, pretendeu-se facilitar e orientar a tomada de decisões e o delineamento de ações para reduzir a criminalidade como um todo e os homicídios em particular, tendo em conta a realidade de cada uma das UFs. Nesse sentido, este diagnóstico teve o intuito de dialogar, da melhor forma possível, com os gestores e técnicos envolvidos com o desenho de uma política pública.

Optou-se por não realizar, nesse momento, relações estatísticas diretas entre as taxas de homicídios e qualquer um dos indicadores escolhidos. Essa escolha se deve ao interesse de não simplificar determinados fenômenos a uma ou duas causas. O interesse foi o de conhecer as principais causas de homicídios citadas na literatura, observar determinados fatores de risco que fazem com que essas causas se traduzam em homicídios e criar indicadores gerais que chamassem atenção para quais fatores de risco diretamente associados a determinadas causas eram mais graves em cada território analisado.

Para determinar a gravidade, comparamos determinados contextos, o nacional ou o regional entre UFs ou, ainda, o regional entre municípios. Assim, a gravidade dos indicadores é sempre relativa ao contexto de comparação e não deve ser analisada de forma desvinculada desse contexto.

Uma das vantagens observadas ao construir os indicadores-síntese foi a de que, em termos de diálogo político, eles representam também conceitos. O indicador de gangues e drogas, por exemplo, é uma combinação de vulnerabilidade juvenil e circulação de drogas. Foi dito no capítulo 1 que, para dirimir esse fator de risco, é necessário diminuir a vulnerabilidade de jovens, especialmente jovens negros e, assim, fazer com que os locais de circulação de drogas não se concretizem em locais de ocorrência de homicídios. Cada um dos indicadores escolhidos e como eles foram compostos para formar um indicador único tem relação com determinado conceito.

Ademais, foram indicados também os públicos vulneráveis às causas e fatores de risco de homicídios. Afirmou-se com isso que existem riscos relativos nos territórios e que, ao se discutir gangues e drogas, estamos chamando atenção para a vulnerabilidade de jovens, especialmente dos jovens negros. Ao discutirmos violência doméstica, estamos falando do risco de homicídios de crianças, mulheres e idosos. Ou seja, os homicídios têm públicos vulneráveis específicos e demarcados territorialmente. Para

além disso, quando tratamos do risco numérico e mais amplo de homicídios, é sempre necessário delimitar que temos uma questão racial no país que está fortemente relacionada com os homicídios, sendo os homens negros aqueles mais vulneráveis.

Com a análise dos dados, não se espera ter definida, de forma linear, qual é a principal causa de homicídios em cada território, mas indicar uma série de possíveis fatores de risco que estão atuando e que, ao serem diminuídos por meio de ações articuladas, podem influenciar na queda dos homicídios. Espera-se que os dados sejam utilizados para ampliar o debate político e a tomada de decisões e, além disso, que possam também ser agregados, qualificados e discutidos pelos profissionais de segurança pública e de outras áreas envolvidos no Pacto.

Por fim, este é um diagnóstico colaborativo. Entende-se que suas considerações finais, ou mesmo conclusões, sejam produzidas em etapas, tomando como referência outros aprofundamentos qualitativos e revisões estatísticas de especialistas que se dispuserem a colaborar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, W. et al. Violência letal em Maceió-AL: estudo descritivo sobre homicídios, 2007-2012. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 23(4):731-740, out.-dez. 2014.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 29, número 2, maio/agosto 2014.
- BEATO FILHO, C. et al., Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(5):1163-1171, set.-out., 2001.
- BUENO, S. et al., Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, v. 7, p. 120, 2013.
- CERQUEIRA, D. et al. *O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil*. Texto para discussão IPEA: Rio de Janeiro, 2005.
- CERQUEIRA, D. *Causas e consequências do crime no Brasil*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC. Rio de Janeiro, 2014.
- CGPD. *Relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas*. Global Comission on Drugs Policy, 2011.
- CNJ. *Com a colaboração do CNJ, Congresso pode regulamentar marco legal da mediação*. 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79389-cnj-cria-cadastro-de-instrutores-em-mediacao-e-conciliacao>>. Notícia de 26/11/2014. Acesso em: 16 de abril de 2015.
- CNJ. (2015 a). *Conciliação e Mediação*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-mediacao>>. Acesso em: 26 de maio de 2015.
- CNJ. (2015 b). *Mediação e Conciliação no Foco da Magistratura Nacional*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79021-mediacao-e-conciliacao-no-foco-da-magistratura-nacional>>. Divulgado em 10/04/2015. Acesso em: 16 de abril de 2015.
- CNJ. (2015 c). *Núcleos de Conciliação*. <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-mediacao/nucleos-de-conciliacao>>. Acesso em: 25 de maio de 2015.
- COSTA, A. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, nº 62, pp. 353-365, mai./ago. 2011.
- DINIZ, A. & Lacerda, E. Análise exploratória dos homicídios entre jovens de 15 a 24 anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e seu Colar, entre 1999 e 2006. *Revista Biologia e Ciências da Terra*. Volume 10, número 1, 1º semestre de 2010.
- DINIZ, D.; GUMIERI, S. Implementação de medidas protetivas da Lei Maria da Penha no Distrito Federal entre 2006 e 2012. In: Ministério da Justiça. *Pensando a Segurança Pública 6*. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015 (no prelo).
- DOWDNEY, L.T. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Viva Rio / ISER, 7 Letras: Rio de Janeiro, 2003.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo!**. Secretaria de Estado de Defesa Social/Superintendência de Prevenção à Criminalidade: Belo Horizonte, 2009.

FALSETE, Filipe Ortiz. **O Impacto do Programa de Eletrificação no Brasil na Redução de Homicídios**. Dissertação de Mestrado. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: FGV, 2013.

GRINOVER, A.; SADEK, M.; e WATANABE, K. (Coord.), **Estudo qualitativo sobre boas práticas em Mediação no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2014.

GUEDES, R.; SILVA, A.T.; FONSECA, R.M. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Esc. Anna Nery Ver. Enferm.*; 13(3):625-31, 2009.

HARTUNG, G. **Ensaios em Demografia e Criminalidade**. Tese apresentada na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

HIRSCHI, T. & Gottfredson, M. Age and the Explanation of Crime. *The American Journal of Sociology*, vol. 89, nº 3. pp. 552-584, 1983.

JANNUZZI, P. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36(1):51-72, jan./fev., 2002.

KAHN, T. Sensação de Insegurança. In: Ministério da Justiça. **Análises temáticas da Pesquisa Nacional de Vitimização**. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2015 (no prelo).

LE BLANC, M. et al., (Dir.). **Tratado de Criminologia Empírica**. Climepsi Editores: Lisboa, 2008.

LEME, M. Resolução de Conflitos Interpessoais: Interações entre Cognição e Afetividade na Cultura, 2004. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), pp. 367-380, 2004.

LIMA, R.S. et al. Apresentação preparada por especialistas em Segurança Pública para o Ministro da Justiça. Brasília, 2015.

MACHADO, L. (Coord). **Diagnóstico socioeconômico e demográfico da faixa de fronteira**. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça, 2015 (no prelo).

MENEGHEL, A.N. e HIRAKATA, V.N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, nº 3, pp. 564-574, junho 2011.

MISSE, M. (Coord). **Segurança Pública nas Fronteiras: Relatório Síntese**. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2015 (no prelo).

NOGUEIRA, C.F. et al. Violência contra idosos no município de Fortaleza, CE: uma análise documental. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 3, pp. 543-554, 2011.

OMS. **Global status report on violence prevention 2014**. WHO Library Cataloguing-in-Publication Data: Luxembourg, 2014.

PASINATO, W. et al. Medidas protetivas para as mulheres em situação de violência. In: Ministério da Justiça. **Pensando a Segurança Pública 6**. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015 (no prelo).

- ROCHA, R. **Uma análise das relações de rivalidade e pertencimento entre gangues juvenis em Belo Horizonte.** XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-alas Brasil UFPI, Teresina-PI, 04 a 07 de setembro de 2012.
- SALES, L. **Mediação de Conflitos.** Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Media%C3%A7%C3%A3o+de+conflitos>>. Acesso em: 16 de abril de 2015.
- SILVEIRA, A. A Prevenção de Homicídios: a experiência do Programa *Fica Vivo* no Morro das Pedras. **Educação e Realidade.** 33(2):163-176, jul./dez, 2008.
- SOUZA, L. **A utilização da mediação de conflitos no processo judicial.** Publicado em 01/2005. Elaborado em 09/2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6199/a-utilizacao-da-mediacao-de-conflitos-no-processo-judicial>>. Acesso em: 16 de abril de 2015.
- SOUZA, Luísa Cardoso Guedes de. **A Mensuração da Desigualdade de Gênero:** um índice para os estados brasileiros. Monografia de Graduação. Departamento de Economia, Universidade de Brasília (UnB): 2012.
- UNODC. **Global Study on Homicide 2013.** United Nations publication: Viena, 2013.
- VASCONCELOS, C. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas.** Modelos, Processos, Ética e Aplicações. São Paulo: Método. 2008.
- WAISELFISZ, J. **Mapa da Violência 2014:** os jovens no Brasil. FLACSO: Brasília, 2014.
- WAISELFISZ. J. **Mapa da Violência 2012:** os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari: São Paulo, 2012.
- ZILBERMAN, M. e Blume, S. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. **Revista Brasileira de Psiquiatria,** 27 (Supl. II): S. 51-5. 2005.

BASES DE DADOS:

- MINISTÉRIO DA CULTURA.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. **Censo Escolar.**
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SENASP. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública. Ano-base 2013.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SINESP. Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, 2013 e 2014.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SRJ. Atlas de Acesso à Justiça. Secretaria de Reforma do Judiciário.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Dados de 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN). Dados de 2013.
- Datafolha. **Pesquisa Nacional de Vitimização,** 2013.
- IBGE. www.ibge.gov.br.

IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=25

Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Ministério da
Justiça

